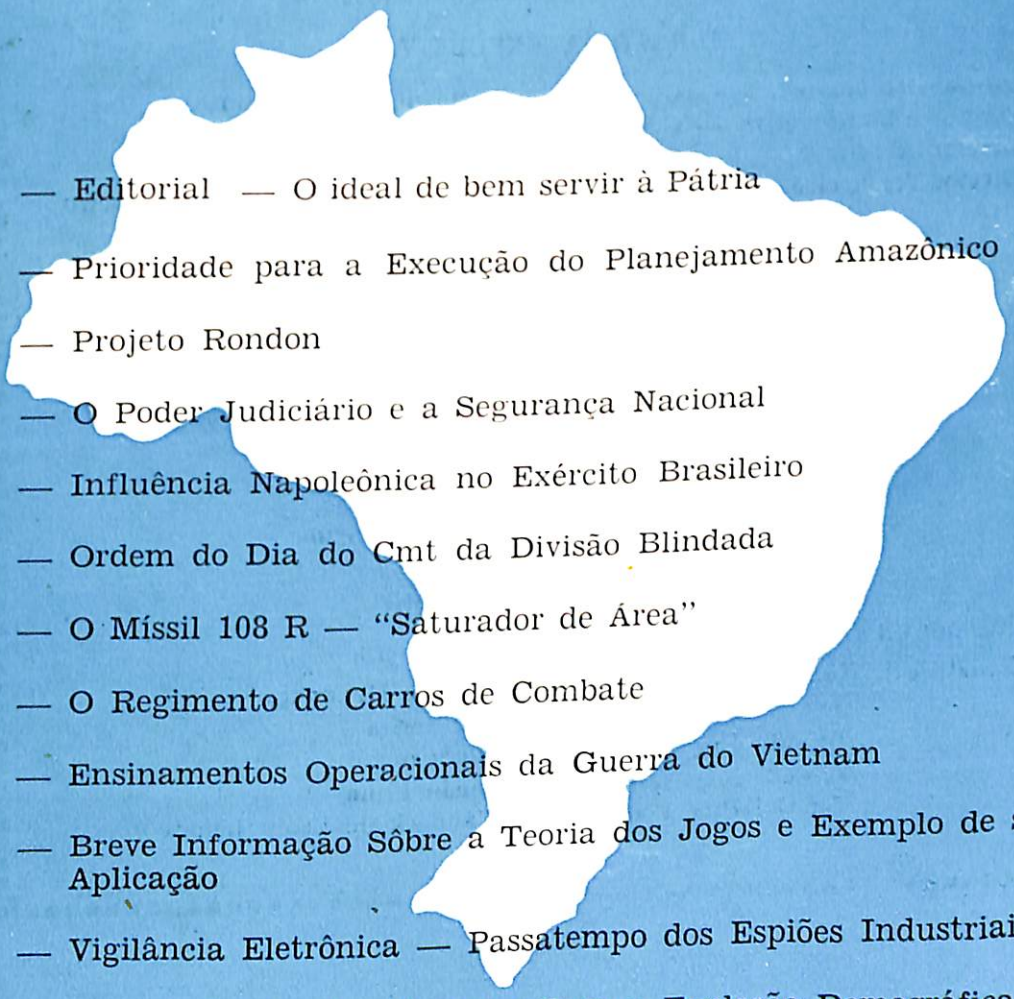
A Defesa Nacional

N.º 628 Nov/Dez 1969



— Editorial — O ideal de bem servir à Pátria

— Prioridade para a Execução do Planejamento Amazônico

— Projeto Rondon

— O Poder Judiciário e a Segurança Nacional

— Influência Napoleônica no Exército Brasileiro

— Ordem do Dia do Cmt da Divisão Blindada

— O Míssil 108 R — "Saturador de Área"

— O Regimento de Carros de Combate

— Ensinamentos Operacionais da Guerra do Vietnam

— Breve Informação Sôbre a Teoria dos Jogos e Exemplo de sua Aplicação

— Vigilância Eletrônica — Passatempo dos Espiões Industriais

— Solução Racional e Humana Para a Explosão Demográfica

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil

COOPERATIVA MILITAR EDITÔRA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1967/70)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Humberto de Souza Mello
Diretor-Administrativo — Gen Div R/1 João Gahyva
Diretor-Secretário — Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Diretor-Tesoureiro — Ten-Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div R/1 — Adailton Sampaio Pirassinunga
Cel Art — Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL

Cel Eng — Délio Barbosa Leite
Cel Art — Sérgio de Ary Pires
Cel Inf — Oswaldo Ignácio Domingues

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Redatores: Ten-Cel Inf Heitor Cunha Teles de Mendonça
Ten-Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten-Cel Eng Darino Castro Rebelo
Ten-Cel Inf Brasil Ramos Caiado Filho
Ten-Cel Prof Pedro Paulo Wandeck de Leoni Ramos

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito de cada cidadão."

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO	Rio de Janeiro, GB — Nov/Dez 1969	Número
56.º		628

SUMÁRIO

Págs.

EDITORIAL — O ideal de bem servir à Pátria — Gen Div Humberto de Souza Mello 5

PALAVRAS DO NOVO MINISTRO DO EXÉRCITO 13

HOMENAGEM AOS MORTOS EM 27 DE NOVEMBRO DE 1935 15

27 DE NOVEMBRO DE 1968 — Brig do Ar Deoclécio Lima de Siqueira 17

DOM PEDRO MASSA — Pe Nestor de Alencar 21

GIGANTES DA AMAZÔNIA — Cap Cav Hélio Borba 27

PRIORIDADE PARA A EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO AMAZÔNICO — Prof Heliandro Maia 31

PROJETO RONDON 33

O PODER JUDICIÁRIO E A SEGURANÇA NACIONAL — Des Martinho Garcez Neto 53

INFLUÊNCIA NAPOLEÔNICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO — Ten Cel Jonas Correia Neto 77

ORDEM DO DIA DO CMT DA DIVISÃO BLINDADA — Gen Bda Tasso Villar de Aquino 105

A LOCALIZAÇÃO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE CAVALARIA — Cap Cav Augusto Del Nero 111

O MÍSSIL 108 R — "Saturador de Área" — Cel Art Sylvio Octávio do Espírito Santo 121

O REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE — Cel Montaudouin 125

ENSINAMENTOS OPERACIONAIS DA GUERRA DO VIETNAM — Gen Beaufre 133

ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO E NOBREZA NAS FÔRÇAS ARMADAS DO BRASIL — Cel Luiz Tenório de Brito 143

ECOS DO DIA DA ARTILHARIA — Santiago — Ten Cel José Luiz de M. Campos 145

BREVE INFORMAÇÃO SÔBRE A TEORIA DOS JOGOS E EXEMPLOS DE SUA APLICAÇÃO — Cel Art Germano Seidl Vidal 149

VIGILÂNCIA ELETRÔNICA — Passatempo dos Espiões Industriais — Ten Cel Av Argeu Lemes Pelosi (Tradução) 171

A REFORMA ADMINISTRATIVA CONTINUA — Pagamento de Dotações Trimestrais de Material — Simplificação — Cel Bruno Harger 179

A CHAMADA DESNACIONALIZAÇÃO — J. O. Knaack de Souza 181

NAPOLEÃO — Uma Visão Histórica — Do "Jornal do Brasil" 185

A REFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA A CAMINHO DA SOLUÇÃO — "O Globo" 193

SOLUÇÃO RACIONAL E HUMANA PARA A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA — "O Globo" De um discurso de R. Mac Namara 201

PORQUE NÃO HÁ FURACÕES NO BRASIL — "O Globo" 205

EXPEDIENTE

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil ..... NCr$ 10,00

Exterior ..... NCr$ 50,00

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês ..... NCr$ 3,00

Atrasado ..... NCr$ 5,00

ENDEREÇO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

(Ala Marcílio Dias)

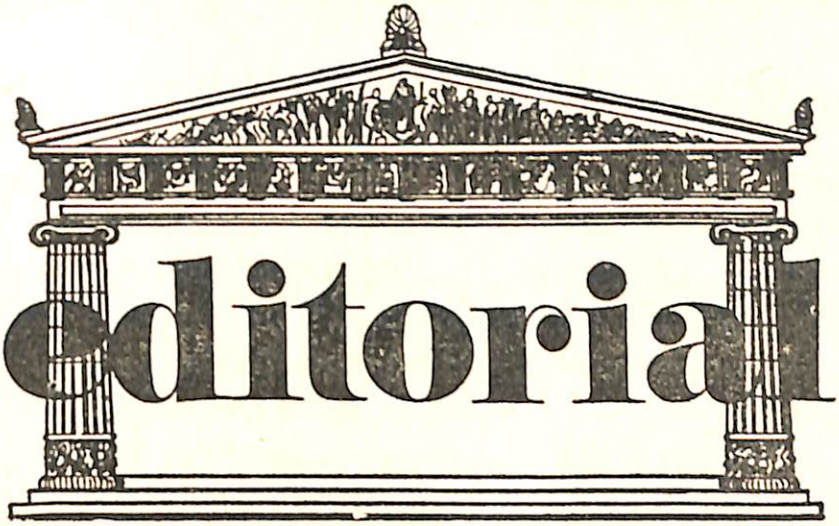
Caixa Postal 17 (Do MEx) — ZC 55 — Tel. 243-0563

RIO DE JANEIRO, GB

BRASIL



MARECHAL DEODORO DA FONSECA



O IDEAL DE BEM SERVIR À PÁTRIA

Após um ano de lutas incansáveis da humanidade em busca de paz, do bem-estar e da fraternidade entre as nações e delas próprias, A DEFESA NACIONAL se bateu por tais ideais com o denôdo daqueles que se sobrepõem às desgraças e desenganos jamais olvidando a fé e a esperança no destino vitorioso do Brasil como Nação próspera, tranqüila, cristã e progressista. Assim, com aquêle mesmo espírito de luta A DEFESA NACIONAL circulará com o seu último número, na síntese simbólica da dedicação e do ideal de bem servir à Pátria que traduz a determinação de um punhado de homens sacrificando, por vêzes, horas de descanso no regaço da família, para sem qualquer vantagem pessoal ou de conveniências grupais, servir à comunidade militar honrando e engrandecendo a Nação.

Êste número encerra datas muito significativas na formação histórica da nacionalidade — 15 DE NOVEMBRO "A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA"; 19 DE NOVEMBRO "DIA DA BANDEIRA"; 27 DE NOVEMBRO "A EPOPÉIA DO DEVER MILITAR"; e nos fastos da cristandade "O NATAL DE JESUS CRISTO". É com a evocação de todos

êsses lances épicos da nossa História e a consagração espiritual de almas genuflexas diante do berço de Cristo que a nossa Revista rende o tributo de suas homenagens e reconhecimento do patriotismo e da fé cristã àqueles que nos legaram a República e o seu símbolo e a nossa religião professada na Igreja de Cristo.

O "15 DE NOVEMBRO DE 1889" oferece ao mundo civilizado de então, um espetáculo inédito de amadurecimento político e autodeterminação, quando as Fôrças Armadas, em absoluta comunhão com o povo transformaram o regime político que o governava, no vetusto Império, na mais pujante República Federativa da América do Sul.

A transformação política se efetuou, confirmando a nossa tradição de revoluções incruentas e mostrando-nos a estrada ampla a percorrer pela jovem Nação — soberana e independente — vencendo óbices e alcançando vitórias, sempre com a esperança de um povo que tem por vocação — a LIBERDADE — e por destino — GLÓRIA.

A República tomando por símbolo, hoje, seu patrono — Tiradentes, por exemplo — a Revolução Francesa, sem os seus excessos, por doutrina de alguns revolucionários — o positivismo, contou ainda com a ventura da disciplina das Fôrças Armadas para que se não desmandasse a impaciência de muitos de seus próceres.

Há, entre o 15 de Novembro de 1889 e o 31 de Março de 1964 — analogias gritantes e incontestáveis. Naqueles dias havia também, um govêrno fraco, indeciso e eivado de erros acumulados a robustecer a esperança na alma dos que consideravam a República, o único regime compatível com a dignidade Brasileira. Há porém, e é nosso sagrado dever ressaltar, uma infinita disparidade entre a personalidade provecta, digna e plena de sabedoria do nosso monarca, encanecido no trono e a figura deposta, em 1964.

No entanto, como em 1889, a personalidade de um Marechal Humberto de Alencar Castello Branco que evoca a figura do Marechal Deodoro da Fonseca, pronto a carregar sôbre os ombros valorosos a responsabilidade da metamorfose política que o Brasil acabava de experimentar e de ter como continuador um outro Marechal, Arthur da Costa e Silva, para a consolidação da Revolução Redentora também nos faz acudir ao espírito o vulto inconfundível do Marechal Floriano Peixoto, o Consolidador da República.

Assim, podemos asseverar que as Fôrças Armadas desta Nação, jamais terão em momentos graves, traído ou falhado, sagrados compromissos de manter a qualquer preço, a Ordem e a tranqüilidade, fatôres básicos à Segurança Nacional. Cumpre ainda dar alta ressonância ao proclamar o sentimento de solidariedade e coesão das Fôrças Armadas Brasileiras, sempre fiéis aos seus líderes, razão porque tem permitido ao Brasil passar por todos os estágios políticos da vida de uma nação, oferecendo ao resto do mundo o espetáculo ímpar de pacifismo e sentido democrático, poupando aos seus compatriotas civis o sacrifício inútil de derramamento de sangue, a exemplo de outras nações, menos felizes.

A DEFESA NACIONAL conclama a geração presente e as gerações futuras a colhêr na página mais fulgente da História Pátria — A Proclamação da República — que evoca tradições gloriosas e ensinamento imperecível, único condizente para orientar a marcha do porvir grandioso do nosso Brasil.

O "19 DE NOVEMBRO" — DIA DA BANDEIRA — que se comemora em todo o território brasileiro e nas sedes de nossas representações diplomáticas, em todos os países amigos continentais e extracontinente, para exaltar em sagrado culto de homenagem à Bandeira Nacional é um testemunho de fé

e de civismo, fonte de energia espiritual que jamais se extinguirá na irradiação dos ideais comuns que galvanizam a gente brasileira na defesa das mais sublimes conquistas morais e culturais da civilização ocidental e da maior prosperidade material através do labor pacífico e fecundo, sob a inspiração dos mandamentos do cristianismo por que somos todos pequeninos diante da grandeza de Deus.

A Nação Brasileira, no início da década de 60, assistiu estarrecida à conduta de um govêrno, empossado sob a égide de legalidade mas que traía a Constituição e os interêsses da Nação, marchando para a comunização do país, na estrada da subversão, por êle mesmo preparada, seja por incompetência seja pela inversão dos valores morais e sociais ou pela corrupção generalizada.

A Bandeira do Brasil não poderia abrigar, à sua sombra, um govêrno de predominantes tendências favoráveis ao mal, sob as inclinações viciosas, por corromper consciências, subornar caracteres e desprestigiar o justo mérito. Foi a nossa Bandeira que, na simbologia de uma fôrça única, completa, indivisível e na expressão grandiosa de nossa extensão geográfica e das atividades manifestadas pelas fôrças vivas da nacionalidade, inspirou a Revolução de 31 de Março de 1964, na luz espiritual de nossos maiores que se eterniza na tradição dos altos feitos e das nobres doutrinas que êles nos legaram, para restaurar a legalidade democrática e a soberania nacional, aviltadas sob a influência do jugo de insidiosa política marxista, e propiciar ao povo brasileiro viver em paz, prosperar tranqüilamente na ordem e continuar florescendo na sua alma a fé cristã que há de entrelaçar as gerações passada, presente e futuras.

Pendão Auriverde, ornado com o brasão do Império ou, em campo azul, representado com conjunto estrelar da Federação, no passado como no presente, constitui e consti-

tuirá sempre a idéia, fôrça que impulsionará as Fôrças Armadas, depositárias da confiança do povo brasileiro, a cumprirem com os seus deveres institucionais para que êle possa continuar tremulando altaneiro, como fôra no passado, seja empunhado pelo legendário Osório, Tamandaré, Antônio João e Marcílio Dias ou conduzido pelo nume tutelar da Pátria, o Duque de Caxias nas batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas ou quando fincado nas escarpadas dos Apeninos, em Montese e Monte Castelo, ou flutuava em nossas belonaves no Atlântico Sul ou ainda drapejava nos céus da Itália resplandecendo as glórias nacionais nas aeronaves da jovem e intrépida Fôrça Aérea Brasileira.

Bandeira do Brasil! A DEFESA NACIONAL lhe presta reverência em sagrado culto na sublime evocação do seu heroísmo e das glórias, desfraldada aos ventos, nos topes dos mastros: anunciando aos povos dêste continente e às nações extracontinentais, com clarinadas de alvoradas esperançosas, o porvir venturoso e pacífico de um povo forte e valoroso, que tem confiança e fé no destino de sua Pátria; e inspirando a todos os brasileiros, civis e militares, para que se tornem fortes e corajosos, a fim de vencerem a indolência, o egoísmo, a paixão, o ódio, a fraqueza de caráter e a indecisão, permitindo-lhes uma tomada de consciência, iluminada pela razão a apontar-lhes o caminho do dever a cumprir com a Nação Brasileira.

O "27 DE NOVEMBRO DE 1935" — EPOPÉIA DO DEVER MILITAR — dia em que rendemos a homenagem e o tributo da nossa sempiterna admiração e profundas saudades àqueles bravos e valorosos soldados que sacrificaram as suas vidas em holocausto à Pátria, no cumprimento do honroso dever militar, em defesa da civilização, da moral, do cristianismo, das liberdades humanas, da família e do Brasil.

A DEFESA NACIONAL, tendo sempre presente na memória os acontecimentos trágicos ocorridos naquele dia, jamais olvidará os nomes daqueles brasileiros que representam verdadeiras legendas do mais edificante significado patriótico e exemplos inextinguíveis de bravura e zêlo da honra militar.

A ideologia política comunista, pela crueza e frialdade de seus assassínios, pela anulação dos valôres morais e espirituais, pela destruição dos templos, monumentos e patrimônios culturais, pela negação de Deus e corrupção da família, jamais poderá medrar sob os céus do Brasil, por repugnar à compreensão e aos sentimentos de um povo formado com forte consciência cívica e imbuído do valor e grandeza da sua nacionalidade, do culto da liberdade, da honra, da glória tradicional dos seus antepassados, e, finalmente, por ser digno do desmedido sacrifício daqueles que sucumbiram em defesa do Brasil e da perpetuidade da família brasileira.

Jamais esqueçamos a gloriosa memória daqueles que foram vítimas da nefasta traição e do frio assassínio, até mesmo em meio do sono, pela insânia dos maus brasileiros dominados pelo comunismo ateu e apátrida.

O "25 DE DEZEMBRO" — NATAL DE JESUS CRISTO — dia em que os céus proclamam em tôda a terra o esplendor da Glória de Deus na grandeza espiritual da humanidade em que "um dia discursa a outro dia e uma noite revela conhecimento a outra noite", através dos séculos, desde a eternidade para a eternidade, do comêço do firmamento aos confins do universo, anunciando o glorioso acontecimento, divina obra das mãos de Deus, a ser perpetuada no coração e na alma das gerações sublimados pelo amor, fé, esperança e humildade com o sacrossanto e magnífico sacrifício na ardente paixão de Jesus Cristo — VERBO QUE SE TORNOU CARNE — para nos conduzir à Salvação.

É com o espírito voltado para Cristo que ergo minhas mãos para os céus, em fervorosa prece, rogando ao Todo Poderoso que lance sôbre os lares de todos os camaradas das nossas Fôrças Armadas, associados ou não de A DEFESA NACIONAL, a sua bênção de amor, de paz e de misericórdia e também bendiga a família brasileira, pedra angular da sociedade e da Pátria, que se orgulha de ser ponderável parcela do cristianismo mundial.

Consagramos a Deus, no dia de Natal, os nossos pensamentos na mais forte convicção patriótica e cristã de que cumpriremos o nosso dever de soldados, inspirados na fonte do bem e do amor ao próximo, para assegurar ao nosso querido Brasil, dadivoso na prodigalidade da natureza que nos oferece e merecedor do trabalho fecundo e intenso dos seus filhos, prosseguir na senda da justiça, da verdade, da liberdade e dos anseios progressistas de um povo que tem o seu próprio estilo de vida.

E ao aproximar-se o 1º de janeiro de 1970, a alva de um nôvo ano, volvamos mais uma vez os corações para Deus, plenos de renovadas esperanças e fé e, assim alertados e fortalecidos, conquistemos os elevados objetivos da Nação Brasileira, tornando-a cada vez mais independente, livre, soberana e poderosa na harmonia de vida feliz, próspera e cristã do seu povo.

PALAVRAS DO NÔVO MINISTRO DO EXÉRCITO

"Com profunda emoção atendi ao chamamento da confiança do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, companheiro e amigo fraterno de uma vida inteira, para a investidura no cargo de Ministro do Exército. Recebo-o das mãos do colega de turma e também velho amigo de meio século, o General-de-Exército Aurélio de Lyra Tavares.

Manterei decidido o ânimo para exercer, com honra e lealdade, as funções de Ministro e Comandante do Exército, servindo às Fôrças Armadas e ao Govêrno Revolucionário, no seu empenho e determinação de transformar em realidades as mais caras e legítimas aspirações nacionais.

Cuidarei sem desânimo, com os pés no chão e os olhos no futuro, da eficiência do Exército e da total consagração de meus comandados aos trabalhos da profissão militar, fora e acima de injunções pessoais e políticas.

Perseverarei na ação até o fim com humildade, senso de justiça, firmeza e sentido de objetivo.

Humildade, que não se confunde com a timidez, mas importa em propósito claro e retilíneo de porfiar no serviço da verdade e no esfôrço construtivo de dar-me e fazer com que se dêem todos, com tôdas as energias, à tarefa mais modesta e simples, sem vaidade, sem o desejo secreto de mostrar-me.

Senso de justiça, que vitaliza a confiança entre chefes e subordinados, que dá calor à vida e energia ao esfôrço.

Firmeza que vale mais do que a fôrça, que conduz à persistência, à decisão digna de recomeçar o trabalho feito, etapa por etapa, malgrado as interrupções e os desapontamentos.

Sentido do objetivo, que significa ação eficiente e orientada para os fins colimados, sem mudança de rumo e dispersão de meios; que implica na fixação de prioridades e na escolha de alternativas da ação.

Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Aurélio de Lyra Tavares, receba Vossa Excelência, com o meu aprêço e amizade, a saudação militar do Exército, pelos assinalados serviços prestados à Pátria, como soldado e cidadão.

Meus Senhores:

Espero em Deus cumprir, com exação e zêlo, com espírito cívico e determinação patriótica, a missão que me foi confiada."

HOMENAGEM AOS MORTOS DE 27 DE NOVEMBRO DE 1935

ÊLES MERECEM NOSSO RESPEITO E GRATIDÃO

Tenente-Coronel Misael de Mendonça
Major Armando de Souza Mello
Major João Ribeiro Pinheiro
Capitão Geraldo de Oliveira
Capitão Danilo Paladini
Capitão Benedicto Lopes Bragança
1.º Tenente José Sampaio Xavier
2.º Tenente Lauro Leão de Santa Rosa
2.º Sargento José Bernardo Rosa
2.º Sargento Jaime Pantaleão de Morais
3.º Sargento Coriolano Ferreira Santiago
3.º Sargento Abdiel Ribeiro dos Santos
3.º Sargento Gregório Soares
1.º Cabo Luiz Augusto Pereira
1.º Cabo Antônio Carlos Botelho
2.º Cabo Alberto Bernardino de Aragão
2.º Cabo Pedro Maria Netto
2.º Cabo Fidélis Batista de Aguiar
2.º Cabo José Hermito de Sá
2.º Cabo Clodoaldo Ursulano
2.º Cabo Manoel Biré de Agrella
2.º Cabo Francisco Alves da Rocha
Soldado Luiz Gonzaga
Soldado Lino Vitor dos Santos
Soldado João de Deus Araújo
Soldado Álvaro de Souza Pereira
Soldado Genaro Pedro Lima
Soldado Wilson França
Soldado Péricles Leal Bezerra
Soldado Orlando Henriques
Soldado José Menezes Filho

27 DE NOVEMBRO DE 1968

Brig do Ar DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA
(Oração pronunciada em 27 Nov 68, na Praça Gen Tibúrcio, em homenagem às vítimas do comunismo)

Todos os anos, a 27 de novembro, temos vindo postar-nos junto ao túmulo dos companheiros sacrificados neste dia, em 1935, para lhes prestar nossas homenagens. Feliz idéia tiveram os guardiões dêste mausoléu ao trasladá-lo do Campo Santo, onde se encontrava, para esta praça, local onde a maioria dos que hoje reverenciamos caíram para sempre. Êste pedaço de chão do nosso Brasil é sítio mais adequado para o repouso eterno dêsses Brasileiros, porque aqui, próximos daqueles que se imortalizaram em Dourados e na Retirada da Laguna, e em cenário à altura da grandeza de suas mortes, estão mais próximos do povo a que pertenciam e pertencem.

Neste dia, a par do tributo da nossa admiração e do nosso reconhecimento, procuramos também revigorar energias pela recordação da vida de companheiros que souberam viver e morrer. Nestes instantes, a nossa alma se expande em meditações envolvidas pelos mais puros sentimentos. É momento de verdade, de sinceridade, de franqueza. Não nos preocupam as limitações da vida, porque estamos diante do infinito da morte. É hora de confidências muito caras.

Nesta homenagem, interpreto os sentimentos de todos os camaradas das Fôrças Armadas do Brasil que aqui vêm, como têm vindo, para dizer antes de tudo, que o sacrifício não foi em vão, e não o foi porque tem inspirado as gerações que se sucederam com a sua grandeza de ter sido em defesa de algo.

Sim, vocês não morreram agredindo, vocês morreram defendendo. Vocês morreram para defender o direito de nosso povo continuar a ser bom, leal, compreensivo, justo e magnânimo. Vocês morreram para defender o direito de êste País continuar sendo livre e hospitaleiro, sem preconceito e sem ódios. Vocês morreram para defender o direito de todos viverem, inclusive daqueles que lhes tiraram êsse direito. Vocês morreram para defender o direito de o amor existir nesta Terra. Vocês morreram para defender o direito de um grande País sobreviver. Vocês morreram nas primeiras linhas de defesa das fôrças espirituais, em luta contra as ambições do materialismo. Vocês morreram em postos avançados da proteção do primado do indivíduo sôbre o totalitarismo desumano.

Sim, o sacrifício de vocês não foi em vão, porque a grande resistência continuou. Em 35, contra o comunismo; em 42, contra o nazismo. Cada uma dessas arremetidas sempre encontrou as fôrças representativas da alma brasileira revigoradas pelo exemplo dos que tomba-

ram, e, tombando, mostravam ao mundo que esta Terra não deseja, não quer e não admite a presença do ódio e da intolerância.

E, assim, chegamos a 1964, quando nova investida se processava contra as mais caras convicções dos Brasileiros. Desta feita, métodos diferentes foram tentados na ação correspondente. O exemplo do passado fôra bastante convincente. A determinação com que a nossa gente reagira contra a violência do comunismo e do nazismo demonstrara, de maneira clara e inconfundível, que outro caminho deveria ser experimentado para dobrar o povo brasileiro, cuja história mostra nunca se ter curvado diante da fôrça. E, então, processos outros foram empregados nesse nôvo assalto que, à semelhança do de 35, também visava à substituição das fôrças do espírito, tão presentes em nosso modo de viver, pela frieza do materialismo calculista que conduz, a pretexto de soluções imediatas, ao esmagamento completo do indivíduo, em benefício do absolutismo do Estado.

Pior do que a violência, a nova maneira de agir, por ser mais insidiosa, trazia um perigo muito maior: o coração nobre e generoso do nosso povo seria mais vulnerável à nova tática. Assim, vimos nascer neste País a corrupção que avassala, os privilégios que solapam, a demagogia que engana, a inflação que favorece, a inversão de valores que desmoraliza, a indisciplina que enfraquece e a subversão que destrói. Era a técnica destrutiva na sua plenitude de ação. Com ela, primeiramente seriam quebradas as resistências morais, depois destruídas as mais caras conquistas que o passado nos legou e, então, mortos os sentimentos que fazem a grandeza dêste povo, deveria surgir a nova ordem que promete muito pouco em troca do muito que pede. A insídia esqueceu-se, porém, de que entre as qualidades do nosso povo está a inteligência, e esta deu-lhe visão para reagir contra mais essa investida.

Mas, essa luta, que nos seus fundamentos é um choque entre as fôrças do espírito e as do materialismo, continua, sem fronteiras definidas, nem limite de tempo para findar. Ora se configura em campos delimitados; ora se infiltra pelas nossas próprias fileiras.

As Fôrças Armadas Brasileiras, parcelas do nosso povo, compreendem muito bem a magnitude dessa luta, na qual o que mais importa não é pròpriamente a fôrça do adversário, mas, sim, as nossas próprias fraquezas. Podemos sentir as investidas que, vez por outra, são tentadas para romper nossas defesas, rompendo nossa união.

Felizmente, nossa resistência não será quebrada, porque dentro das Fôrças Armadas existe a consciência do perigo e, entre essas e o nosso povo, nunca se abrirá uma brecha, porque elas também são povo, com a mesma alma, com o mesmo espírito de lealdade, de compreensão, de magnanimidade, de justiça e de tolerância. Seus sentimentos inspiram-se nas mensagens legadas pelos nossos patronos: —

TAMANDARÉ, leal até a morte, modesto por tôda a vida, inexcedível na sua magnanimidade, ao aconselhar:

— "Se fôr injusto, seja por ter perdoado, nunca por ter castigado".

CAXIAS, invencível nas suas convicções, grandioso na sua ação de pacificador, insuperável na sua afirmação:

— "Não conto, como troféus, desgraças de concidadãos meus".

SANTOS DUMONT, admirável na sua tenacidade, notável pelo seu desprendimento, inesquecível no seu idealismo, ao proclamar:

— "Nós, os fundadores da locomoção aérea, tínhamos sonhado para ela um futuroso caminho de glória pacífica".

Em todos êles, o mais nobre dos sentimentos da nossa gente: a solidariedade humana, a testemunhar que nós, militares, nos guiamos pelo que há de mais autêntico no brasileiro e, por isto, nunca, através da História, representamos classes ou apoiamos privilégios injustos, mas, sempre, defendemos o escravo contra a escravidão, o plebeu contra os desmandos da nobreza, os párias contra as prerrogativas políticas indevidas, e todos contra a ameaça de tiranias.

Êste proceder tem-se confirmado nos últimos anos, quando povo e suas fôrças armadas, em vigília constante contra os extremismos, têm demonstrado não desejar a importação de métodos que contrariem seus sentimentos.

Que falta para compreenderem que desejamos viver tranqüilos, que queremos trabalhar, progredir, rezar, amar, educar nossos filhos, respeitar nossos semelhantes, tolerar nossos inimigos, poder dizer aos nossos mortos o que quisermos, enfim, viver?

Que falta para compreenderem que as bombas assassinas, que ferem indiscriminadamente, ferem a alma do nosso povo, mas não o subjugam; que as mensagens anônimas, trazendo com elas o estigma da covardia, envergonham a nossa gente, mas não a intimidam?

Que falta para compreenderem que nós compreendemos que tudo isso não é nosso?

Que falta para compreenderem que desejamos continuar a viver na Democracia e haveremos de continuar?

Que falta para compreenderem que desejamos continuar a ser Brasileiros e haveremos de continuar?

Ainda vivemos a ação que se antepôs às investidas que precederam 64. Foi um movimento essencialmente revolucionário, porque visou a mudar um estado de coisas que punha em risco o nosso viver democrático.

Certamente, ainda há muito que fazer.

Aqui estamos com o nosso comandante supremo, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que prossegue, com idealismo, na obra revolucionária. Seu espírito de tolerância, compreensão e paciência está em consonância com a alma do povo que governa e com a revolução que dirige. Em tôrno dêle estamos unidos.

Que não se confundam, porém, os sentimentos dos Brasileiros. Que não se pense que tolerância é concordância; nem paciência, transigência; nem compreensão, submissão; porque os que hoje homenageamos também eram povo, também eram tolerantes, compreensivos e pacientes, mas preferiram morrer a concordar, transigir ou submeter-se.

— Companheiros de 35, como vêem, vocês não morreram em vão! O exemplo dado há 33 anos tem-nos guiado nessa luta incessante em defesa dos atributos espirituais da nossa gente que, com suor e sacrifícios, vem construindo uma grande Nação, conforme demonstra o Brasil de hoje, comparado com o deixado por vocês em 35.

— E tudo vem sendo feito, no meio de um mundo tumultuado pelas paixões, pelos ódios e pelo crime, sem o custo de vidas perdidas nos paredões ou sacrificadas nas câmaras de gás; com o branco ao lado do prêto, o rico ao lado do pobre, empregador ao lado do empregado, governantes ao lado dos governados, brasileiros ao lado de filhos de outras terras, religião ao lado de religião!

Por tudo isto, neste final de confidências, como última homenagem, um juramento:

— Vocês morreram para viver; nós continuaremos a viver para que vocês não morram!

"A Grande virtude do Guerreiro é confiar em sua causa, assim como a boa qualidade do apóstolo é a sua capacidade de perdão.

Em tempo de Guerra faz má figura quem pretende ser apóstolo, exatamente como a tenacidade das armas se transmuda em indesejável quando o tempo do apostolado chega."

MAURÍCIO DE LACERDA

DOM PEDRO MASSA

Padre NESTOR DE ALENCAR

Requiescat in pace. Que êle descanse na paz. Essa é a prece que a Igreja eleva aos céus, como um materno augúrio em prol dos seus filhos que desertaram desta vida — vida efêmera, agitada, convulsa, insidiosa, selvagem como a floresta de Dante — e que se foram para o mistério da Eternidade. Que lá encontrem, enfim, e para sempre a Paz — a Paz prometida por Cristo aos seus Apóstolos. Pacem meam do vobis. — É essa Paz que estamos, através dessa liturgia fúnebre, rogando ao Senhor do Céu e da terra conceda à alma daquele que há sete dias se partiu desta Casa e dêste mundo e responda à História com o nome, talvez imortal, de DOM PEDRO MASSA — BISPO TITULAR DE HEBRON.

Na primeira Carta aos Coríntios, do versículo 4.º ao 11.º, o grande Apóstolo das Gentes anuncia a variedade dos dons que Deus concede aos homens — o apostolado, a eloqüência, o poder das curas, a inteligência, ou seja as vocações — que capacitam, favorecem e possibilitam a vivência humana, de per si já tão complexa. Elas constituem a razão de ser de cada um de nós e selam os nossos destinos terrenos com os nossos destinos eternos... Elas dão a fisionomia histórica e sobrenatural a cada pessoa humana.

Quando dizemos — Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, imediatamente se nos antecipam à mente os luminosos horizontes da Filosofia. Demóstenes, Bossuet — e surge a imagem da eloqüência. Ao escutar o nome: Carlos Gomes — já nos parece perceber os acordes da protofonia do Guarany. — Osvaldo Cruz — e não vemos aquêle homem, vemos o Sanitarista providencial e salvador.

Senhores, quando pronunciamos ou ouvimos êste nome — Dom Pedro Massa — automática e imperiosamente nos acode à mente um outro nome, complementar e específico — o RIO NEGRO as MISSÕES DO RIO NEGRO. Essa foi a sua vocação. Êsse foi o seu destino, a sua razão de ser — o seu matrimônio indissolúvel, a sua glória; o seu martírio, a sua morte e a sua imortalidade.

O Rio Negro! essa imensa, deserta, insalubre região do Território Amazônico. — Desde 300 anos que se sucederam as tentativas de evangelização dessas terras. Por lá passaram os Mercedários, os Carmelitas, os Capuchinhos, mas uns após outros não conseguiram firmar-se em tão inóspitas regiões. — A perseguição de Pombal foi o golpe de misericórdia nessas tentativas apostólicas. Por 50 anos, o abandono e o esquecimento.

Em 1830 voltaram os Capuchinhos e os Franciscanos, mal se mantendo até 1914. — Foi quando o ze-



DOM PEDRO MASSA

loso Bispo de Manaus — Dom Francisco Costa — vai implorar ao Papa que tenha compaixão daquela gente. — Pio X, antes de morrer, manda dizer a Dom Álbera, o 3.º sucessor de Dom Bosco, que aceite essa Missão do Rio Negro para atrair as bênçãos de Deus sôbre a Congregação incipiente. Dom Álbera acede e em 1914 os Salesianos assumiam essa terrível responsabilidade perante a Igreja e a História.

Primeiro Administrador, para lá se foi Monsenhor Lourenço Giordano — um sábio, fidalgo, um diplomata, um homem de finíssima educação, que eu tive a ventura de conhecer e que em 1903.

Cinco anos depois, o atleta falece, abandonado, num pobre barracão perdido na floresta, vítima do clima, do trabalho e da penúria.

É quando os Superiores, apreensivos e desnorteados, lançam os seus olhos e as suas esperanças no Inspetor da Província de Mato Grosso, que já fôra Procurador-Geral dos Salesianos no Rio de Janeiro, homem robusto, hábil, provecto administrador — qualidade herdada do pai — banqueiro — persistente e empreendedor.

Em 1921 assumia a Prefeitura Apostólica das Missões Salesianas do Rio Negro — o Padre, já agora Monsenhor, Pedro Massa. — Iniciou-se, então, o ciclo definitivo de seu destino, deparou-se-lhe, enfim, o autêntico e imenso campo de sua extraordinária atividade. Estava êle longe de pensar que esta se prolongaria por quase 50 anos sem solução de continuidade.

Lá, pelas suas Missões, rondava a miséria e a morte. A falta de recursos, a tragégia das intrincadas e exaustivas comunicações, a inclemência do clima, uma umidade normal acima de 95%, o abandono, a desnutrição, a malária, a anemia, quebravam as energias dos Salesianos, obrigavam-nos a descer para a civilização; enlouqueceram vários, a alguns inutilizaram para sempre, a outros ceifaram impiedosamente a vida. — Para obstar a essas ruínas e promover recursos decisivos e prementes, é que, por ordem dos Superiores, o nôvo Prefeito Apostólico devia, pessoalmente, da Capital do País, providenciar a sobrevivência dessas Missões. E começou a odisséia do grande batalhador.

Tudo ia do Rio de Janeiro — alimentos, quase em sua total variedade — farinha, carne, açúcar, café, feijão; depois, roupas, sapatos, remédios, utensílios, material de construção, equipamentos; tudo remetido por via marítima para Manaus e de lá, transferido para lanchas a vapor, fluviais, rio acima para as diversas missões, com dias, semanas e meses de demora. Quem pode avaliar as complicações com essas intrincadas operações, não só em adquiri-las como enfrentar a incorrigível burocracia de nosso regime, distribuí-las, etc.

Para tal, teve êle de viver a pleno a vida social e política da época. — Privou de vários Presidentes, políticos, deputados, senadores, ministros, homens de negócio, de influência, no Estado e na Federação, todos indispensáveis para o manejo de seus objetivos. Campos Salles, Rodrigues Alves, Wenceslau, Hermes da Fonseca, Epitácio, Getúlio, Clovis Bevilaqua, Antonio Carlos, Quintino Bocaiuva, Osvaldo Cruz, Afonso Arinos, Carlos de Laet e quase tôdas as personalidades exponenciais de sua época.

Conhecia pessoalmente todos os chefes e funcionários das inumeráveis seções de todos os Ministérios, pois que em todos tinha transações. Entrava em todos sem protocolos, respaldado pela Autoridade dos Ministros e até do Presidente, cujos nomes citava com autoridade, fazendo destarte, esvaírem-se, como por encanto, todos os entraves formalistas.

Era íntimo do Presidente Getúlio Vargas que mantinha especial deferência para com êle, tendo, às

vêzes, êle mesmo Presidente, a iniciativa de convidá-lo para uma palestra em palácio. Dêle obteve concessões excepcionais e valiosíssimos auxílios para as suas obras. — Contudo, Senhores, e isto é público e notório, alguém se destacava, sem paralelos, em atitude de todo inatingível. — Mais que amigo, um irmão — seu maior benfeitor, porque o era de suas Missões, seu conselheiro e seu confidente, em tôdas as horas e em todos os quadrantes — o solitário supérstite da gloriosa e imortal epopéia de Copacabana. O maior benfeitor de suas Missões, disse. Sim, porque sem a FAB ter-se-iam multiplicado, quase sem solução, o problema angustioso das comunicações. É ela que transporta todo o pessoal missionário, de ida e de volta, que carrega em seu bôjo uma parcela notável das mercadorias, algumas não susceptíveis de demora. E tudo, inteira e totalmente grátis. Ainda há pouco me dizia o seu digno Sucessor: seguiram, ante-ontem, 3 mil quilos de material para as nossas missões. E a Aeronáutica vem buscá-lo aqui e o deixa em cada pouso das nossas residências, ao longo de todo o Rio Negro. — Daí essa estreita e cordialíssima relação entre êle e os membros da nossa benemérita gloriosa Fôrça Aérea.

Isso facilitou imenso o seu trabalho. E multiplicaram-se as residências — verdadeiros focos de civilização, de amor à Pátria, de cristianização. — Moura, Carvoeiro, Barcelos, Demeni, Tapurucuara, Marauiá, Maturacá, Uaupés, Içana, Cucuí, Taracuá, Tunui, Pari, Jauareté — em tôdas elas, quem mais quem menos iam surgindo paróquias, capelas, hospitais, ambulatórios, sobretudo escolas elementares, profissionais e agrícolas, masculinas e femininas, internatos, campos de pouso, postos de meteorologia, por tôda a parte vida, progresso, melhoramentos. O que custava tudo isso, só Deus o sabe.

Dom Massa era o pivô, o protagonista dessa façanha que causava admiração até a estrangeiros e peregrinos. — Nada gastava consigo, não comprava uma batina, que lhe vinha sempre sobrando de alguém, sapatos, até de Dom Mamede êle herdou. Ia diàriamente celebrar duas Missas na Igreja do Carmo e sempre de bonde, lamentando quando êsses deixaram lugar para os ônibus, bem mais caros. Nunca tomou um táxi. Lia jornais nas exposições das bancas, tudo para economizar meios de ajuda às suas queridas Missões. Recebendo uma herança da família, empregou-a integralmente na compra de materiais para os seus filhos distantes.

E ainda escrevia livros: "As Missões Salesianas — 1929", "Pelo Rio-Mar, 1950", "De Tupã a Cristo" — obra notável e seu canto de cisne; — fazia versos e belos versos, como "Albatroz" e "Elegia Menor" poemetos, e pronunciava discursos apreciados.

O mundo reconheceu os seus méritos.

Era Membro da Arcádia Romana e do Instituto Aráldico Pontifício. Condecorado com a Cruz "Pro Ecclesia et Pontifice" 1918 — Grande Cruz do Cruzeiro do Sul — 1958 — Grande Cruz do Mérito da Aeronáutica, 1964 — Diploma de Engenharia Civil pela Escola Livre de Engenharia do Rio — Por Lei n.º 24 de 18 de novembro de 1960, recebe

do Governador do Estado, o título de Cidadão Benemérito do Amazonas — concedido pela Assembléia Legislativa estadual.

A sua atividade era inesgotável e a sua luta sem tréguas.

Essa canseira e essa vivência numa sociedade tão contaminada poderia desgastar-lhe o corpo e salpicar-lhe a alma. Deus lhe deu uma grande mostra de sua dileção, trazendo-o, providencialmente, para um delicioso remanso de paz e de pureza, ao coberto da poeira e da lama do mundo. E aqui, neste abrigo sagrado, êle, a 8 de setembro de 1955 — 13 anos e 7 dias — viveu feliz neste recanto de paz e de santidade.

Alamêda de Hebron, a Via Sacra, tão linda e piedosa, a majestosa Gruta de Lourdes, o altar de Nossa Senhora de Fátima — tudo isso levou o toque de sua inspiração e de seus desejos, de sua cooperação.

Dia a dia se ia êle separando cada vez mais dos homens e se aproximando cada vez mais dos Anjos. Sim, dêsses anjos que vivem na terra aqui nesta colina bucólica da Tijuca — e cuja convivência foi como que uma amostra, um prelúdio, um preparativo para a sua próxima e definitiva vivência com os Anjos do Céu.

E nesse ambiente, a sua morte só podia ser como foi — serena, plácida, invejável. Na manhã do dia 15 dêste (setembro) — festa de Nossa Senhora das Dôres, Virgem Santíssima, de quem era tão devoto e cujo Têrço não saía de suas mãos — disse à Superiora estas palavras: "Que dia lindo para me ir desta vida!". Horas depois, a Rainha do Céu atendia ao seu pedido e o levava para os mistérios imperscrutáveis do seu Reino.

A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão.

NOSSO APÊLO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

GIGANTES DA AMAZÔNIA

CAP CAV
HELIO BORBA
DA EsAO

Conheci e rendo nestas linhas, minha homenagem a homens gigantes que vivem na fronteira da Amazônia, em lugar que bem poderia ser definido por esta singela frase: "Longe da civilização, é bem verdade, porém próximo, muito mesmo, de Deus e Sua infinita Obra, a Natureza em tôda sua exuberância."

Estirão do Equador, vale do rio Javari, fronteira com o Peru. Aí vivem homens como quaisquer outros, com os mesmos sentimentos, analfabetos ou quase isto em sua grande maioria, pouco menos que miseráveis, pois o que ganham não dá para o sustento de sua numerosa prole. Procuram na selva, nos rios e igarapés algum alimento para compensar a deficiência financeira e muitas vêzes, após tardes e noites de vigília, nada trazem, ficando sòmente a esperança de um próximo dia melhor. Não conhecem as regras mínimas de higiene, vivem com suas famílias em palhoças que recebem o nome pomposo de "casas"; estas "casas" na sua quase totalidade não têm divisões internas, vivendo em completa promiscuidade, pais e filhos. Estão a mercê dos mais variados tipos de doenças, sejam as endêmicas, as motivadas pela falta de medidas sanitárias adequadas ou as causadas pela subnutrição, uma constante da região. Trabalham intensamente para vencer, de um lado, o rio, de outro, a selva e fazem também a segurança da fronteira.

Define até agora os privilegiados desta região, se assim os podemos chamar, os militares em serviços no 9.º Pelotão de Fronteira, pois apesar das dificuldades sérias que enfrentam, são considerados pessoas felizes, pelos da região, por estarem sob o manto protetor do Exército.

Imaginem, se tiverem condição, sem nunca ter visto algo igual, o que são os demais, aquêles que vivem à margem dos rios da região. Vida sub-humana, grande parte são seringueiros, saindo de casa antes do raiar do sol para suas estradas de seringa, como são chamados os conjuntos de árvores que lhes são destinadas para que retirem o precioso líquido. Voltam à tarde com o produto do dia e prosseguem em suas residências o trabalho de preparação da borracha que deve ser defumada e depois acondicionada, como se fôsse bola, maneira pela qual é vendida. Falei vendida, mas soa mal êste no-

me, porque na verdade é roubada aos seringueiros pelos famosos regatões, únicos compradores do produto. Vejam o método de compra: primeiro pesam a borracha, normalmente em balanças viciadas, que não expressam o pêso exato; segundo, do pêso apurado abatem vinte cinco por cento considerado como quebra, quando na realidade a quebra raramente antige dez a quinze por cento do total; terceiro, pagam um preço irrisório pelo produto apurado, conseguindo na revenda em centros maiores, por vêzes, o dôbro do preço pago. Pago? Nome fictício para o epílogo deste verdadeiro saque; o seringueiro necessita gêneros alimentícios para sua sobrevivência e todos os demais artigos, como munição, combustível fazendas, remédios, etc. E de quem compram estes artigos? Os únicos de quem podem comprar são os regatões, imaginem os preços cobrados, simplesmente exorbitantes e proibitivos. Resultado, os seringueiros não vêm dinheiro, apenas trocam a borracha pelo que necessitam. Adicione-se a isto que quando chove não podem retirar a seringa, pois ela se perde. No período por êles chamado inverno (dezembro à junho) chove quase diàriamente, nada produzem.

Não para aí a desdita destes homens, estão em permanente sobressalto, com suas vidas ameaçadas pelos bandoleiros que infestam a região e tentam dominar a área expulsando dela os seringueiros. São índios semicivilizados, bem armados e conduzidos por brancos aventureiros. Atacam os lares destes seres sofridos, roubam tudo que têm e queimam suas palhoças.

Assim é a vida neste pedaço de Brasil!

Nas linda noites enluaradas que lá conheci deixei minha mente vagar e lembrei-me que naquele precioso momento, em outras partes do Brasil havia cidades lindas, com ruas amplas e bem pavimentadas, luzes feéricas a iluminá-las, gente despreocupada passeando, carros passando, namorados cantando juras de amor para suas amadas, enfim, vida intensa e fácil em pleno século XX. E lá em Estirão do Equador? Nada! A maioria não sabe o que seja cinema, nunca viram automóvel ou trem. Quem sabe já tenham visto em fotografia nas revistas velhas que lá chegam? Mas e se não sabem ler, como entenderão?

Mas são exímios com suas montarias, sabendo usá-las com mestria. Não pensem que ao falar em montaria, esteja me referindo aos belos "pingos" usados pelos gaúchos em suas lides. Montarias para o povo desta região, são pequenas canoas, verdadeiras cascas de nozes, com as quais percorrem os rios e igarapés as vêzes durante dias e dias, remando num ritmo compassado e bonito.

Normalmente das trevas surge por vêzes luz intensa e bela, como a da lua cheia nas noites limpas e estreladas e mesmo nos lares mais humildes recebem-se ensinamentos puros que nos reanimam e fazem com que sigamos contentes e confiantes na jor-

nada da vida. Tive oportunidade de visitar o vale do rio Curuçá, distante quatro horas de lancha da sede do Pelotão. Local exuberante e riquíssimo, lindo mesmo, porém pràticamente desabitado tendo em vista o assédio constante dos bandoleiros que não permitem às famílias se estabelecerem na região. Mas existem os que não se entregam e insistem, lá permanecendo apesar de tudo — gigantes entre gigantes na perseverança. Foi na casa de um dêstes homens que eu fiz questão de parar. Caboclo humilde, mas cheio de dignidade. Quando subimos o barranco do rio em direção ao seu lar acendeu-se a luz intensa — que hospitalidade! Tudo era pobre, sentamo-nos em caixotes, mas êle e sua família fizeram questão de demontrar satisfação por nossa presença. Interessante, nada reclamou, nada pediu, só nos contou como escapou de ser morto pelos índios depois de muita insistência nossa. Os grandes homens normalmente são modestos. Tratava-se de um seringueiro. Sua espôsa, segundo êle, era exímia caçadora e nada temia. No fundo da residência uma pequena plantação para o sustento e algumas galinhas que lhes davam ovos e carne de quando em vez. Saboreamos um café que nos foi servido em latas vazias de leite condensado. Estas latas são compradas dos regatões, seja para uso doméstico, seja para retirada da seiva nos seringais e sabem por que preço? Exatamente sessenta centavos por unidade, latas vazias! Quando nos despedimos ofereceu-nos meia dúzia de ovos e uma ave que havia caçado pela manhã. Quase nada, não? Aparentemente sim, mas imaginem que o que nos deu seria o almôço melhorado do domingo. Um dos melhores presentes que já recebi em minha vida, pois me foi dado por quem nada tinha.

Êste é um Brasil desconhecido onde homens sofrem intensamente. Cada dia é um martírio e a incerteza do amanhã uma constante. As distâncias são medidas em milhares de quilômetros e o tempo em número de meses e não em horas ou minutos. Não há esperança de futuro para esta gente.

Ainda uma vez deixei minha mente divagar e ela transportou-se para o passado já distante em que os primeiros colonizadores chegaram ao Brasil. Deixaram a Pátria distante onde para a época tudo era fácil uns pelo espírito de aventura, outros em busca de fortuna, outros obrigados por sua condição de prisioneiros deportados, enfim os mais variados tipos humanos. Êste conjunto heterogêneo não tinha idéia do papel que apresentaria perante a História, grande testemunha dos grandes feitos; êstes homens nos deram êste Brasil imenso, sofreram tôda sorte de privações, mas um desejo intenso de vencer e prosseguir para frente os fêz continuar e aí temos o resultado de sua obra lendária. Voltando ao presente examinei êstes homens que me cercam. Lá estão, **sem sombra de dúvida,** aquêles mesmos que no passado desbravaram a Pátria.

Gigante Brasil! Respeite e coloque no pedestal da glória êstes

bravos que, sem o saber, são bandeirantes audazes em pleno século XX. Êles balizam com sua presença e seu sofrimento os limites desta Nação-Continente e vão, pouco a pouco, povoando uma região agreste e desabitada e vencendo as dificuldades à medida que elas se apresentam. São heróis anônimos e têm por única testemunha de seus atos a Natureza exuberante que os abriga e Deus. Aí está a magnitude, pois o que realizam não é visando aos aplausos das multidões, nem recompensas.

Como gostaria de poder permanecer entre êles, ou melhor, ser um dêles, mas na impossibilidade, agradeço ter tido a oportunidade de tê-los visto, aprendendo muito de humildade, honradez e perseverança. Respeito-os e rendo-lhes minha sincera homenagem.

Do alto do avião que me conduziu de retôrno à civilização observei o rio Javari que banha a região e com suas inúmeras voltas forma figuras que lembram corações. Coração lembra AMOR! Será esta uma mensagem Divina transmitida pela Natureza aos seus filhos que tanto sofrem? Tenho certeza que sim.

"Vinde a Mim os que sofrem, pois serão aliviados."

Boas aplicações em Letras de Câmbio e Imobiliárias de sólidas financeiras e na Bôlsa de Valores, estão na

fernasa distribuidora de títulos e valores mobiliários ltda carta patente nº a-68/678

SOB A DIREÇÃO DO GENERAL R/1
FERNANDO DA SILVA SÁ
AV. RIO BRANCO, 277 — CONJ. 501 — TEL. 232-0570 — RIO
(Edifício São Borja)

PRIORIDADE PARA A EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO AMAZÔNICO

HELIANDRO MAIA
Professor Universitário

Já não mais se duvida de que o processo da definitiva — e tão procurada — integração de nossa Amazônia ao complexo sócio-econômico-cultural brasileiro vem sendo conduzido sem as costumeiras hesitações de uma civilização inferior, não obstante estarmos geogràficamente abaixo da linha equinocial, arrolados, portanto, na classificação das superpotências, entre os subdesenvolvidos.

Eis por que o Brasil começa a surpreender a todos ao demonstrar a sua capacidade na elaboração de uma vigorosa infra-estrutura para a sua Amazônia, muito embora isso signifique uma operação altamente custosa mas de cujo esfôrço, exclusivamente brasileiro, resultará a incorporação final do Grande Vale e, conseqüentemente, da utilização de seu imenso espaço e potencialidades econômicas à sistemática da dinamização do progresso global da Nação, o que vem se acelerando, irrefutàvelmente, nos últimos anos.

Contudo, os êxitos — devemos usar de franqueza — que seriam de esperar face ao volume de planos elaborados para o mundo amazônico não nos permitiram, até agora, uma efetiva valorização, principal e merecidamente, em proveito do heróico homem amazônico, de suas incalculáveis riquezas. Aí está em tôdas as côres e matizes, possíveis e impossíveis, a realidade sôbre a execução do planejamento amazônico.

Afinal, quais as razões, as falhas, os erros, da diluição, no tempo e no espaço, de tôda essa gama de empreendimentos documentais para a Amazônia?

Sempre houve planos, projetos, reuniões, mesas-redondas, conclaves e simpósios na e para a Amazônia brasileira. Tudo falhou? Não eram viáveis e não foram iniciados, pelo menos em grande parte, tudo o que foi aprovado, técnica e administrativamente, em prol da arrancada amazônica?

E também defrontamo-nos com outra verdade maior ainda: ou dela nos apossamos eficazmente, isto é, daremos reais condições de trabalho e habitação às suas escassas populações, possibilitando logo depois a materialização de uma infra-estrutura que garanta a sua definitiva ocupação por nacionais, objetivo êste fundamental de tôda a problemática amazônica, ou, ante as perspectivas de um

Mundo que em poucos decênios — e o que são poucos decênios no curso da História? — terá duplicado a sua densidade demográfica, angustiado pela necessidade de espaço útil onde a espécie humana tenha condições de sobrevivência, sejamos, pelas terríveis circunstâncias, obrigados a consentir na sua internacionalização, única forma pela qual seria mantido o equilíbrio mundial para o drama da Humanidade neste futuro próximo: a fome.

E quem poderia opor-se? Qual fôrça teria condições, já não direi militar, mas moral, de impedir o povoamento da região constituída pelo maior espaço vazio e despovoado da Terra?

A Amazônia seria a solução universal, a grande dispensa de nossos semelhantes, e o *modus vivendi* teria a aunuência unânime, inclusive a nossa própria.

Evidentemente, outras conseqüências adviriam se realidade já fôsse a frase famosa de Humboldt: — A Amazônia celeiro do Mundo.

Incontáveis obstáculos haveremos ainda de ultrapassar — mas todos por nós batidos serão — para atingirmos aquela tão sonhada meta, degrau supremo das aspirações de nossa Pátria, índice que colocar-nos-á entre os grandes, realizável, no entanto, a partir do exato instante em que prioridade primeira fôr concedida à execução do planejamento amazônico.

A DEFESA NACIONAL é a sua revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUA COLABORAÇÃO!

PROJETO RONDON

(Institucionalizado pelo Govêrno Federal pelo Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968)

Cândido Mariano da Silva Rondon (5 de maio de 1865, † 19 de janeiro de 1958) nasceu no interior brasileiro e a êle dedicou-se a vida inteira.*

Percorreu, construindo linhas telegráficas, uma região de 500.000 quilômetros quadrados integrando-a ao território nacional. Seus mapas possibilitaram o conhecimento destas regiões até então ignotas. Mas não limitou-se, pois além de pacificar índios da região, serviu de mediador na questão entre o Peru e a Colômbia. Como representante autêntico do sentimento nacional foi inigualável e sua frase "Morrer se preciso, matar nunca" bem demonstra o espírito humanista que orientou sua obra.

Pela Lei n.º 2.371 de 17 de fevereiro de 1959, o antigo território federal do Guaporé teve sua denominação mudada para Rondônia.

O Projeto Rondon canaliza a mão-de-obra universitária do país, ociosa em período de férias, para o interior das regiões menos desenvolvidas do Brasil, propiciando uma oportunidade de criar-se um juízo da realidade nacional.

É um programa de educação, ou melhor, de complementação do ensino universitário, em uma época em que os jovens se revoltam contra os sistemas de formação que, estáticos e por isso mesmo arcaicos, os afastam das reais necessidades dos mercados de trabalho, formando-os acadêmicos e não profissionais. O Projeto Rondon lhes dá oportunidade do que aprendem nas escolas e lhes possibilita o conhecimento de novos mercados, carentes de mão-de-obra especializada.

Há uma preocupação nessa estrutura: — não se deformar, afastando-se da autenticidade com que foi criada, identificada na maneira de ser, pensar e agir de nossa juventude.

Nada deve ser impôsto. Tudo serão respostas a impulsos que procuraremos emitir. Ela terá que continuar a corresponder aos anseios da mocidade.

E esta caminha junto, voluntàriamente, realizando um trabalho sem impedimento, na convivência com os mais prementes problemas sócio-econômicos das áreas de atuação, onde de maior valia é a experiência que forja.

Vemos portanto que, ao contrário de outros movimentos voluntários

de prestação de serviços, o Projeto Rondon visa, prioritàriamente o estudante universitário.

Apesar de não ser seu objetivo principal, o trabalho realizado em centenas de localidades do grande interior não pode ser esquecido: são prestados mais de diversas centenas de milhar de atendimentos médico-odontológicos; ministradas centenas de horas de aulas a professôres leigos; construídas dezenas de fossas e tomadas d'água; levantados um sem número de dados sócio-econômicos; criados centros sociais, é o agrupamento social para o desenvolvimento.

A evolução e o aperfeiçoamento das formas de atuação, empenharão a dinâmica do Projeto Rondon em outros dois pontos básicos:

1 — A criação do "Campus" Avançado — que virá revolucionar o conceito de universidade consiste na extrapolação do "Campus" natural da escola. Cada universidade, — sob sua orientação — terá, nas áreas menos desenvolvidas, um campo experimental; nêle equipes mensalmente renovadas de alunos e professôres trabalharão, sob a forma de estágio curricular, adquirindo uma insólita formação e permitindo com que as regiões contem à sua disposição com uma gama variada de técnicos especializados.

2 — A canalização dos novos técnicos para as áreas cujos mercados começam apenas a surgir. Em tôrno do lema "Integrar para não entregar", o Projeto Rondon vem aproximando brasileiros de todos recantos, acima das paixões políticas e das estéries e demagógicas discussões ideológicas.

PROJETO RONDON, SEU HISTÓRICO

Em julho de 1967, por iniciativa do Professor Wilson Choeri, Secretário-Geral da Universidade do Estado da Guanabara, e respondendo aos impulsos por êle emitidos com seus entusiásticos comentários a respeito de uma visita que fizera ao 5.º Batalhão de Engenharia de Construção, no Território Federal de Rondônia, um grupo de 27 alunos e 3 professôres planejou uma viagem de estágio à região amazônica.

Ao justificar a idéia do Projeto, escrevia na época o Professor Choeri, preconizando a Universidade Integrada:

"É do concenso geral que as Universidades brasileiras devem reformular suas estruturas a fim de poder atingir à dinâmica do desenvolvimento para o qual vem infletindo o País.

No atual contexto interncional e, em particular, na situação perigosa em que se encontram o Brasil e a América Latina, com parcelas crescentes de suas populações marginalizadas política e socialmente, a Universidade não pode manter-se defasada em relação à realidade nacional.

A Universidade Brasileira não tendo acompanhado o desenvolvimento estrutural da Nação, manteve-se estática, permitindo que o processo social fluísse sem que fôsse capaz de influir nos seus aspectos fundamentais. Ainda mais, não foi capaz de formu-

lar a ideologia do desenvolvimento brasileiro, incapacidade esta que permitiu a formação de órgãos paralelos à Universidade que, tentando estabelecê-la, descambaram para uma ação de proselitismo político.

A Universidade não é um fato isolado, não se resume à sua área geográfica, mas deve refletir o resultado de uma mentalidade nacional."

Êsse grupo de pioneiros considerava não ser suficiente a teoria que recebiam dos professôres. Não bastavam apenas os debates em tôrno dos problemas, que na maioria das vêzes eram vistos ou apresentados com deformações ou sem o conhecimento de causa em profundidade.

Havia decidido que de agora em diante iriam participar de forma dinâmica e continuada no processo de desenvolvimento. Forçariam a mudança da mentalidade pelo seu desprendimento e sua determinação em assumir responsabilidades. E isso só seria conseguido com a Universidade Integrada, isto é, volante, deslocando seus alunos, sob a orientação de professôres, para o conhecimento prático e objetivo de nossa realidade, perfeitamente integrados, pela participação e prestação de serviços, na vida comunitária nacional.

O aprendizado seria indireto, através do trabalho que prestariam àquelas populações do interior.

Discutida a validade da idéia, foi escolhida a região do 5.º BEC — a época, as próximas férias escolares do mês de julho.

Contatos com o Ministério do Exército para o apoio na área; com o Ministério do Interior para o transporte aéreo; campanhas para angariar medicamentos e fundos, tiveram logo início. A preparação setorial, com aulas dentro das especialidades de cada um, e a preparação geral feita por pessoas que tinham conhecimento da região. Exames médicos, vacinações, tudo isso passou a ser um quadro nôvo na Universidade do Estado da Guanabara e que não só empolgava aos participantes, mas aos demais que observavam o que ocorria. Surge também nessa época o nome que passaria a identificar o movimento que se iniciava: — Projeto Rondon, escolhido por êles, com grande propriedade, como que a buscar inspiração na figura do Bandeirante do Século XX, do pioneiro da integração nacional, o grande humanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Chegou, afinal, o esperado dia da partida, cheio de emoções, surprêsas e até sustos, pois tiveram um pequeno problema técnico no FNE do Ministério do Interior que a partir de então se integraria na própria história do Projeto.

Com uma permanência de 28 dias na região, os universitários pertencentes aos cursos de Geologia, Geografia, Engenharia, Medicina e Enfermagem, dedicaram-se a um trabalho de levantamentos, pesquisas e assistência médica. Os geólogos embrenharam-se por 15 dias pela floresta. A malária que um dêles adquiriu

Na execução houve apoio e aproximação muito grande das Prelazias, Unidades Militares e órgãos governamentais que atuam na área.

A preparação dos universitários foi mais de caráter geral do que setorial. Eram 648 os que participaram da fase de execução do Projeto/1.

Inicialmente, seriam colocados, apenas os que colhiam na Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não houve tempo para um reconhecimento detalhado da área.

Ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, embarcados em 4 corvetas da Marinha de Guerra, 4 grupos de 10 estudantes de Medicina, Farmácia e Odontologia atuaram durante 30 dias.

Logo após o término do Projeto/1, o Projeto Rondon começou a funcionar em caráter contínuo, embora provisòriamente, sendo o Grupo de Trabalho, quase que totalmente integrado por universitários.

A repercussão do Projeto/1 assegurava sua continuidade e mostrava o acêrto da iniciativa. Empolgavam-se os estudantes e todos os brasileiros com a grande aventura vivida pelos moços universitários. Os 176.000 atendimentos médico-odontológicos e o longo arrolamento de serviços de tôda ordem prestados às populações dos rincões mais distantes, pràticamente, cobriam com larga margem todos os gastos. Os estudantes universitários de quase todos os Estados procuravam informações e desejavam saber quando seria o próximo Projeto.

O Govêrno Federal, em decreto, institucionalizou definitivamente o movimento, às vésperas do Projeto/2, que deveria ocorrer no período de férias de julho de 1968. O curto período de tempo disponível e as dificuldades de transporte aéreo levaram o planejamento a ser feito para aplicação na região Centro-Sul. As distâncias eram bem menores e a estrutura rodoviária facilitaria os deslocamentos.

A validade do PR/2 estaria no conhecimento da semelhança e dos contrastes entre o interior dessas regiões e os das visitadas pelo PR/1. Poder-se-ia sentir claramente as nítidas distinções entre os "dois brasis".

Universitários nortistas e nordestinos vieram ao Sul e com os daqui somaram mais de 3.500 participantes.

Organizaram-se vários Projetos Regionais em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Várias operações de âmbito nacional e finalidades específicas: "Operação Esperança", isto é estágios em mais de 60 fazendas e emprêsas rurais, com elevada técnica de funcionamento; "Operação Indústria", ou seja, estágios nos complexos industriais de São Paulo, Guanabara, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; "Operação Cacau", constando de atuação junto ao órgão governamental encarregado de promover a expansão e racionalização da atividade cacaueira, ao sul da Bahia, e várias outras operações.

Mereceu destaque a chamada "Operação Aragarças" realizada em caráter experimental na re-

gião de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT). Seria a aplicação de um trabalho de desenvolvimento comunitário, visando a sentir-se as dificuldades que se teriam que enfrentar para modificar a orientação assistencial dada ao Projeto/1. Era uma forma de fazer perdurar na área de atuação os efeitos dos trabalhos, mesmo após o regresso dos estudantes. Cento e três universitários e diversos profissionais, agindo em 15 localidades, motivaram essas comunidades dando-lhes técnicas para que se organizassem e procurassem resolver a maioria de seus próprios problemas. Criaram-se "Centros Comunitários", "Clube de Mães", "Clube de Jovens", iniciou-se uma biblioteca etc.

A análise dos resultados mostrou pràticamente as vantagens dessa forma de atuar.

As diretrizes do planejamento do Projeto/3 iriam ser calcadas nessa orientação.

Contando com a experiência e com os levantamentos realizados pelo PR-1, realizou-se o PR-3 em janeiro-fevereiro de 1969 nas regiões Amazônica, Vale do São Francisco, Vale do Jequitinhonha e ao longo da rodovia Belém—Brasília (Operação Bernardo Sayão). Além dessas áreas outras foram acrescidas, desenvolvendo-se operações no Nordeste, em São Paulo e Sul de Mato Grosso, Espírito Santo; e operações específicas, planejadas a partir do interêsse demonstrado por outros órgãos em recorrer ao universitário através do Projeto Rondon.

Foi dada, no PR-3, uma maior importância à Educação, possibilitando às comunidades de continuarem o trabalho iniciado. Transmitir o máximo para que não terminassem os trabalhos com o retôrno dos universitários, era a meta. Visava-se, através da criação de movimentos de desenvolvimento comunitário, a despertar o homem da região levando-o a participar, dentro das suas possibilidades, do desenvolvimento de seu meio. Para tal, foi criado o planejamento setorial abrangendo os setôres educacional saúde, sócio-econômico, técnico e agropecuário, preparando os universitários em grupos por especialidades, formando-se uma equipe homogênea que pudesse atender à localidade onde ficasse sediada. A viagem de reconhecimento da área, realizada em novembro de 1968 pelo planejamento, inteirou-nos dos apoios e possibilidades das cidades que receberiam equipes do Projeto na Amazônia. Da mesma forma procedeu-se na Operação Bernardo Sayão (Coordenação Regional do Centro-Oeste), Vale do Jequitinhonha (coordenada pela regional de Minas Gerais) e São Francisco (coordenada pelo Mudes).

Devido ao grande número de participantes (mais de 4.000) e a extensão das áreas, procurou-se uma descentralização que permitisse maior flexibilidades aos trabalhos durante as operações. Para isto, foram as áreas de atuação divididas e entregues a subcoordenações.

Ao lado dêstes trabalhos, outros resultantes de convênios firmados entre o Projeto Rondon, Serfhau (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), Banco

Central, IAA e LBA, foram levados a têrmo e mostraram as possibilidades que tem o Projeto Rondon em auxiliar diretamente a outros órgãos.

A — OPERAÇÃO NA AMAZÔNIA

A Amazônia se estende por 3.580.000 km2 com poucos contrastes topográficos, cobertos pela florestas e frisados pelos rios. Sua população não completa 1 hab/km2, e são talvez as largas distâncias que a enchem de indolência e ao mesmo tempo do orgulho, o que leva com que os habitantes da região se motivem e cerquem de hospitalidade e curiosidade as equipes do Projeto Rondon.

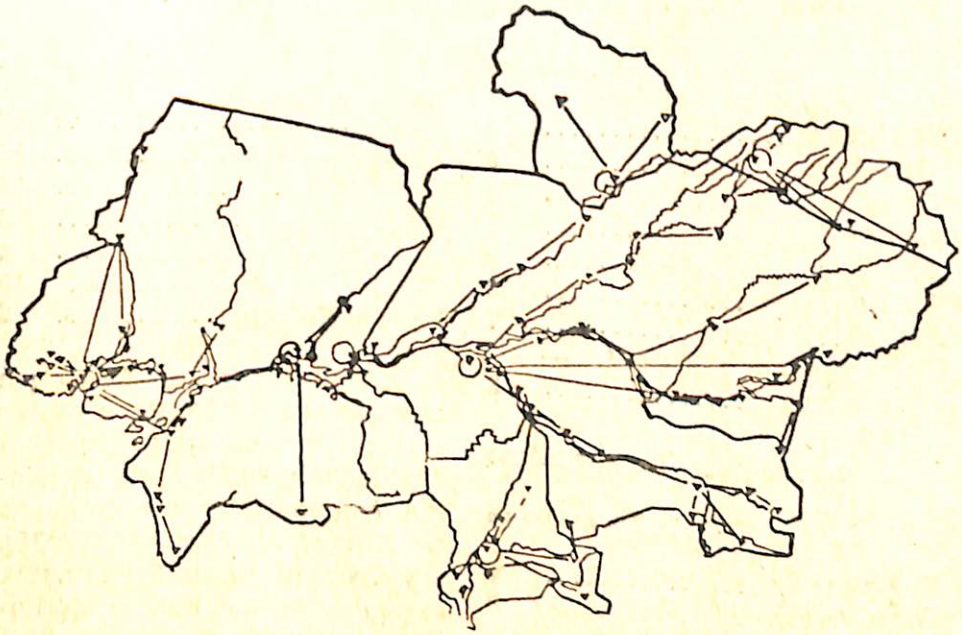
A operação realizou-se nos meses de janeiro e fevereiro de 1969, abragendo oitenta localidades, onde estiveram sediadas equipes. Mil cento e vinte e quatro participantes, originários dos diversos Estados, participaram desta operação.

A Coordenação-Geral localizou-se em Manaus.

Cidades atingidas:

1. Coordenação de Manaus:

	Equipe de
Palmeiras	4
Estirão do Equador	6
Tabatinga	19
Benjamin Constant	9
Atalaia do Norte	5
S. Paulo de Oliveira	8
S. Antônio do Içá	6
Fonte Boa	9
Tefé	13
Manacapuru	11
Coari	11
Bela Vista	11
Codajás	8
Ipiranga	6
Vila Bittencourt (Japurá)	7
Carauari	7
Eirunepê	12
Beruri	9
Tapauá	12
Canutama	11
Lábrea	7
Pauini	5
Airão	6
Moura	6
Barcelos	11
Tapuruquara	5
Uaupés	16
Taraquá	8
Iauaretê	6
Cucui	5
Pari-Cachoeira	6
Nova Olinda do Norte	13
Nôvo Aripuanã	10
Manicoré	15
Humaitá	12



OPERAÇÃO NA AMAZÔNIA
Coordenação Geral

Atuaram em Manaus: a equipe do DERAm (22) e as volantes OP-NAVAL (3) que operaram no rio Madeira, subindo o rio até Pôrto Velho e retornando a Manaus, e as três volantes em lanchas da CEM que atenderam o Careiro (11), região de Autazes (11) e até Manacapuru (11).

2. Coordenação de Rio Branco (Estado do Acre):

	Equipe de
Rio Branco	30
Xapuri	4
Brasiléia	11
Sena Madureira	6
Tarauacá, Feijó	11
Cruzeiro do Sul	11
Bôca do Acre	12

3. Coordenação Boa Vista: (Território Roraima):

	Equipe de
Auaris e Mucajaí	4
Surucucus Tootobobi	4
Surumu	5
Rapôsa	6
Catrimani	4
S. Marcos	8
Boa Vista	30
Caracaraí	8

e as volantes Prelazia (3), percorrendo a fronteira com a Guiana Inglêsa; Volante fluvial (3), desceu o rio Branco; Volante Rodoviária (4), atingindo Taiano, Mucajaí e região próxima; Volante Aérea (2), ainda na região de fronteira com a Guiana Inglêsa.

4. Coordenação de Rondônia:

	Equipe de
Pôrto Velho	34
Guarajá Mirim	31
Vila Rondônia, Vilhena	4

5. Coordenação de Santarém:

	Equipe de
Santarém	16
Itaituba	9
Oriximiná	14
Óbidos	15
Alenquer	9
Monte Alegre	8
Tiriós	7
Acampamento SUDAM — Curuaúna	3

6. Coordenação de Parintins:

	Equipe de
Parintins	24
Barreirinhas	9
Nhamundá	6
Maués	4

7. Coordenação de Belém na Ilha de Marajó:

	Equipe de
Soure e Salvaterra	27
Afuá	8
Breves	9
Curralinho	9
Chaves	8

Na beira do rio Xingu:

	Equipe de
Gurupá	12
Altamira	13
Pôrto Moz	11

Na beira do rio Tocantins:

	Equipe de
Marabá	14
Baião	7
Cametá	14

Na zona Bragantina:

	Equipe de
Vizeu	19
Vigia	14
Bragança	14
Ourém	8
Capanema	8
Km 86/PA-70	10
Equipe Volante	5

uma equipe (10), espalhada em unidades da ACAR-PA e outras (9) e (9) nas duas corvetas "Baiana" e "Solimões", atenderam às populações ribeirinhas no rio Amazonas-Solimões, Tapajós.

A Coordenação de Belém numa segunda fase modificou seus objetivos, utilizando 40 universitários da primeira fase atingindo:

	Equipe de
Conceição do Araguaia	9
Abaetetuba	7
S. Miguel do Guamá	6
Capitão Poço-Irituia	13
S. Miguel do Capim	8

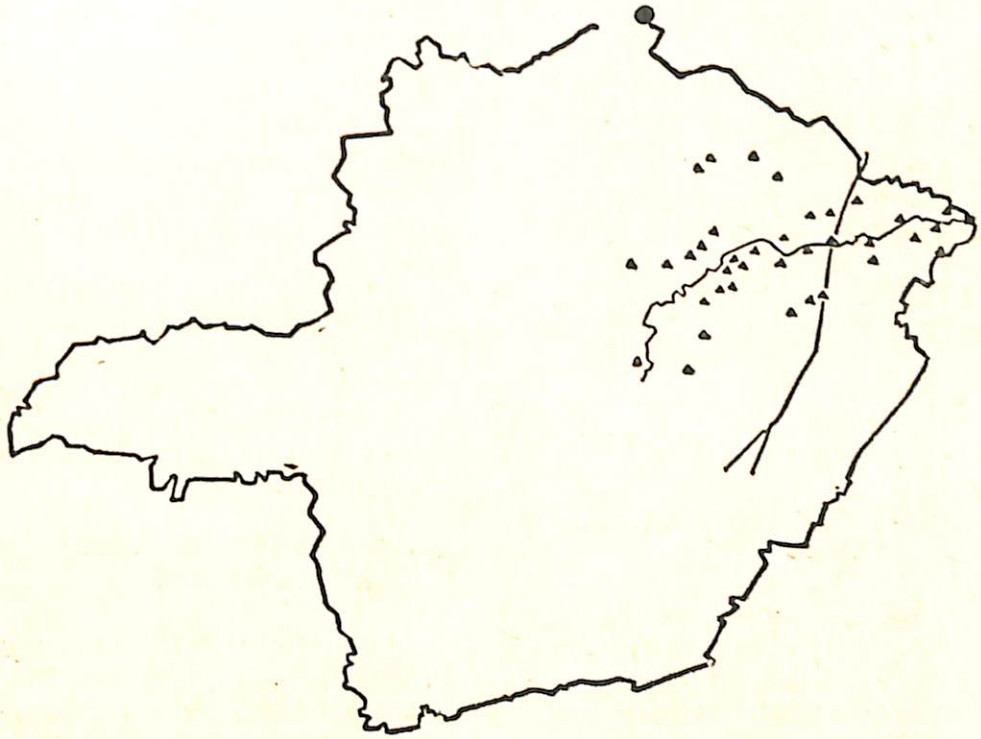
e na Corveta "Mearim" (7) que subiu até o rio Tocantins:

8. Coordenação de Macapá: (Território do Amapá):

	Equipe de
Calçoene	9
Mazagão	8
Macapá	16
Amapá	13
Oiapoque	15
Volante Fluvial	12

B — OPERAÇÃO JEQUITINHONHA

No Vale do Jequitinhonha mineiro, observa-se um dos maiores índices de mortalidade infantil;



OPERAÇÃO VALE DO JEQUITINHONHA

Coordenação Geral e Coordenação Regional de Minas Gerais

a renda per capita é das mais irrisórias; não há infra-estrutura. Êste e outros problemas fazem esta região paupérrima. Na operação do Vale do Jequitinhonha, atingindo trinta e sete localidades, trezentos e sessenta e oito universitários, em suas especialidades, viveram durante um mês (7 jan.-4 fev.) junto àquela gente, coordenados pela regional de Minas Gerais e com o inteiro apoio da CODEVALE — Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha.

Cidades atingidas:

	Equipe de
Almenara	18
Araçuaí	51
Berilo	5
Bocaiúva	10
Botumirim	9
Coraí	3
Carbonita	5
Chapada do Norte	5
Coronel Murta	7
Comercinho	6
Cristalia	8
Diamantina	6
Francisco Badaró	9
Grão Mongol	11
Itacambira	8
Itamarandiba	8
Itaobim	8
Itinga	9
Jacinto	6
Jequitinhonha	14
Joaima	11
Jordânia	10

Medina	7
Minas Novas	11
Nôvo Cruzeiro	5
Pedro Paraíso	8
Pedra Azul	20
Porteirinha	9
Riacho dos Machados	5
Rio Pardo de Minas	11
Rio Vermelho	12
Rubim	5
Salto da Divisa	9
S. Antônio do Jacinto	3
Taiobeiras	8
Turmalina	19
Virgem da Lapa	9

C — OPERAÇÃO BERNARDO SAYÃO

Desenvolveu-se ao longo dos 895 km da estrada Belém—Brasília, no Estado de Goiás, ocupou quatorze localidades com cento e vinte e oito universitários coordenados pela regional do Centro-Oeste, estabelecida em Gurupi. Desenrolou-se em fevereiro de 1969 e grande foi a atuação dos participantes que, em algumas cidades, colocaram em circulação jornaizinhos mimeografados, aproximando-os das populações e informando-as.

Cidades de atuação:

	Equipe de
Uruaçu	13
Campinorte	5
Mara Rosa	6
Estrêla do Norte	4
Santa Teresa de Goiás	7
Porongatu	12
Alvorada	6
Gurupi	15
Cristalândia	9
Paraíso	7
Miranorte	8
Guará	5
Colina de Goiás	9
Araguaína	13

Foi montada uma equipe Volante (9) abrangendo o setor técnico (edificações e pesquisa) e o setor educacional (educação física).

Na operação Centro-Oeste, pelo interêsse que demonstraram, e no intuito de mostrar aos universitários de outros países o trabalho do Projeto Rondon, participaram 2 acadêmicos chilenos e 3 argentinos.

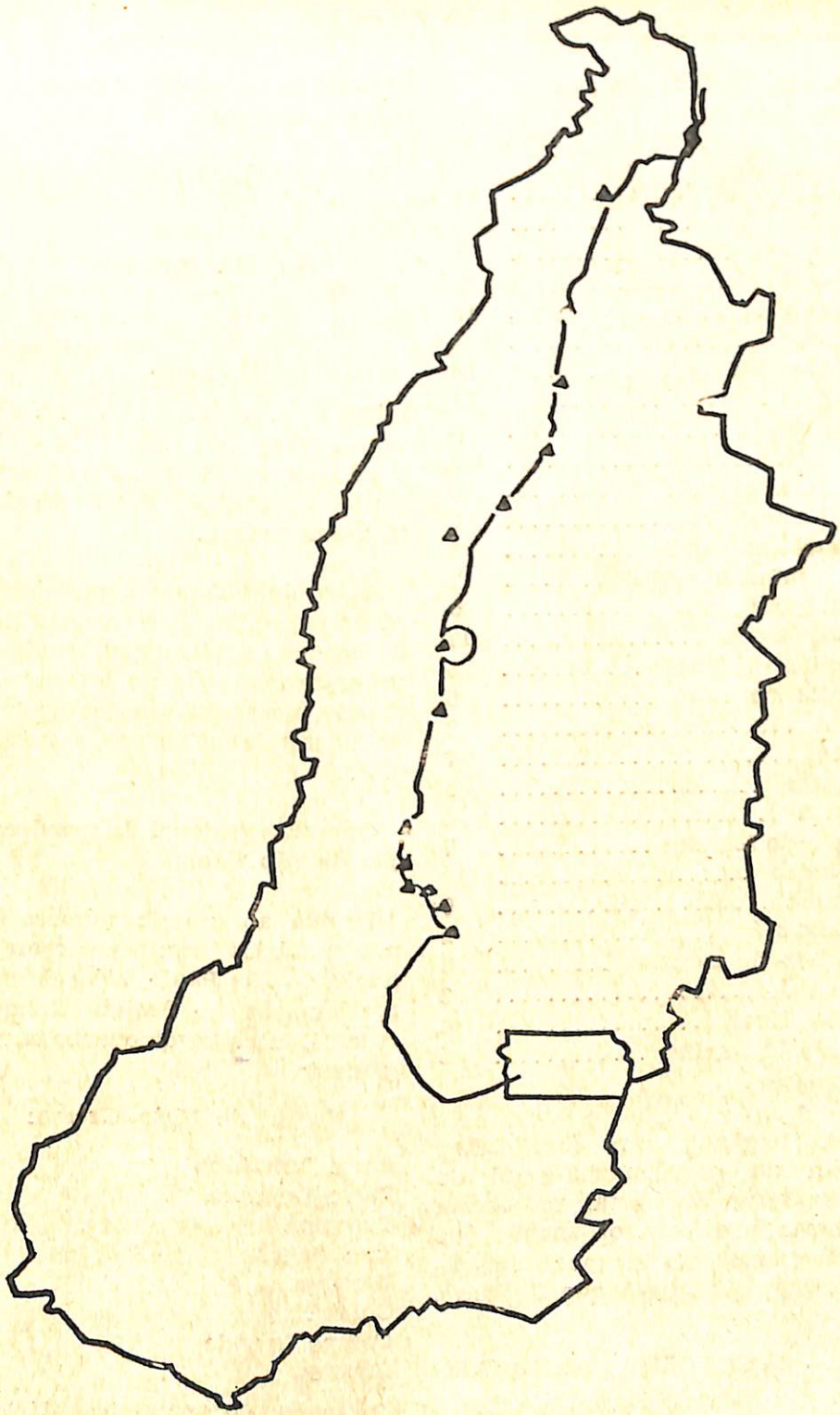
D — OPERAÇÃO VALE DO SÃO FRANCISCO

Esta operação, Coordenada pelo Projeto Rondon e o Mudes (Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social), invadiu a calha do médio e alto São Francisco, nos Estados de Minas Gerais e Bahia. Trezentos e seis universitários nela trabalharam e tiveram plena acolhida por parte das comunidades que se responsabilizaram em hospedá-los.

A Coordenação da Operação sediou-se em Bom Jesus da Lapa.

a) no Estado de Minas Gerais:

	Equipe de
Pirapora	17
Várzea da Palma	18
Buritizeiro	12
São Romão	5
Januária	19
Brejo do Amparo	3
Tejuco	3
Riacho da Cruz	3
Cônego Marinho	3
Montalvânia	12



OPERAÇÃO BERNARDO SAYÃO

Coordenação Geral e Coordenação Regional do Centro-Oeste

b) no Estado da Bahia:

	Equipe de
Bom Jesus da Lapa	19
Volante I	6
Volante II	4
Corrente	9
Santana	13
Malhada	4
Carinhanha	16
Barra	11
Volante III	8
Morpará	4
Ipupiara	3
Ibotirama	6
Formosa Rio Prêto	4
Buritirama e Ibiraba	7
Cristópolis	6
Xique-Xique	11
Presidente Dutra	3
Gentio de Ouro	6
Vibaí	3
Irecê	7
Jussara	6
Ibititá	4
Barra do Mendes	7
Juàzeiro	12
Curaçá	9
Patamuté	2
Senhor do Bonfim	3
Vauá	6
Casa Nova	4
Barro Vermelho	5
Jaguarari	

As trinta e nove localidades, além da coordenação-geral de Bom Jesus da Lapa, receberam orientação de subcoordenações que se sediaram em Pirapora, Januária, Barra, Xique-Xique, Juàzeiro.

E — OPERAÇÕES REGIONAIS

Atendendo à peculiaridade de seus Estados as coordenações regionais desenvolveram operações regionais como:

Operação Regional do Espírito Santo:

Desenvolvida naquele Estado atingido

	Equipe de
Ibiraçu	53
Sta. Teresa	58

participaram além dos universitários do Espírito Santo, quatro pernambucanos.

As equipes foram completadas principalmente com acadêmicos de Medicina, visto que, sendo a primeira operação no interior do Estado, necessitavam desenvolver uma grande atividade assistencial.

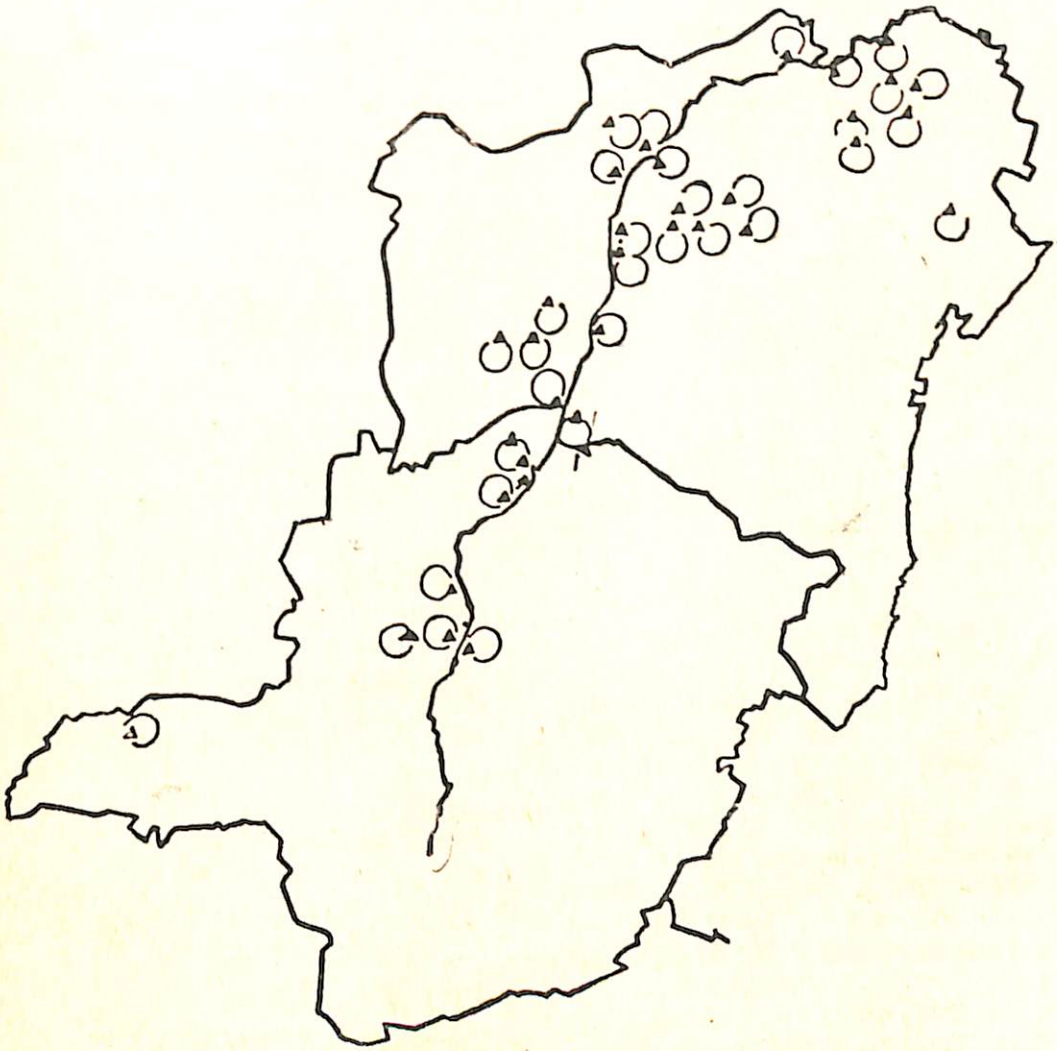
Operação regional da coordenação de São Paulo:

Devido ao grande número de universitários inscritos, a coordenação de São Paulo, além da sua participação no Projeto Rondon federal, desenvolveu operações regionais:

No sul de Mato Grosso:

Pôrto Murtinho
Forte Coimbra
Corumbá
Três Lagoas
Nioaque
Cuiabá
Campo Grande
Cáceres

(próximo de 300 universitários) no Paraná com uma atuação de mais de 60 universitários;



OPERAÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Coordenação Geral e Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico Social

no Estado do Maranhão, onde estiverem 117 paulistas e 19 participantes do próprio Estado;

Operações Regionais no Nordeste:

Coordenada pela SUDENE, desenvolveram atividades, junto aos organismo e obras daquela Superitendência com 40 universitários.

Coordenada pela regional do Ceará, ocupando cidades daquela unidade.

O Projeto Rondon chamou a atenção de diversos órgãos governamentais pelo ímpeto dos seus integrantes. Já não era só

apenas interessante que os universitários tomassem conhecimento das regiões menos desenvolvidas do País como também aproveitando seu trabalho na área, dirigi-lo no auxílio às metas dos vários órgãos. Os universitários transmitiam suas experiências e levavam outras consigo.

O IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool — fêz convênio com o Projeto Rondon, aproveitando vinte e três universitários, os quais atuaram junto à agro-indústria açucareira, preparando relatórios também para estudo comparativo entre o Norte e o Sul. Estiveram em Recife e Maceió (3), Salvador (2), Piracicaba e Florianópolis (7).

O SERFHAU — Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — firmou convênio para atuação de universitários em Rio Branco, Pôrto Velho e Boa Vista (as equipes estão computadas na Operação da Amazônia) desenvolvendo os trabalhos indicados em Projeto da Fôrça Tarefa I do SERFHAU. Desenvolveram estudos para reformular a filosofia e metodologia da educação secundária, convertendo-a em instrumento de desenvolvimento, passando da orientação estritamente acadêmica à orientada para o trabalho. Iniciaram também estudos para alteração da legislação que dispõe sôbre a distribuição das terras devolutas. E os preliminares do Plano de Desenvolvimento Urbano.

Entendimentos com o Banco Central, facultaram aos universitários receberem um Curso de Crédito Rural que lhes permitiu durante a Operação acompanharem os Projetos de Agropecuária financiados por estabelecimentos bancários e agentes financeiros do Banco Central. Sugeriram novas técnicas aos rurícolas visitados e efetuaram levantamentos de projetos, já executados. Vinte e três universitários participaram, em Alagoas (10), Pernambuco (5) e Bahia (8).

A — Conceituação das atuações.

B — Áreas de atuação previstas para o Projeto/4 e Projeto/5 e responsabilidades pelas mesmas. Período das Operações.

C — Classificação das operações previstas para o Projeto/4 e Projeto/5.

A — Conceituação das Atuações:

1 — Classificação quanto às responsabilidades atribuídas:

— Projeto Federal.
— Projeto Regional.
— Projeto Local.

2 — Classificação quanto à natureza das tarefas a serem realizadas:

— Normais.
— Especiais.

3 — Caracterização dos Projetos Federais:

a) **O Planejamento, montagem e execução** serão feitos pela Coordenação Geral e/ou por outras Coordenações, dentro das Diretrizes Gerais de Planejamento e por delegação da Coordenação Geral;

b) A **participação majoritária** é constituída por estudantes de outros Estados do Brasil;

c) A **participação complementar** é constituída por estudantes do próprio Estado ou Região onde se realiza o Projeto Federal.

4 — Caracterização dos Projetos Regionais:

a) O **Planejamento, montagem e execução** serão da responsabilidade de uma Coordenação Regional ou Estadual, após aprovação da Coordenação Geral;

b) **A participação majoritária** por estudantes do próprio Estado ou Região (grupo de Estados, parte de um Estado). (Por majoritário se entende a participação de mais de 70% dos estudantes);

c) **A participação complementar** por estudantes oriundos de outros Estados, de especialidades que sejam deficientes ou inexistentes no Estado ou na Região; ou para completar em número as vagas de uma Operação Regional;

d) Só pode ser possível o **contato direto com outras Coordenações Regionais, Estaduais** ou **Subcoordenações**, para fins de apoio, convênio, etc., mediante autorização prévia da Coordenação Geral.

5 — Caracterização de Projetos Locais:

a) O **Planejamento, montagem e execução** serão de responsabilidade das Subcoordenações, devendo êsse planejamento ser submetido à Coordenação Regional ou Estadual respectiva;

b) Só serão mobilizados estudantes da área de atribuições da Subcoordenação;

c) Deverão ser levados a efeito, durante o período de aulas, como atividade extracurricular de uma ou várias faculdades;

d) O palco de atuação poderá ser um bairro ou região próxima à Faculdade.

6 — Caracterização das atuações normais e especiais:

a) Serão consideradas **normais** as atuações dos Projetos Federais ou Regionais que tenham sido planejadas pelas respectivas Coordenações, de acôrdo com os problemas existentes nas localidades, assinalados nos relatórios anteriores ou a pedido de autoridades locais.

— Caracterizam-se pela generalidade das ações e da preparação.

— A condução e o ajustamento dos programas às condições locais serão da responsabilidade das equipes que nelas atuam;

b) Serão consideradas **especiais** as atuações nos Projetos Federais ou Regionais que visem ao cumprimento de determinadas tarefas para êste ou aquêle setor da administração pública ou privada através de convênios (Exemplo: LBA, SERFHAU, BNH, IAA, INDA, etc.).

— A preparação das equipes será especializada e da responsabilidade do órgão interessado.

— A condução dos trabalhos obedecerá a uma programação predeterminada.

— Poderão ou não ser orientadas ou fiscalizadas pelo órgão que a determinou.

7 — Desenvolvimento das operações federais e regionais em atuações normais ou especiais:

Existem quatro casos possíveis quanto ao desenvolvimento de Operações:

a) **Operação Federal** — Uma Coordenação pode encarregar-se sòmente de uma Operação Federal (Exemplo: Operação Amazônia do PR/III, pela Coordenação Geral);

b) **Operação Regional** — Uma Coordenação pode desenvolver sòmente uma Operação Regional;

c) **Operação Local** — Uma Subcoordenação, não poderá realizar êsse tipo de operação, durante épocas de Operações Regionais (em seu Estado) e/ou Federais;

d) **Operação Federal, Regional e Estadual** — Uma Coordenação pode, ao mesmo tempo, **participar** de uma Operação Federal, enviando seus universitários para outras regiões do País, e **organizar** uma Operação Regional ou Estadual dentro de sua Região ou Estado.

B — Áreas de atuação previstas para o Projeto/4 e Projeto/5 e responsabilidade pelas mesmas. Período das Operações.

1 — Áreas de atuação:

Pretende-se atingir, nas atuações dos Projetos Rondon/4 e 5:

a) Projeto Rondon/4:

I) Vale do Jequitinhonha e Urucuia.

II) Vários municípios do Rio Grande do Sul.

III) Vários municípios do Paraná.

IV) 22 municípios do Estado do Rio.

a.1) Responsabilidade pelas áreas de atuação:

I) O Vale do Jequitinhonha e Urucuia ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Estadual de Minas Gerais.

II) Os municípios do Rio Grande do Sul ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Estadual daquele Estado.

III) Idem do Estado do Paraná, ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Estadual do Paraná.

IV) Idem, idem no Estado do Rio.

a.2) Período da Operação:

O Projeto Rondon/4 se desenvolverá durante as férias escolares do mês de julho de 1969.

b) Projeto Rondon/5:

a) Amazonas
b) Pará
c) Maranhão
d) Piauí
e) Ceará
f) Paraíba
g) Rio Grande do Norte
h) Pernambuco
i) Sergipe
j) Alagoas
l) Bahia
m) Minas Gerais
n) Espírito Santo
o) Mato Grosso
p) Goiás
q) Acre
r) Território Federal do Amapá

s) Território Federal de Rondônia
t) Território Federal de Roraima

b.1) Responsabilidade pelas áreas de atuação:

a) Os Estados do Amazonas, Pará, Acre e os Territórios Federais de Roraima, Rondônia e Amapá, ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Geral com a denominação de Operação Amazônia.

b) Os Estados do Maranhão e Piauí, ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Estadual de São Paulo com a denominação de Operação Meio-Norte.

c) O Estado do Ceará ficará sob a responsabilidade da Coordenação Estadual do Ceará e se denominará Operação Ceará.

d) Os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Alagoas ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Regional do Nordeste e se denominará Operação Nordeste.

e) A região do Vale do São Francisco, nos Estados de Minas Gerais e Bahia, ficará sob a responsabilidade do MUDES (Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social), com a denominação de Operação Vale do São Francisco. (Convênio).

f) A região Centro-Litorânea, no Estado da Bahia, ficará sob a responsabilidade da Coordenação Estadual da Bahia e se denominará Operação Bahia.

g) A região do Vale do Jequitinhonha e do Urucuia, no Estado de Minas Gerais, ficará sob a responsabilidade da Coordenação Estadual de Minas Gerais com a denominação de Operação Vale do Jequitinhonha e Urucuia.

h) O Estado do Espírito Santo ficará sob a responsabilidade da Coordenação Estadual do Espírito Santo com a denominação de Operação Espírito Santo.

i) A região Sul do Estado de Mato Grosso, ficará sob a responsabilidade da Subcoordenação de Mato Grosso/Sul, que tomará a denominação de Operação Mato Grosso/Sul.

j) A região Centro-Norte do Estado de Mato Grosso, o Estado de Goiás e o Distrito Federal, ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Regional do Centro-Oeste, que se denominará Operação Centro-Oeste.

b.2) Período da Operação:

O Projeto Rondon/5 se realizará nas férias escolares de janeiro e fevereiro de 1970 e o tempo de permanência nas áreas, considerada a duração do estágio e dos deslocamentos, não excederá a 35 dias.

b.3) Efetivo do PR/5:

O efetivo máximo a ser empregado no PR/5 não deverá ultrapassar 6.000 participantes.

C — Classificação das operações previstas para o Projeto/4 e Projeto/5:

1 — Operação Amazônia — Será um projeto federal, com a participação de estudantes de quase todos os Estados da Federação.

2 — Operação Meio-Norte — Será um projeto federal, porém

o Estado de São Paulo fornecerá a maioria dos estudantes. O restante dos universitários virá dos próprios Estados da região — Maranhão, Piauí e outros Estados do Nordeste.

Obs.: A operação Meio-Norte pode ser considerada um prolongamento da Operação Maranhão, realizada em janeiro/fevereiro de 1969, pela mesma Coordenação Estadual de São Paulo. Para o PR/5, porém, o Estado do Piauí foi inserido, crescendo a participação de São Paulo na região, e, dentro da orientação da política nacional de migração interna, atraindo-se para ela os nordestinos da faixa do chamado Polígono das Sêcas.

3 — Operação Ceará — Será um projeto Regional, pois deverá utilizar, em sua maioria, universitários cearenses e terá planejamento por êles realizado. Contará com apoio federal extra.

4 — Operação Nordeste — Caracterizada por um conjunto de Projetos Regionais, com um grande apoio federal.

5 — Operação Vale do São Francisco — Juntamente com a Operação Amazônia e a Centro-Oeste — será um dos grandes Projetos Federais do PR/5. A responsabilidade total pelo planejamento, execução e suporte financeiro foi delegada, em convênio, ao MUDES.

6 — Operação Bahia — Será um Projeto Regional com suplementação semelhante à da Operação Ceará.

7 — Operação Vale do Jequitinhonha e do Urucuia — Projeto Regional, porém com apoio extra e grande participação de estudantes de outros Estados.

8 — Operação Espírito Santo — Projeto Regional.

9 — Operação Mato Grosso/Sul — Projeto Federal, com grande apoio federal e maior participação de estudantes de outros Estados.

10 — Operação Centro-Oeste — Projeto Federal, o segundo em área e efetivo.

11 — Operação Marinha — Projeto Federal em que a atuação será volante, embarcadas as equipes em Corvetas da Marinha de Guerra, atuando ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes.

12 — Operações Especiais — Serão atuações específicas ou especializadas de equipes preparadas para as missões recebidas e que atuarão por superposição em qualquer uma das operações acima mencionadas. Obs.: 1 Ressalte-se que essas equipes, quando em atuação, obedecem às mesmas normas e à chefia dos grupos a que se sobrepõem.

Operação Local de Lavras — Será uma operação guiada para o desenvolvimento comunitário, num bairro de Lavras. Será realizado em outubro/69.

O PODER JUDICIÁRIO E A SEGURANÇA NACIONAL

Desembargador
Martinho Garcez Neto

I — Introdução: Noções Propedêuticas

1.1 — *Justiça e Segurança*

Ninguém ousará negar que vivemos dias dramáticos, em que problemas de Justiça e problemas de segurança são problemas fundamentais para o destino de homens e povos, de raças e culturas, de regimes políticos e instituições jurídicas, na ordem interna e internacional, ligados, por conseguinte, ao próprio futuro e sobrevivência da espécie humana.

Um formidável progresso técnico, em manifesto descompasso com a evolução das idéias morais, contribuiu de modo decisivo para a eclosão e expansão de crise generalizada, que não se interiorizou no homem e, muito ao contrário, transbordando das fronteiras anímicas, rolou pelas ruas e praças públicas, em todos os cantos da terra, com a fôrça e a violência irreprimíveis de torrentes caudalosas, ao influxo das mais diversas ideologias das reivindicações sociais e das comoções políticas de cunho revolucionário, que abalaram as nossas estruturas tradicionais e imprimem à vida material ou espiritual, individual ou coletiva, nacional ou internacional, a pátina dos antagonismos irredutíveis.

E é sob êste aspecto carismático do universo de nossos dias que os conceitos de Justiça e Segurança ganham relêvo maior, como baluartes de nossas crenças fundamentais, dessas convicções íntimas e profundas dos homens livres, que se encontram gravadas na consciência das comunidades cristãs e das nações democráticas, e que representam, com a sua essência de valôres morais e espirituais permanentes, inexpugnáveis redutos e dominantes intangíveis, que sobreviverão enquanto houver um ser humano com vida em nosso planêta.

Justiça e Segurança constituem, com exatidão, um tema de nosso tempo, porque, afetando bàsicamente a área das liberdades públicas e das garantias individuais, além de outros setores não menos relevantes do Poder Nacional, que se relacionam intimamente com a estrutura do Estado, a formação do Direito e o Govêrno Democrático, tornaram-se o problema por excelência de nossa época, aquêle que aglutina e absorve todos os demais pela sua "trágica atualidade", pela sua "presença" nesta fase tormentosa da civilização.

O problema que me cabe abordar é, portanto, não apenas um

importante tema de filosofia política e jurídica, mas, pelo seu caráter nìtidamente polêmico ou dialético, um problema ideológico. No seu âmbito e dentro das suas fronteiras não se debate apenas a teoria das liberdades públicas ou dos direitos individuais, como ponto de interseção entre a teoria do Direito e a do Estado. No seu âmbito e dentro das suas fronteiras, pelas decisões adotadas, estará em jôgo o destino coletivo da Nação.

Sob o tópico — Justiça e Segurança — desenvolveu-se um problema permanente, substancial e próprio do Estado de Direito, do Estado Democrático, na identidade que estabelece entre Direito e Lei, entre Justiça e Legalidade, o Estado-de-Direito tem precisamente, como verdadeira "vexata quaestio" ou nôvo Cabo das Tormentas, o conflito que surge freqüentemente entre os próprios têrmos dessa relação, quando se considera que o Direito entra em atrito com a Lei, a Justiça com a Legalidade, e, portanto, com a Segurança.

Essa contraposição entre Justiça e Segurança é, num certo sentido, a mesma que surge entre Direito e Lei, magistralmente abordada pelo jovem e malogrado jurista italiano Flavio Lopes Onate, falecido aos trinta e dois anos ("La certezza del diritto", Roma, 1942). Referindo-se à rebelião armada contra a Lei, quando se fala na revolta dos fatos contra o Código, dos interêsses contra os conceitos, Lopes Onate inferia que a consciência jurídica se encontra sèriamente conturbada, como demonstrava a crítica dirigida à Lei em nome do Direito. Sustenta êsse autor que o indivíduo, ante a monstruosidade das grandes estruturas coletivas extraviou-se, justamente quando mais necessitava de segurança. Então, diante da Lei, que lhe parecia onipotente e terrível, e mesmo indiferente à pessoa, mantendo-se rígida e abstrata na generalidade do comando, o indivíduo, "impotente, pobre e abandonado", conforme as expressões de Tocqueville, teria retrocedido e errado à procura de um refúgio, acabando por se entrincheirar por trás do Direito, que cada um concebe a seu modo. Ora, nunca o indivíduo que procurava segurança estêve tão distanciado dela, nem o refúgio poderia ser mais vulnerável do que aquêle. O apoio encontrado era pura ficção e só existia na imaginação do trânsfuga. Quando o poder constituído atendeu à solicitação do indivíduo, na sua revolta contra a Lei, então êle verificou que se encontrava completamente desprotegido, à mercê da vontade mais caprichosa e versátil, de uma vontade em mutação contínua e imprevisível, que se qualificava de Direito. Daí concluir Lopes Onate que "a exigência da certeza da norma, isto é, da lei, e conseqüentemente, através dela, da certeza do direito, foi considerada sempre como indispensável à conveniência social ordenada".

Forçoso é reconhecer com Luiz Legaz Lacambra, catedrático de Filosofia do Direito e Reitor da Universidade de Santiago de Compostela, que a segurança é

uma implicação e exigência da justiça, da mesma maneira que esta não pode realizar-se a não ser em uma ordem social e jurídica. Por outras palavras, a segurança implica em si mesma um valor, que pressupõe a existência de um Direito positivo, do mesmo modo que a Justiça não pode realizar-se senão através dêsse Direito. Acompanhando o raciocínio do eminente jurista espanhol, teremos que reconhecer que a justiça é a mais alta preocupação do Direito e que nenhuma ordem, como nenhuma segurança, é possível com o desprêzo da Justiça.

Êste é o mesmo pensamento de Recasens Siches, professor da Universidade Nacional do México. Apenas se dá, como anota o filósofo de "Vida Humana, Sociedad y Derecho", que a realização dessa ordem e segurança já representa, por si só, um ponto de vista sôbre a justiça, valor que está ínsito no Direito, o qual, por sua vez, é sempre "uma certa ordem" e "uma certa segurança", como também "uma certa justiça".

O professor Wilhelm Sauer, da Universidade de Münster, nas páginas eruditas de um Estudo em honra de Lambert, fundiu as noções de justiça e segurança nesta definição: "Segurança Jurídica significa ordem e estabilidade na vida jurídica do Estado de Direito". Muitos são os conceitos ou definições de segurança, nas suas conexões com o Direito e a Justiça, mas, em tôdas essas definições, em todos êsses conceitos, relativos à noção de segurança, o que há nesta última, de relevante para a vida social e a ordem jurídica aparece em todo o seu esplendor. Francisco Ferrara, por exemplo, vê na segurança jurídica o mais alto bem da vida moderna.

E Gustavo Radbruch, antigo professor da Universidade de Heidelberg, concluiria que a missão espiritual do Direito é a de mostrar ao mundo que não se pode abandonar, tranqüilamente, a idéia de segurança: A segurança jurídica — afirmava — constitui premissa de tôda civilização.

1.2 — Segurança Jurídica e Segurança Nacional

Ora, a Segurança Nacional não é senão uma projeção da Segurança Jurídica, como uma dimensão nova e mais profunda desta concepção, indispensável à existência e sobrevivência de um povo ou nação.

A penetração do conceito de segurança nacional é, com efeito, larga e profunda, e resulta sempre da atuação dos fatôres políticos, econômicos, psicossociais ou militares, que agem no plano da conjuntura nacional como elementos dinâmicos do Poder Nacional. Essa penetração evidencia-se logo e claramente, ainda que se faça abstração do problema mais grave do comunismo, se limitarmos a análise ao problema do intervencionismo estatal, com a sua bandeira de proteção do fraco contra o forte, e que em nome da ordem pública, noção hoje não claramente precisada: 1) impõe nôvo condicionamento à propriedade privada, "Aquela cidadela soberana

da liberdade individual" segundo o Código Napoleão; 2) dá nôvo sentido ao poder de autonomia da vontade particular, reduzindo, freqüentemente, a "soberania dos contratos" a um verdadeira "dirigismo contratual"; 3) cerca as instituições do direito de família de tais atenções e cuidados, que já se admite a existência de uma "nova pessoa moral com personalidade interna"; 4) alarga a noção tradicional dos fundamentos da responsabilidade civil, numa verdadeira tendência socializadora pelo importante papel reconhecido ao seguro nesse setor — fenômenos todos êstes que os juristas modernos, a exemplo de Savatier, caracterizam como "publicização do direito privado" (Du Droit Civil au Droit Public, Paris, 1945 e Les métamorphoses économiques et sociales du droit civil d'aujourd' hui, Paris, 1948).

Realmente a intervenção estatal teria que repercutir fatalmente no campo da segurança nacional pois, entre as providências que recomenda, como norma de ação, programa ideológico ou diretriz política, pode-se, resumidamente, apontar: quanto aos trabalhadores — legislação social, regulamentação industrial concernente à segurança, higiene, etc.; — quanto aos pequenos capitalistas, garantias especiais para os correntistas bancários, segurados, debenturistas, etc.; — quanto aos pequenos industriais, legislação antitrustes, repressão da concorrência desleal, etc.; — quanto aos devedores, legislação contra a usura, amparo ao devedor hipotecário e pignoratício, etc.; — quanto aos consumidores, disposição sôbre taxas e racionamentos, etc.

1.3 — Segurança Nacional e Liberdade

Problema de segurança nacional será, ainda, o de estabelecer limites toleráveis ao movimento de índole socialista, para que se não destruam as liberdades econômicas, ou algumas dessas liberdades, sob o pregão revolucionário de que a verdadeira liberdade, nas democracias ocidentais, seria um luxo de que estavam privados os proletários, segundo o registro de C. A. Colliard (Précis de Droit Public. Les libertés publiques, Précis Dalloz, Paris, 1950). *Problema de segurança nacional,* êste, o de obter a máxima liberdade econômica sem sacrifício dos direitos sociais, será, também, e precìpuamente, problema de justiça, de regulamentação legal dessas liberdades econômicas, ou de qualquer liberdade, com o contrôle jurisdicional da intervenção estatal, quer mediante o contrôle da constitucionalidade das leis, quer através do contrôle da legalidade dos atos administrativos, evitando-se a "divinização do Estado e a desumanização do homem".

Assim, segurança para nós, para o nosso meio social, para a nossa vida coletiva, para a ordem jurídica vigente em nosso País, significará, por exemplo, antes de mais nada: — que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; — que as leis não

tenham efeito retroativo; — que se respeite o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito; — que nenhuma lesão de direito seja subtraída à apreciação do Poder Judiciário; — que a casa constitua asilo inviolável do cidadão; — que ninguém seja prêso sem culpa formada, salvo em flagrante delito ou em virtude de decisão judiciária; — que todos possam reunir-se pacìficamente e sem armas, e discutir os negócios públicos; — que seja livre a manifestação de pensamento pela Imprensa e pela Tribuna, respondendo cada um pelos abusos que cometer; — que, "numa palavra, se restaure e redoire aquilo que a civilização tão custosamente criou e enobrece a vida humana" (Mario Mazagão — Discurso de Paraninfo na Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo).

Segurança para nós, será, portanto, aquela que transluz na simples enunciação dos direitos fundamentais da pessoa: — "o direito à vida e aos meios necessários ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, sem os quais qualquer regime democrático não passa de mera ficção; — o direito ao trabalho e a uma remuneração digna com a qual o trabalhador possa fazer face às suas necessidades e às de sua família; — direito aos bens materiais, de modo que haja uma distribuição mais equitativa dos mesmos, condenando-se a ditadura das grandes potências financeiras; — direito à propriedade privada, considerada não no sentido individualista e compreendida, como direito absoluto, mas como tendo uma função social; — direito de livre associação que, segundo Ripert, foi uma conquista tardia do regime democrático e que, na prática, ainda não existe no Brasil, onde os "sindicatos únicos", amordaçados pelo Ministério do Trabalho, não passam de instrumento eleitoral dos governantes; — direito à educação, que deverá ser estendida a tôdas as classes e que não poderá ser imposta pelo Estado aos pais de família, não se justificando o abuso estatal nesse domínio; — direito a constituir família, que deve ser protegida pelo Estado (regime de indissolubilidade conjugal e proibição constitucional do divórcio, salário-família, etc.)" (A. de Oliveira Faria — A democracia humana).

Por outras palavras, reconhece-se que não é possível obter segurança ao preço da liberdade, pois uma e outra se conjugam e completam para garantir a realização do ideal democrático.

Estejamos certos — afirmou o Gen Golbery, nas palavras iniciais de sua notável "geopolítica do Brasil" — de que defender a Liberdade é, também, graças aos céus, alicerçar em sólidas bases a Segurança Nacional.

E assim concluiu porque, como assinalara antes, não se acredite que o sacrifício da Liberdade possa conduzir sempre a um aumento de Segurança. Além de certos limites, a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança. Os escravos não são bons combatentes — eis a lição que tira-

nias aprenderam, no decurso dos séculos" (Ob. cit., p. 15).

Isto equivale dizer que não há verdadeira segurança onde não houver proteção e garantia para as liberades civis e aos direitos fundamentais do homem.

Mas se as liberdades civis são essencialmente relativas e estão sujeitas à interpretação judicial, cabe aqui repetir esta indagação: "como proteger as instituições democráticas, contra aquêles que invocam as liberdades civis no intuito de destruir a liberdade sem, com isto, sufocar a liberdade de discussão e de apuração leal da verdade, que constitui a fôrça vital de todo processo democrático? Como restringir as atividades de conspiradores comunistas, mais leais à Rússia do que à própria nação, sem suprimir um legítimo direito de informação e de discussão? Por outras palavras, como proteger a democracia com métodos democráticos?

2 — Proteção Jurisdicional das Liberdades

2.1 — *Direito de autopreservação do Estado democrático*

Êste é, realmente, o nó górdio da doutrina da segurança nacional, que os escritores denominam de "o dilema contemporâneo", e que consiste em determinar "o ponto até onde o Estado democrático pode ir, para preservar a própria existência. Se de um lado se reconhece que os indivíduos e as nações têm como primeiro dever natural o de defender-se, em obediência à lei de autopreservação, entretanto, por outro lado, a democracia não pode suprimir a liberdade de crítica e de discussão sem deixar de ser democracia. Como se costuma argumentar, "não se matam as idéias com pauladas, e os ideais e realizações materiais da democracia podem subsistir mesmo em um clima de intensa competição ideológica". Mas, também, é inegável que só um país dotado de sólidas tradições democráticas e de uma longa história de autogovêrno jamais sucumbirá ao fascismo ou ao comunismo, no campo das idéias ou na liça de eleições livres".

As opiniões estão divididas nesta questão, onde lavra a maior discórdia doutrinária, sendo certo que só as democracias de sólidas tradições sobreviverão a êsse debate livre de idéias, podendo-se mesmo admitir, na esteira das opiniões abalizadas, que "há democracias tão débeis que se suicidariam se porventura levassem às últimas conseqüências a defesa das liberdades dos extremistas que, no dizer goetheano, são aquêles apóstolos que reclamam o poder só para si mesmos". De fato, nem nos Estados Unidos se tem facilitado nesse terreno, em que pêse a pujança inegável da democracia norte-americana. (Cf. Lêda Boechat Rodrigues — "A Côrte Suprema e o Direito Constitucional Americano, Rio, 1958).

Aquêles que advogam a causa da extrema esquerda costumam, então, invocar a célebre frase do "Chief Justice Holmes" para quem "a melhor prova de verdade é o poder do pensamento a impor-

se por si mesmo no mercado livre das idéias". Mas, a isto, os homens da direita respondem vantajosamente, com o "Justice" Jackson, que não é possível converter a Declaração de Direitos num pacto suicida e "que não se trata de escolher entre a ordem e a liberdade, e sim entre a liberdade com ordem e a anarquia sem ambas".

2.2 — *Partidos políticos de "conspiração"*

Dentro dessa linha ou espírito de concessões, transigências e transações, cedo estaríamos readmitindo em nossa terra, o registro do partido comunista, tese que encontra adesão entre alguns dos nossos juristas (como o prof. Pinto Antunes — Da Limitação dos Podêres, Belo Horizonte, 1955) que reproduzem o pensamento do prof. Duverger: "Não há democracia quando se recusa a palavra aos seus adversários, verdadeiros ou pretensos".

Mas, a resposta definitiva, do ponto de vista norte-americano, foi dada por Walter Lippmann, em poucas palavras: "Nenhum homem pode invocar um direito com fim de destruí-lo. O direito à liberdade de palavras pertence àqueles que se empenham em preservá-lo".

2.3 — *Interpretação judicial das liberdades públicas*

Uma decisão da Côrte Suprema dos Estados Unidos nos dá a exata medida do conceito de segurança nacional, nos países democráticos, relativamente à liberdade de palavra: "Todo direito constitucional" — reza a decisão — "implica responsabilidade e se concede a alguém a liberdade de palavra é porque êsse alguém é responsável por suas declarações mas em tempo algum poderá abusar dessa liberdade, fazendo declarações contrárias ao bem-estar do povo, com o fim de corromper a moral pública, incitar ao crime ou perturbar a paz pública".

Baseando-se no livro de Sydney Hook (Heresy, yes; Conspiracy, no, N. York, 1953), Gorkin, em outro livro igualmente cintilante iria estabelecer distinção entre "partidos de oposição" e "partidos de conspiração", para sòmente permitir aos primeiros invocar a legalidade desde que os segundos "só a invocam para proteger sua ação ilegal, conforme a doutrina da astúcia que Lenine preconizava" (Destin du XXe siècle, Paris, 1954). Recordemos, neste ponto, e como ilustração insuspeita, a proclamação da Stalin, referindo-se ao partido comunista ou partido único: "O partido é o instrumento da conquista para a consolidação e expansão da ditadura do proletariado". Mas, o Prof. Pinto Antunes, que se declarou favorável à volta do partido comunista à legalidade democrática, reconhece que, "em se tratando da própria segurança da pátria, os comunistas prometem, e sem mistério, que, em caso de guerra, lutarão pela pátria comum dêles, que é a U.R.S.S. — pátria de todos os trabalhadores do mundo".

Portanto, uma decisão judicial que reconduzisse o partido comunista à legalidade, à normalidade da vida democrática em nosso País, seria, irrecusàvelmente, uma decisão que colidiria com os postulados básicos da segurança nacional, cujo conceito se encontra firmado na doutrina da ESG, e está na lei e na Constituição.

Ao reconhecer que "a Democracia parecerá se transigir com o Totalitarismo", pois é impossível "misturar a vida e a morte, ou a liberdade e o terror", Robert M. Maciver, professor de Filosofia Política e Sociologia da Universidade de Colúmbia, ressalva que "isso não implica que tenhamos de entrar em guerra contra o comunismo ou, por outras palavras, contra a Rússia e seus aliados. Mas, entre as duas filosofias, credos ou sistemas, não há margem para concessões mútuas".

3 — O Poder Judiciário e a Segurança Nacional

4.1.—.*O Poder Judiciário como componente do Poder Político*

Portanto, o comportamento do Poder Judiciário em relação aos múltiplos problemas da Segurança Nacional não é o de um mero espectador, e muito menos o de um espectador frio e indiferente aos apelos da realidade nacional. O Poder Judiciário, participando do Poder Nacional, como componente do Poder Político, partilha da atividade estatal dêsse Poder, em harmonia e independência com os demais Podêres da República, e, portanto, desempenha papel decisivo na conjuntura nacional, através de ação política específica, isto é, a ação própria e da competência exclusiva do Poder Judiciário, que se resume no contrôle jurisdicional exercido sôbre os demais podêres do Estado com influência decisiva para a Segurança Nacional.

3.2 — *Função Política do Supremo Tribunal Federal*

Êsse papel político do Poder Judiciário, que não é apanágio ou privilégio dos órgãos judicantes de cúpula, mas se processa também, embra em grau menor, no plano estadual, na órbita das províncias, já foi assinalado pelo eminente Prof. Francisco Campos, no seu célebre e controvertido discurso, proferido como Ministro da Justiça, perante o Supremo Tribunal Federal. Foram suas palavras, em tal ocasião, dirigindo-se aos Ministros da nossa mais alta Côrte de Justiça: "Os vossos podêres não são apenas os da Justiça comum ou ordinária. A Constituição vos conferiu podêres de Govêrno". Logo depois acrescentava: "E eis, assim, aberto ou franqueado à vossa competência todo o domínio da política: a política: ctributária, a política do trabalho, a política econômica, a política da produção e da distribuição, a política social, em suma, a mais política das políticas, a polis na sua totalidade a sua estrutura, os seus fundamentos, a dinâmica das suas instituições e do seu govêrno".

O "batonnier" Alcino Salazar, que exerceu a Procuradoria-Geral da República, também mestre da cátedra universitária, diria em outubro de 1959, com autoridade e isenção, que "essa supremacia do Poder Judiciário, essa posição de comando em face dos demais órgãos do poder político, é da essência do sistema e representa o que se tem considerado uma admirável conquista no terreno da evolução e do aperfeiçoamento das instituições democráticas".

Com o mesmo pensamento era que Lawrence Lowell assim se manifestava: "O ramo judiciário é o árbitro final e a última autoridade sôbre tôdas as matérias, que dizem respeito aos limites dos podêres outorgados pela Constituição. (Apud Ruy Barbosa — Discurso no Senado, em 23 de Janeiro de 1925, discutindo o projeto de intervenção no Estado do Rio).

Até mesmo o processo "construtivo", que prevalece na jurisprudência constitucional americana, é de natureza fundamentalmente política, como recurso da técnica jurídica para tornar a Constituição um organismo plástico, flexível, vivo e dinâmico, pois, como salientara o "Chief-Justice" Holmes, "não são as cláusulas da Constituição fórmulas matemáticas, cuja essência esteja na fórmula: são instituições orgânicas-vivas, transplantadas do solo inglês. O seu sentido é vital e não formal", pensamento que seria também o de Stone, de Brandeeis, de Hughes, de Carrozo, todos, como o primeiro, juízes da mais alta linhagem intelectual e que enalteceram a Côrte Suprema americana. O "Chief-Justice" Hughes, o mais radical de todos, não vacilaria em declarar, ao tempo em que governava o Estado de Nova York, que "a Constituição é o que os juízes dizem que ela é". Razão de sobra tinha, pois, o professor Orlando Bitar de, em notável dissertação, com que concorreu à cátedra de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Pará, reconhecer, com absoluta exatidão, que "o instituto do contrôle jucicial, na sua carreira americana, ultrapassou as fronteiras da concepção legalista e assumiu a fisionomia original de instrumento político, social e econômico" (A Lei e a Constituição, Belém, 1951).

Na jurisprudência nacional existem, pelo menos três casos que podem ser apontados como paradigmas (leading cases), do exercício da ação política pelo Supremo Tribunal Federal, embora sob aquela "reserva das formas judiciais, mas nem por isso menos política", no dizer de Ruy: 1) a questão relativa à publicação do relatório das atividades do Banco do Brasil, elaborado por uma Comissão de Inquérito, em 1953; 2) a questão concernente à volta do Presidente Café Filho ao exercício da suprema magistratura do País; e 3) finalmente, a questão do "impeachment" declarado pela Assembléia Estadual de Alagoas contra o Governador.

3.3 — *As questões políticas e a revisão judicial*

Eram, êles, inegàvelmente, atos todos êles políticos, que envol-

viam ação política, mas, sujeitos à apreciação do judiciário, sob o aspecto de sua legalidade, ou legitimidade constitucional, conforme a doutrina firmada pelo Conselheiro Ruy Barbosa, jamais abandonada entre nós, e vazada nestes têrmos ainda atualíssimos: "uma questão política pode ser distintamente política, altamente política, segundo alguns, até puramente política, fora dos domínios da justiça e, contudo, em revestindo a forma de um pleito, estar na competência dos tribunais, desde que o ato executivo ou legislativo, contra o qual se demanda, fira a Constituição, lesando ou negando um direito nela consagrado".

Mas o Judiciário examina a questão política, ou mesmo exclusivamente política, através do direito individual sacrificado ou molestado, ou da mácula de inconstitucionalidade do ato incriminado, quando então se desenvolve o contrôle jurisdicional da lei ou do ato administrativo.

Essa doutrina, definitivamente assente entre nós, está exposta pelo eminente Ministro Luiz Gallotti, de que ficou esta síntese lapidar: "desde que se recorre ao Judiciário, alegando que um direito individual foi lesado por ato de outro Poder, cabe-lhe examinar se êsse direito existe e foi lesado. Eximir-se, com a escusa de tratar-se de ato político, seria fugir ao dever que a Constituição lhe impõe, máxime após ter ela inscrito, entre as garantias fundamentais, como nenhuma outra fizera, o princípio de que nem a lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual" ("O Mandado de Segurança e sua Jurisprudência", Coleção de Estudos Jurídicos (2), edição da Casa de Ruy Barbosa, tomo II).

Anteriormente, em sessão plenária, o saudoso Ministro Ribeiro da Costa, e falecido, já fixara êsse ponto essencial, que foi adotado como pensamento do Tribunal, num caso em que a Câmara Municipal de Barbacena teria rejeitado o veto do Prefeito, segundo êste alegava, sem o número de votos exigido pela Constituição estadual. "Desde que se argüi de contrário à Constituição do Estado o ato da Câmara Municipal" — disse o Relator — "a matéria há de ser apreciada pelo Poder Judiciário, consoante a lição dos mestres citados. A Constituição declara não se poder excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual (artigo 141, parágrafo 4.º). Direitos individuais não são apenas os privados, mas também os públicos, como acertadamente assinala Pontes de Miranda. E para proteger todo direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus", ou "seja qual fôr a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder", facultou a Constituição o mandado de segurança (art. 141, parágrafo 24) (op. citatus).

No campo da doutrina a voz autorizada de Castro Nunes também se ergueria para advertir, em abono dessa jurisprudência, que é inoperante, por si só, a objeção do caso político, para que o Judiciário se abstenha de assegurar ou reparar o direito do

argüente da inconstitucionalidade, desde que êsse direito tenha as condições necessárias para o seu ingresso em juízo. (Mandado de Segurança, 3ª ed.)

Mas, a última palavra neste assunto deve caber a Pedro Lessa. Assevera o grande juiz, considerado o Marshall brasileiro, que — "A violação de garantias constitucionais perpetrada à sombra de funções políticas, não é imune à ação dos tribunais" ("Do Poder Judiciário").

O Ministro Aliomar Baleeiro, em livro muito oportuno recorda que se tentou já, entre nós, evitar o pronunciamento do STF, a pretexto de que, como ocorre com a Côrte Suprema dos Estados Unidos, não lhe compete conhecer de questões "meramente políticas", porque entregues, estas, pela Constituição, à competência discricionária do Congresso ou do Presidente da República (O.S.T.F, êsse outro desconhecido, 1968, pág. 108).

A verdade é que a tese não vingou, antes de mais nada porque dificilmente haverá questão política "meramente" ou "puramente" política, tanto que Ruy já arrolou as que participam dessa natureza e que, por conseguinte, são defesas à apreciação do Judiciário (Obr. e loc.. cit.).

Em dezembro de 1914, há, por conseguinte, mais de meio século, o Supremo firmaria o princípio, ainda não desmentido, de que "questões políticas envolvidas na causa em que se debatem direitos sujeitos à apreciação da justiça, não podem excluir o julgamento desta" (Rev. do STF, 4/3 e s.).

O que se não pode esperar — como assinalou antigo Presidente da Suprema Côrte americana — é ter juízes dignos que careçam de convicções.

Essas convicções são tão importantes para o desempenho de sua missão como o sangue que circula en nossas veias.

A paixão, sim, é que é condenável.

A paixão corrompe, deturpa, degrada, transformando-se no instrumento cego de apostasias, perseguições, sacrilégios e vinditas.

A convicção é luz que brota da consciência dos homens responsáveis. A paixão é fôrça do mal, que arma fogueiras e faz funcionar guilhotinas.

A convicção faz santos e heróis; a paixão produz hereges e ímpios.

A convicção faz dos homens cidadãos prestantes; a paixão os transforma freqüentemente em celerados.

A convicção cria sábios e benfeitores da humanidade, como Pasteur; a paixão gera monstros, como Hitler.

A convicção arma as Cruzadas que libertaram Jerusalém; a paixão leva ao genocídio, ao extermínio de centenas de milhares de criaturas humanas, em holocausto ao mito da raça. A convicção liberta escravos; a paixão insufla e alimenta a discriminação de côr entre os homens.

A paixão, só a paixão, levaria Robespierre a afirmar, justificando o sacrifício de Luiz XVI, que "um rei não pode governar inocentemente".

"Os juízes" — em aguda observação — seriam mais do que hu-

manos se, em épocas de sentimentos populares acentuados, permanecessem insensíveis a tais influências (Cheatam). O juiz Holmes, considerado a mais impressionante personalidade que exerceu a Presidência da Côrte Suprema americana, confessou: "Não me considero livre para tratar dêste caso de maneira tão diferente daquela que usaria para tratar de outro que não tivesse despertado interêsse público e que fôsse apresentado com menos vigor".

O grande êrro seria considerar os nossos juzes dotados de infalibilidade. Êsse foi o grande êrro apontado por Hughes em relação aos membros da Côrte Suprema americana. Reconheceu o insigne magistrado, que a presidiu durante longos anos, que o Excelso Pretório tem as falhas inevitáveis de qualquer instituição humana, embora consiga superá-las, recuperando a confiança dos jurisdicionados, mercê da retidão de propósitos, da claridade de visão, de uma capacidade de independência, imparcialidade e equilíbrio nas suas decisões, que tornam impotentes as solicitações dos amigos, as instâncias dos antigos correligionários políticos e a ameaça dos inimigos.

Infeliz, portanto, o povo cuja magistratura togada justificasse a lamúria plangente de Kent em carta dirigida a Story, em que se lê esta dolorosa confissão: "Perdi minha esperança e minha confiança de que a Côrte Suprema fôsse a proteção e guarda da Constituição".

Por isso mesmo, a intimidação do Judiciário constitui o meio mais simples de que se servem aquêles que visam a supressão das liberdades democráticas e, com o perecimento destas, a eliminação do próprio Estado de Direito. Nada é mais hostil às incursões da fôrça que a existência de um Judiciário forte, autêntico, consciente de sua missão constitucional, e, conseqüentemente, prestigiado pelos demais Podêres da República, desde que, em seu cerne, o que pulsa e cintila é o Primado do Direito.

4 — O Poder Judiciário e a Conjuntura Nacional

4.1. — *A crise ou fim do "Govêrno dos Juízes"*

Êsse decantado "govêrno dos juízes", realmente, não tem conseguido manter-se a salvo das vicissitudes próprias das funções políticas. Há, mesmo, os que lhe anunciam o fim, como é o caso de Roger Pinto, para citar apenas um dos que têm sido mais violentos nas críticas dirigidas à ação política da Côrte Suprema americana.

Se não é possível negar uma certa crise da "confiança cega" que os norte-americanos da classe média depositavam nos juízes e se o Supremo Tribunal dos Estados Unidos não mais recuperou, totalmente, o antigo prestígio, desde que os seus membros se opuseram à política da "New Deal", isto se deu e ainda acontece porque, como explica Jimenez de Parga, dissertando sôbre "Los Regimes Políticos Contemporâneos" (Madri, 1960), "a opinião pública percebeu claramente que a política e os interêsses

pessoais podem influir nas sentenças", pondo por terra "o mito judicial", pois o juiz passa a ser "um homem entre homens". É bem possível que a Côrte Suprema não represente mais para os americanos o que, no dizer de um observador (H. Steele Commager), a Família Real é para os inglêses, o Exército para os alemães e a Igreja para os espanhóis. Mas talvez que isto seja preferível, porque aquela "auréola divina" que, durante tanto tempo, caracterizou o contrôle da constitucionalidade na grande república americana, poderia contribuir para lhe imprimir caráter antidemocrático, o que representa a sua desgraça e condenação.

A verdade, na sua exata dimensão, é que essa crise de confiança não está restrita ao grande povo norte-americano, pois constitui um fenômeno mais amplo, de caráter universal, grave, profundo, perturbador e inquietante. Talvez seja o sinal mais vivo das transformações políticas de nossa época, em que uma democracia de massas procura desempenhar papel histórico, em substituição à democracia burguesa tradicional, que estaria ultrapassada. Nos ensaios que escreveu sôbre "La actitud del pueblo hacia la judicatura" (B. Aires, 1949), o jurista argentino Alberto M. Justo, interpreta a suspeita que pesa sôbre os juízes como correlativa da desconfiança no direito e nos juristas, que são apontados como os mais fiéis e poderosos auxiliares da burguesia. Concluindo o seu pensamento, com apoio em Karl Mannheim, o citado escritor continental anota que essa prevenção popular não estaria alheia à suspeita de que os litigantes não comparecem ante os Tribunais em igualdade de fôrças, mas sim em desigualdade econômica e política.

Mas, a verdadeira causa será outra, bem diversa. A crise de confiança que por vêzes assalta o povo em relação aos juízes nacionais tem explicação mais simples e menos desprimorosa, ao contrário, do que supunham e supõem gratuitos detratores. É que os juízes e tribunais, conscientemente ou não, ao decidirem questões econômicas e sociais, freqüentemente transferem para as suas decisões a filosofia social e econômica por êles adotada e que nem sempre coincide com a filosofia social e econômica consagrada pelo ordenamento jurídico positivo, que os aplicadores oficiais da Lei devem acatar e preservar. Ocorre, realmente, e até com alguma freqüência, que o juiz ou tribunal se esquece de que o seu dever não é, como assinala Benjamin Cardozo — objetivar, no direito, as suas próprias aspirações, convicções e filosofias, mas as aspirações, convicções e filosofias dos homens e mulheres do seu tempo. Concretiza-se — fôrça é confessar — a queixa amarga de que a lei se torna "um veículo ôco de conteúdo, por onde se escoa a filosofia do magistrado", fenômeno que poderá representar a transformação da legalidade do Estado-de-Direito, do Estado Democrático, numa estranha e intolerável superlegalidade, em relação

à qual os juízes seriam senhores de baraço e cutelo.

4.2 — *O Supremo Tribunal Federal na história republicana*

Sempre que é preciso fazer um julgamento do papel desempenhado pelo Judiciário no mecanismo de nossas instituições democráticas, é na atuação do Supremo Tribunal Federal que se procura a resposta.

E, tôda a vez que isto ocorre, ressoam, com a significação de um estigma ou labéu, a célebre apóstrofe de João Mangabeira, em seu livro "Ruy, o Estadista da República", quando aquêle parlamentar baiano afirmou categòricamente: "O órgão que desde 1892 até 1937, mais faltou à República não foi o Congresso, foi o Supremo Tribunal Federal".

Na sua verrina impiedosa contra o órgão de cúpula do Judiciário brasileiro, que é mais um libelo do que um julgamento ainda que apaixonado, não vacilaria em imputar tibieza, covardia, pusilanimidade às maiorias judicantes.

"O órgão que a Constituição criara para sua guarda suprema" — assevera Mangabeira, em tom de polêmica — "e destinado a conter, ao mesmo tempo, os excessos do Congresso e as violências do govêrno, a deixava desamparada nos dias de risco ou de terror, quando, exatamente, mais necessitada estava ela, da lealdade, da fidelidade, e da coragem dos seus defensores".

Entretanto, êsse órgão que era assim denegrido e vergastado, pela maneira como teria exercido as suas altas funções constitucionais, era o mesmo que, em 1919, no auge da campanha presidencial, a que concorriam Epitácio e Ruy, concedia ao maior dos brasileiros uma ordem de "habeas-corpus" para que pudesse ir à Bahia e ali, livremente, realizar no local escolhido, o comício ou conferência de propaganda de sua candidatura (Revista do S. T. F., 19/117).

Êsse Supremo tão duramente fustigado pelo ardoroso discípulo de Ruy, é o mesmo Supremo que, muito antes, sem temer a ira de Floriano, declarava a nulidade do Código Penal da Marinha, provocando, com isso, de Aristides Lôbo, líder do Govêrno, a acusação afrontosa de que o Tribunal incorrera em abuso de autoridade e precisava responder perante o Senado (in Lêda Boechat Rodrigues — História do Supremo Tribunal Federal, I, p. 3).

Êsse Supremo, tão incompreendido e caluniado pelo referido político baiano, é o mesmo Supremo que, ao resguardar as imunidades parlamentares dos efeitos do estado de sítio, no término do quatriênio do Presidente Prudente de Morais, mediante a concessão de "habeas-corpus", que se tornou padrão, por isso mesmo viu-se alvo de crítica do próprio Presidente, em Mensagem ao Congresso, além de violenta campanha por parte da imprensa governista (A. e obra cit.).

Êsse Supremo, fustigado pela diatribe de Mangabeira, é o mesmo Supremo que, por ocasião da revolução federalista iniciada no Rio Grande do Sul, em fevereiro

de 1893, concederia "habeas-corpus" impetrado por Ruy, em favor dos presos do vapor *Júpiter* dando ensejo a que o Govêrno manifestasse a sua irritação em ofício desprimoroso para o Poder Executivo e dirigido ao Tribunal, a pretexto de comunicar o cumprimento da ordem.

A verdade é que as crises vêm e vão, mas a instituição permanece, como afirmou Lêda Boechat Rodrigues, na primeira tentativa de se fazer a História do Supremo Tribunal Federal. "Mas diante de cada nova crise e de cada nova ordem ativa de invasão de um poder constitucional pelos outros" — são as palavras dessa brilhante publicista — "a emoção e a paixão política são as mesmas e o mesmo é o desejo dos verdadeiros democratas de ver respeitado o livre jôgo das instituições, só êle garantidor das liberdades civis" (Op. cit. p. 4).

Do libelo de Mangabeira, o que resta é esta verdade, recentemente proclamada pelo Min. Aliomar Baleeiro, numa obra de reconstituição da verdade histórica, ao indagar se teria razão o brilhante e admirável jurista e parlamentar baiano: "A doutrina brasileira do "habeas-corpus" parece provar exatamente o contrário. O Supremo Tribunal Federal, por meio de construção, supriu a falta de leis, que amparassem todos os direitos e liberdades. Lentamente, pelo velho processo do êrro e correção do êrro, o antigo Supremo estabeleceu o sentido da Constituição e cortou asas às várias tentativas de o Executivo tripudiar sôbre ela e sôbre as franquias dos cidadãos" (Op. cit. p. 70).

4.3 — *A missão do Judiciário no Estado de Direito*

Assim, nada demonstra de maneira melhor a projeção do judiciário, no plano constitucional, do que o art. 150, parágrafo 4.º da Constituição Federal vigente, ao prescrever que "a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão do direito individual".

Êsse mandamento constitucional que, no dizer expressivo de um jurista pátrio, "instituiu o monopólio judiciário do contrôle jurisdicional" (F. Marques), realmente nos revela, sob o pálio dos Direitos e Garantias Individuais, o papel proeminente do Judiciário, como instrumento insuperável de realização do ideal democrático, cristalizado no Estado de Direito.

Mostra-nos, com efeito, que o Estado garante através da Constituição, e por intermédio do Poder Judiciário, a tutela jurisdicional de todo e qualquer direito subjetivo lesado, assegurando-nos, portanto, que a lei ordinária jamais poderá restringir ou anular essa tutela, e tampouco confiá-la a órgãos não judiciários, isto é, a órgãos que não estejam investidos da função jurisdicional plena.

Na verdade, o art. 150, parágrafo 4.º, revela-nos algo mais. Êle diz-nos, como a proclamar a superioridade de nossa Democracia, que o regime entre nós adotado é o do primado da Lei (o do *rule of law*), em que a compe-

tência da Justiça vai até onde chega a da legislação.

Corolário, portanto, do citado preceito constitucional como anota Frederico Marques — é a regra ou *garantia do juiz natural*. Se o legislador ordinário pudesse criar outros órgãos judiciários diversos dos previstos na Lei Maior, fácil lhe seria burlar o art. 150, parágrafo 4.º: tôda vez em que pretendesse subtrair do Poder Judiciário a apreciação de ato lesivo a direito individual, criaria órgãos rotuladores de judiciários para essa tarefa jurisdicional.

Quaisquer outros órgãos, não integrantes da magistratura ou Poder Judiciário, embora criados por lei ordinária porque careçam do indispensável lastro constitucional, para as funções jurisdicionais, poderão ter, quando muito, o *quase poder judiciário*, nunca, porém, a plenitude da jurisdição.

A Constituição não tolera que se retire do Judiciário o julgamento de pretensão fundada em lesão de direito individual, porque a atividade específica dêste que é a jurisdição, pressupõe sempre um órgão independente e imparcial, um contraditor regular, e, finalmente, um procedimento preestabelecido com formas capazes de assegurar a resolução justa do litígio.

Conseqüentemente, o exercício da garantia constitucional capitulada no artigo 150, parágrafo 4.º, pressupõe o *devido processo* legal, que torna intangível não só o direito de ação conexo à afirmativa de ato lesivo de um direito, como intangíveis torna também os atos processuais considerados como meio indispensável para chegar ao fim próximo, que é o julgamento, como ao fim remoto, que é a segurança constitucional dos direitos, segundo a tradicional de João Mendes Júnior.

A atuação jurisdicional, como pontificou Eduardo Conture, pressupõe o *processo*, e não apenas regras procedimentais, porque o *processo*, o *devido processo legal* é inerente à própria garantia da tutela jurisdicional, tanto que, substancialmente, uma não pode existir sem o outro. (Cons. A. R. Sampaio Dória — Princípios constitucionais tributários e a cláusula *Due Process of Law*).

Mas a garantia de julgamento imparcial pela magistratura togada, de qualquer pretensão fundada em ato lesivo a direito individual, não é deferida apenas contra particulares. O embate é mais cruento quando o indivíduo luta contra o próprio Estado, contra os agentes da administração, contra os representantes dos Podêres Públicos. É aí que a proteção jurisdicional se faz mais necessária e que mais urgente se torna a efetivação da garantia constitucional.

Em um sistema sem garantias jurisdicionais, o cidadão, colocado em posição irredutível, espera às vêzes a queda de um govêrno ou o advento de um *comitê* influente, para obter o que segundo o direito, não lhe foi dado a conseguir.

Um Govêrno que se colocasse acima do contrôle jurisdicional,

acima da revisão de seus atos pelo Judiciário, seria a imagem abominável dos odiosos regimes de exceção e de arbítrio, em que o primado da lei é suprimido pela vontade incontrastável dos déspotas e dos tiranos, em que as liberdades públicas e privadas são tragadas pelas tormentas que a servidão totalitária desencadeia.

Foi, em virtude de compreender a delicadeza e complexidade da função jurisdicional que o prof. Laski pôde asseverar esta luminosa verdade: "se conhecemos a forma com que atua a administração da Justiça de um Estado conheceremos também o nível moral e a perfeita política do seu povo".

O essencial, portanto, é que o juiz não se afaste da estrita lealdade devida às instituições vigentes. Livre da atmosfera das paixões políticas, a mentalidade do magistrado é correlativa da garantia de sua absoluta independência. É, pois, fora de dúvida que o juiz deve manter-se no âmbito de sua específica missão judicial, sem pretender perturbar a ordem existente nem assumir funções especìficamente legislativas (Carl Schmitt — La defensa de la Constitución).

O juiz está sujeito à Constituição e às leis, princípio que domina a vida jurídica com a fôrça de um dogma. A vinculação do juiz à lei corresponde, portanto, a um postulado da consciência geral. Com êste fundamento, afirma-se que o fim próximo do Direito é a ordem e que só a lei introduz a segurança jurídica, ou melhor, a certeza jurídica (Hans Reichel).

Ao perder a lei a sua supremacia e os juízes a sua independência, estimula-se a influência do poder arbitrário, o qual, com o aniquilamento da ordem jurídica, prepara o estabelecimento do mais completo despotismo, como anotou Hayek, em seu ensaio "O Caminho da Servidão".

4.4 — *O Poder Judiciário e a Revolução*

Em síntese: aos Juízes cabe a difícil tarefa de resguardar o Estado de Direito com a estrita observância das regras jurídicas que nêle imperam, isto é, com o inevitável respeito dos princípios elementares à sua própria constituição e origem.

Por outras palavras, incumbe-lhes a delicada missão de zelar pela democracia com o emprêgo dos métodos democráticos. Aparentemente, nada mais fácil; na realidade, tarefa melindrosíssima.

E essa tarefa que em épocas normais muito exige dos magistrados, assume proporções de singular complexidade nas circunstâncias presentes, em que o país emerge de um movimento revolucionário, cujo "pivot" ou centro de gravidade está consubstanciado na rebelião do povo brasileiro à tentativa de comunização da nossa Pátria, e na repulsa decidida aos corruptos que a desgraçavam.

O quadro que se depara ao observador desapaixonado dos fatos sociais, em nossa terra, é o de um país ainda açoitado por

ventos tempestuosos, oriundos de um processo político, social e econômico em plena evolução, e de cuja delicadeza não se pode impunemente duvidar.

Possìvelmente, nunca, como agora, por isso mesmo, foi tão importante a posição do Judiciário, no âmbito nacional, motivando esta aguda observação de um dos maiores advogados contemporâneos, o Dr. Dario de Almeida Magalhães: "Depois do império da insegurança e dos cataclismos da violência, sente-se que o centro de gravidade do govêrno e da política se desloca, hoje mais do que nunca, nos países de livre opinião, para o Poder Judiciário. Em tôrno da Justiça se travam, nos últimos tempos, as crises mais dramáticas dos regimes legais."

O conflito ou desacôrdo mais grave surge, precisamente, porque aos juízes não cabe transformar a ordem institucional, pelo menos enquanto êles se mantenham no plano próprio dos juízes. Os magistrados são — como se costuma dizer — homens conservadores, segundo uns; reacionários, segundo outros. A missão que lhes está reservada é, assim, bem diversa da que cabe aos políticos. Nenhuma função é mais conservadora ou reacionária do que a de aplicar as leis, embora não se perca de vista a finalidade social destas, nem se desmereçam as exigências do bem comum, que elas procuram atender. E é, valendo-se dessa função atribuída aos magistrados, de manter o "statu quo", a legalidade vigente, que o Estado assegura, por meio do Poder Judiciário, a paz social que a conduta antijurídica, que a conduta contrária ao Direito comprometera.

No caso brasileiro, relacionado com a Revolução de 31 de Março, o conflito resultou de o Ato Institucional, numa "expressão da vocação legalista de nossas fôrças armadas", como entende o prof. Heleno Claudio Fragoso, haver mantido, substancialmente, a estrutura da legalidade vigente, estabelecendo, inclusive, um sistema de garantias de legalidade formal das demissões de funcionários, sujeita a contrôle jurisdicional, embora limitado (art. 7, parágrafo 4.º). Malogrando a *pretensão punitiva* do movimento, como a concebiam os mais radicais, porque o Judiciário assegurando, efetivamente, aquêle sistema de garantias, observasse a estrita competência da Justiça Militar, afirmasse o fôro privilegiado para ministros, governadores e secretários de govêrno e, finalmente, determinasse a libertação de presos políticos por excesso de prazos processuais, chegou-se mesmo a acusar o S.T.F. de *"atuação contra-revolucionária"*.

Entretanto, ao ver do brilhante ensaísta de "A Justiça Penal e a Revolução" (1965), "essa atuação contra-revolucionária"... cingia-se ao exato e fiel cumprimento da lei que a revolução havia respeitado". "A pretensão punitiva revolucionária" — são ainda palavras do ilustre penalista pátrio — "via-se, assim, perturbada, não pela ação dos tribunais, mas pelo sistema de garantias da legalidade vigente, que competia aos tribunais fazer observar".

Embora divergindo no plano político-ideológico de um colega de Tribunal que, apoiado em livro de William O. Douglas (The Right of the People), Juiz da Suprema Côrte dos Estados Unidos, levava a proteção da liberdade às suas últimas conseqüências, o Min. Pedro Chaves, não faz muito aposentado, procurou demonstrar, no julgamento do "habeas-corpus" impetrado e concedido a favor de Sérgio Cidade Resende, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Pernambuco, a difícil encruzilhada em que se encontrava a Justiça brasileira.

"Há nesta revolução" — expunha o insigne magistrado, que honrou no Supremo Tribunal Federal as tradições mais altas da Justiça paulista — "no momento em que estamos vivendo, uma evidente contradição; alguma coisa positivamente errada, porque se há idéias que se repelem, que "hourlent de se trouver ensemble" são estas — de "revolução" e de "Constituição". E o Ato Institucional que procurou dar colorido ao Movimento de 31 de março, no art. 1.º diz que "está em vigor a Constituição de setembro de 1946".

Ora, esta Constituição de setembro de 1946, como tôdas as Constituições inspiradas nos princípios da Liberal Democracia — prossegue o Min. Pedro Chaves — "é uma Constituição que não fornece meios de defesa às instituições nacionais e é uma Constituição onde se prega um liberalismo a Benjamin Constant pleno, amplo e absoluto, mesmo contra os interêsses que se presumem ser da nacionalidade, porque consagrados por uma Assembléia Constituinte.

Prosseguindo no seu voto, declara ainda:

"Assim, há abuso da liberdade de Imprensa, há abuso de liberdade de pensamento, há abuso das imunidades parlamentares e há abuso da liberdade de cátedra."

"Não podia ter passado pela cabeça de um constituinte, honestamente consciente das necessidades nacionais, de transformar o direito da liberdade de cátedra em direito a incutir no ânimo dos estudantes idéias que são contrárias àquelas proclamadas e e consagradas pela Constituição."

Finalmente, deixando de lado a tese, e passando a se referir diretamente ao caso em julgamento, o eminente Juiz faz esta corajosa profissão de fé democrática:

"Êste que abusam da liberdade são os maiores responsáveis pela situação atual. São ignorantes ou semi-analfabetos — soldados e marinheiros — que se reuniam, sob o amparo da política do Govêrno anterior, para fazer a propaganda da subversão. Êstes não sabem o que é o marxismo, nem idéias marxistas. São homens como êste, que é professor de Introdução à Ciência Econômica e que vai incutir nos seus discípulos — 26 rapazes — idéias de desprestígio das Fôrças Armadas, matéria inteiramente fora do âmbito da cátedra, porque embora tenha relações com a ciência política, é estritamente prêsa à Introdução das Ciências Econô-

micas. E não foi no desenvolvimento de uma tese em que êle sustentasse uma opinião contrária à de seus opositores; não foi dando uma aula, que o paciente emitiu idéias marxistas, que êle podia acalentar, sem dúvida, mas não da sua cátedra, que não podia transformar em meio e local de propaganda da sua própria conduta para com os seus jovens alunos. Foi expondo matéria econômica que êle emitiu os aludidos conceitos? Não. Foi distribuindo um manifesto, um memorial, para concitar os seus jovens alunos a que pensassem na situação atual que evitassem de se "gorilizar", porque, para êle, aquêles que derrubaram o Comunismo, que se estava implantando dia a dia nesta terra, eram "gorilas". A mim, ao contrário, acho que eram "gorilas" aquêles que queriam fazer de nossa independência, da nossa liberdade de opinião, do nosso direito de sermos brasileiros e democratas, tábua rasa, para transformar-nos em colônia soviética, onde êles não seriam capazes de manifestar um pensamento sequer em favor das idéias liberais; para êles haveria Sibéria, *paredon* e outros constrangimentos. Êsses são, na minha opinião, os "gorilas" e não os democratas que fizeram a Constituição de 1946, que asseguraram ampla liberdade, e infelizmente esqueceram-se, de assegurar medidas de defesa dessas mesmas liberdades, para que não se voltassem contra os nossos interêsses nacionais e coletivos."

Então porque, realmente, o prolator de um voto tão incisivo e peremptório, como o que acaba de ser reproduzido integralmente, concedeu a ordem e livrou o paciente da ação penal? Precisamente porque, e nisto ainda mais corajoso se mostra o voto do Min. Pedro Chaves, "efetivamente o fato narrado na denúncia não constituía crime nela narrado", ou como disse o relator do processo, o ínclito Min. Hahnemann Guimarães, porque, no documento incriminado, no manifesto do paciente não havia nada que se pudesse considerar propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social, ou instigação pública à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública, tal como exigiam, respectivamente, o art. 11, *a* e parágrafo 3.º e art. 17 da Lei n.º 1.802.

Ao assinalar que as revoluções, por mais radicais que se mostrem, nunca podem, de pronto, abandonar as leis existentes, indispensáveis à manutenção da ordem, isto é, a um mínimo de ordem, o Ministro Cândido Mota Filho, na lapidar oração que proferiu na Associação dos Magistrados Brasileiros, ao receber a Cruz do Mérito Judiciário, assinala que não obstante a verdade daquela observação, as revoluções começam sempre com um ataque à Justiça, como aconteceu com a Revolução Francesa e como aconteceu com a Revolução Comunista na Rússia.

Mas, como a seguir ressalva o insigne Juiz, que tanto elevou a nossa mais alta Côrte de Justiça, "essa tormenta, em regra, desencadeada, por entre os seus excessos e seus equívocos, é um problema de desequilíbrio jurídico e,

por mais violenta que seja, a revolução, para sua vitória, sabe que é necessário dar uma dose mínima de legalidade à sociedade convulsionada".

"Seja qual fôr o tipo de revolução, com maiores ou menores aspirações radicais" — conclui o lúcido biógrafo de Eduardo Prado — "ela precisa usar do Direito, substituindo através de sua máquina legislativa aquilo que é contrário a seus interêsses. Mas os seus interêsses jamais podem ser executados se não se amparam em certas limitações legais. Colocando o instrumento da legalidade para a consecução de seus fins, a revolução pode inquietar os inquietos, mas ela se torna muito mais firme na conclusão de suas vitórias."

E ao afirmar, em voto proferido no Supremo, que "o juiz só raciocina dentro da legalidade", o insigne magistrado estaria reconhecendo sem se aperceber disso, como verdade resplandescente, que "o juiz busca mais que um resultado conveniente", porque, na realidade, "êle procura resultados que satisfaçam o critério de princípios que são neutros e gerais e possam ser aplicados a outros casos além do que se acha em adjudicação". (O Poder da Idéia Democrática — Publicação do Rockefeller Brothers Fund. (p. 66).

Aliás, o Ministro Macedo Soares, pontificando no Supremo Tribunal Federal, já expunha, há mais de sessenta anos, a doutrina, até hoje, não modificada, naquela Côrte, sôbre o tema em exame, e que se relaciona com o comportamento do Judiciário ante o advento de uma Revolução.

Em pronunciamento que ficou histórico, o Ministro Macedo Soares repeliu, com veemência, a tese de que os fins justificam os meios: "proposição imoral, perante o direito e a política, nas relações individuais e sociais, e condenada pela consciência e dignidade dos homens e dos governos dos povos civilizados", segundo suas próprias palavras.

"A teoria que as revoluções triunfantes tudo legalizam" — dizia êle — "não é teoria no sentido científico da palavra, nem como tal a formula publicista algum; é apenas o apanhado de um fato de observação prática, para corroborar a momentânea importância do direito fora das condições normais das sociedades políticas" (S.T.F., Jurisprudência, 1829/3, págs. 39/44).

É certo que "ninguém pode ser historiador dos fatos de seu tempo, como anotou o Min. Aliomar Baleeiro, ao referir-se ao "impacto da Revolução sôbre o S.T.F", mas pode-se adiantar, com uma pequena margem para o êrro, que a incompreensão surgida entre os revolucionários de 1964 e os Juízes que integram a cúpula do Judiciário brasileiro resultou, como tudo indica, da posição ortodoxa em que se encastelou a nossa mais alta Côrte de Justiça, fiel ao sistema de legalidade que a Revolução não abolira nos pontos capitais, como o das garantias constitucionais ("habeas-corpus" e mandado de segurança), e por entender, talvez, que haveria mais risco no remédio do que no mal, senão por lhe parecer que "é preciso impedir que, para

assar o leitão, ponha-se fogo na casa".

Talvez, menos uma incompreensão do que um conflito de mentalidades. Os militares, aspirando a institucionalizar a Revolução, a fim de que, uma vez por tôdas, seja banida do nosso país a ameaça do totalitarismo comunista e extirpado da nossa vida comunitária o cancro pertinaz da corrupção, mas, supondo, com inteira lisura, que essa obra poderia ser concluída através do sistema legal vigente e com a Justiça comum intacta em sua competência e soberania. Para os militares que salvaram a República da subversão, não passa de puro engôdo, de perigoso jôgo de palavras, de um grosseiro sofisma a afirmação de que "não há piquenique sem formigas", porque, naturalmente, para êles, e com tôda a razão, "se em vez de dez houver mil formigas na mesa do piquenique, ter-se-á nesse caso de tomar alguma medida para que o piquenique não seja perturbado". Já para os magistrados, em cujas mãos foi depositada a mais alta autoridade na interpretação e guarda das leis e da Constituição, se a Revolução não aboliu o sistema legal até então vigente no País é indeclinável que os juízes se mantenham fiéis aos seus postulados, zelosos da sua observância, ainda que isto represante, momentâneamente, alguma vantagem para aquêles que o movimento revolucionário alijou da vida pública e privou dos direitos políticos. Para os Juízes, de um modo geral, o respeito às leis e à Constituição é mais importante principalmente na ocasião de punir os seus infratores.

Mas, se é verdade que as garantias fundamentais do indivíduo, no Estado de Direito, desde que preservadas por uma Revolução, devem ser asseguradas em tôda a sua pureza e legitimidade, pelo Poder ao qual a Constituição atribui essa competência específica, também não é menos exato, de outro lado, que tais garantias não foram inscritas na Carta Magna de um povo como instrumento daqueles exatamente que pretendem suprimi-las, mediante a implantação dos odiosos regimes totalitários, onde os direitos fundamentais do homem, da pessoa humana, não passam de puro engôdo. O êrro mais grave da Democracia constituiu, j u s t a mente, em aplicar com excessiva rigidez e romântico dogmatismo os próprios princípios democráticos, em sua ação defensiva contra os implacáveis inimigos da Democracia, como se em nome da liberdade se pudesse dar liberdade para que as instituições democráticas fôssem aniquiladas, ou se fôsse possível admitir que os que não amam a liberdade pudessem invocá-la para mais fàcilmente eliminá-la. Por isso também a confiança de uma comunidade em seus juízes nunca foi tão necessária, como hoje, em nossa Pátria, ainda não refeita da crise que a acometeu recentemente, muito mais extensa e profunda do que se pode imaginar.

5 — Conclusão

Nesta fase crítica da vida brasileira, esperemos que os homens

que têm sôbre os seus ombros e em suas mãos as principais responsabilidades pelo nosso destino, encontrem, nesta encruzilhada histórica a solução mais justa, mais sensata, mais consentânea com os nossos sentimentos, formação espiritual e tradições, e solução essa que corresponda aos verdadeiros anseios de um povo que almeja paz e segurança para garantir às novas gerações um futuro digno de ser vivido. Como sustentei, alhures, é preciso, absolutamente necessário, que se não desfigure o Judiciário, a ponto de reduzi-lo a simples arauto das leis, nem se mutile a grandiosidade de sua missão, para confiná-la na estreiteza e esterilidade de um automatismo mais ou menos inconsciente. Mas, também, que o Poder Judiciário, limitado como os demais Pôderes da República, não se atire a desatinados e ambiciosos remígios, para além das fronteiras constitucionais da competência que lhe foi traçada pela Carta Fundamental, porque essa desnaturação e essa hipertrofia da função judicial seriam a desagregação do regime e a perdição do País, com o descrédito do Poder que, em autoridade moral, a todos outros sobreleva, e no qual se concentram as derradeiras esperanças da Nação, nas épocas de provação e sofrimento, quando já não há mais em quem acreditar, porque acreditar e para que acreditar. Um Judiciário que pretendesse ficar acima das leis e da própria Constituição, repito, seria a imagem viva e abominável de um "Poder Constituinte em função permanente".

Lembremo-nos, sempre, de que a Justiça existe para salvar, para unir, para restaurar, para garantir e regenerar, realizando a sua ingente tarefa de pacificação e harmonia social, com os olhos fitos no bem-estar coletivo, na segurança das instituições e na felicidade dos homens, mulheres e crianças, ligados pelos vínculos poderosos da mesma origem, aos supremos destinos da Pátria comum.

"Que os juízes" — como propunha Jefferson — "penetrem no conhecimento de cada caso, pensando em Deus e em sua Pátria; ambos os escusarão de seus erros e os apreciarão pela sua honestidade".

INFLUÊNCIA NAPOLEÔNICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ten Cel JONAS CORREIA NETO
(do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil) (*)

I

Venho trazer a esta Casa respeitável e ilustre o concurso que ela me pediu — mais que isto, me cometeu. Venho como soldado, para cumprir um dever, que confesso ser-me grato e, todavia, muito difícil. Devo tentar a apresentação de uma síntese da influência napoleônica no Exército Brasileiro, e a primeira afirmação que faço dará idéia das minhas dificuldades: essa influência houve, e há, mas tôda indireta — e apesar disso, ou por isso mesmo, grande, profunda, marcante, duradoura.

Eis o Sumário da nossa *palestra,* tal como abordaremos o tema.

SUMÁRIO

I — Introdução
II — Napoleão, o chefe militar
— os princípios de chefia
III — Napoleão e a guerra clássica
— os princípios de guerra
IV — NAPOLEÃO E O EXÉRCITO BRASILEIRO
— a Missão Militar Francesa
V — Napoleão, sempre
VI — Conclusão

* * *

A França imortal está comemorando neste ano, com destaque no dia 15 de agôsto, o bicentenário do nascimento de Napoleão Bonaparte — a figura que em 25 anos, sòmente, encheu o mundo

(*) Palestra no INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, no ciclo promovido em comemoração ao bicentenário do nascimento de Napoleão (Agô, 1969).

com os fulgores do seu gênio (1), com as retumbâncias das suas vitórias, com o magnetismo da sua personalidade. (2)

Sua vida — achava Merejkovsky (3) — assemelha-se ao curso do Sol. Assim:

VIDA DE NAPOLEÃO		CURSO DO SOL
1769/1795	Do nascimento ao vindimiário	aurora
1795/1799	Do vindimiário ao 18 brumário	sol-levante
1799/1807	Do 18 brumário a Tilsitt	meio-dia
1807/1812	De Tilsitt a Moscou	tarde
1812/1815	De Moscou a Waterloo	ocaso
1815/1821	De Waterloo até a morte	noite

A *Aurora* se estende do seu nascimento (15 Agô 1769) até o "vindimiário" (Out 1795), quando o jovem General domina a revolta em Paris e salva a Convenção. Confirma-se o líder do cêrco de Toulon... (4) Nesta fase está o que Aubry chama "o primeiro vôo da águia"! (5)

Depois é o *Sol-levante*! A campanha da Itália — Montenote, Milésimo, Dego, Mondovi, Lodi, Castiglione, Arcole, Rivoli; a incursão ao Egito e à Síria (6) — Malta, Pirâmides, Cairo, Jaffa e Monte Thabor, o fracasso diante de São João d'Acre, a derrota naval em Abukir e a destruição do exército turco na mesma Abukir; e o golpe de estado de 18 "brumário". Eis Bonaparte — 1º Cônsul! (Nov/Dez 1799).

De 1799 a 1807, o Sol busca o *Meio-dia*. Vai ao apogeu (7), com a paz de Tilsitt. São dêsse período brilhante: a passagem do São Bernardo; Montebelo e Marengo; a paz de Luneville, a Concordata e o "bloqueio continental"; a fundação do Banco de França e o Código Napoleão; a criação da Legião de Honra e a primeira distribuição das comendas (15 Agô 1804) e das águias; os 18 primeiros Marechais de França; o Consulado vitalício e o Império; Ulm e Austerlitz, Iéna, Eylau e Friedland — tôda a projeção do Grande Exército. Só no mar, outra derrota e o fim de um sonho: Trafalgar.

Ainda em 1807 vem chegando, muito lenta, a *Tarde*: é a agressão a Portugal, que tantas conseqüências extraordinárias teria para o Brasil; seguem-se a ocupação da península ibérica, a campanha de 1809 (Eckmül, Ratisbona, Essling, Wagram) e a malfadada invasão

da Rússia, onde os duros êxitos do Niemen, de Smolensk e Borodino (Moskowa) tiveram trôco na terrível retirada. (8)

As cinzas de Moscou marcam o comêço do *Ocaso* — com Leipzig, a abdicação, a ilha de Elba e os Cem Dias. Há algumas cintilações neste declínio: Lutzen, Bautzen, a campanha de França (onde o seu talento estratégico esplenderia de nôvo, à altura dos melhores tempos), Ligny (16 Jun). Mas o Sol se põe em Waterloo! (18 Jun 1815) Por que? (9) — se essa foi "uma batalha de primeira ordem, ganha por um Capitão de segunda"... (10) O nosso Gonçalves de Magalhães, (11) visitando Waterloo, já exclamara:

"Eis aqui o lugar onde eclipsou-se
O meteoro fatal às régias frontes!
.....
.....
Oh! por que não venceu? — Fácil lhe fôra!
Foi destino ou traição? A águia sublime
Que devassava o céu com vôo altivo,
Desde as margens do Sena até ao Nilo,
Assombrando as nações com as largas asas,
Por que se nivelou aqui com os homens?
Oh! por que não venceu? .....
.....
.....
Mas invencível mão lhe toca o peito.
É a mão do Senhor! — barreira ingente!
"Basta, guerreiro! Tua glória é minha.
Tua fôrça em mim está. Tens completado
Tua augusta missão. És homem! Pára."

Realmente, Waterloo representa mais do que uma batalha: é a mudança da face do universo. (12) Começa aí a grande *Noite*. Findara a epopéia. Vem o Belerofonte, Santa Helena, (13) Hudson-Lowe, a solidão, a morte (5 Mai 1821).

Pois aquêle Sol, que inundou o mundo, iluminou o Brasil — e aqui, ainda hoje clareia, com seus lampejos, as idéias, as meditações e as práticas dos nossos militares.

II

NAPOLEÃO — CHEFE MILITAR

A formação militar de Napoleão foi, no seu início, bem regular. Numa época em que tudo se improvisava, e em que a guerra era uma situação quase permanente, (14) — embora fôssem mais definidos do que hoje os períodos de guerra e de paz... — os postos militares eram comumente conquistados nos campos de batalha, ou



cbtidos por influências pessoais, às vêzes muito mal aplicadas. Quando nada disso acontecia, um bom soldado podia "marcar passo", como aquêle Capitão "Bengala-de-Junco", apresentado por Vigny — o veterano Capitão Renaud, que "a não ter sido General com vinte e cinco anos, idade em que a gente pode pôr em obra a própria imaginação", achava preferível "ficar simples Capitão, para viver com seus soldados como um pai de família ou como o prior de um convento". (15)

Em 1779, Napoleão ingressou na Escola Real Militar de Brienne-le-Château, onde se distinguiu em História, Geografia e Matemática e foi líder de seus colegas. (16)

Em 1784, foi transferido para a Escola Militar de Paris, como cadete gentilhomem. Não tinha, então, nenhum entusiamo pela carreira militar; queria ser principalmente um homem de letras, um intelectual... (17) Mas, as leituras em que se engolfava acabaram por lhe transmitir o ímpeto belicoso; e êle dali saiu, em Out 85, já 2.º Tenente de Artilharia, tendo sido o primeiro na lista apresentada a Luís XVI para a graduação. Iniciou sua carreira de oficial no Regimento de La Fère, do Corpo Real de Artilharia. (18) O Regimento tinha parada em Valença, mudando-se depois para Auxonne. Funcionava também como Escola de Artilharia, cujo comandante era o severo Barão du Teil, de quem Napoleão haveria de dizer: "foi o General du Teil que me ensinou a obedecer e a mandar". (19)

Em 1791 é promovido a 1.º Tenente e designado para o 4.º R Art, de nôvo em Valença. No fim dêsse ano vai à Córsega, em licença, participando das lutas que ali se travam. Esta foi a sua estréia em combate!

Feito Capitão, em 1792, no ano seguinte é nomeado comandante da Artilharia, face a Toulon, devendo-se ao seu plano a queda da praça. Seu nome tornou-se conhecido pelos convencionais, que o promoveram a Chefe-de-Batalhão (Oficial Superior), e pouco depois a General-de-Brigada (Dez 1793), designado para o Comando da Artilharia do Exército da Itália.

Daí por diante, foi um meteoro! Os postos perderam a significação. Êle é o "petit caporal", o General-em-Chefe, o Comandante, Bonaparte, o Imperador, — Napoleão!

Na formação militar de Napoleão muito influíram os seus estudos de História Militar. Êle leu o que havia sôbre os Capitães: Alexandre, Aníbal, Cesar, Gustavo Adolfo, Turenne, Príncipe Eugênio, Frederico — suas vidas, suas campanhas, suas memórias, seus conselhos, serviram para completar a instrução prática recebida. "Seu magnífico cérebro tudo guardou e tudo classificou." (20) Recomendava aos generais que fizessem a guerra como aquêles chefes: "Leiam as histórias das suas 83 campanhas. Leiam-nas de nôvo,

releiam-nas, e sigam-lhes o exemplo. Êsse é o único caminho para chegar a ser um grande Capitão e dominar os segredos da arte da guerra." (21) E acrescentava: "Adquire-se o conhecimento da alta direção da guerra sòmente pelo estudo da História Militar e pela experiência. Não há regras fixas, determinadas e invariáveis; tudo depende das condições do general, da capacidade das tropas, da estação do ano e de mil circunstâncias que contribuem para que nunca haja um caso igual ao outro." (22)

Nesse ponto, Napoleão e Frederico nos ensinam a mesma coisa: a experiência prática não basta ao general. Êle precisa ter uma *"experiência prévia"* da guerra. Isto é: o conhecimento teórico, fruto do estudo, da meditação. Mais tarde, Clausewitz definiria êsse tipo de experiência, que é básico, num axioma: "dos livros, nada mais se deve levar para a guerra do que a *educação do espírito.*" (23)

Napoleão aplicou aquilo que assimilou. Mas não foi um repetidor! Onde não inovou, êle soube adaptar bem aquela "experiência prévia" às condições do momento. As obras que leu (notadamente as de Cesar, Turenne, Frederico, Vauban, Maquiavel) "não dão nenhuma idéia sôbre a guerra que êle faria; o que delas aproveitou foi ùnicamente o que lhe deu (a elas) êle próprio". (24)

Liddell Hart — o ex-Capitão a quem os Generais ouvem, o conceituador da "ação indireta" — pensa que "embora Napoleão pouco tivesse acrescentado às idéias que absorveu (entre elas, as localizadas por Bourcet e Guibert, os dois mais extraordinários e originais escritores militares do século XVIII), êle deu concretização a essas idéias." Entretanto, "mais dinâmico do que pensador, não chegou a formular nenhuma filosofia de guerra". (25)

"Que trouxe Napoleão de nôvo, então, aos campos de batalha? — Seu gênio, ùnicamente seu gênio, mas todo o seu gênio!" (26)

Já que falamos no Chefe, vamos focalizar algumas características marcantes de Bonaparte, como chefe e líder que, incontestàvelmente, e no mais alto grau, êle o foi.

Há chefes inatos. Êles são líderes, e em geral são-no desde cedo (já dissemos que Napoleão liderava seus colegas de Brienne — nos esportes, em espetáculos teatrais, etc).

No ambiente militar, porém, não são admissíveis lideranças fora dos escalões hierárquicos: isto seria um caos. O chefe militar há de confundir-se com o líder, se possível; para tal êle estuda, pratica, procura apreender e aplicar-se no emprêgo das técnicas de chefia e liderança, desenvolvendo ao máximo as qualidades correspondentes. Nessa busca de aprimoramento, encontra-se em Napoleão rico modêlo.

"Sem dúvida, Napoleão nasceu, como Condé, com o dom de comandar. Êle, possuía uma fôrça de vontade, um poder de persuasão

uma autoridade que se impunha, desde sua infância, a quantos dêle se acercavam..." "Além disso, conservava de seu sangue corso, a energia, a vivacidade, a obstinação, tão preciosas para o comando de tropas." (27)

Os Princípios de Chefia

Vejamos como poderíamos valer-nos de Napoleão para ilustrar alguns dos *Princípios de Chefia Militar*, preconizados hoje no nosso Exército (28), para comprovar a nossa assertiva:

— CONHECER SUA PROFISSÃO

— Êle é o general competente e experimentado, mestre da guerra!

— Em Iéna, por exemplo, toma tôdas as medidas para enfrentar qualquer imprevisto, consciente da sua superioridade material e, sobretudo, moral. "Não só nada teme, se não que adivinha e escolhe livremente o mais seguro meio de aniquilar o exército prussiano antes da chegada dos socorros que o Imperador da Rússia lhe deve trazer. Concepção tão simples quão fecunda é apanágio de espíritos superiores." (29)

— CONHECER SEUS HOMENS E INTERESSAR-SE POR ÊLES

— É o chefe que, na Síria, apeia do cavalo e faz que seja montado por um soldado ferido, que receiando manchar a sela bordada, ouve de Napoleão estas palavras: "podes montar, nada há que seja belo demais para um bravo!" (30)

— Jovem oficial, reconhece (ou aparenta reconhecer) cada soldado; antes da revista, decora-lhes os nomes da relação. (31) Êle pensava que um homem que não leva em consideração as necessidades dos soldados, nunca deveria comandá-los. (32),

— DAR EXEMPLO

— É êle que — qual Caxias em Itororó! — a pé numa ponte varrida pela metralha, toma a bandeira tricolor para arrastar empós si os exaustos soldados, e desaparece semi-submerso no charco onde é lançado. O perigo que aí correu decidiu do êxito: "o exército entrou em furor e cometeu prodígios para salvá-lo". (33)

— Muito mais tarde, diria êle: "um exército de leões, comandado por um cervo, nunca será um exército de leões". (34)

— A sua audácia, tanto no plano físico (coragem pessoal) como no moral, era fora do comum; com ela, empolgava os homens. (35)

— VERIFICAR O CUMPRIMENTO DE SUAS ORDENS
(Compreensão, Fiscalização, Execução)

— Napoleão freqüentemente preparava, êle mesmo, suas ordens, ditando-as com os detalhes necessários à boa compreensão e ao correto cumprimento. Seu Chefe do Estado-Maior — o operoso e discreto Berthier (que, em grau menor do que Jomini, e talvez do que Davout, também soía "adivinhar" as idéias do mestre) — só tinha então que assiná-las e providenciar a sua distribuição oportuna. (36) E Napoleão em pessoa ia a cada posição das suas tropas, via-as, falava aos rudes soldados (os "Groignards") animava-os, testava os comandantes em todos os escalões. Era sempre o primeiro a chegar ao campo de batalha, para conferir, ainda uma vez, as suas previsões, que entretanto se confirmavam.

— DECIDIR COM ACÊRTO E OPORTUNIDADE

— Sua capacidade de decidir, sua pronta iniciativa, são notórias. (37) Em Arcole, assegurou a vitória numa cruenta luta de 3 dias, enviando alguns clarins à retaguarda dos austríacos para tocar "carga". (Esta passagem lembra a do nosso corneteiro, em Pirajá, tocando "avançar cavalaria" e "degolar" — segundo a lenda...). Em Austerlitz, soube criar a oportunidade: esperou, negaceando, que Kutuzof confiadamente chegasse à região que já fôra escolhida para a decisão, e aí atacou, no que se poderia chamar o "momento psicológico".

— EMPREGAR A TROPA DE ACÔRDO COM SUAS POSSIBILIDADES

— O conhecimento das possibilidades de cada fração do seu exército era conseqüência (1º) do seu contato pessoal com a tropa, (2.º) da sua rápida e justa interpretação dos fatos, e (3.º) do seu juízo exato sôbre a capacidade dos comandantes. Êstes, sobretudo os de postos mais elevados, conhecia-os êle muito bem: suas aptidões, suas limitações, suas ambições, suas fraquezas; podia, assim analisá-los um a um, e aproveitá-los em conformidade com a sua observação.

Napoleão explorava muito os efeitos psicológicos. Às vêzes, naturalmente; outras vêzes, premeditadamente, para atingir seus fins.

As suas proclamações (e êle afirmava quanto é extraordinário o poder da palavra sôbre o homem) são primores de apelos, de incitamentos, de sugestões (38). Eis alguns trechos: (39).

— "Soldados, a Europa tem os olhos fitos sôbre vós. Grandes destinos tendes a preencher, batalhas a travar, perigos, fadigas

a vencer. Fareis mais do que até agora tendes feito pela prosperidade da pátria, pela felicidade dos homens e pela vossa própria glória". (prestes a partir para o Egito).

— "Soldados. Estou contente convosco: na jornada de Austerlitz justificastes o que eu esperava de vossa intrepidez. Decorastes vossas águias com uma glória imortal... Bastar-vos-á dizer: "Eu estive na batalha de Austerlitz" para que se comente: "Eis um bravo!" (em 1805)

— "Chego aonde estais com a rapidez da águia... Nossos passados sucessos são a garantia da vitória que nos espera. Marcharemos, pois, e que ao nosso aspecto o inimigo reconheça os seus vencedores!" (no Danúbio, às vesperas da campanha de 1809).

Na campanha de 1796, apostrofava nestes têrmos: "Soldados! não mostrastes nem disciplina, nem constância, nem bravura; em posição alguma pudestes vos conservar organizados; entregastes-vos a um temor pânico; deixastes-vos expelir de posições em que um punhado de bravos deveria deter um exército. Soldados do 39.º e do 89.º, não sois soldados franceses. General chefe do estado-maior, mandai escrever nas suas bandeiras: "Êles não são mais do exército da Itália". (40) Resultado: os soldados choravam de raiva e pediam para ser postos na vanguarda, para ali morrer. Napoleão confiou-lhes pontos extremamente importantes, convicto de que êlees antes se imolariam a ceder um palmo — no que acertou.

Como achasse que, mais do que o número, a fôrça moral decide vitórias, (41) Napoleão cuidava atentamente das fôrças morais. Por isso, criou a Legião de Honra, fazendo a solene distribuição das cruzes com ritual estudado, que impressionou vivamente o espírito simples dos soldados. Essa condecoração — ainda agora uma das mais valiosas — era a suprema honraria. (42) Quantos gestos heróicos não terá havido, só pela ânsia de merecê-la... "De todos os homens, o soldado é o mais sensível às recompensas"... (43)

Para ainda mais galvanizar as tropas, fêz-lhes a entrega pomposa das águias, numa das maiores solenidades militares a que o Império assistiu. "Soldados, disse, eis vossas bandeiras; estas águias vos hão de servir sempre de ponto de reunião; elas estarão onde quer que o vosso Imperador julgue necessário..." (44)

E, afinal, organizou "La Grande Armée"!

O Grande Exército foi o poderoso instrumento de que Napoleão se serviu, para se impor à Europa, abalar as realezas e, afinal, encher um período da história da humanidade. (45)

III

NAPOLEAO E A GUERRA CLASSICA

Os Princípios de Guerra

Napoleão não chegou a enumerar aquelas normas de procedimento bélico a que se convencionaria chamar de "Princípios de Guerra". Não os enumerou, mas falava e escrevia freqüentemente sôbre êles (46), embora sem a preocupação acadêmica que, mais tarde, cercaria o assunto. (47)

Cra, o que são os "princípios de guerra"? Digamos que são regras básicas de conduta militar, normas aplicáveis na concepção e nas operações de guerra, para se chegar mais depressa aos melhores resultados. Êles têm-se mostrado, de modo mais ou menos constante, como válidos na maioria das situações que a história nos revela; daí considerar-se cada qual como responsável por uma parcela do bom êxito conseguido — e a sua falta, ou má aplicação, como um fator de mau êxito.

Vejamos quais são os preconizados pelo nosso Exército (43):
— objetivo
— ofensiva (iniciativa)
— economia de meios
— massa (concentração de esforços)
— manobra (flexibilidade)
— segurança (liberdade de ação)
— surprêsa
— unidade de comando
— simplicidade.

Que significa cada um deles?

Numa explicação à vol d'oiseau, podemos dizer que:

Objetivo — é o fim principal a que se visa, seja a grande finalidade da guerra, seja um alvo a ser colimado em certa etapa do seu desenrolar;

Ofensiva — é a manutenção da iniciativa, a antecipação das nossas ações às do inimigo, a permanência da pressão, com ousadia e violência adequadas ("só a ofensiva conduz à vitória"!);

Economia de meios — é a dosagem judiciosa dos elementos disponíveis, de modo que êles sejam empregados com o valor conveniente, sem sobrar onde não fariam falta e faltar onde seriam preciosos (maioria de meios na ação principal);

Massa — intimamente ligado ao anterior, é a reunião do máximo de meios de combate, no ponto e no momento propícios, onde se buscará uma decisão;

Manobra — em sentido amplo, é o conjunto de atividades (marchas, evoluções, mudanças de posição) que faz as fôrças alcançarem o inimigo com tais dispositivos e efetivos, em determinado local, e que lhes permite, face a contingências, ter flexibilidade bastante para ir alterando aquêles fatôres, de modo a conservar as vantagens já conseguidas;

Segurança — é a proteção que têm as fôrças, para não serem surpreendidas em condições de vulnerabilidade: inferioridade de posição (estacionamentos ,deslocamentos) ou de meios, ou ainda no curso de uma manobra; essa proteção, por outro lado, assegura à fôrça a liberdade de ação necessária à consecução da sua tarefa;

Surprêsa — é o ato de investir o adversário onde êle menos espere, de realizar justamente aquilo que a êle se afigure o mais difícil, o menos provável;

Unidade de comando — é o enfeixamento da autoridade numa cadeia de comando vertical; a capacidade de decidir não se divide, a de executar sim, e tudo segundo um esistma harmonioso de dar e cumprir ordens, com exata definição de responsabilidades e deveres; (49)

Simplicidade — é o que o têrmo indica: quanto mais simples, claro, lógico fôr um plano, será mais depressa e fàcilmente exposto, compreendido e executado. (50)

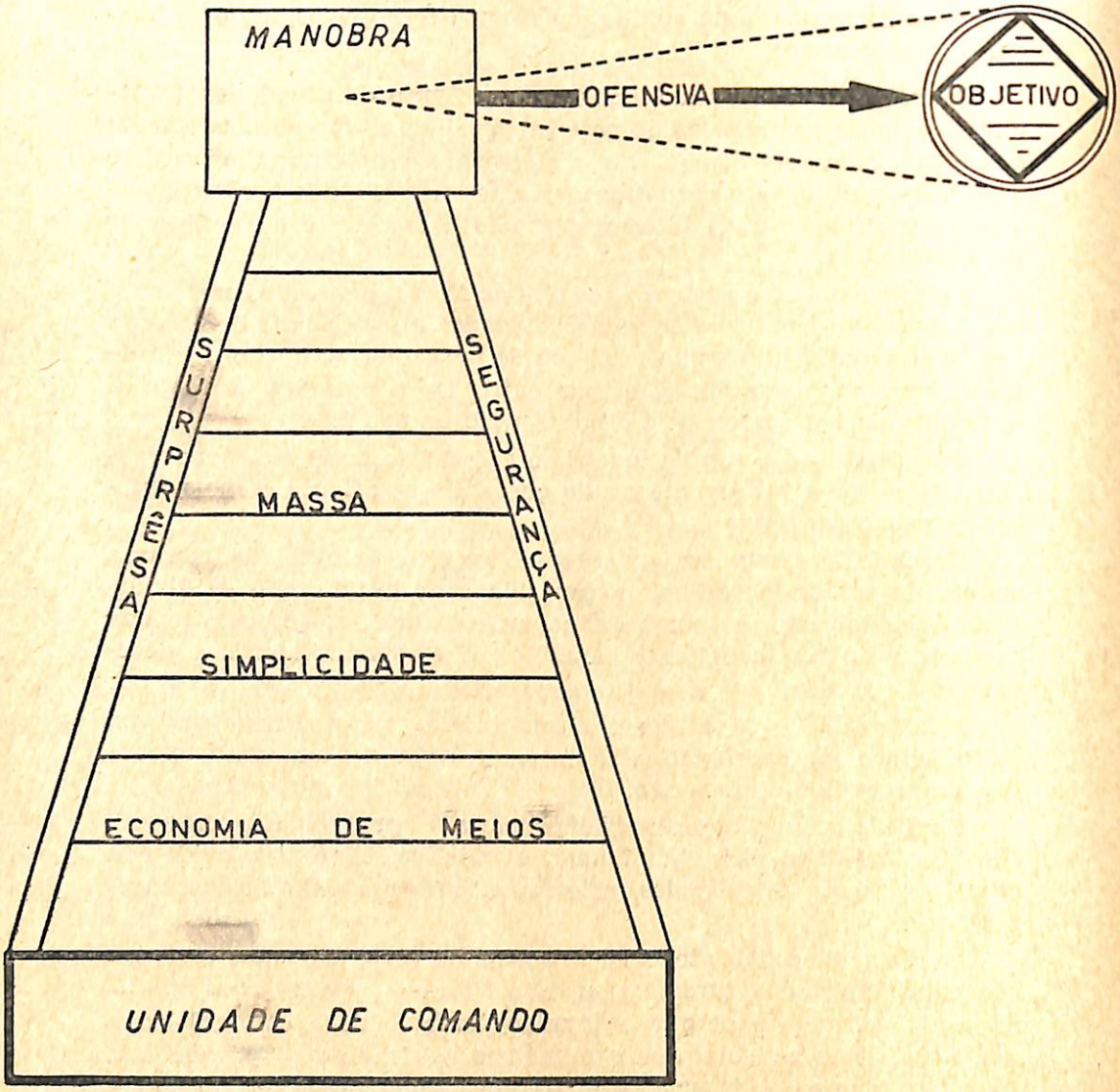
Simbòlicamente, os princípios podem ser apresentados como um farol, sôbre forte base, iluminando o objetivo. A figura avidencia quanto êles são interligados, interdependentes; combinam-se, completam-se.

Os princípios não são dogmas absolutos (51), são uma orientação geral; aplicados, tornam possível a vitória — provável mesmo — mas não certa, até porque o inimigo também deve conhecê-los e respeitá-los... Por sinal que o número e as denominações, que êles têm, variam muito, de país para país, de autor para autor. (52)

Como teria Napoleão influenciado o Exército Brasileiro, nesse campo?

Passando os olhos pelos princípios adotados por Napoleão (que o estudo de suas campanhas ressalta logo), teremos como preponderantes: (53)

— objetivo
— ofensiva
— concentração de fôrças
— mobilidade (velocidade)
— segurança
— surprêsa.



Eis aí, pois, tôda a estrutura principal do seu sistema. (54)

Clausewitz, que foi profundamente influenciado por Napoleão (seu coevo), ao procurar analisar-lhe a atuação, alinha em sua obra clássica ("Da Guerra") êsses mesmos princípios (os conceitos, não as denominações), aos quais acrescenta o nosso já conhecido "economia de meios". Não há diferença; é que Napoleão tinha a idéia da economia ligada à da reunião dos meios — "concentração", portanto. (55) Aliás, releva assinalar que a "manobra em posição central", ou "em linhas interiores", que Napoleão erigiu em sistema seu (e cuja primeira grande aplicação fêz em Dego — Ceva, na

campanha de 1796), impõe a aplicação do princípio da "economia de fôrças", como tem sido muito bem destacado por Liddell Hart e outros. (56)

Do mesmo modo, a idéia de mobilidade prende-se à de manobra (57), ambas presididas por uma preocupação: rapidez! (58)

IV

NAPOLEÃO E O EXÉRCITO BRASILEIRO

Em interessante trabalho de pesquisa, o Sr. Donatelo Grieco (hoje nosso Embaixador na Iugoslavia) procurou reunir fatos e documentos que mostrassem alguma ligação entre Napoleão e o Brasil (59). Passou pela história. E contou que Napoleão teria inspirado duas conjurações pernambucanas (1801 e 1817), na segunda das quais se pretendera trazê-lo de Santa Helena, onde os belos pássaros brasileiros — cardeais — distraíam e alegravam o exílio imperial em Longwood. Relatou a passagem de Jerônimo Bonaparte pela Bahia (1806) e, 34 anos depois, a do Príncipe de Joinville, na fragata "Belle-Poule", em festas para devolver à França o seu Imperador. Referiu-se ao General Hogendorp, o altivo holandês que fôra ajudante-de-campo de Bonaparte e, entre nós, mais conhecido como "o solitário do Corcovado" (60). E falou de outros fatos e pessoas.

Mas, o Embaixador Grieco deixou de apresentar uma conclusão, que por sinal fica evidente entre o título da obra e o seu conteúdo: é que, do ponto de vista histórico, a grande relação entre Bonaparte e o nosso País foi a transferência da sede real, de Lisboa para cá, — e o que disso decorreu, três lustros depois. O mais, é tentar associações meio forçadas, meio lendárias, meio líricas... ainda que curiosas e simpáticas.

Pois, se no geral isso é verdadeiro, também o é no particular: nenhuma relação houve entre Napoleão — o soldado — e o nosso Exército colonial luso-brasileiro. (61) Apesar de que um dos oficiais superiores do Grande Exército (que ofereceu os serviços ao Brasil, como Brandsen à Argentina) o foi igualmente aqui, trazendo-nos o concurso da sua espada experimentada: Labatut, o discutido e injustiçado comandante do Exército da Bahia, na consolidação da nossa Independência, e que era também amigo do Gen Hogendorp (62)

Já dissemos — e insistimos — que tem havido influência indireta de Napoleão, iniciada bem depois da sua morte, por fôrça dos ensinamentos colhidos nas suas campanhas. Mostramos dois aspectos dessa influência: Napoleão — modêlo na arte de comandar, e Napoleão — consolidador dos princípios fundamentais da guerra, — arte essa e princípios êsses que servem de alicerce filosófico ao preparo dos nossos chefes militares e à definição de uma Doutrina Militar Brasileira. (63)

O Nosso "Velho Exército"

Prosseguiremos fazendo um broquejo pela história do nosso Exército.

Após a Guerra do Paraguai, êle entrou num período de paulatino estiolamento profissional.

O Exército que apoiou e assistiu à proclamação da República era um arremêdo de fôrça armada, com pequenas unidades e serviços embrionários, reunidos em repartições não especializadas convenientemente. (64)

Seu efetivo era de menos de 15.000 soldados, com previsão de se dobrar êsse número em caso de guerra.

Instrução não havia, e os serviços de rotina ocupavam todo o tempo — dos que nele estivessem ocupados...

Velhos preconceitos — em grande parte justificáveis — afastavam a sociedade dos quartéis, onde a massa da soldadesca era constituída de verdadeira ralé social, e onde os oficiais se enfastiavam na ociosidade.

Os oficiais dividiam-se nìtidamente em dois grupos, entre si quase hostis: os de formação regular, das escolas militares, e os oriundos da própria tropa. Curiosamente, êstes últimos eram os de origem militar (filhos de famílias tradicionais nas Armas), mais experientes do que competentes; e aquêles provinham dos meios mais modestos, impulsionados pelo estudo grátis mais do que por real vocação, fascinados pelos títulos acadêmicos, milagrosos na época; tudo a tal ponto, que um militar de alta patente escrevia na revista "A Defesa Nacional", em 1914: "Raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplares dêles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professôres de matemáticas, ciências físicas e naturais, bons amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos..." (65)

A fraqueza do Exército, minado pelas idéias positivistas — "a grande inércia que tivemos de vencer" (66) — que eram o "chic" da moda, comprovou-se na Revolução Federalista e na campanha de Canudos.

O início do século viu o início da renovação. Tìmidamente ainda, com o Mal João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1898/1902) refundindo o ensino militar, e depois decisivamente, com o Gen Hermes da Fonseca (1906/1909), ambos na função de Ministro da Guerra. A ação de Hermes — que se caracterizou pela instituição do alistamento e do sorteio militar, pela construção de quartéis, pela melhoria da remonta e pelo empenho da tropa em exercícios e mano-

bras — continuaria mais adiante, no seu período presidencial (1910/1914), tendo sido uma fase áurea na reestruturação das fôrças terrestres. É dessa fase (em 1909) a ida de um grupo seleto de jovens oficiais à Alemanha, para estagiar no exército do Kaiser. Ao regressarem, êsses oficiais (cognominados "jovens turcos") foram mandados disseminar seus conhecimentos pela tropa e pelas escolas, onde influenciaram benèficamente a massa da mocidade militar, que iria depois, por sua vez, espalhar-se pelas casernas do País e participar efetivamente do notável esfôrço pela elevação do gabarito do Exército.

Data daí a fundação da "A Defesa Nacional" (Revista de Assuntos Militares), que até hoje mantém alto nível cultural, notadamente profissional. (67) Ela era a tribuna escrita da geração pioneira.

Dessa geração participou a chamada "Missão Indígena", (68 que ilustrou com seus ensinamentos e seus exemplos a Escola Militar do Realengo, por volta de 1920. Citem-se alguns nomes do pugilo de renovadores: Newton Cavalcante, Eduardo Alcoforado, Dermeval Peixoto, Henrique Lott, Tristão de Alencar Araripe, Olímpio Falconieri, Onofre Lima, Odilio Denys, Ilídio Rômulo Colônia, Ciro Cardoso, Mario Travassos (Infantaria), Euclides Figueiredo, Silva Rocha, Renato Paquet, Milton de Freitas Almeida (Cavalaria), Pantaleão Pessoa, Silio Portela, Fiuza de Castro, José Agostinho, Gustavo Cordeiro de Faria, Canrobert P. da Costa, Rocha Lima, Correia Lima (Artilharia), Mario Ari Pires, Bentes Monteiro, Luiz Procópio de Souza Pinto, Juarez Távora, Edmundo Macedo Soares (Engenharia).

A Missão Militar Francesa (M.M.F.)

Diversas tentativas foram feitas para se contratar na Alemanha uma missão de instrução; à frente dos entusiasmados, os "jovens turcos". Haja vista o editorial do número 8 da "A Defesa Nacional" (Mai, 1914), sob a responsabilidade dos redatores Bertoldo Klinger e Leitão de Carvalho, em que se desaprovava a vinda de uma missão francesa, exatamente quando "o exército francês se germaniza"!

Nesse entretanto, iam-se procedendo na França às *demarches*, a cargo do nosso adido militar, Malan d'Angrogne.

Mas a reação continuava. A "Defesa" n.º 64 (10 Jan 1919) — cujo editorial focalizava a morte de Bilac — trazia um artigo de Mario Travassos ("A Missão"), no qual era defendida a necessidade de uma missão militar, mas lastimado que não pudessem "vir até nós os nossos mestres" (os alemães...) pois "serão dez anos de doutrina, talvez ainda válida, a serem destruídos".

Vê-se que o autor exagerava a tomada de posição, já bastante enfraquecida mesmo no grupo pró-Alemanha, vencida na 1ª Grande Guerra. A prova está em que, pouco depois, editorial da mesma

revista (n.º 67, de 10 Abr 1919) dizia entre outras coisas, a propósito da missão militar em vias de contrato: "Bem-vinda seja! Povo e Exército muito têm a lucrar com as lições de estrangeiros competentes e experimentados em assuntos de guerra."

Nos números subseqüentes, aqui e ali referências à M.M.F., cada vez mais compreensivas e elogiosas (69). O editorial do n.º 79 (de 10 Fev. 1920), sob o título "A Missão Militar Francesa no Brasil", revelava que a Missão se achava completa entre nós desde 30 Jan e transcrevia notícia do jornal "O Imparcial" (de 31 Jan), com entrevista do General Gamelin (70) que, após afirmar que "antes de tudo, pretendemos cuidar da organização de escolas", assim finalizava: "A instrução que ministraremos será relativa a problemas da maior relevância, aprendidos durante a guerra. Havemos de ensinar o que a prática nos revelou nos campos de batalha. Principalmente, deter-nos-emos nas lições de tática..."

A M.M.F. prestou assinalados serviços ao nosso Exército, entre 1920 e 1940 (71). Seus Chefes, cujos nomes digo em continência — Gamelin, Hutzinger, Spire, Baudoin, Durandin, Paul Noel, Chadebec de Lavalade, (72) — estiveram à altura dos encargos e souberam cercar-se de auxiliares capazes como êles próprios. Fizeram aqui amigos, além de discípulos. (73)

E já que estamos num meio eminentemente civil, prefiro citar um civil — o escritor Carlos Maul — para afirmar que a unidade de doutrina ("a doutrina clássica, com as inevitáveis adaptações ao meio brasileiro") foi a maior e mais valiosa contribuição da M.M.F. (74)

Além dos conhecimentos militares mais atualizados, os instrutores da Missão tiravam da História Militar uma gama de ensinamentos. Cursos de Estratégia, Tática Geral e História Militar eram ministrados na Escola de Estado-Maior, divulgadas em fascículos as respectivas aulas. Do mesmo modo na Escola Militar: "Conferências de História Militar." E lá se encontram, entre muitos outros títulos expressivos:

— Campanha do 1.º Império (Campanha de 1805)

— Campanha de 1806

— Campanha de 1796 na Itália, etc.

Possuímos exemplares dessas publicações, dos anos de 1924 a 26. Elas foram em quantidade! Damos destaque à série de conferências do Gen Paul Noel, para o Curso Superior de Informação da Escola de Estado-Maior (1936), sôbre "O Sistema Napoleônico". (75)

Nas suas Conclusões, muito bem encadeadas e objetivas, perguntava Noel: "Napoleão teria um sistema ou seria um empírico?" — Napoleão seguia algumas regras, apoiando-se nos seus conhecimentos da ciência militar da época, que lhe forneciam regras gerais, das quais todavia não era escravo; então, dentro de certas coordenadas, referências, traçava livremente a curva da sua própria ação, na qual colocava tôda a sua capacidade humana. Resumindo: "sua ação era livre, dentro dum quadro fixo!" (P. Noel)

Até a 2ª Grande Guerra, o esfôrço na aprendizagem da História Militar ainda recaía nas campanhas napoleônicas, nem sempre com bastante objetividade e espírito interpretativo — muito mais sob forma descritiva, tão ao gôsto da época. Ainda hoje, essas campanhas são estudadas — segundo uma metodologia cada vez mais criteriosa, imparcial e crítica — ao lado de outras operações mais modernas, da primeira e em particular da Segunda Grande Guerra.

Não resta dúvida de que as bases para tais estudos, plantou-as a Missão Militar Francesa, com a sua dedicação, o seu cuidado, a sua competência. E ao fazê-lo, a Missão ainda mais aproximou Napoleão da nossa elite militar, que se imbuiu dos conceitos, dos princípios, sobretudo dos exemplos do maior cabo de guerra de todos os tempos.

Assim, pois, a intelectualidade militar brasileira vem, de há muito, abeberando-se no manancial de ensinamentos que é Bonaparte. A nossa cultura militar é impregnada de Napoleão: o homem, o chefe militar, o estadista, o gênio.

Sua figura invade todos os setores: são as obras biográficas e de filosofia militar, críticas e doutrinárias; são as pinturas, as gravuras e as reproduções de quadros célebres (Vigneux, Prud'hon, Ducis, Vernet, Gros, Philippoteaux, David, Gérard, Lefèvre, Ingres), de esculturas e bronzes (Gabriel e Carlos Seurre, Houdon, Rochet). E não sòmente sôbre a sua pessoa, mas sôbre motivos da vida no Grande Exército, das glórias francesas, do fausto imperial, enfim — da epopéia napoleônica. (76)

Nossos oficiais, conhecendo os feitos, estudando-os, aproveitando-lhes o que êles têm de útil para nós, estabelecem contato com a personalidade de Napoleão — e eis uma influência efetiva e vivida, que se auto-alimenta no próprio espírito militar, na própria permanência da vocação para a carreira das Armas.

V

NAPOLEÃO, SEMPRE!

Aceita como verdadeira a influência napoleônica — de princípios e de exemplos — caberia agora uma questão: na guerra atual, e na do futuro, uns e outros ainda nos serviriam?

Primeiramente — e sem nos aventurarmos no sentido de uma classificação, sempre discutível — deveremos atentar para que são hoje admitidas algumas formas de guerra: (77)

— Guerra fria
— Guerra limitada
— Guerra geral,

que podem ser travadas de modo regular ou irregular, e que compreendem, por sua vez, alguns tipos de guerra:

— Guerra convencional
— Guerra nuclear
— Guerra revolucionária
— Guerra insurrecional, e outras,

nem sempre fáceis de definir, nem de identificar, quando diante dos casos reais. Êsses têrmos visam, de fato, é à maior facilidade de entendimento, havendo um tanto de academicismo nos esforços de certos autores, por fixar distinções rígidas entre êles.

Não vamos aprofundar as conceituações respectivas. No entanto, podemos dizer, à vista do comportamento dos beligerantes nas várias guerras que, em nossos dias, desenrolam-se diante de nós: se convenientemente adaptados, os princípios imutáveis ainda são, no fundo, aquêles que Napoleão enfatizou.

Entre as guerras que temos acompanhado, assumem proporções alarmantes as que resultam da pressão militar — ideológica do bloco comunista. Pois bem: é fácil percebermos nelas — por exemplo — o princípio do objetivo, o da ofensiva, o da segurança, o da surprêsa. Até para os leigos, isso é fácil: basta ler os jornais...

Mesmo nas lutas de guerrilhas, hoje em dia tão comuns, os clássicos princípios são aplicáveis (aquêles quatro, mais massa e economia de meios), ao lado, naturalmente, de certas regras peculiares (ou princípios também, se quisermos chamá-las assim). (78) O mesmo se passaria nos conflitos nucleares. (79)

Sendo assim, o estudo da atuação napoleônica continua atual e responde à sêde de conhecimentos da arte da guerra.

E quanto aos seus ensinamentos?

Não exageramos, afirmando que tôda obra, trabalho, estudo realizado para enfoque de matéria militar, de natureza histórica ou doutrinária, há de conter referências a Napoleão Bonaparte. Eis um exemplo, ao acaso: um Estudo de Estado-Maior, preparado em 1967 na 3ª Seção (Operações e Instrução) do Estado-Maior do Exército, dizia nas "considerações iniciais": "A máxima de Napoleão — "conhece-se um exército pelo valor dos seus quadros" — constitui"...

Trata-se de mera citação de uma máxima (e sabemos (80) que Napoleão não reconheceu as que lhe eram atribuídas), mas bem

revela o grau de penetração das idéias napoleônicas, ou tidas como tais, no nosso meio militar, como elemento de utilização comum e freqüente.

Aí está: Napoleão sempre presente, como o mestre criador e afortunado, cuja vida foi, no dizer de Spengler, "um intenso labutar, com reflexos não apenas sôbre êle e a França, mas sôbre o Futuro". (81)

O saudoso e culto Cel J. B. Magalhães, que tanto enobreceu êste Instituto, criticava acerbamente Napoleão, por uma porção de motivos... Sente-se, ao ler-lhe as obras, que o Imperador não lhe era simpático. Pois assim mesmo, não pôde deixar de reconhecer que "êle se fêz modêlo de chefe na conduta dos exércitos em campanha, na guerra moderna, e durará em situação de mestre indefinidamente, mostrando como se devem utilizar os recursos novos de luta que as transformações sociais e o progresso da indústria apresentam em cada época". (82)

VI

CONCLUSÃO

Vamos chegando ao têrmo da palestra.

Para sabermos qual foi — ou qual é — a influência de Napoleão Bonaparte no Exército Brasileiro, achamos necessário incursionar por assuntos paralelos. E assim, abordamos:

— a ascensão militar de Napoleão
(e mostramos que ela teve certa coerência com sua formação militar regular)

— os princípos básicos de Chefia militar
(e oferecemos modelos napoleônicos)

— os princípios de guerra, permanentes até agora, válidos ainda e em futuro previsível

(e comparamos os princípios aplicados por Bonaparte com aquêles consagrados, confirmados pelos séculos de guerras, pelas experiências dos Capitães)

— os reflexos, na nossa cultura militar, de tudo o que é Napoleão, o que fala de Napoleão, o que ensina Napoleão

(e assinalamos os estudos especializados dos quadros militares brasileiros, motivados por surtos de incremento profissional no despontar dêste século).

Esperamos haver dado uma noção sôbre o tema proposto.

Que os civis presentes — também soldados do Brasil, em suas profissões! — perdoem se às vêzes nos excedemos em considerações técnicas demais; lembrem-se, porém, de que "o impacto de aperfeiçoamentos tecnológicos, durante os últimos cinqüenta anos, teve por conseqüência dar à profissão militar um caráter "civil" e obscurecer a distinção entre civis e militares"... (83)

E que os colegas militares — civis que vestem farda! — desculpem possíveis omissões e muitas generalizações, que foi preciso fazer, para a uns e outros transmitir a mensagem final:

— Que a influência napoleônica no Exército Brasileiro foi sempre indireta.

— Que ela — cabedal e inspiração! — tem decorrido, principalmente:

— do estudo das campanhas napoleônicas, pelos nossos militares — de forma crítica, sistemática;

— do aproveitamento da inesgotável reserva, que são os exemplos de Napoleão, o homem de guerra;

— das raízes doutrinárias, nutridas na seiva fecunda das atuações de Bonaparte, o fixador de princípios.

— Que as atividades benemméritas da Missão Militar Francesa, aumentando os saberes acêrca do grande general, ampliaram a sua influência, justo no terreno mais pródigo: o da criação intelectual, no sentido da realização profissional militar.

— Que essa influência continuará a se fazer sentir, por muito tempo ainda; acompanhará a evolução das técnicas de guerra e a elas se adaptará perfeitamente, em atualização com um tanto de espontaneidade e muito de arte — digna do varão que (no dizer de Goethe) (84) "fica ainda maior à medida que se torna mais verdadeiramente conhecido".

NOTAS

(1) "O gênio de Napoleão Bonaparte enchia o mundo".
Coelho Neto e Olavo Bilac — NAPOLEÃO — in "A Pátria Brasileira", Liv. Fcº Alves, 1940 (27.ª ed).

(2) "Aproximei-me dos maiores soberanos da Europa e nenhum dêles produziu em mim um efeito que se possa comparar ao que experimentava ao ser conduzido diante dessa criatura colossal". Barão Thiébault ("Mémoires"), citado por Dmitry Merejkovsky, in NAPOLEÃO — trad. de Agripino Grieco — Cia. Ed Nacional, S. Paulo, 1934. (O Gen Thiébault foi o Chefe do EM de Junot na invasão de Portugal).

— "Vi homens dignos de respeito e também homens ferozes. Na impressão que Bonaparte me causou, nada havia que pudesse lembrar-me uns ou

outros... Era menos ou mais do que um homem... Ao vê-lo, quase sempre em vez de tranqüilizar-me intimidava-me êle mais e mais... Tôdas as vêzes que o ouvia falar, impressionava-me com sua superioridade..." (Mme de Staël, citação de Emil Ludwig — NAPOLEÃO — 6.ª ed., Liv. do Globo, Pôrto Alegre, 1942).

(3) Merejkovsky — op. cit.

(4) O Gen Dugommier, comandante em Toulon, dizia de Bonaparte: "Se não lhe forem reconhecidos, êste oficial subirá por si mesmo." (citado por Émile Wanty — NAPOLEÃO ESTRATEGISTA — in "O DOSSIER NAPOLEÃO — Liv. Bertrand, Lisboa, 1962).

(5) Octave Aubry — NAPOLEÃO — ed. Flammarion, grav. et imp. Desfossés néogravure — Paris, 1936.

(6) "Êle sabia que lhe era necessário, como ao sol, levantar-se no Oriente." Merejkovsky, op. cit.

(7) "Foi êste, é preciso dizer-se, o apogeu do seu poderio, o ponto culminante dos seus altos destinos, a época mais brilhante de uma carreira até então sem nuvens." Citação de Désiré Lacroix, "neto dum oficial do Grande Exército", in HISTÓRIA DE NAPOLEÃO — Liv. Garnier, 1913, Rio.

(8) "No Berezina, só restava a sombra de um exército, mas era a sombra do Grande Exército!..."

Conde de Ségur ("Histoire et Mémoires") — citação de Merejkovsky, op. cit.

(9) Napoleão "nunca pensou que, de tanto derrotar os seus inimigos, êles acabariam por conhecer seus métodos e, embora não podendo adotá-los por falta de gênio, um dia conjugariam suas fôrças, em vez de as apresentar dispersas..." (E. Wanty, op. cit.).

(10) Victor Hugo — LESMISERABLES — XII partie: "Cosette" — hutième édition, Paris, 1862 — vol. 3 — Pagnerre, Lib. Éd.

(11) Domingos José Gonçalves de Magalhães — "Napoleão em Waterloo" — poema XXXIX dos "Suspiros Poéticos" — in GRANDES POETAS ROMANTICOS DO BRASIL — ed. LEP, S. Paulo, 1949.

(12) Victor Hugo — op. cit.

(13) Santa Helena!... Exílio de um "deus caído do trono dos mais deuses..." (Castro Alves — "Oitavas a Napoleão")

(14) "A Guerra nos parecia a tal ponto o estado natural do nosso país ..... Cada ano trazia a esperança de uma guerra..." — Alfred de Vigny — SERVIDÃO E GRANDEZA MILITARES — trad. de P. Rónai e Aurélio Buarque de Holanda — Bib Ex, 1960.

(15) A. Vigny — op. cit.

(16) Napoleão consideraria Brienne como sua pátria intelectual. (Lacroix — op. cit). Em Brienne, "o jovem corso, selvagem e nacionalista, refugia-se na leitura dos clássicos, dos filósofos, dos historiadores e de tudo quanto havia em matéria militar." (E. Wanty — op. cit.)

(17) Cel J. B. Magalhães — CIVILIZAÇÃO, GUERRA E CHEFES MILITARES — Bib Ex, 1958.

(18) A vocação artilheira de Napoleão manifestou-se cedo e revelava-se freqüentemente. Enquanto na Escola de Auxonne, escrevia estudos sôbre Artilharia — afirma o Gen Mangin, na conferência NAPOLEÃO, HOMEM DE GUERRA (Imp. Militar, Rio 1922), pronunciada em Buenos Aires e trad. pelo Gen Rondon — e de tal modo era conhecedor da Arma que o Cmt du Teil confiou-lhe várias missões, como o "estudo do lançamento de bombas por meio de canhão" (Lacroix, op. cit.). Diz ainda o Gen Mangin: "Napoleão continua

a ser o maior dos artilheiros!" — êle, que em Erfurt (1808) afirmava: "quando eu tinha a honra de ser simples 2.º Tenente de Artilharia, li e reli a biblioteca de um meu vizinho, livreiro muito obsequioso, e nada esqueci..." O Cap VII — "Napoleon" — da obra THE STORY OF WEAPONS AND TACTICS (From Troy to Stalingrad) — Cambridge, 1943 — de Tom Wintringham, começa assim:
"Napoleon was a gunner who became emperor..."

(19) Lacroix op. cit.

(20) General Mangin — op. cit.

(21) O grande Moltke achava que "sòmente o sucesso decide da reputação de um general. A parte que cabe exatamente ao mérito é bem difícil de determinar. Contra o irresistível poder dos acontecimentos, vem quebrar-se o talento do melhor general; essas circunstâncias também podem fazer um homem mediocre acertar. Encaminhar o sucesso com continuidade — eis o único critério do talento". Cap Dervieu — "Moltke", in A CONCEPÇAO DA VITÓRIA ENTRE OS GRANDES GENERAIS — trad. do Cap. F. Mindello — Ed. Henrique Velho, Rio, 1942.

(22) Citação pelo Cel Leopoldo R. Ornstein — in EL ESTUDIO DE LA HISTÓRIA MILITAR (Bases para una metodologia) — vol. 461 da Biblioteca del Oficial, do Círculo Militar Argentino (Buenos Aires, 1967).

(23) Cel Ornstein — op. cit.

(24) Gen Mangin — op. cit.

(25) Cap B. H. Liddell Hart — AS GRANDES GUERRAS DA HISTÓRIA (STRATEGY) — trad. de A. Arruda e revisão e notas do Cel Reynaldo Melo de Almeida — IBRASA, S. Paulo, 1963.

(26) Gen Mangin — op. cit.

(27) General Zurlinden — NAPOLÉON ET SES MARÉCHAUX (1.º vol — Napoléon) — Lib. Hachette, Paris, 1910.

(28) C 22-10 — Manual Básico de Campanha — PRINCÍPIOS DE CHEFIA — 1954. Além dos princípios citados, há os seguintes:

— Conhecer-se a si próprio e procurar aperfeiçoar-se
— Manter seus homens informados
— Treinar seus homens como uma equipe
— Ter amor à responsabilidade — Desenvolver êsse sentimento entre os subordinados.

(29) Ten Cel L. Rousset — OS MESTRES DA GUERRA — Trad. de Tasso Fragoso — Biblioteca Militar, 1938.

(30) Donatelo Grieco — A VIDA DE NAPOLEAO (CONTADA PELOS LIVROS) — Ed. A Noite Rio, 1938.

(31) Merejkovsky — op. cit.

(32) General Mangin — citação das "correspondências" (op. cit.)

(33) Lacroix — op. cit.

(34) Maj Gen J. F. C. Fuller — A CONDUTA DA GUERRA (de 1789 aos nossos dias) — trad. do Cel Hermann Bergqvist — Bib Ex, 1966.

(35) No ativo dêste temperamento fora de série, há que inscrever ainda a audácia moral, a que se refere Metternich: "Êle atrevia-se a tudo e assim alcançava enorme avanço, que o aproximava do triunfo". Essa audácia,

procedia, resultava do raciocínio, e conservou-se por muito tempo clarividente, fundada nas probabilidades de êxito. Bonaparte — e depois Napoleão — utilizava o que hoje se chamam riscos calculados. (E. Wanty op. cit.).

(35) O estado-maior não participava, de maneira alguma, do trabalho intelectual do Imperador. Devia ater-se estritamente às suas ordens, pois só êle (Napoleão) sabia o que se devia fazer; e Berthier "encarava êsse ofuscamento da sua personalidade como perfeitamente natural". "A verdade é que foi sua atividade (de Napoleão), não sua apatia, a causa tanto de sua ascensão como de sua queda... pois quando houve necessidade de oficiais de estado-maior competentes, êsses não existiam". (J. F. C. Fuller, op. cit).

(37) É verdade que na fase descensional da sua carreira cometeu muitas falhas, nas suas decisões. Já na campanha da Rússia, "parecia haver perdido aquela acuidade e aquela habilidade de antes" — diz J. B. Magalhães (op. cit.), que o atribui a duas causas: vertigem das alturas, e fadiga...

(38) "O espírito ofensivo, que tem sido reconhecido através de tôdas as idades da História Militar como um axioma — mais do que um princípio discutível (...) — nutre-se da fôrça psíquica .....
Por tais razões, os grandes chefes têm tido sempre o cuidado de exaltar por todos os meios a coragem de suas tropas, mediante uma propaganda adequada e orientada no sentido de estimular o sentimento combativo, podendo-se citar como modelos as alocuções de Napoleão e seus comandados, antes das batalhas decisivas." SOCIOLOGIA DA GUERRA, pelo professor uruguaio Orestes Araujo, em trad. do Cel Moacir R. Coelho, Bib Ex, 1959.

(39) Lacroix — op. cit.

(40) Lacroix — op. cit.

(41) J. F. C. Fuller — op. cit.

(42) "A Legião de Honra foi uma imensa e poderosa alavanca para a virtude, o talento, a coragem;..." — escrevia Napoleão a seu filho, ditando a Montholon, em 17 Abr 1821 (D. Grieco — A VIDA DE NAPOLEÃO).

(43) "Napoleão — MÁXIMAS E PENSAMENTOS" — seleção e prefácio de H. de Balzac — trad. de José Dauster — ed. Vecchi, Rio 1946. (ver nota 79).

(44) Lacroix — op. cit.

(45) Entretanto... "lançando mão dos recursos dos países ocupados e criando corpos estrangeiros (alemães, hessianos, suíços, italianos, belgas, polacos, espanhóis; tira todo o caráter nacional aos seus Exércitos; fá-los percorrer a Europa e não cessa de aumentar êste Exército Internacional, europeu se quiserem, misturado, sem coesão sem ideal sólido, onde se multiplicam as causas de fraqueza e de desagregação". (E. Wanty, op. cit.).

(46) Embora tenha lido muito sôbre a guerra, Napoleão a bem dizer não redigiu nenhuma obra, nem siquer uma sintética. Não obstante, teve a intenção de fazê-lo. Segundo Gouvion Saint Cyr, teria dito que as dificuldades da arte da guerra estavam longe de ser conhecidas e que, se algum dia tivesse tempo, demonstraria num livro os seus princípios (de guerra) de modo tão preciso que estariam à mão de todos os militares, que poderiam aprender a guerra como se aprende uma ciência qualquer. (Gen Paul Noel — LE SYSTÈME NAPOLEONIEN (Nos Conclusions) — E. E. M., 1936).

(47) "Negar la existencia de los principios — decía Napoléon — es como negar la existência del sol; ello constituye una prueba de que no se ha comprendido en absoluto la guerra. Pero, los principios por sí solos no son nada. En la guerra el hombre es todo". (N.) Cel Ornstein — op. cit.

(48) Manual de Campanha — C-100-5 — OPERAÇÕES.

— Quando na Chefia do Estado-Maior do Exército — ao qual imprimiu o cunho da sua personalidade e ofereceu a sua invulgar cultura geral e pro-

fissional — o então General-de-Exército HUMBERTO CASTELLO BRANCO fixou os princípios de guerra que serviriam aos trabalhos nesse alto órgão; entre os citados (além do sentido de "massa" ampliado, sob o título "cooperação"), introduziu mais um: "disciplina intelectual", que poderia ser considerado integrante da "unidade de comando", e que é típico da mentalidade ordenada e disciplinada daquele que seria, pouco depois, o grande Presidente do Brasil.

(49) "Il ne faut qu'une armée, car l'unité de commandement est de première nécessité à la guerre. Ilfant l'armée réunie, concentrer le plus de forces possible sur le champ de bataille, profiter de toutes les occasions; car la fortune est femme: si vous la manquez aujourd'hui, ne vous attendez pas à la retrouver demain". (de Napoleão ,em Santa Helena; citado em NAPOLÉON — VUES POLITIQUES — La Doctrine Impériale — Americ Edit. — ed. da Imp. Nacional, Rio, 1939).

(50) "Na guerra só dá resultado o que é simples. A arte da guerra é simples e tôda de execução." (N) Maj Jayme Ribeiro da Graça — A GUERRA ATRAVÉS DOS SÉCULOS — Bib Militar, 1948.

(51) "Na guerra, nada é absoluto." (N.)
Cel (USA) Conrad H. Lanza — NAPOLEÃO E A GUERRA MODERNA — trad. do Cel Paulo Enéas F. da Silva — Bib Ex, 1955.

(52) O n.º de Fev 61 da Military Review traz artigo do Maj inglês Wright, que divulga interessante quadro: dum lado, os conceituadores — Clausewitz, Foch, Liddell Hart, Montgomery, Reino Unido, Canadá, URSS, USA, etc; doutro, os princípios — (além dos já referidos) administração, perseguição, aproveitamento do êxito, armamento, estabilidade da retaguarda, mobilidade e movimento, moral, poder aéreo, opinião pública, qualidade e quantidade das Divisões, competência dos comandos, nunca reforçar um insucesso, não investir se o inimigo puder aparar o golpe.

(53) Os princípios de guerra já haviam sido enunciados no século VI a. C., na velha China. Napoleão "conhece-os, moderniza-os, aplica-os a exércitos cada vez mais importantes, mas é nossa opinião (E. Wanty, op. cit.) que êle tem, sobretudo, a arte de os violar com conhecimento de causa"...

(54) "Se Napoleão não criou a estratégia moderna, podemos afirmar que soube fixar seus princípios, pela suas ações e pelos seus exemplos. Seus preceitos são a fonte pura na qual virão se abeberar o discípulos das gerações vindouras." Cap Dervieu — A CONCEPÇÃO DA VITÓRIA ENTRE OS GRANDES GENERAIS. trad. do Cap. Frederico Mindello.

(55) "Na iminência da batalha, o comandante deve reunir suas fôrças, sem desprezar nunhuma. Um simples batalhão pode decidir da peleja." (N.) Cel Lanza, op. cit.

(56) Ler A MANOBRA NA GUERRA, pelo Cel Amerino Raposo Filho, Bib Ex, 1960 (fls 100/104). Ainda assim, assinala Liddell Hart (op. cit.) que era tendência de Napoleão confiar mais na massa e no dispositivo estratégico do que na mobilidade e na surprêsa.

(57) "As palmas da vitória, colhem-nas os exércitos que manobram" (N.) — L. Rousset, op. cit.

(58) "É possível que no futuro eu perca uma batalha, mas jamais perderei um minuto." (N.) Liddell Hart, op. cit.

(59) D. Grieco — NAPOLEÃO E O BRASIL — Civ. Brasileira, Rio, 1939.

(60) Gustavo Barroso, em SEGREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL (ed. O Cruzeiro, Rio, 1958), ressalta com muita sutileza que, graças a Hogendorp, o nome do Brasil figurou entre as últimas vontades do Imperador dos Franceses, eis que êste legara em testamento, ao nobre soldado

"refugiado no Brasil", 100.000 francos. De fato, é o que se lê no segundo codicilo (datado de 24 Abr 1821) ao testamento de 15 Abr, resultante da liquidação dos bens na Itália (Alexandre Dumas — NAPOLEÃO — trad. de Olimpio Monteiro — Liv. Moura, Rio, 1961).
O austero Conde — General de Napoleão, Ministro da Guerra em Haia, embaixador na Rússia, governador de Java, de Koenigsberg, de Breslau e de Hamburgo, que heròicamente defendeu, amigo de D. Pedro I e entusiasta da nossa Independência — mereceu também a atenção de Pedro Calmon (FIGURAS DE AZULEJO — ed. A Noite, Rio, 1939) e de outros historiadores e contemporâneos.

(61) Uma conseqüência da guerra que Portugal declarou à França, erguendo a voz do seio do nôvo império que estava criando, foi a invasão da Guiana Francesa, pela expedição do Ten Cel Manoel Marques d'Elvas Portugal. Caiena estêve ocupada de 1809 a 1817, quando nôvo convênio franco-luso restabeleceu a linha divisória pelo rio Oiapoque (conforme o Tratado de Utrecht, de 1713) e não pelo Araguari (fixado arbitràriamente, em 1801, pelo Tratado de Badajoz).

(62) Afonso Ruy — DOSSIER DO MAL. PEDRO LABATUT — Bib Ex, 1960.

(63) Cel Von Trompowsky — PRINCÍPIOS DE GUERRA (Para que servem, afinal? — Revista Militar Brasileira, Abr/Jun 66.

(64) Gen F. Paula Cidade — O EXÉRCITO EM 1889 — in "A República Brasileira" — Bib Mil. Rio, 1929.

(65) Gen Tito Escobar — RECRUTAMENTO DE OFICIAIS — "A Defesa Nacional", 10 Out 1914.

(66) Lima Figueiredo — CASERNAS E ESCOLAS — Bib Mil., Rio, 1945.

(67) "A Defesa Nacional" foi fundada em 1913, "para exercer o direito que todos temos, de julgar das coisas que nos afetam, segundo nosso modo de ver, e de darmos nossa opinião a respeito." Seus idealizadores foram Bertoldo Klinger e Estêvão Leitão de Carvalho, que a fundaram junto com Paula Cidade, Souza Reis, Mario Clementino, Mrasilio Taborda, Parga Rodrigues, E. de Lima e Silva, Jorge Pinheiro, José Pompeu Cavalcante de Albuquerque, Euclides Figueiredo e Amaro Vila Nova. O 1.º número era sem capa, a exemplo da revista militar alemã Militar Wochenblatt... Sôbre sua atuação em prol do Exército, até hoje notável, ler o n.º especial do cinqüentenário (1963), as "Notas sôbre o Exército Brasileiro" (de Carlos Maul, in O EXÉRCITO E A NACIONALIDADE — Bib Ex, 1950), etc.

(68) Ler a respeito A MISSÃO INDÍGENA NA ESCOLA DO REALENGO — Gen Ex Tristão A. Araripe, in Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

(69) O Grupo Mantenedor da "A Defesa Nacional" compunha-se, então, de Klinger, Pantaleão Pessoa e Euclides Figueiredo (redatores) e de Leitão de Carvalho, Daltro Filho, Parga Rodrigues, Newton Cavalcante, Francisco José Pinto e outros.

(70) O Gen Maurice Gamelin, organizador e primeiro Chefe da M.M.F., foi o "homem de tato, capaz de evitar melindres nacionalistas e de não suscetibilizar distintos oficiais formados na Alemanha", como pedira o Ten Cel Malan ao Gen Joffre — é o que nos informa Octávio Costa, em gostosa crônica no Jornal do Brasil de 9 Jul 69 ("E vovô genovês não viu o fim").

(71) Algumas notícias sôbre a M.M.F., desde as gestões iniciais, dá-nos T.A. Araripe, em TASSO FRAGOSO (Um pouco de História do nosso Exército) — Bib Ex, 1960.

(72) O General de Lavalade ligou-se culturalmente ao Brasil, além dos limites profissionais da Missão. Êle traduziu do Português as "Memórias Póstumas

de Braz Cubas", que foram publicadas em francês, com prefácio de Afrânio Peixoto, o qual escreveu: "La traduction des Mémoires d'Outre-Tombe de Braz Cubas, par le Général de Lavalade, représente, pour notre Machado de Assis, un hommage d'un rare valeur, un de ceux auxquels il eût été les plus sensible..."

"... il convient d'ajouter que le Général fut choisi pour diriger une mission de caractère à la fois culturel et techinique, scientifique et diplomatique: la mission militaire française d'instruction de l'armée brésilienne."

(73) Ao encerrar-se o ano de instrução de 1934, na Escola de Estado-Maior (sob o comando do Cel Estêvão Leitão de Carvalho), fêz-se a despedida do Gen Baldoin e do Cel Corbé; depois de saudados pelo Cap H. Castello Branco, pediu Baudoin — "que, quando olharem nossos retratos, digam: êles estão na França pensando no Brasil". ("A Defesa Nacional", n.º 248, Jan 1935) (74) C.

(74) C. Maul — op. cit.

(75) "Le Système Napoleonien":

1.ère Conférence — Introduction

2.e " — Manoeuvres de Marengo et d'Ulm

3.e " — Manoeuvre d'Iéna

4.e " — Campagne de 1815: mobilisation et concentration

5.e " — Nos conclusions.

(76) Damos destaque ao álbum "BONAPARTE", com texto de G. Montorgueil e aquarelas de Job, da Collection d'Albums Historiques — Paris (Boivin Cia) e New York (J. Terquem Co.), 1910.

(77) Conceito político-estratégico dos EUA, citado pelo Cel Sebastião José Ramos de Castro — CLASSIFICAÇÃO E CONCEITUAÇÃO DAS GUERRAS, in "A Defesa Nacional".

(78) Capitão do Exército Espanhol Antonio Mir Salas — REFLEXÕES SÔBRE A GUERRILHA, in "A Defesa Nacional", Jan/Fev 66, trad. e notas pelo Ten Cel Jonas Correia Neto.

(79) Ler a respeito OS PRINCÍPIOS DE GUERRA NA IDADE NUCLEAR, pelo Ten Cel A. B. Lathrop, in Military Review, Jun 59.

(80) O testamento de Napoleão (15 Abr 1821) contém a cláusula 8, que começa com estas palavras: "Renego o Manuscrito de Santa Helena e tantas outras obras com títulos de máximas, sentenças, etc que aparecem há seis anos; essas não são as regras que presidiram a minha vida. "A MORTE DE NAPOLEÃO, segundo as memórias de Las Cases, O'Meara e Antomarchi — trad. de Rodrigues Gomes, Casa Editorial Hispano-Americana, Paris, 19...

(81) Citado por J. F. C. Fuller — op. cit.

(82) J. B. Magalhães — CIVILIZAÇÃO, ... (op. cit.)

(83) Morris Janowitz — O SOLDADO PROFISSIONAL (Estudo social e político) — trad. de D. M. Garschagen — ed. GRD, Rio, 1967.

(84) Citado por Albert Sorel — L'EUROPE ET LA RÉVOLUTION FRANÇAISE — 8.ª parte, 9.ª ed., Lib. Plon, Paris, 1912.

PROJEÇÕES UTILIZADAS NA PALESTRA

1 — Sumário

2 — Vida de Napoleão — Curso do Sol

3 — Carreira Militar

4 — A — Estudo da História Militar

B — Napoleão aos seus Generais

5 — A — Experiência Prévia da Guerra

B — Educação do Espírito

6 — Princípios de Chefia Militar

7 — Princípios de Guerra: o "Farol" (simbólico)

8 — Princípios de Guerra:

A — Lista do Brasil

B — De Napoleão

9 — A — O Velho Exército, os "Jovens Turcos", "A Defesa Nacional", a "Missão Indígena"

B — Missão Militar Francesa — seus Chefes

10 — Le Système Napoleonien

11 — Guerra (formas, tipos)

12 — O que foi abordado

B — Conclusão



ORDEM DO DIA

Ordem do Dia do Ex.mo Sr. General-de-Brigada TASSO VILLAR DE AQUINO, quando de sua posse no Comando da Divisão Blindada.

Meus camaradas da Divisão Blindada:

Assumo o comando desta Divisão com plena consciência das responsabilidades que o exercício dêste comando traz em si.

Responsabilidade, pela expressão desta GU no conjunto das Fôrças Terrestres e no âmbito do I Exército; pela importância da ação da Divisão Blindada na Segurança Interna; pela escolha e indicação do meu nome para êste honroso comando pelos ilustres chefes: General Aurélio de Lyra Tavares — Ministro e Chefe do Exército e o General Syseno Sarmento — Cmt do I Exército, e nomeação pelo eminente Chefe do Govêrno, Marechal Arthur da Costa e Silva; pelo valor de Chefes da mais alta expressão que ilustraram e dignificaram êste Comando com que sou agora distinguido.

Responsabilidade, porque me cumpre dar prosseguimento à excelente obra de comando do meu velho e prezado amigo o Ex.mo Sr. General Ramiro Tavares Gonçalves, que impulsionou esta Divisão no caminho de, cada vez maior eficiência operacional, em clima de trabalho consciente e responsável, em continuidade ao esfôrço e à ação de duas outras altas expressões de comandante, o General Sylvio Couto Coelho da Frota e o General José Horácio da Cunha Garcia.

Atestado material da ação esclarecida, pertinaz e dedicada do Gen Ramiro à frente da Divisão Blindada, que contou com a elevada compreensão e decidido apoio do Chefe do Exército e do Cmt do I

Exército, é também êste Quartel-General, que ao Comandante da Divisão assegura agora condições para o exercício do comando em plenitude.

Com êste honroso comando, assumo também tôdas as responsabilidades dêle decorrentes. Faço-o com tranqüilidade e fé, pela certeza de que contarei sempre com esta poderosa Fôrça — fonte inesgotável de energia inspiradora e ação — a Confiança.

Confiança nos chefes, cuja segura orientação, estímulo e apoio jamais me faltaram no cumprimento do meu dever militar — de aspirante a General.

Confiança em mim mesmo, à base de esfôrço e devotamento para servir ao Exército e à Nação no máximo da eficiência que minhas possibilidades autorizem.

Confiança nos meus comandados, nos quadros e na tropa, na seriedade, dedicação e competência que, estou certo, porão no desempenho dos seus deveres e atribuições.

Confiança, particularmente, nos meus mais diretos colaboradores — os Comandantes de Unidades e os oficiais do EM da DB.

Confiança na ação dos camaradas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica que têm responsabilidade de comando, direção ou chefia semelhante à minha.

Com fundamento nesta poderosa Fôrça Realizadora que é a Confiança, assumo desde já, com os meus chefes e com os meus comandados, o compromisso de que, não faltarão nesta DB, como não faltaram nos comandos e chefias anteriores que tive a honra de exercer.

Exemplo:

Trabalho sério, responsável, dedicado e objetivo;

Assistência adequada e compatível;

Disciplina, Justiça, respeito aos princípios da hierarquia, em clima de entendimento, solidariedade humana, lealdade, confiança, compreensão e bem-estar.

A permanência dêsse sadio espírito e elevada compreensão, manterá os nossos quartéis como células de trabalho organizado, assistido, metódico, disciplinado, onde se instruem e aperfeiçoam os quadros e a tropa para assegurar ao Exército condições à altura da destinação constitucional das Fôrças Armadas e também como escolas de civismo; de fé no destino do Brasil e nas realizações do povo brasileiro; de fortalecimento e aprimoramento de qualidades físicas, intelectuais e morais dos jovens brasileiros que anualmente deixam os nossos quartéis, após o serviço militar, em melhores condições para ingressarem na Fôrça de Trabalho desta pujante Nação-Continente.

Assim, pois, sob a direção superior do Comandante do I Exército, em ação integrada com as demais GU dêste Exército, continuará a DB cumprindo os seus encargos, com entusiasmo cívico e ardor profissional, atenta sempre à suprema missão das Fôrças Armadas, imposta pelo dever militar, isto é — Servir; Servir à Nação; Servir ao povo brasileiro; Servir com firmeza, equilíbrio, devoção, desprendimento, convicção e grandeza.

É, meus camaradas, o cumprimento dêsse dever sagrado — Servir — que torna freqüentemente, as Fôrças Armadas brasileiras alvo de campanhas e ataques injustificáveis e cavilosos, montados à base de mistificações e falsidades, mas que, pela habilidade e meios poderosos empregados, conseguem deturpar, confundir, destorcer, deixando quase sempre, na opinião pública, resíduos venerosos que comprometem o clima de cooperação e sadio entendimento que deveria existir, de forma permanente, entre civis e militares, parcela todos do valoroso povo brasileiro.

Tem essas características, n aforma mais brutal, a ação nefasta do inimigo interno, empenhado a fundo na desagregação dos sólidos alicerces sôbre os quais se ergue a Nação brasileira e na destruição do nosso valioso patrimônio espiritual e moral.

Êste inimigo interno está perfeitamente identificado, apesar de solerte e embusteiro.

São, os combatentes da guerra revolucionária, isto é, os comunistas de todos os matizes, nuanças e "linhas"; orientados, estimulados e alimentados de fora em idéias e recursos; seus adeptos e simpatizantes;

— os inconformados com a obra saneadora da Revolução, irreconciliáveis com os seus princípios e ação moralizadora;

— os fabricantes de áreas de atritos e destiladores de ódio, na busca de agravar e destruir, explorando o sadio entusiasmo, a ânsia de prosperidade e a pouca maturidade dos jovens, para lançá-los contra os mais idosos; jogar filhos contra pais, no diabólico afã de criar, artificialmente, abismos intransponíveis, onde sòmente deveria haver lugar para o entendimento, compreensão, confiança, amizade, amor;

— os aventureiros e os ambiciosos, que confundem os seus mesquinhos interêsses e ambições desenfreadas com os elevados e legítimos anseios nacionais;

— os corruptos, os corruptores, os exploradores do esfôrço e do trabalho nacionais para satisfação exclusiva dos seus vorazes apetites.

Êstes terão de ser vigiados, combatidos, contidos, neutralizados e anulados em suas ações, voltadas para o mal, a desunião, a anarquia.

Não deverão ser confundidos com os que fazem oposição leal e construtiva, por mais tenazes e ardorosos que sejam na forma de discordar, dentro, todavia, dos sadios princípios filosóficos, espirituais e morais que nos legaram os nossos maiores, ao lado do patrimônio material, que nos cumpre preservar e desenvolver.

A oposição, assim encarada e exercida, é salutar e desejada, sendo, como é da própria essência do regime democrático, que a Revolução se esforça por consolidar, fortalecer e aprimorar neste País.

Ao lado do fortalecimento e aperfeiçoamento do regime democrático — Desenvolvimento e Bem-Estar — constituem, no momento, a mais legítima forma de Segurança; a mais poderosa arma contra a ação do inimigo interno.

E isto exige Ação Integrada; consciente, corajosa e responsável dos podêres públicos, da iniciativa privada, de todos os homens de trabalho dêste país, de quaisquer profissões e atividades construtivas.

Está o Govêrno da Revolução dando edificante exemplo, na consolidação e desenvolvimento da obra de infra-estrutura que lhe cumpre, com surpreendentes resultados, particularmente nos setores dos transportes, da energia, do desenvolvimento equilibrado de áreas geo-econômicas, das comunicações, da política externa, da política trabalhista em bases firmes e sadias, voltadas para a assistência e valorização do homem comum brasileiro.

Esta salutar política de integração, traduzida em coesão, união, soma de esforços, recursos e meios na busca de soluções e objetivos comuns, e também na luta contra um inimigo comum, verifica-se não sòmente no âmbito nacional, mas também no das nações irmãs e amigas da América, com integral apoio e decidida participação do Brasil da Revolução.

Apresenta no momento a América do Sul, eloqüentes exemplos de ação integrada em busca de desenvolvimento e bem-estar em áreas geo-econômicas, sem considerar fronteiras. Estão neste caso:

— a Comissão de Desenvolvimento da Bacia do Prata, interessando ao Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

— a Comissão de Desenvolvimento da Lagoa Mirim, integrada por brasileiros e uruguaios;

— a Aliança Latino-Americana de Estradas de Ferro, com representantes de quase todos os países da América do Sul;

— a Comissão de Integração da Energia Elétrica;

— o Instituto de Integração Latino-Americano.

Assim procedendo, estaremos nós sul-americanos, não sòmente acelerando o nosso desenvolvimento e, portanto, conquistando tranqüilidade e segurança, em clima de trabalho e confiança, como se-

guindo o exemplos dos Homens que, neste continente, impuseram Independência, Soberania, Liberdade, Justiça, indicando a Integração, como solução para os nossos problemas comuns.

Foram êles, entre outros, San Martin e Bolivar, realizando obra imortal como construtores de Nações Soberanas e Povos Livres;

— Belgrano, convocando a América do Sul para a luta pela Liberdade, com esta sempre atual inspirada afirmação:

> "Juremos vencer os inimigos externos e internos e a América do Sul será templo da Independência e da Liberdade".

— Caxias e Osório, comandando brasileiros na luta em defesa da Liberdade e da Justiça, ao lado de argentinos e uruguaios, contra a tirania e a prepotência.

Meus camaradas, nesta DB teremos sempre presente que o que faz as nações fortes e poderosas são as realizações das gerações atuais e a preservação das conquistas nacionais das gerações sucessivas.

Não se rompe com o passado impunemente, porque êsse rompimento implica em trocar valiosas conquistas de gerações passadas por nada, por coisa alguma, ou por banalidade e experiência importadas arbitràriamente, sem base na terra e na gente berço da nacionalidade, o que é ainda pior.

É esta DB síntese de ligação do passado com o presente.

Comanda-la-ei, atento às lições do presente, com o olhar no futuro, mas também com a atenção voltada para os exemplos e ação dos Grandes Chefes do passado; sob a inspiração dos feitos imortais da Cavalaria de Osório, Andrade Neves, Marques de Souza, Cêrro Largo; da Infantaria de Sampaio; da Artilharia de Mallet; da Engenharia de Vilagran Cabrita; das gigantescas realizações de Rondon; impulsionando-a, mercê de Deus, no ritmo das suas ações rápidas e potentes que lhe asseguram as características de: Mobilidade, Potência de fogo, Ação de choque; com o espírito da Cavalaria, de que a DB é legítima expressão.

Agradeço aos chefes, aos Ex.mos senhores oficiais-generais da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, aos camaradas do exército norte-americano, aos meus prezados camaradas e amigos, a honrosa presença nesta solenidade. Muito especialmente agradeço a presença do Ex.mo Sr. Gen Syseno Sarmento, Cmt do I Exército, de quem, estou certo, receberei segura orientação e apoio.

Além de uma prova de confiança e estima, é um grande estímulo que recebo no início do cumprimento desta tão honrosa quanto difícil missão.

A todos, muito obrigado.

A LOCALIZAÇÃO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE CAVALARIA

Cap Cav
AUGUSTO DEL NERO

INTRODUÇÃO

No momento em que, atendendo à ênfase dada ao problema dos Centros de Instrução, no documento chamado "Mensagem aos Oficiais Generais", de 1967, do Ex.mo Sr Ministro do Exército, partimos para a implantação dos mesmos, torna-se de certa forma de prioridade bastante baixa e mesma infrutífera a discussão de tópicos relativos à estrutura e finalidades dêsses Centros, mesmo porque, o assunto já está em debate há mais de 30 anos e ainda segundo o pensamento do Ex.mo Sr Ministro do Exército, deve ser implantado agora, mesmo que de início não tenhamos a solução ideal, em têrmos de campo de instrução, recursos financeiros, etc, etc.

Diz ainda S. Exª textualmente justificando seu pensamento que "a procura da solução ideal é o processo mais comum de não partir para nenhuma solução".

Ora, essas considerações iniciais e as soluções que temos ouvido serem apregoadas a respeito da próxima localização do Centro para a Arma de Cavalaria, nos mostrara, que êsse problema tornou-se de capital importância e interêsse e por dois motivos especiais.

Primeiro porque estando ainda na fase de estudos, é suscetível de receber opiniões, que, mesmo não aceitáveis, são oportunas, assim pensamos, pois contribuirão no mínimo para demonstrar, se fôr o caso, que as soluções até agora aventadas eram de fato as melhores e não as únicas.

Segundo porque, como entendemos das palavras de S. Exª acima transcritas, é preciso começar, é preciso fazer alguma coisa, mas significando que essa alguma coisa inicial deve ser feita em condições tais que permita o aperfeiçoamento constante dêsses Centros que se desenvolverão, sempre em busca das melhores condições, em busca dessas mesmas condições ideais, que, se embargam as soluções e precisam ser deixadas de lado no início, nem por isso devem deixar de ser um objetivo constante. E exatamente, uma das principais condições para que se possa evoluir na busca do aperfeiçoamento é a *Localização.*

I — Requisitos a que deve atender a Localização

Evidentemente não poderemos fugir à análise, ainda que muito

superficial, se não da estrutura, pelo menos das finalidades que, julgamos, devam ser as de um Centro de Instrução, para que fiquem perfeitamente claras as nossas justificativas, ou mesmo, para que idéias diferentes a respeito dos Centros não tornem distorcidas essas razões.

Inicialmente diríamos que não podemos entender um Centro de Instrução como mero desdobramento da EsAO. Se sua finalidade se restringir a isso, então, tôdas nossas razões serão injustificáveis e a nossa proposta de localização estará prejudicada, digamos assim, por divergência de concepção.

A descentralização há de ser a forma inicial para alcançar-se outras finalidades, pois o puro desdobramento é solução que nos parece pequena, não só para a Nação, mas para o Exército em que acreditamos.

Achamos, embora não desejássemos que assim fôsse, mas atendendo as nossas condições econômicas e a idéia de que é preciso começar, que os Centros possam ser implantados com uma descentralização inicial da EsAO e da EsSA (1), porém visando a alcançar no mais curto prazo possível outras e talvez muito mais importantes finalidades.

Julgamos que os Centros de uma maneira geral, venham a atender, além das atividades de formação dę quadros, e mesmo como um complemento essencial a esta, a uma finalidade psicológica.

Ora é notória a opinião dos Oficiais do Exército e verifica-se na ECEME que a maioria absoluta de seus Oficiais-alunos, e nós estamos nela incluídos, catalogam as nossas UU, como sem capacidade operacional, p a r a qualquer tipo de guerra e para qualquer TO.

Isto, mais importante do que a expressão da realidade, demonstra um estado de espírito que precisa ser anulado, pois êle se torna mais grave se verificarmos que se evidencia no momento em que, mais se faz para o aparelhamento e modernização do Exército (fase pós-Revolucionária) e torna-se um anteparo à instrução, pelo descrédito desta com os meios existentes.

Acreditamos que os Centros de Instrução, subsidiàriamente, poderiam ter como finalidade esta ação psicológica. Mas como?

Constituindo-se no mais curto prazo, na miniatura do Exército que todos nós desejávamos possuir mas que nossas condições conjunturais, não nos permite que tenhamos.

---

(1) Se por um lado não vemos grandes proveitos na pura e simples descentralização da EsAO, o mesmo não podemos dizer a respeito da EsSA.

Isso porque, a maioria dos críticos dessa Escola, fundamentam duas razões na falta de capacidade da mesma, em formar graduados e aperfeiçoá-los em número suficiente. Bem sabemos que outras críticas podem ser feitas, como por exemplo as relativas ao tempo de instrução, que também julgamos não possa continuar a ser de 8 a 9 meses, porém, estas fogem a êste assunto. A descentralização da EsSA, pode resolver o problema citado, cuja atual solução tem gerado grandes desvantagens, quais sejam heterogenidade de formação e o não aproveitamento de cêrca de 10.000 candidatos anuais.

Seria o cerne do nosso Exército do futuro, seria o centro irradiador da evolução de nosso Exército, que com êle cresceria e evoluiria, de acôrdo com o nosso próprio desenvolvimento.

Então aquêles que julgam nossas U inoperacionais, vislumbrariam essa possibilidade (de tê-las operacionais) adequada aos próprios recursos do País e não haveria o risco de desequilíbrios, pois nem teríamos o Exército superior às nossas possibilidades, sobrepondo-se a outros interêsses Nacionais, nem ficaria o Exército desaparelhado, sem condições de evoluir com o Paãs, à espera de que êste se torne desenvolvido, para então ter um Exército capaz.

O crescimento do Exército seria harmonioso, palpável, com o crescimento do País. Para isso teria desde logo o seu polo irradiador, o seu cerne.

Mas um Centro de Instrução não poderia ter apenas, mais uma função de ação psicológica, e mesmo para que essa ação, que sempre é uma arma de dois gumes, não se voltasse contra nós, era preciso que êsse centro tivesse condições de atingir outras finalidades como por exemplo no campo da experimentação.

No campo da experimentação, além de testar pràticamente dentro da máxima realidade, isto é, no terreno, novas técnicas de execução, realizaria testes práticos de novos materiais, equipamentos, etc e desenvolveria novos e objetivos meios auxiliares de instrução.

Num exemplo dêsses primeiros tipos de experimentação, que é, vejam bem, concomitantemente de formação de quadros e é bom repetir que tudo no Centro tem finalidade subsidiária à de formação de quadros, é o caso dos Helicopteros.

Disse S. Exª o Ministro do Exército em 1.º de março de 1968, na aula inaugural da ECEME, referindo-se à corrida Tecnológica, textualmente que "A Cavalaria, sem perder o seu espírito tradicional, nem abdicar das suas missões características, transcendeu a fase hípica para a do carro e agora, a do helicóptero".

De fato, isso desejamos nós cavalarianos, de fato o helicóptero é um complemento do carro, e até arriscamos a uma comparação que gostaríamos não ficasse mal compreendida. O Helicóptero, veio se somar ao carro, para tentar alcançar a fluidez que o cavalo oferecia, na sua época de apogeu, e que a tecnologia ainda não conseguiu alcançar em apenas uma máquina.

Mas que U de Cavalaria poderia preparar-se para usá-los? Umas pela sua estrutura, não teriam condições psicológicas, outras condições físicas por faltar-lhe condições oficiais, mesmo porque nem a ECEME, o chamado "laboratório de nosso Exército" ou para usar mais uma vez as palavras significativas de S. Exª o Min Ex "o centro captador das conquistas progressivas que vão fazendo outros Exércitos" ainda não nos deu a graça de possuirmos helicópteros orgânicos em nossas GU ou U.

Em virtude dessas considerações, não seria por ventura o Centro de Instrução de Cavalaria

o local ideal para essa experimentação? Não creio que devamos esperar que se repita o êrro lamentável e que tanto atraso redundou para nossa arma, que se deu com os carros de combate, os quais recebidos no Brasil em 1921, sòmente em 1951 foram distribuídos a uma escola, porém essa escola foi a EsSA.

Acreditamos que os mesmos foram para ali destinados, com a melhor das boas intenções, ocorre porém que a EsSA, nunca teve outra função que não fôsse para a Arma de Cavalaria, a de formar graduados cavaleiros e em conseqüência êsse Pelotão se deteriorou, servindo muito mais para desfiles no Sul de Minas Gerais, do que para a instrução, pagando-se assim um alto custo para um país carente de recursos. Enquanto isso a AMAN só receberia um Pel C Mec em 1956, portanto 35 anos depois da vinda do primeiro carro para o Brasil, ficando a formação do Oficial totalmente voltada para a hipomóvel e caracterizando também uma mentalidade arraigadamente hipo e dificilmente poderia ser de outra forma, pois a falta de meios, até por questão de motivação da instrução, levava a isso.

Quanto a outro tipo de experimentação citado, refere-se àquele Exército já citado também, onde quer nos parecer, num futuro não muito distante, será fruto da ação integrada dos técnicos do Exército, dos especialistas civis e da indústria privada, que alcançarão na integração objetivos comuns.

Acreditamos que em breve atingiremos um estágio industrial em que a indústria terá como imperativo a utilização de tecnologia própria, e nesse momento haverá o interêsse comum dos industriais, da pesquisa das Universidades, que sem dúvida se integrarão às necessidades do Exército, sendo financiados pelos primeiros.

O Centro de Instrução deveria pois desde já, preparar-se em nome do Exército para essa tarefa, contando desde o início com elementos especializados do IME, não pròpriamente para realizar pesquisa para obtenção de um nôvo tipo de motor (pelo menos ali) ou de blindagem, mas para que fôssem acumulando experiência, quanto ao rendimento dos vários materiais, equipamentos e viaturas, de forma a que, no momento propício, não tivéssemos que começar e sim continuar, evitando se erros elementares, comuns porém aos principiantes em qualquer ramo de atividade. O nosso Mrt 120 mm, é uma experiência, que deve nos proporcionar muitos ensinamentos.

Tentaremos dar um exemplo, sintetizando essa ação, que por nossa inexperiência no setor pode parecer bisonho, mas que auxiliará a compreensão de nossa idéia. Digamos que em determinado exercício foi notado que um tipo de carro tem dificuldade de transpor certo terreno alagadiço e que por suas características teóricas deveria vencê-lo sem dificuldades, então o técnico, sem precisar encontrar a solução, pode perfeitamente, catalogar o defeito, por exemplo por suas causas aproximadas, como proveniente da alta rotação do

motor, ou pela diminuta dimensão da parte da lagarta em contato com o solo, e o acúmulo de experiências dessa natureza ou semelhantes parece-nos, permitiria que ao iniciarmos ou continuarmos nossas pesquisas, o fizéssemos já no sentido de eliminar essas deficiências elementares, e não que viéssemos a constatar falhas primárias na experimentação depois de prontos os protótipos, pois mesmo primárias só são detectadas com a experimentação prática.

A pesquisa mesmo poderia ser de imediato desencadeada mas voltada para um campo mais simples, ou seja na criação de meios de instrução auxiliares e de poupança de meios, que quer nos parecer, tão necessária e importantes quanto às anteriores.

Isso poderia redundar numa economia imensa a par do alto grau de eficiência que proporcionariam à instrução e neste aspecto é bom verificarmos o que ocorre nos países desenvolvidos. Lá há uma constante preocupação das FFAA em poupar meios na instrução. O mesmo não ocorre nos países em vias de desenvolvimento. Parece que a causa principal é que não acreditam muito na sua eficiência, aliado ao fato de que êsses materiais também são caros. Mas é sabido, que em princípio só faz economia quem investe, soluções simplistas, quase nunca são a longo prazo econômicas.

Mas vejamos como neste ponto a preocupação entre os países desenvolvidos ou não, tem um grande ponto de contato, porque há uma perfeita proporcionalidade de meios e responsabilidades entre êles, isto é, enquanto os países desenvolvidos têm grandes recursos, nos subdesenvolvidos êsses recursos são escassos, mas em contrapartida os primeiros têm grandes responsabilidades que lhes impõe a manutenção de grande número de GU em estado de prontidão, enquanto os segundos tem responsabilidade (pelo menos internacional) muito mais limitada.

Em conclusão, pela proporcionalidade de recursos e responsabilidades, a preocupação de poupança deveria ser pelo menos a mesma, se não maior entre os em vias de desenvolvimento que não podem desviar recursos sem graves conseqüências.

E o que se observa? Os ricos, poupam e os pobres não, e como não há fórmulas milagrosas, passam a não dar a necessária importância à instrução e em conseqüência, não conseguem manter em estado de prontidão, sequer aquêle mínimo de U ou GU que necessitariam fazê-lo.

Por isso, vemos aí um campo magnífico para a pesquisa objetiva, que não teria melhor *habitat* para desenvolver-se que nos Centros de Instrução.

Pelos motivos até aqui expostos, julgamos que ficou bastante clara a necessidade do Campo de Instrução, não afastar-se de um local onde haja infra-estrutura ou mesmo estrutura industrial e que seja ao mesmo tempo um centro tecnológico, onde a pesquisa das universidades esteja à procura de campo e financiamentos (êste proporcionado pelas próprias indústrias, ao atingir-

mos à fase que anteriormente já nos referimos).

Não pode afastar-se de um local que possa prestar-lhe tôdas condições necessárias para a manutenção e aperfeiçoamento do material em uso (carros, helicópteros, etc., etc.)

Vamos a seguir, analisar outros aspectos da localização do Centro, porém as supramencionadas, por serem subjetivas, por serem pouco palpáveis são normalmente esquecidas e nós as reputamos como as de maior importância, as causas preponderantes.

E porque as julgamos assim? Porque são elas, *fatôres escassos* nos países subdesenvolvidos.

As outras causas ou fatôres a serem examinados a seguir, o serão mais como uma complementação de nossa exposição, uma vez que lhes subtraímos a qualidade de essenciais.

O problema por exemplo dos campos de instrução, nos parece primário, elementar mesmo. Não que o campo não seja essencial, o fato é que sendo fator abundante, sua localização é mais importante que sua existência prévia.

Um campo de instrução e de tiro, de 20.000 hectares é fácil de ser encontrado, ainda em terras inaproveitadas, tanto em Mato Grosso, como no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais ou em São Paulo.

Ora, quem tem terras em Mato Grosso e deseja tê-las em Minas Gerais, vende as primeiras e encontrará relativa facilidade em adquirir situadas na segunda região.

Seria tão simples, ou se mais complexo ao menos possível, transferir-se um parque industrial, um centro tecnológico, uma capacidade (quase gratuita) de pesquisa? Parece-nos que não, e parece-nos que não por muito tempo.

Outro fator que deve ser pesado na localização do Centro, é a disposição das tropas da Arma, em relação ao mesmo.

À primeira vista parece que êsse fator nos levaria a eleger o Rio Grande do Sul como a Região ideal. Porém tal afirmativa não resiste a um estudo mais profundo.

Uma vez que a Cavalaria deixa de ser essencialmente hipomóvel, parece-nos que em qualquer região do País, talvez com excessão da Amazônia e enquanto não possuirmos nossos helicópteros, onde quer que haja uma GU, há não só possibilidade, mas a necessidade da existência de uma U de Cavalaria.

Argumentaria, como o fêz há poucos dias um companheiro, que para o exame dêste problema é preciso verificar a localização do grosso das Unidades.

Se assim o fizéssemos, verificaríamos que o grosso das U de Cav deveriam ficar e já agora talvez em igualdade de condições, distribuídos no Rio Grande e em Mato Grosso, e qual é o ponto equidistante entre essas duas Regiões? O CW de São Paulo. Poderia-se alegar ainda, que a situação atual não é essa. Verdade, mas ocorre que estamos raciocinando com a evolução do Exército, da qual os Centros de Instrução são um marco, portan-

to tratando em têrmos de futuro, em têrmos de tendência, já além de presente, nunca de passado.

Mas ainda há argumento, que poderia ser apresentado em tôrno dêsse problema, em favor do Rio Grande do Sul, que é a implantação da 1ª Bda C Mec.

De fato isto ocorreu, mas não estamos aqui a negar que o R G do Sul seja um excelente TO para as caracteristicas da Cavalaria, nem que seja suficientemente dotado de condições para receber uma Bda C Mec, pois cremos que possa e é possível que venha mesmo a receber mais de uma, o que estamos mostrando é que o R G do Sul, não é neste imenso País o único TO favorável ao emprêgo da Cavalaria, nem que não é o melhor, simplesmente que não é o único e como tal não deve abarcar a maioria das tropas da Arma. Evidentemente, que aliando fatôres estratégicos, pelo que dissemos e psico-sociais e econômicos pelos sérios problemas que adviriam da implantação dessa primeira Brigada em outra área, ali se estabeleceu a *primeira* e não a única Bda C Mec.

Mas outros fatôres devem ser analisados, por exemplo o da conveniência econômica que representa o aproveitamento dos quartéis existentes. Embora tècnicamente não devesse talvez pesar, pesa e de maneira importante para nós, face à nossa precariedade de recursos. Temos pois que encontrar um aquartelamento, que responde às imposições anteriores e mais, que permita a realização de instrução no seu interior, bem como a expansão de suas instalações e ainda que possua ou tenha condições de abrigar uma Vila Militar em local adequado, com isso querendo dizer, de um local junto ou no interior de uma cidade que dê as mais elementares condições de vida, isto é, higiene e educação fácil.

Outros fatôres poderiam ser lembrados, como a necessidade da existência de tropas de apoio ao Combate nas proximidades, etc, etc, mas como não nos ocorre outros que possam preponderar sôbre os já citados e mesmo porque supracitado é presente num e noutro local em estudo, não se constitui em fator importante para esta análise.

II — Unidades que atendem aos requisitos já especificados

Finalmente vamos responder ao que desde início nos propomos, indicando na ordem de prioridade, as Unidades que atendem às especificações que fizemos.

Citamos prioritàriamente o 17º RC, sem dúvida o melhor aquartelamento da arma, local já sonhado há muitos anos pelo saudoso Gen José Pessoa como o ideal para êsse fim.

Êsse Regimento está sediado em Pirassununga-SP, cidade de aproximadamente 30.000 habitantes, distando de S. Paulo e do ABC (localiza-se aí o grosso de nossa indústria automobilística) 207 Km pela Via Anhanguera e fica quase no centro geográfico de três grandes polos industriais e universitários, que são Campinas, Ribeirão Preto e São

Carlos estando a êles ligada também por estradas asfaltadas.

Seria monótono citarmos as industrias de interêsse para o ramo da pesquisa que pode interessar ao Centro, bem como as faculdades que só no ramo da Engenharia e da Química que estão sediadas neste triângulo, e muito menos as existentes em cidades mais próximas ou mais distantes, porém menos de 200 Km de Pirassununga, como Araraquara, Bauru, Rio Claro, Piracicaba, Jundiaí.

Assim cremos que uma cidade, possuidora de aquartelamento e que responda de maneira melhor à primeira condicionante que impusemos, não existe.

Pirassununga porém alia outros fatôres, e um dêles é que também é sede da Escola de Aeronáutica, que para lá se transfere, fruto de suas condições excepcionais para o vôo e cujas terras quase se delimitam com os fundos do 17.º RC.

Êsse fator, atende não só ao problema de manutenção dos helicópteros, como pode ainda complementar com a instrução do seu pessoal, por elementos já especializados.

A cidade guarda ainda uma característica fundamental, possìvelmente já verificada pelo Gen José Pessoa, que é o fato de distar aproximadamente igual de S. Maria e Cuiabá, respectiva e aproximadamente centros geográficos do Rio Grande e de Mato Grosso, sendo pois vértice do triângulo isósceles que tem por base Cuiabá-S. Maria, base esta que abarca bem mais da metade de nossa fronteira Oeste, e onde, como vimos, tenderão a ser localizadas a maior parte das Unidades da Arma.

Quanto ao aquartelamento, preferimos descrevê-lo em breves palavras, pois julgamos que isso possa dizer bem mais que a citação de hectares de terra e de área construída. Além de ser uma construção conhecida por "tipo Calógeras" com dois pavimentos, possue instalações para Veterinária com área para granja, pocilga etc., Enfermaria e Isolamento, 2 campos de Polo e 2 Pistas de Salto, estádio completo e piscinas, potreiros e capineiras para todos os Esqd e há Esqd que possuem pomar, picadeiro coberto e ainda estande de tiro que a execução dos mesmos até a distância de 500 m. Tudo isso está localizado na parte aquém do Ribeirão que divide o regimento um pouco além da metade, existindo além do ribeirão apenas um grande bosque e uma pista de "cross". Cremos que também neste aspecto dificilmente poderemos encontrar uma Unidade que possa oferecer tanto para o funcionamento do Centro, em curto prazo.

A outra Unidade que citaremos e cujas condições muito se assemelham as do 17.º RC, são as da EsSA.

O aquartelamento, na parte referente à área construída, é pràticamente igual embora sejam as terras circunjacentes, pertencentes à Unidade, correspondem quase a um quarto das do 17.º RC, basta dizer que o estande de tiro da EsSA, permite apenas a realização de tiro à distância de 30 metros. Possui porém a

Escola, uma granja com dimensões um pouco maiores que as do aquartelamento do 17.º RC, que dista da cidade, 6 Km, suprindo assim a deficiência citada.

A EsSA possui uma marcante vantagem sôbre o 17.º RC, uma vez que já possui seu campo de instrução, a cêrca de 40 Km da cidade e ainda uma Vila Militar bem maior, que no caso de implantação em curto prazo torna-se fator de relativa importância.

Em contra partida, não possue as mesmas condições de proximidade da base industrial e científica que apresenta Pirassununga e ainda não possue nas proximidades, unidade da Aeronáutica.

As desvantagens apresentadas por ambas são porém minimizadas. Três Corações embora deseixada da base industrial-tecnológica, fica ainda situada, entre 3 grandes centros, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, enquanto o 17.º RC usa e sempre usou, como campo de instrução e até coma invernada a chamada "Faz dos Inglêses" de propriedade de um Oficial Reformado do Exército Inglês, Mr. Parker, há muito radicado no Brasil (inclusive já condecorado pelo nosso Exército, por êsses serviços prestados) cujas terras, excelentes para campo de instrução, pela variedade do terreno, parece-nos que são excelentes apenas para êsse mister, por isso mesmo de baixo valor.

Quanto a Vila Militar, embora bastante inferior à da EsSA, está localizada em terreno vizinho ao aquartelamento, em rua asfaltada e com capacidade para receber uma Vila Militar de grandes proporções.

Deixar a Cavalaria, afastada dessas condições essenciais, podendo tê-las é algo que não compreendemos. Deixar o Centro de Instrução de Cavalaria que é alguma coisa que se apresenta como solução para que a Arma possa recuperar-se do atraso em que se colocou, afastado dessas condições, nos parece um passo importante para a auto-extinção.

É por isso, que nossa exposição, que procurou ser racional ao invés de emocional, faz também um apêlo, aos encarregados de auxiliar na escolha dos locais para localização do centro de Instrução, para que verifiquem da importância ou não que se deve dar aos fatôres que chamei subjetivos, para que verifiquem, olhando para trás, se de fato, muito mais que a simples localização de um centro, sua missão não determina na realidade o futuro e talvez até a preservação da Arma.

O MÍSSIL 108 R — «SATURADOR DE ÁREA»

UM EXÉRCITO CAMINHA COM SEU ORÇAMENTO

Cel Art QEMA
SYLVIO OCTAVIO DO ESPIRITO SANTO

Durante a segunda guerra mundial, tornou-se evidente a necessidade de se dispor, além da artilharia clássica, de outros tipos de ararmas que permitissem o desencadeamento rápido de grande volume de fogo, realizando tiros sôbre zonas. Esta necessidade foi motivada não só pelo aumento do emprêgo dos blindados e pela dispersão crescente das unidades de combate, como, também, de se bater e neutralizar grandes extensões de áreas.

Sem dúvida alguma, aquêles tiros podiam ser realizados com os canhões e obuzeiros disponíveis, porém, como êstes possuem cadência de tiro limitada era necessário o emprêgo de grande número de peças para bater a zona do alvo, exigindo uma grande concentração de material, munição e pessoal.

Isto motivou que, a partir de 1940, tanto os alemães como os aliados começaram a estudar e desenvolver diversos tipos de lança-foguetes, dos quais os mais empregados foram os "NEBELWERFER" por parte dos primeiros e os "ÓRGÃOS DE STALIN" pelo exército russo. Êstes mísseis, por serem os pioneiros, tinham alcance relativamente curto e sua precisão não era muito boa. Não obstante, ambos foram muito temidos e demonstraram ser eficazes no fogo rápido e denso.

O período que se seguiu ao final da guerra, se caracterizou pela exagerada avaliação das possibilidades dos mísseis dirigidos e dos projéteis nucleares; estimava-se que poderiam satisfazer a tôdas as necessidades e assim, acreditou-se ser supérfluo melhorar as chamadas armas convencionais. Entretanto, logo se chegou a conclusão de que a utilização das armas nucleares em caso de conflitos locais não seria conveniente. Devido a isto, se reavivou o interêsse pela artilharia tradicional e começou, paralelamente, o desenvolvimento dos mísseis.

As novas concepções táticas exigem armas que possam bater as zonas de reunião, particularmente, a dos blindados. O alcance destas armas, portanto, deverá estar entre os 10 e 30 km.

Por outro lado, não se pode pensar, por muitas razões, na possibilidade da neutralização de blindados por meio das peças convencionais de artilharia. A dificuldade da perfeita localização, da determinação precisa das coordenadas dêsses alvos longínquos e a sua mobilidade,

tornam muito pequena as probabilidades de acêrto no tiro indireto com peças de grande alcance e o consumo de munição não justifica o lançamento de mísseis balísticos superfície-superfície, estabilizados os resultados que se podem obter.

Sòmente as baterias de mísseis podem efetuar de forma eficaz e compensadora o fogo rápido, intenso e quase instantâneo sôbre êsses alvos extendidos em grandes áreas.

Compreende-se, pois, o interêsse que se manifesta, desde há alguns anos. pelo sistema de mísseis livres destinados ao fogo de barragem. Tanto nos países do bloco oriental como nos da OTAN os engenheiros de armamento estudam e constróem os mísseis e seus sistemas de lançamento. Êstes, se classificam em duas categorias principais: lança-foguetes de repetição automática, constituídos de rampas individuais e lança-foguetes múltiplos, constituídos por conjuntos de tubos ou ranhuras guias.

Assim, por exemplo, o exército alemão decidiu adotar o sistema de lançadores múltiplos LARS, que compreende dois conjuntos de 18 tubos cada, calibre 110mm, que permite o lançamento de mísseis balísticos superfície-superfície, estabilizados por meio de aletas. A viatura transportadora dos lançadores é o caminhão MAGIRUS-JÚPITER de 7 toneladas, qualquer terreno, utilizado há muitos anos no BUNDESWEHR. Êstes lançadores são de construção simples e funcionamento seguro, podendo disparar 36 mísseis, com cargas diversas, em cadência rápida, tiro a tiro ou em rajadas. Seu alcance corresponde ao da artilharia média e tem previsão de emprêgo juntamente com esta.

Em 20 segundos uma bateria de oito lançadores de 36 tubos pode disparar 288 foguetes. Para realizar a mesma operação com canhões, cuja cadência de tiro seja 3 tiros em 20 segundos — cadência 6 — é necessário empregar-se 96 peças, ou 16 baterias de seis peças.

Depois de tôdas estas considerações é justo perguntar-se quais as tendências do nosso exército neste aspecto.

Por inúmeras vêzes, o Ex.mo Sr. Ministro do Exército tem externado-as, conforme se pode constatar em sua "Mensagem aos Ex.mos Senhores Oficiais-Generais" e no seu artigo "Novos rumos para a artilharia". Entre os conceitos emitidos por S. Ex.a, encontram-se como objetivos prioritários o reequipamento e o reaparelhamento material do exército incentivando, para isto, a participação da indústria nacional, e o estímulo e a aceleração da pesquisa e do desenvolvimento tecnicológicos para fins militares.

No campo da pesquisa, o Plano Trienal do Exército, estabelece metas, tais como: o estudo e a fabricação da série experimental dos mísseis 108 R e seus lançadores múltiplos, do míssil 114 com seu lançador individual, estudos sôbre radares e sistemas eletrônicos de comando e contrôle de tiro.

De acôrdo com estas diretrizes, a Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas, vem desenvolvendo atividades sôbre mísseis, levando em consideração que êles deverão:

— complementar a ação dos canhões e não substituí-los;
— ter, sempre, uma finalidade tática;

— ser confeccionados dentro das possibilidades da indústria nacional, ainda que não se atinja, de imediato, o máximo grau de eficiência.

Assim, segundo as palavras do próprio Ministro, "cumpre considerar que já estamos francamente na era dos mísseis, com apreciáveis resultados já colhidos nos esforços feitos pela DEPT".

Dentro das prioridades estabelecidas, o míssil 108 R — SATURADOR DE ÁREA — já se encontra na fase final de experimentação, inclusive sua tabela de tiro já está sendo organizada. Êste foguete é disparado por um sistema múltiplo de 10 tubos, montado numa viatura de 3/4 tonelada, com tração nas quatro rodas. Cogita-se, entretanto, em colocá-lo em viatura blindada com lagarta. O sistema pode ser disparado tiro a tiro ou em rajadas, e o poder de concentração de fogo de um lançador equivale ao de duas baterias de 105 a seis peças. A estabilização do míssil 108 R durante o vôo é assegurada por rotação em tôrno de seu eixo e seu alcance útil é de cêrca de 10 km. Seu emprêgo previsto complementa a ação da artilharia de apoio direto.

Como se deduz, a orientação de nosso Exército está perfeitamente correta, e se a nossa indústria, atualmente, não está capacitada para produzir canhões, não resta a menor dúvida de que está, inteiramente, aparelhada para atender à tecnologia quanto aos mísseis não dirigidos.

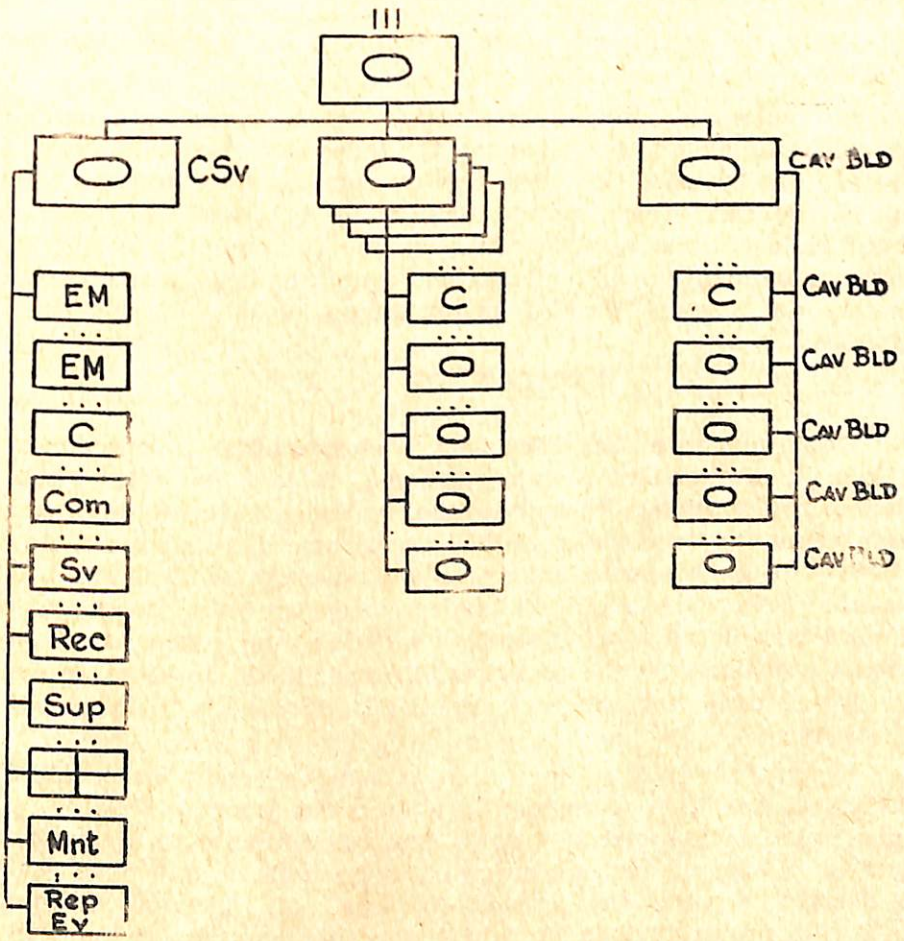
Resta, pois, aos ARTILHEIROS, esperar que o SATURADOR DE ÁREA, já tão conhecido nas mostras de material e nos desfiles militares, venha aparelhar os Grupos de Artilharia, ou mesmo organizar-se em novos Grupos, para gáudio de todos, e que os jovens capitães da ARMA sejam, dentro de pouco tempo, os comandantes das baterias e dos grupos de mísseis que os velhos artilheiros tanto ansiaram.

O REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE

Cel de Montaudouin

L'Armée n.º 85, Mar de 1969.
Tradução do Ten Cel CEZAR MARQUES DA ROCHA.

O REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE



"A Cavalaria Pesada é útil para reforçar qualquer parte da ordem de batalha, para um ataque decisivo e para formar uma reserva adequada. Sôbre o campo de batalha deve agir em massa e destruir o inimigo com suas cargas irresistíveis...

A cavalaria em reserva só deve servir para o combate; se se a coloca, algumas vêzes à frente ou à retarguarda, isto não é senão para opô-la à do inimigo e para adestrá-la; mas sua finalidade real é a de decidir o combate, de aparar um choque e de produzir um efeito moral elevado..." (curso de Arte Militar-1866).

"A ação da Brigada Mecanizada é centralizada no emprêgo do RCC, cujo engajamento é preparado, apoiado e coberto pelos outros meios.

No combate, a exploração do arrebentamento nuclear é executada com predomínio do RCC.

No combate convencional, o essencial da manobra da Brigada Mecanizada consiste em preparar, no local e momento oportunos, o engajamento do RCC."

(Nota de orientação sôbre o emprêgo da Brigada Mecanizada-1968.)

No momento em que uma reorganização completa modifica o aspecto tradicional das Grandes Unidades, em particular pela supressão das Divisões tipo 1959, com predomínio dos Blindados, e pela adoção de um único tipo de Brigada, é agradável constatar que, modificado em sua organização e em seu equipamento, o RCC conserva globalmente a mesma potência e uma homogeneidade absoluta dentro da Brigada para o cumprimento de um mesmo tipo de missões.

NECESSIDADE DO RCC

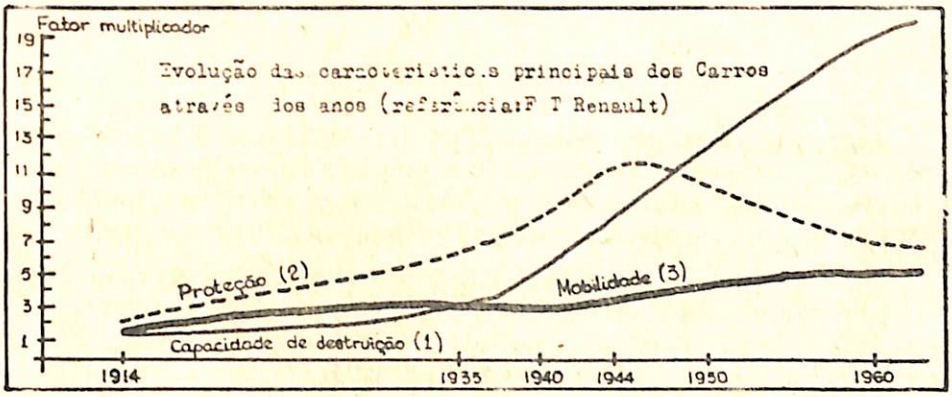
Desde que os exércitos existem, o chefe militar procurou sempre dispôr de um elemento cuja violência, rapidez de intervenção ou maior invulnerabilidade, lhe permita impor sua vontade ao inimigo. Êste elemento de decisão, dotado de característica de potência variáveis, de acôrdo com as épocas ou natureza do conflito, mesmo isolado, deve poder modificar a decisão do combate. Foi assim com o pêso dos elefantes de Anibal, a proteção dos cavaleiros da Idade Média e dos couraceiros do Império, a mobilidade dos Destacamentos de Intervenção helitransportados (DIH) da Algéria e da 1ª DC no Vietname.

O aparecimento do fogo nuclear sôbre o campo de batalha fêz crer que, pela sua capacidade de destruição, tornaria inútil qualquer outro meio potente e caro. Ora, ràpidamente foi demonstrado que, se o fogo nuclear tático cria a oportunidade, não pode realizar a decisão. É necessário explorá-lo para completar seus efeitos, em intervalo muito curto e impedir que o inimigo possa se reorganizar ou voltar a manobrar. O carro de combate (CC), no estado atual da técnica, é o melhor adaptado a êste tipo de missão. Sua proteção torna-o invulnerável à metralha do campo de batalha e atenua os efeitos das armas nucleares; sua mobilidade permite-lhe intervir

ràpidamente e seu armamento destruir o inimigo principal — os blindados. É então o combinado fogo nuclear — carro de combate que obterá localmente a decisão. E, se por razões técnicas, morais ou políticas, o fogo nuclear não é empregado, os RCC serão, por sua potência, os melhores equipados para obter a decisão.

O MATERIAL, CUIDADO PERMANENTE

A característica essencial do Regimento deve ser então a potência. Para obtê-la, é necessário um veículo que alie à sua capacidade de destruição uma grande mobilidade e uma proteção adequada contra todos os perigos do campo de batalha. Mas estas características são opostas e é necessário ajustá-las permanentemente. Fig. 1.



CAPACIDADE DE DESTRUIÇÃO

A pesquisa da potência se exprime pelas possibilidades próprias de destruição do adversário, quer dizer um armamento que permita:

— Destruir no primeiro golpe e o mais distante possível o inimigo mais perigoso, o Carro de Combate.

— Enfrentar com a maior eficiência possível os diversos elementos adversos no combate (infantaria, blindados leves, helicópteros, etc.).

— Travar combate de certa duração, quer dizer, de dispor de dotação de munição adequada.

A potência de perfuração (curva n.º 1), a precisão e a cadência de tiro têm sido procuradas simultâneamente.

PROTEÇÃO

A potência significa igualmente vulnerabilidade. Com efeito, aquele que dispuser de um veículo capaz de destruir qualquer adversário, sem correr nenhum risco, terá obtido a arma absoluta. Êste sonho, periòdicamente afagado, é sempre desfeito, e particularmente

em passado recente, com o aparecimento do projetil de carga ôca.

A couraça foi vencida e a importância da espessura da blindagem, depois de uma ascensão muito rápida, está em regressão (Curva nº 2). É preciso, entretanto, procurar obter um certo grau de proteção contra:

— os projetis AC de qualquer espécie e a "metralha" do campo de batalha;
— as armas químicas e biológicas;
— os efeitos das armas nucleares.

O compromisso foi obtido, graças a uma silhueta mais reduzida possível, a uma blindagem fortemente inclinada, a um sistema de pressurização com filtros e a pesquisa de materiais que limitam os efeitos das partículas nucleares.

MOBILIDADE

Enfim, a perda de potência devido à vitória do canhão sôbre a couraça pode ser compensada por um acréscimo de mobilidade (Curva n.º 3). O carro deve ser capaz de se deslocar em terreno variado, o mais rápido possível para obter a superioridade local.

Uma mobilidade máxima é então procurada, que seja compatível com a autonomia, condição de duração da manobra. Assim, não obstante suas limitações, o melhor elemento obtido, no momento, por tôdas as nações, para seu trunfo principal no campo de batalha, é ainda o carro de combate.

Os componentes dêste elemento são variáveis, como o mostra o quadro abaixo:

Componentes	T 54 (URSS)	AMX30 (França)	M60 (EUA)	Leopard (Alemanha)	Chieftain (Inglaterra)	Obs.
Calibre de canhão	100	105	105	105	120	Em mm.
Perf. da blindagem	135	420	300	250	290	Em mm.
N.º tiros de canhão	36	50	57	62	60	
Potência do motor	520	720	750	820	700	Em CV.
Autonomia	350	700-540	535	500	...	Em Km.
Blindagem frontal/ espessura/inclinação	100/30	120 a 50/15	90/25	117/25	70/30-48/80/30	
Blindagem lateral espessura/inclinação	80	35/35	40 a 70	35/40-30	60	
Pêso	36	34,2	47,7	39.9	50	Em Ton.

AS ESTRUTURAS DAS UNIDADES

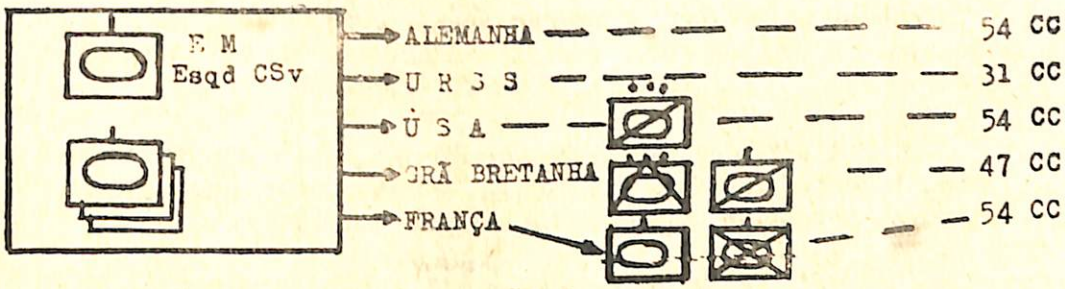
A criação e o desenvolvimento dos equipamentos devem resultar de um diálogo permanente entre o usuário e o técnico.

Após ter estabelecido as características do carro, o tático deve obter as estruturas que melhor se adaptem a seu emprêgo ótimo. As estruturas têm evoluido através dos tempos, em função, de um lado das características dos equipamentos, de outro das características gerais do combate.

No decorrer da 1ª Guerra Mundial, isso conduziu ao emprêgo dos carros em massa, em nível elevado de Comando. A guerra de movimento de 1940-45, fêz aparecer o sucesso da fórmula Divisões Blindadas. A realidade nuclear, levando à supressão da noção de "fron" e impondo um aumento considerável da dispersão, conduziu à concepção de um tipo único de Brigada, dotado orgânicamente de meios blindados potentes; tôdas as Brigadas são assim capazes de realizar uma ação em fôrça, ao contrário da Brigada Mecanizada da Divisão tipo 1959, que não possuía esta capacidade.

Entretanto, tal descentralização dos carros não deve ultrapassar um certo escalão, sob pena de conduzir a um enfraquecimento que comprometeria a potência indispensável ao efeito de choque desejado. É êste o motivo pelo qual na Divisão tipo 67, o Regimento de Carros conserva seu volume, enquanto uma nova organização interna confere-lhe uma maior flexibilidade.

Comparação das estruturas e número de carros dos Regimentos (1) de Carros de Combate de diversos Exércitos:



(1) — Batalhão na URSS

O quadro acima destaca a semelhança global de volume desta Unidade em alguns Exércitos estrangeiros enquanto o quadro a seguir sublinha uma tendência marcante para aliviar as Subunidades e frações.

NÚMERO DE CARROS DE COMBATE

Nacionalidade	*Por Esquadrão*	*Por Pelotão*
EUA	17	5
RFA	17	5
GB	15	3
França	13	3
URSS	10	3

Na França, esta evolução conduziu a células menores e mais homogêneas, a diminuição do número de veículos das Unidades o que levou, igualmente, a supressão dos veículos de escolta (viaturas de ¼ ton dos Cmt Pel, viaturas leves). Esta diminuição recaiu, essencialmente, sôbre o Esquadrão de Carros, cujo número de veículos foi reduzido de 30% em relação à organização precedente.

Pode-se objetar que esta homogeneidade foi obtida à custa da polivalência. Com efeito, na solução francesa, o Esquadrão de Fuzileiros que grupou os Pelotões antes disseminados pelos Esquadrões de Carros, permite ao Cmt do Regimento cumprir as mesmas missões que outrora constituiu, como no passado, subgrupamentos no interior da Unidade.

Assim, articulado em grupos leves e homonêneos, integrado no conjunto interarmas que constitui a nova Brigada, O Rgt CC é a ferramenta específica para a ação de fôrça com ou sem emprêgo do fogo nuclear.

O emprêgo, a instrução, o espírito.

A redução permite ao Cmt do Pelotão ter sòmente uma única preocupação "à frente". É ao Cmt de Esquadrão que cabe manobrar. O Pelotão atua em bloco, sôbre uma única direção e para cumprir uma missão elementar. O capitão aciona seus Pelotões, assegura apoio aos elementos à frente e engaja a totalidade de seu Esquadrão nas ações de fôrça conduzidas no escalão Regimento.

O RCC é instrumento oneroso, que encontra sua razão de ser em uma eficiência total. Esta não pode ser obtida a menos que o pessoal esteja perfeitamente instruído. No conjunto isto implica:

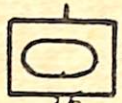
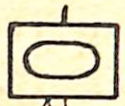
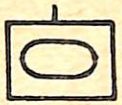
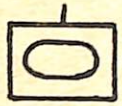
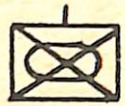
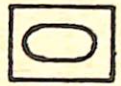
— Em cada guarnição instalações técnicas modernas para assegurarem a formação e o treinamento dos membros das guarnições dos carros;

— nas imediações um campo de instrução que permite a instrução tática e técnica do Pelotão de Carros;

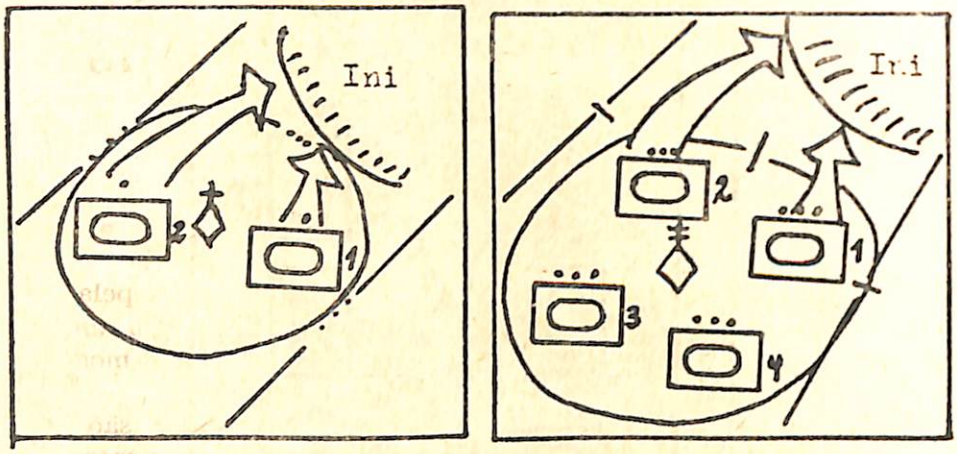
— faixas reservadas nos campos para efetuar os itinerários de combate e os exercícios táticos de Esquadrão e Regimento.

Além dessas necessidades materiais, são necessários exercícios de Quadros para substituírem a ação fora do terreno muito conhecido e muitas vêzes artificial dos campos.

Entretanto, mesmo avançadas, as qualificações técnicas e táticas obtidas pelas Unidades de Carros serão inúteis se não forem acompanhadas por uma formação física e moral visando a desenvolver no homem a agressividade, a disponibilidade, a determinação. Sòmente

Divisão	Número de Viaturas por Rgt de Carros						
tipo 59	 CSv 98	 1 36	 2 36	 3 36	 Fgt AC 41		= 247
tipo 67	 CSv 99	 1 24	 2 24	 3 24	 23	 4 24	=218

a êste preço é que os RCC podem atingir sua eficiência plena face às missões diversas, mas importantes, para o sucesso da manobra que lhes é confiada.



Estruturas, materiais, processos táticos são o fruto de lições da experiência e da imagem que se pode vislumbrar de um futuro conflito.

Durante a 2ª Guerra Mundial, o Carro de Combate, junto com o avião, foi a arma da decisão. Hoje, em um conflito eventual, dominado pela realidade nuclear, com ou sem emprêgo do átomo, o CC permanece como instrumento primordial do combate.

ENSINAMENTOS OPERACIONAIS DA GUERRA DO VIETNAM

Gen BEAUFRE
Tradução da Revista Strategie de Mar/68 — Pelo Maj P. Marcos

O desenvolvimento da guerra do Vietnam trouxe ensinamentos de estrategia total bastante interessantes mas que, até o presente momento, só fazem confirmar as conclusões, no que respeita a forma da estratégia indireta, já tiradas das guerras da Indochina e da Algéria. Em contrapartida, os ensinamentos militares de natureza operacional, se bem que confirmem, como veremos, algumas conclusões anteriores, trazem numerosos elementos novos, não fôsse pela amplitude dos efetivos e o emprêgo generalizado das mais modernas armas clássicas.

Êsses ensinamentos são diferentes segundo se encare cada uma das três fases sucessivas da guerra do Vietnam que, esquemàticamente, assim defino, pela sua característica dominante: o choque dos governamentais com o Vietcong, a escalada americana e, finalmente, a escalada norte-vietnamita.

1) O choque dos governamentais com o Vietcong

A guerra civil começou no Vietnam do Sul no govêrno de Diem, pelo menos devido a certos excessos da política diemista. Após a queda de Diem, a instabilidade governamental em Saigon permitiu que a rebelião tomasse corpo. Nesse momento, os americanos só intervieram pelo fornecimento de apoio material e dinheiro e também por destacarem, permanentemente, "conselheiros" para junto dos exércitos governamentais cujos efetivos, sempre crescentes, não pasaram de 21.000 homens em fins de 1964. Graças à ajuda americana, o exército governamental, pròdigamente equipado, aumentará a seguir até atingir 240.000 homens, organizados em nove divisões, dispondo de 200 aviões dos quais 100 de caça e de 60 helicópteros. Pouco a pouco porém, os americanos introduzem no Vietnam para o serviço de seus conselheiros e também para apoiar os sul-vietnamitas, uma fôrça aérea nada desprezível de 260 aviões e 240 helicópteros. Face a tudo isso os Vietcongs parecem dispor sòmente de 40.000 soldados regulares e 70.000 de fôrças auxiliares.

Nesta fase, o govêrno sulvietnamita, aconselhado pelos americanos, adota uma fórmula

operacional calcada nos ensinamentos extraídos da experiência britânica na Malásia, isto é: a procura da "pacificação pela extensão, como mancha de azeite, fundada no reagrupamento, na proteção e organização das populações em "aldeias estratégicas".

Essa fórmula, que nós mesmos havíamos aplicado na Conchinchina e na Algéria, comporta aspectos interessantes mas também possue limitações. Seu sucesso incontestável na Malásia provinha de condições muito particulares, pois a rebelião na Malásia era essencialmente chinesa e se verificava no seio de uma população maláia, geralmente fiel. A rebelião, muito esporádica que foi, pôde ser eliminada pelos inglêses graças a operações de pequeno porte, com auxílio de helicópteros, e possíveis pelas informações fornecidas pela população. No Vietnam, as condições eram muito diferentes pois não havia duas raças em conflito e, por outro lado, a longa prática da guerrilha, durante a guerra franco-vietnamita, havia conduzido a uma imbricação completa com os elementos vietcongues, no seio de uma população que não queria ou não ousava informar.

Além disso, parece que a estratégia operacional dos sul-vietnamitas foi onerada com três graves erros de aplicação. O primeiro, decisivo nessa espécie de guerra, foi o de não fornecer à campanha de pacificação um tema político capaz de sensibilizar a população. Já Diem havia falhado na reforma agrária e nada de eficaz foi feito para retomá-la, deixando-a, dêsse modo, como uma plataforma do Vietcong. Mas ainda, os reagrupamentos da população, já de si impopulares entre os povos predominantemente camponeses, foram feitos freqüentemente sem discernimento. Finalmente a segurança, dos que foram assim recrutados, mostrou-se desde logo muito precárias devido aos atentados cometidos contra os quadros recém implantados. A pacificação, quase sempre, apresentou um caráter formal e precário.

O segundo êrro que explica em parte a falta de segurança das zonas pacificadas, foi que estas foram confiadas a organizações militares e paramilitares, diferentes das fôrças regulares. O resultado, que eu pude constatar "in loco" em 1964, foi que os elementos encarregados da pacificação não dispunham dos poderosos meios dos regimentos e divisões das fôrças regulares. Êstes, limitados às operações, se desinteressavam da pacificação, enquanto que as autoridades territorais, freqüentemente abandonadas a sua sorte, deviam fazer tudo sem meios de transporte e com armamento limitado. Essa dualidade, bastante danosa, levou a reduzir de maneira notável a eficiência da pacificação.

Finalmente, o último êrro, talvez o mais grave no plano operacional, consistiu em só conceber o emprêgo das divisões de fôrças regulares nas proximidades das zonas de pacificação, em ações esporádicas e quase sempre conduzidas com um grande aparato de helicópteros e apoio aéreo. As divisões, dessa forma, tinham a

tendência a cair na rotina das emboscadas e dos pequenos golpes de mão de alcance curto, enquanto o Vietcong podia, a seu bel-prazer, se incrustar em suas zonas de refúgio, aperfeiçoar e desenvolver suas bases, recrutar e instruir suas unidades e, dêsse modo, aumentar progressivamente suas fôrças. Assim em fins de 1964, êle estava em condições de combater com batalhões integralmente constituídos, e de defender eficazmente suas zonas de reunião, cobrindo seus depósitos. A existência dessas fôrças, valorizadas por ações ofensivas de alcance psicológico, reforçava seu prestígio e o dinamismo de sua propaganda lhe permitia agir sôbre as populações controladas pelas turmas de pacificação.

Resumindo, parece que a fórmula aplicada pelo govêrno sul-vietnamita e pelos Americanos, além de sua fraqueza política congênita, pecava por uma falta de equilíbrio entre a pacificação e as operações de curto alcance dos que não participavam da primeira, enquanto que o Vietcong não era nem molestado em seus esconderijos. Dessa maneira, o poderoso exército sul-veitnamita se perdia, girando no vazio, enquanto o Vietcong construía sua fôrça. Correlatamente, a situação tendia a se deteriorar. Mas era principalmente em Saigon, devido à instabilidade governamental, onde estava o ponto fraco.

2) A escalada americana

Devido a instantes pedidos do govêrno sul-vietnamita e também de conformidade com uma idéia há muito acariciada pelo General Maxwell Taylor, embaixador em Saigon, os Americanos adotaram a idéia de intervir diretamente no conflito. Por uma análise errada da situação, êles atribuíram os progressos do Vietcong à ajuda que êste recebia de Hanói. Era êste o argumento chave dos sul-vietnamitas através de seu govêrno. As infiltrações e os suprimentos vindos do norte eram reais, mas as avaliações da época, se bem que não mereçam confiança absoluta, davam como de 4 a 7.000 homens em 1964, constituíam sòmente um fator entre outros e muito menos grave do que a inviolabilidade consentida das bases vietcongs. Persuadidos de que era preciso fazer alguma coisa para restabelecer a situação, os Americanos julgaram que uma pressão aérea sôbre o Vietnam do Norte obrigaria êste a parar seu apoio ao Sul. Esta fórmula era simpática aos Americanos porque só acarretava o engajamento de fôrças aéreas e evitaria, com vantagem evidente, o emprêgo da infantaria na floresta vietnamita. Para o govêrno sul-vietnamita era a prova de um apoio incondicional dos Americanos a sua causa.

Como se sabe, essa escalada aérea não obteve nenhum sucesso prático, apesar do emprêgo de meios aéreos de uma potência sem precedentes. A progressivi-

dade dos bombardeios "seletivos", em vez de pôr o Vietnam do Norte de joelhos, o jogou inteiramente na guerra, as populações do norte se puzeram em condições de aguentar os bombardeios com um mínimo de perdas e o govêrno de Hanói intensificou suas infiltrações no Vietnam do Sul.

Um mês após o início da escalada aérea, várias divisões norte-vietnamitas foram identificadas no norte do Vietnam do Sul. A situação tornava-se difícil para o Exército sul-vietnamita. Os americanos viram-se obrigados a enviar fôrças terrestres ao Vietnam, decisão que êles consideravam, pouco tempo antes, como "a guerra errada no local errado".

Nesse momento, a estratégia americana se polarizou em tôrno de duas idéias: impedir que os norte-vietnamitas cortassem o Vietnam do Sul em duas partes (como pareciam indicar as informações da época) e barrar, o mais ao norte possível, as infiltrações pela pista Ho-Chi-min. Essas duas preocupações os levaram, após uma série de desembarques costeiros, para assegurar-lhes uma larga porta logística, no mar da China (Saigon é sòmente um pôrto fluvial), a engajar suas fôrças no antigo Anam e nos altiplanos de Mois. Dispondo de fôrças bem modernas como a 1ª Divisão Aéreomovel de Cacepcionalmente poderoso, êles são valaria e de um apoio aéreo excepcionalmente poderoso, êles não duvidavam de poder derrotar completamente as fôrças regulares do Vietnam do Norte. Para sua grande surprêsa, tiveram que se engajar em rudes combates e, o pior, sem serem decisivos. Ao contrário, a grande combatividade das fôrças adversas os obrigou, progressivamente, a constituir face as zonas desmilitarizadas e nos altiplanos, uma série de bases mais ou menos fortificadas, cobrindo as pistas de decolagem dos aviões e helicópteros, por isso mesmo tendo que ser em uma grande extensão. Tais bases deviam absorver meios consideráveis, totalmente presos aos seus locais de atuação. Em fins de 1965, o engajamento das fôrças americanas havia restabelecido um certo equilíbrio, porém seus efetivos já atingiam a perto de 200.000 homens.

Apesar de uma constante progressão dos efetivos, a situação não melhorou nada em 1966 o que levou à, na conferência de Manilha dêsse ano, decisão de reforçar o corpo expedicionário americano até atingir 500.000 homens. Correlatamente, grandes operações deveriam ser conduzidas no sul do país a fim de desafogar inteiramente Saigon no decurso de 1967. As fôrças sul-vietnamitas assegurariam a pacificação das zonas limpas pelos Americanos. Essa nova estratégia conseguiu alguns sucessos marcantes, decobrindo e destruindo as imensas bases subterrâneas que a Frente de Libertação Nacional havia estabelecido no delta do Mekong e ao norte de Saigon. Os norte-viet-

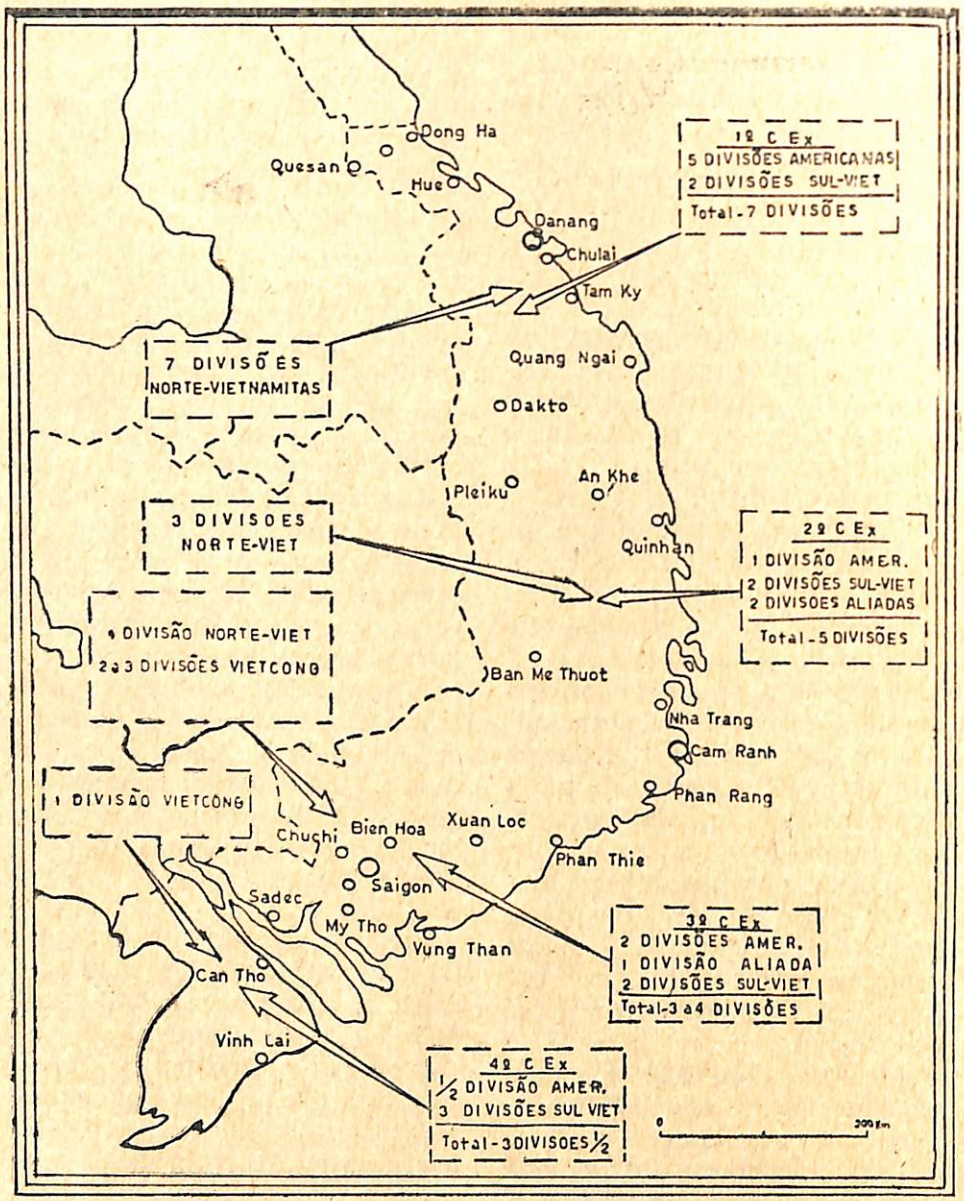
namitas porém responderam a essa ação com um ataque dos centros de resistência fortificados do norte. A pressão foi tal que o General Westmoreland teve que trazer reforços, tirados do sul e teve também que interromper sua campanha ofensiva. O equilíbrio estava novamente restabelecido, mas a zona de pacificação havia sido grandemente estendida no sul, até permitir, segundo pensavam os Americanos, controlar 75% da população. Efetivamente, as eleições deviam se desenrolar no sul sem maiores problemas. O ano de 1967 parecia terminar com uma evolução favorável aos Americanos na guerra da Indochina.

3) A escalada-norte vietnamita

Essa impressão ia ser em breve desmentida pelos acontecimentos que envolveram a ofensiva do Tet em fins de janeiro de 1968. Nesse momento, a FLN e os norte-vietnamitas atacaram de surprêsa, simultâneamente, umas quarenta localidades e, quase que em tôda parte, nelas penetraram. Se na maioria dos casos os comandos suicidas foram repelidos ou destruídos com rapidez, é verdade também que êles se incrustaram em Cholon e sobretudo em Hué, onde resistiram mais de um mês. Êsses comandos puseram em prática uma espécie de guerrilha urbana bastante eficaz. O resultado dessa ofensiva visou principalmente obter um efeito psicológico considerável e também forçar os americanos e sul-vietnamitas a se reagrupar nas cidades e, conseqüentemente, abandonar em parte a rasa campanha. Os progressos obtidos em 1967 com a pacificação foram, pràticamente, anulados.

O que mais chama a atenção nesse período porém, é que a FLN e os norte-vietnamitas possuíam uma nova capacidade combativa que tiravam do bom uso que faziam do armamento portátil soviético, que haviam recebido em grande número. A potência de fogo das armas individuais tornaram-se temível, os foguetes anti-carro eram muito eficazes, tanto contra os carros como contra a infantaria, na guerra de rua como na mata, os canhões lança-foguetes e os morteiros permitiam atingir as bases aéreas que era impossível cobrir desde o limite de alcance, os foguetes anti-aéreos ameaçavam tornar muito perigosos os vôos a baixa altura.

Ora, êsse armamento teve, sobretudo, a virtude de reduzir o valor do sistema americano fundado em um arquipélago de bases aéreas protegidas. Tal arquipélago tinha sua eficiência baseada na mobilidade aérea de que gozavam os americanos mas custava muito em efetivo. Quando da ofensiva do Tet, para liberar Hué e posteriormente as bases do norte que bordejavam a zona desmilitarizada, Westmoreland teve que engajar suas últi-


Dong Ha
Quesan
Hue
Danang
Chulai
Tam Ky
Quang Ngai
Dakto
Pleiku
An Khe
Quinhan
Ban Me Thuot
Nha Trang
Cam Ranh
Phan Rang
Phan Thie
Xuan Loc
Bien Hoa
Chuchi
Saigon
Sadec
My Tho
Vung Than
Can Tho
Vinh Lai
1º C Ex
5 DIVISÕES AMERICANAS
2 DIVISÕES SUL-VIET
Total-7 DIVISÕES
7 DIVISÕES NORTE-VIETNAMITAS
3 DIVISOES NORTE-VIET
1 DIVISÃO NORTE-VIET
2 a 3 DIVISÕES VIETCONG
2º C Ex
1 DIVISÃO AMER.
2 DIVISÕES SUL-VIET
2 DIVISOES ALIADAS
Total-5 DIVISÕES
1 DIVISÃO VIETCONG
3º C Ex
2 DIVISÕES AMER.
1 DIVISÃO ALIADA
2 DIVISÕES SUL-VIET
Total-3 a 4 DIVISÕES
4º C Ex
1/2 DIVISÃO AMER.
3 DIVISÕES SUL VIET
Total-3 DIVISOES 1/2
0
200 Km

mas reservas móveis no norte e todos os seus efetivos ficaram imobilizados para defender suas bases. Não tendo querido reagrupar suas fôrças, evacuando um certo número de pontos fortes, foi obrigado a pedir novos reforços. A infiltração de várias divisões norte-vietnamitas ao sul da zona desmilitarizada tornava precária a situação das bases americanas, notadamente a de Khe-San, mas parece que Giap evitou fazer cair essas posições que constituem para êle uma espécie de armadilha que não lhe interessa absolutamente desarmar. Provàvelmente, parece, êle poderia se servir delas como um meio de pressão se tivesse necessidade de retomar a iniciativa. Mas, no momento (fins de março) êle mantém a iniciativa e permanece senhor da escolha de seus objetivos ulteriores.

Se êle agir ao norte, pode conseguir sucessos psicológicos se tomar Khe-San ou se retomar Hué. Porém ao mesmo tempo êle força os Americanos a reagrupar suas fôrças e se obriga a si mesmo a defender essa região norte que os inimigos poderão sempre ameaçar por mar.

Se êle agir no centro, pode também obter sucessos psicológicos tomando Dak To, Kontum, Plei Ku ou mesmo Ban Me Thout. Porém a parte estratégica real dessas ações seria limitada.

Se êle agir no sul, pode conseguir em Saigon uma vitória decisiva se lograr neutralizar pelo fogo a base aérea de Tan Son Hut e se cortar o rio em Saigon mesmo. Essas duas ações seriam possíveis desde que êles dispuzessem de munição em quantidade suficiente. Saigon, cidade de 2.500.000 habitantes, provàvelmente agora com três milhões devido aos refugiados, isolada e cercada, além disso atacada desde seu próprio interior, seria o Dien Bien Phu final.

Ante essas perspectivas, o comando americano, recusando tomar a difícil decisão de reagrupar suas fôrças, evacuando as bases que havia estabelecido, aventureiramente, ao norte e no centro, respondeu a isso com as únicas manobras a sua disposição: reforço da região norte para aí restabelecer a situação local e desafogar os arredores de Saigon por meio de ataques limitados. Essas ações, pela falta de meios, não permitem ocupar o terreno com a densidade, suficiente para controlar completamente, no limite do alcance dos canhões inimigos, mas podem prejudicar a estocagem da munição dos comunistas e, dessa forma, retardar um ataque geral contra Saigon antes da chegada de novos reforços da América.

Que fazer quando chegarem êsses reforços? A idéia geral seria a de retomar a iniciativa e desmontar o espetáculo que o inimigo está preparando. Mas como?

O precedente do desembarque de Inchon durante a guerra da Coréia pode levar a pensar em um desembarque em Tonkim para, no mínimo, conquistar Vinh, cortando a pista de Ho-Chi-Minh. Um plano mais ambicioso seria o de conquistar Haiphong e Hanói, cortando dessa forma, tôda a possibilidade de reforço

do Vietnam do Norte por mar ou por ferrovia. Tal ação, conduzida em 1967 com as fôrças que foram empregadas no norte e no centro do Vietnam do Sul, poderia haver dado resultado, mas em 1968 ela acarretaria a abertura de um nôvo teatro de operações, isto é, 5 a 6 divisões a menos, com o risco de se envolver em uma nova guerrilha, apoiada e provàvelmente reforçada pelos chinêses. Enquanto isto a situação no Vietnam do Sul permaneceria delicada do mesmo jeito.

A idéia, várias vêzes expressa, de um apêlo à arma atômica não resiste a exame desde que se admita a possibilidade de ver os norte-vietnamitas receberem armas nucleares soviéticas ou chinesas. Tôdas as posições americanas, concentradas, constituem objetivos atômicos típicos, ao passo que as fôrças de seus inimigos, dispersas e enterradas, seriam muito menos vulneráveis.

Assim sendo, só resta mesmo é empregar os reforços para impulsionar as ações iniciadas no norte e em tôrno de Saigon e reconstituir uma reserva para fazer face a qualquer imprevisto. Dessa forma, sem dúvida, a situação poderia ser estabilizada.

4) **Conclusões**

Da rápida análise que precedeu, tiramos um certo número de ensinamentos.

1) Em uma guerra revolucionária, o essencial da estratégia repousa em um equilíbrio conveniente entre a *pacificação,* operação lenta baseada numa política que visa à absoluta segurança de regiões vitais do ponto de vista econômico e político, e as *operações,* destinadas a manter a insegurança do adversário nas zonas não submetidas à pacificação e a impedí-lo de desenvolver suas fôrças e sua ação política. Êsse equilíbrio nunca foi convenientemente dosado no Vietnam. Na primeira fase, a pacificação, muito disseminada e mal apoiada pela falta de um tema político conveniente, não tinha a cobertura das operações bastante ativas. Na segunda fase, os Americanos empregaram todo seu esfôrço nas operações, abandonando a pacificação, sempre deficiente, ao exército sul-vietnamita. Na terceira fase, o fracasso das operações acarretou uma regressão muito grave na pacificação.

2) No domínio tático, o emprêgo maciço de meios modernos (apoio aéreo, helicópteros, artilharia, carros) não permitiu obter resultados decisivos contra uma guerrilha muito móvel, muito combativa e até mesmo capaz de se enterrar para suportar os mais pesados bombardeios. É possível que, pela falta de uma infantaria manobreira, muito habituada a apoio de fogos poderosos, a ação dos Americanos tenha sido muito potente mas com pouca vivacidade. É provável também que o engajamento progressivo dêsses meios haja permitido ao adversário se adaptar e encontrar as paradas convenientes a tais golpes. Todavia, a impressão que se tira disso é que

em um terreno tão difícil e com tal adversario, seria necessário dispôr de uma infantaria equivalente, que o exército sul-vietnamita poderia ter fornecido. O exército do Vietnam do Sul, règiamente equipado, habituado às operações de fôrça, parece que não adquirira as qualidades próprias do Vietcong e dos norte-vietnamitas. De qualquer forma, o confronto entre um exército baseado no valor do material e um outro baseado no valor individual do combatente mostrou, nìtidamente, a predominância dêste.

3) Nesta guerra como na franco-vietnamita, a guerrilha inicial desencadeada pelas pequenas unidades deu lugar, ao que eu denomino, a "grande guerrilha", na qual os processos, baseados na surprêsa e na mobilidade, foram aplicados por grandes unidades inteiras.

Êsse estágio da "grande guerrilha" foi possível devido à recepção de material estrangeiro, chinês em 1950 e soviético em 1968.

Nos dois casos, o material, leve e portátil, era adaptado às operações de guerrilha que, dessa maneira, ganhavam potência sem perder a mobilidade. No último estágio, a posse de canhões leves para lançamento de foguetes e meios anti-aéreos permitiram aos norte-vietnamitas iludir parcialmente as táticas empregadas pelos Americanos para utilizar sua mobilidade aérea, baseada em um arquipélago de bases cobrindo suas pistas de decolagem. Assim reproduziu-se a surprêsa que o emprêgo de canhões chinêses havia causado em Dien Bien Phu.

Constata-se pois que materiais leves e rústicos podem contrabalançar, ùtilmente, materiais complicados e de alta tecnicidade. Existe aí matéria para profundas reflexões.

4) No dominio da estratégia operacional, ficou patente que os procedimentos táticos empregados pelos Americanos, muito semelhantes aos nossos em Na-San e Dien Bien Phu, porém justificados por um poderio aéreo incomparàvelmente superior, tiveram como conseqüência prender ao terreno efetivos consideráveis e, por conseguinte, reduzir enormemente as possibilidades de manobra. Assim é que, apesar dos meios serem consideráveis, a iniciativa foi inteiramente perdida. Parece que uma estratégia operacional apoiada em algumas bases costeiras de onde partiriam incursões profundas, teria sido mais vantajosa, sobretudo se fôsse combinada com a ocupação densa de uma zona de pacificação em tôrno de Saigon e no delta do Mekong.

Essas operações de vai e vem, apoiadas no emprêgo maciço de fôrças transportadas por helicópteros e bem esteiadas pela aviação, poderiam talvez obter resultados contra as divisões norte-vietnamitas dispersas, desde que seu ritmo fôsse bastante rápido para aproveitar ao máximo a mobilidade aérea. De qualquer forma, a multiplicidade das bases foi um êrro, pois o terreno por si só não tem nenhuma importância.

	AMERICANOS E ALIADOS				SUL-VIETNAMITAS					VIETCONG		
DATA	EFETIVOS	DIVISÕES	AVIÕES	HELICÓPTEROS	EFETIVOS TOTAIS	FÔRÇAS AUXILIARES	DIVISÕES	AVIÕES	HELICÓPTEROS	FÔRÇAS REGULARES	FÔRÇAS AUXILIARES	NORTE-VIETNAMITAS
MAIO 1964	21 000		200	240	500.000	300.000	9	200	240	48.000	80 a 100.000	
MAIO 1967	492.000 sendo 54.000 aliados	9 2 aliadas	2.000 200 embarcados	2 000	621.000	300.000	10	290	100	113.000	193.000	37.000
FEV. 1968	548.000 sendo 58.000 aliados	12 1 aliada	2.600	17 600	700.000	350.000	10	250	10			

5) Do lado do Vietnam do Norte ao contrário, constata-se a aplicação de uma estratégia baseada na idéia de forçar o inimigo a defender um número cada vez maior de pontos, ameaçando-os e, as vêzes, atacando-os vigorosamente. Daí resultavam combates violentos por localidades, até mesmo por uma altura, que adquiriam então o valor de um símbolo e que não se desejava mais abandonar. Então o assaltante sumia na floresta sem que se pudesse saber se havia partido deixando sòmente um destacamento para inquietar ou se continuaria a ameaçar realmente a posição. Dessa forma se executou a fixação e a dispersão progressiva das fôrças adversárias. Essa estratégia consentida pela mobilidade da guerrilha, já empregada por Ciap em 1953-1954, foi novamente posta em prática nos anos de 1966-1968.

Foi ela que levou ao ponto culminante da ofensiva do Tet.

6) Essas idéias são válidas, evidentemente, para um tipo de guerra e em um terreno muito peculiar. Uma extrapolação para uma guerra européia seria, fora de qualquer dúvida, um êrro. Todavia, varios fatôres merecem reflexão: a rigidez e a fraqueza de um exército muito ligado à técnica, o valor de uma boa infantaria dotada de armamento potente e leve, o meio de contrabalançar a superioridade aérea do inimigo, a conduta estratégica das operações a fim de não perder a iniciativa sôbre um adversário progressivamente disperso e, acima de tudo, os infinitos recursos de um povo que deseja combater.

ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO E NOBREZA NAS FÔRÇAS ARMADAS DO BRASIL

Cel LUIZ TENÓRIO DE BRITO

Lê-se à página 174 do tomo IV da "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", do General Tasso Fragoso, referindo-se ao Duque de Caxias:

—."Como ainda gastaria alguns dias para alcançar Assunção por via terrestre resolveu mandar ocupá-la sem demora por um pequeno destacamento ao mando do coronel Hermes da Fonseca.

Na tarde de 1 de janeiro de 1869, Hermes subiu o rio Paraguai em navios da esquadra, à frente de 1.700 homens e à noite tomava posse de Assunção, pondo em fuga 100 a 200 homens que nela se encontravam."

Marcando o corrente ano o primeiro centenário da ocupação pelas tropas brasileiras da capital do País em Guerra, ocorreu-me registrar a impressão que me deixou a visita que fiz ao Palácio do Govêrno Guarani, há dez anos passados.

Representando o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, compareci ao 3.º Congresso de História da América, reunido em Buenos Aires, em outubro de 1960.

Encerrado o certame na capital portenha, passaram-se muitos dos representantes para o Paraguai — convidados que foram a animarem a semana de "Investigaciones Históricas" que em seguida se abriu em Assunção.

Pelas 8 horas de determinado dia, realizou-se a visita dos congressistas ao Sr. Presidente da República. E enquanto se aguardava o momento exato da recepção, divagava eu o olhar pelo salão que, segundo dizem, é miniatura de Versailhes. É sabido que os Lopes antecessores do Solano, trouxeram da Itália e da França arquitetos urbanistas e decoradores — os quais traçaram planos de uma cidade confortável que se reflete nos majestosos edifícios públicos que pontilham suas largas avenidas.

O palácio do govêrno ostenta, no segundo pavimento, o salão de festas que nos obrigava, decorado com gôsto e riqueza. Guarnece-o extensa galeria de belos espelhos, distribuídos variados e adequados objetos de arte ao longo de suas áreas — amaciadas de tapêtes de alto custo, mantido tal qual o encontrou há cem anos o coronel

Hermes da Fonseca. Longo foi o período de ocupação da capital paraguaia e numerosos oficiais de nossas Fôrças Armadas que se utilizaram daquele ambiente. E o Brasil deixava, vitorioso, uma guerra crudelíssima que não provocara, com a seiva de sua mocidade dessangrada e arruinada a sua economia.

Mas uma coisa é o culto do ódio — plenamente justificado, planos de vinganças perfeitamente justos — outra é sopitar de rancores, esquecendo maldades. E foi êste último o caminho que tomou a Nação Brasileira através dos seus fiéis representantes no tôrvo cenário.

Estas reflexões eu as confidenciava à minha mulher quando, naquela hora matinal ali estava comigo, dominada pelos mesmos pensamentos.

Honremos pois cada vez com maior intensidade a memória dos nossos maiores — ao relembrar episódios ligados à tragédia imensa, pela superioridade com que souberam conduzir-se na paz, depois do fragor das batalhas que venceram.

Na guerra determinação; na derrota bravura; na vitória magnanimidade; na paz boa vontade.

W. CHURCHILL

ECOS DO DIA DA ARTILHARIA — SANTIAGO

Cmt do 2.º GA 75 Cav
Ten Cel JOSÉ LUIZ DE MELLO CAMPOS

O 2.º GA 75 Cav é ainda uma das últimas unidades hipo, porém em fase de motorização, já tendo recebido 24 viaturas novas.

Despede-se do cavalo, com tristeza de amigos, que partem e alegrias de maior eficiência operacional, que chega.

SANTIAGO não é mais "Santiago do Boqueirão", tem boa luz e bastante água. É uma cidade amiga e afável, não mais assusta, mas atrai e conquista.

O prólogo é necessário. Tal a injusta imagem que faz o Exército sôbre esta Guarnição e até mesmo os gaúchos sôbre esta cidade.

Festividades

Chovia copiosamente nos dias 8 e 9 de junho, parecia que Santa Bárbara estava irada...

O Dia da Artilharia — 10 de junho — amanheceu radioso e claro, contrariando todos os prognósticos, e o extenso programa foi cumprido por completo. Santa Bárbara continuará nossa padroeira...

Alvorada festiva e hasteamento com salva despertaram o dia.

Seguiu-se missa pelo Vigário da cidade, Monsenhor Assis Pinheiro Dias, cuja oração foi preciosa peça de civismo e perfeita identificação da "espada com a cruz".

O aceno feliz que fizemos às Escolas Primárias para competirem em provas recreativas e o convite aos 2 Colégios Secundários rivais para uma partida de volibol feminino e mais a festa aérea que realizaram 8 aviões da FAB, sendo 4 jatos, trouxe ao quartel cêrca de 2.000 pessoas.

Entremearam-se demonstrações militares e jogos estudantis.

Às 18 horas, após um coquetel, o Sr. Gen José Fragomeni, Cmt da 1.ª DC arriava a Bandeira Nacional, com salvas e assim findou-se uma festa eloqüente e jubilosa.

Informações sôbre Santiago

Unidades sediadas: QG/1.ª DC, 4.º RC, 2.º GA 75 Cav (em processo de motorização), 11.ª Cia Com, HGuS e AR/5.

Dista 170 km de Santa Maria e 475 km de Pôrto Alegre.

A cidade possui: Aeroporto; estação de estrada de ferro e estação rodoviária; 26 residências e 6 apartamentos para oficiais; um excelente Círculo Militar; um Motel com 3 apartamentos; muito boa rêde de água e luz; 3 agências

bancárias e uma Caixa Econômica Federal; Um Colégio Estadual; 2 Ginásios; uma Escola Normal; um Colégio Comercial; vários cursos primários; 3 piscinas; 2 clubes civis e 2 militares (Círculo Militar e Grêmio dos Subtenentes e Sargentos da Guarnição); 2 Cinemas; Centro Social da Guarnição; Farmácia Militar; Depósito de Subsistência; Padaria Militar; Hospital Militar (bem instalado); Hospital Civil; Postos de Saúde do INPS e DES; uma residência do DAER (Rodovia); uma Delegacia de Ensino; boa recepção de TV — corrente alternada — 220 volts; linha de ônibus diária para Pôrto Alegre — Santa Maria — Uruguaiana — Santo Ângelo — São Borja — Cruz Alta — Rosário do Sul.

ORAÇÃO À ARTILHARIA

Do Monsenhor Francisco Assis Pinheiro Dias, Vigário de Santiago, Rio Grande do Sul.

Il.mo Sr. Comandante, Oficiais, Graduados e Praças do 2.º GA 75 Cav. Ex.mas Senhoras e Senhores.

Bem haja a inspiração feliz de solenizar esta data consagrada ao patrono da Artilharia do Exército, Marechal EMÍLIO LUIZ MALLET com a celebração desta missa, com a qual se pretende dar honras e Ações de Graças ao Senhor Deus dos Exércitos, a quem tôda a honra e tôda a Ação de Graças são devidas pelos múltiplos e assinalados favores por êle, ao nosso Exército e ao Brasil, concedidos através de seus líderes e modelares patronos.

Surge e revive em nossa mente a esbelta personalidade do Barão de Itapevi, como uma lição de moral e uma exemplificação indelével de altruísmo, dedicação, sacrifício e muito amor ao Brasil.

Êste soldado autêntico participara das Guerras da Independência e da Cisplatina, distinguindo-se nesta na Batalha do Passo do Rosário. Assumiu o Comando da Artilharia Brasileira em ação no Uruguai (1864); dirigiu o bombardeio de Paissandu e participou ainda dos combates que resultaram na tomada da praça. Tomou parte no sítio de Montevidéu. Deflagrada a Guerra do Paraguai, seguiu para a frente de combate. Na Batalha de Tuiuti celebrizou-se com a sua Artilharia-Revólver. Após a guerra foi promovido a Marechal-de-Campo. E aos 2 de janeiro de 1886 falece no Rio de Janeiro.

E ter-se-ia sacrificado mil vêzes em defesa e pela soberania da Pátria adotada, se para tanto lhe fôssem dadas tantas vidas.

Senhores!

Quando homens assim constituem tesouro e patrimônio de um povo, êste povo só pode proceder como hoje aqui o 2.º GA 75 Cav de Santiago, pois se aproxima do grau de cultura moral a que pode aspirar a consciência humana.

Nada mais grandioso, pois, e condigno podermos endereçar ao céu êste canto de Ação de Graças que aqui estamos entoando ao Senhor nosso Deus, ao Deus de nosso país.

Êste culto religioso que aqui estamos celebrando, em meio às comemorações desta data, além de congregar-nos diante do altar de Deus, é a Pátria que está sendo glorificada, pois é a Pátria a quem homenageamos, quando aos seus filhos heróis rendemos nosso preito de reconhecimento e gratidão.

Além disso, esta cerimônia nos conduz a admitir que o homem não vai todo à sepultura, e nem a sepultura significa para êle o aniquilamento: porque a morte não mata o ser, a morte não nos reduz ao nada.

A êsse nada horroroso do materialismo dialético e ateu, isto é, do comunismo. Êsse nada, palavra crua, dura, áspera, sinistra: no túmulo e além do túmulo, nada; umas cinzas efêmeras e umas trevas empenetráveis, nada; um eterno báratro, um eterno váculo, um eterno caos, um horror eterno, nada; podridão, pó, nada; nem alma nem luz, nem Deus, nada!

Se a criatura humana é um agregado de átomos e o universo uma combinação de fôrças; se a mente de Pedro, por exemplo, não passa de uma secreção cerebral e a alma de Paulo de uma elaboração química; se o acaso é o único princípio e o nada o único fim, a fé um mito, Deus uma hipótese. Se assim é não vale a pena cuidar de gênio, de virtude, de heroísmo, de justiça, de cultura, civilização, pois tudo nos impede do niilismo absoluto.

Se assim fôsse, o ato que aqui estamos a celebrar, não teria razão de ser.

Mas êste felizmente não é o perfil da espécie humana.

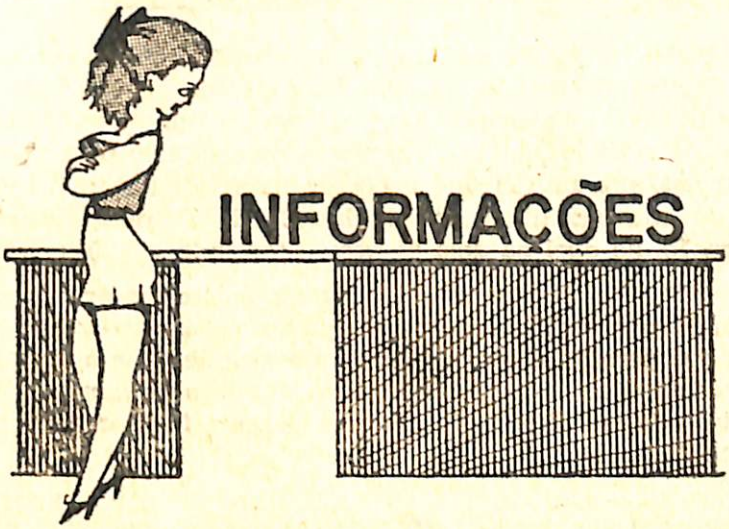
O homem síntese e rei da criação, em cuja alma refulge esplendorosa a imagem do Criador, ao cair fulminado pela morte e ao sumir-se no seio da terra, não pode morrer totalmente, nem aniquilar nem sepultar-se por completo, sem que simultâneamente arraste ao mesmo abismo tôda a natureza.

Bem haja, pois, a inspiração feliz de homenagearmos nesta data as benemerências do Marechal EMÍLIO LUIZ MALLET, que o fizeram patrono da valorosa e sempre vigilante Artilharia do nosso Exército.

Feliz, ditoso o povo que recorda, zela e acata o depósito de suas tradições históricas, que oscula com saudades e reconhecimento aquêles que lhe precederam nesta vida e nela lhes legaram o sinete de seus feitos e heroísmos.

Felizes dos que caminham na vida por entre os túmulos gloriosos de seus ancestrais redivivos e o bêrço de seus filhos embalados e cheios de esperança. E assim como êle comandou esta Arma em tantas e tão brilhantes batalhas, continue a incentivá-la com as lições de sua vida tôda consagrada à defesa dos mesmos sagrados princípios que animam hoje o Soldado da Artilharia.

E que sua alma lá da visão beatífica da Divindade, indultada de quaisquer imperfeições inerentes à natureza humana, pela celebração dêste Santo Sacrifício, seja luz-guia para os que ainda aqui batalhamos por uma Pátria independente, soberana e altaneira, cada vez mais cristã, cada vez mais brasileira.



BREVE INFORMAÇÃO SÔBRE A TEORIA DOS JOGOS E EXEMPLOS DE SUA APLICAÇÃO

Compilado e condensado pelo Cel Art Germano Seidl Vidal, de acôrdo com a Bibliografia citada e relacionada com os números entre parêntesis no texto.

1 — GENERALIDADES

A Teoria dos Jogos tem como objetivo principal a resolução matemática do problema da escolha da linha de ação mais vantajosa, em situação de conflitos análogos aos dos "jogos de salão", ditos de "estratégia", como o bridge, o pôquer ou o xadrez — jogos que a teoria, porém, é ainda impotente para resolver. Enfim, trata-se, essencialmente, de determinar o "risco calculado" de uma decisão. (1)

Estuda a competição entre oponentes à base de um modêlo matemático, em que os elementos de competição, como evidenciado num jôgo de cartas, são reduzidos às suas formas mais simples. Tem como propósito estudar de que modo pode um "jogador" livrar-se dos efeitos do acaso e dos ardis de seu adversário. Os conceitos elementares para o jôgo mais simples entre dois oponentes são: se um lado ganha, o outro perde; os oponentes devem escolher simultâneamente uma linha de ação (chamada "estratégia", ou seja, o modo de pôr em ação os meios disponíveis); e o resultado do jôgo é determinado por essa dupla escolha de estratégias. (2)

Um jôgo é dito "simples" quando se refere a dois oponentes; no caso de múltiplos participantes ou escolhas, caracteriza o jôgo chamado de "estratégias mistas". (2)

Na prática de jôgo, entretanto, a situação é sempre complexa, pois que se deve também levar em conta os atos do oponente. As conseqüências de uma linha de ação escolhida por uma das partes dependem, além do seu próprio modo de ação, daquele escolhido pelo adversário, partindo das alternativas que a êle se oferecem. Naturalmente, êsse gênero de situação difere essencialmente do simples problema de maximização, no qual há uma só pessoa tomando decisões. (3)

Em 1928, Von Neumann foi o primeiro a elaborar um método descrevendo tais conflitos e estabelecendo o célebre princípio do "minimax", que permite a tomada de decisões neste gênero de situação. Foi o modêlo dessa situação de conflito que levou o nome de "jôgo". A descrição de um jôgo muito simples permite ilustrar a construção do tal modêlo. (3)

Designamos por A uma matriz de um número qualquer: A é formado de m x n números, dispostos num retângulo de m linhas com n números em cada uma delas. O número da ie linha e da je coluna é designado pelo símbolo A_{ij}, de sorte que a matriz se apresenta sob a forma seguinte:

$$\begin{array}{llll} A_{11} & A_{12} & A_{13} & \ldots A_{2n} \\ A_{21} & A_{22} & A_{23} & \ldots A_{2n} \\ \ldots\ldots & \ldots\ldots & \ldots\ldots & \ldots\ldots \\ A_{m1} & A_{m2} & A_{m3} & \ldots A_{mn} \end{array}$$

Uma matriz qualquer de números corresponde a um jôgo entre dois jogadores, I e II, o qual se joga da maneira seguinte:

O jogador I escolhe uma das linhas da matriz representada pelo número, i, entre 1 e m inclusive — e o escreve sôbre uma fôlha de papel. No mesmo momento, um jogador II, ignorando a escolha de I, escolhe entre as colunas a numerada por j, compreendida entre 1 e n. Essas duas escolhas são então examinadas e II paga a I o montante A_{ij}, número correspondente ao encontro da linha com a coluna escolhidas. (3)

Um jôgo dêste gênero é um exemplo claro da situação de conflito mencionada anteriormente. O jogador I não pode prever o que acontecerá se êle escolher a linha 1; êle pode sòmente prever as conseqüências de sua escolha da linha 1 combinada com a escolha por II de uma coluna determinada. Um problema dêste gênero, o princípio de maximização está em falta e é necessário uma nova base para a tomada de decisões. (3)

Von Neumann procurou mostrar que cada jôgo poderia reduzir-se a um jôgo matricial do gênero do descrito, provando-o através de um raciocínio matemático, para atender às estratégias combinadas, de dois ou de mais jogadores. Neste caso, importa em determinar uma probabilidade para cada estratégia, permitindo assim determinar-se qual a estratégia mais vantajosa para ser escolhida. (3)

Tomando-se por exemplo, a matriz abaixo, vejamos o procedimento indicado pela Teoria dos Jogos: (4)

		JOGADOR Y			
		A	B	C	D
	a	4	2	4	3
	b	2	—4	2	0
JOGADOR X					
	c	3	—6	4	2
	d	4	—2	2	1

No caso em foco, a matriz hipotética foi feita para o jogador X. Se êle escolher a estratégia *a* e *Y*, em resposta, preferir a *D*, X ganha 3 unidades. Se escolher *c* e *Y* decidir-se por *B*, *X* perderá 6 unidades. (4)

Aplicando-se a norma de minimização da perda máxima do indivíduo (teorema minimax), a estratégia *a* é a que manterá sua perda máxima reduzida ao mínimo. Na pior das hipóteses, êle perderá 2 unidades. No tocante a tôdas as demais estratégias possíveis, Y correrá o risco de perder mais (até 4 unidades com as estratégias A e C, e até 3 com a D). O campo *aB* é excepcional no sentido do ganho mínimo de X mediante emprêgo da estratégia B. Em outras palavras, *a* e *B* são "estratégias ótimas" dos pontos de vista de X e Y, respectivamente. (4)

W. E. Duckworth ("A Guide to Operational Research" — Methuen — 1962) sugere que a norma decisória "minimax" é intuitivamente aplicada pela maioria dos administradores nas suas decisões diárias, ao passo que a maximização da utilidade esperada seria muito mais vantajosa para a emprêsa. Prevalece, no caso, o princípio da segurança ou do risco mínimo, com vistas às possibilidades adversas em face da estratégia adotada. (4)

2 — JÔGO DA GUERRA

Os jogos da guerra não são novos. Eram os exercícios na carta do século XIX e ainda hoje são jogados pelos militares, como jogos de salão. O EM Alemão usou-os como meio de instrução tática e de tomada de decisões, e para testar a capacidade dos oficiais na resolução de problemas táticos. No Exército dos E.U.A., o jôgo da guerra evoluiu dos problemas simples na carta para um estudo de caráter científico. (5)

Os militares hoje estão procurando meios de efeito rápido para adquirir experiência em operações e em situações de emergência. O jôgo da guerra tornou-se um meio valioso para isto e também para proporcionar respostas imediatas e corretas às diversas situações. (5)

A tendência atual é aperfeiçoar o processo como uma técnica de Pesquisa Operacional. A primeira tentativa de aplicar uma relação matemática ao jôgo da guerra foi feita em 1916, por F. W. Lanchester. O passo fundamental na transformação dos jogos clássicos em um meio científico foi a substituição das soluções arbitrárias por fatôres e regras de planejamento científico. (5)

Os recursos para os jogos da guerra variam desde os exercícios na carta, onde há dois partidos e um grupo de contrôle, que calcula os resultados da interação e manuseia o mecanismo do jôgo, até os jogos completamente mecanizados, em que as estratégias são especificadas prèviamente e os computadores executam os pormenores do jôgo. (5)

O jôgo da guerra é, assim, um problema de competição guerreira tratado de maneira simulada, através de regras, em que se busca aprimorar a capacidade de tomar decisões. Os jogos, os modelos e as simulações distinguem-se exatamente pelo grau em que limitam os processos de tomada de decisões. (5)

O uso de computadores torna possível, nesses jogos, simular ações que de outra forma levariam meses. (5)

O valor dos jogos da guerra e dos seus resultados sempre dependerá da validade da lógica do jôgo e do modêlo, dos dados introduzidos, das hipóteses e das técnicas de julgamento. Mesmo que todos êsses elementos sejam válidos — tendo a desejada correspondência com a realidade — o valor do jôgo ainda será incerto. Embora haja verdades reveladas, não se pode ter certeza de que são as que se pretendia encontrar, ou tôdas as que podem ser encontradas na realidade. No final, há sempre a questão do discernimento para a introdução de juízos de valor. (5)

3 — JÔGO DAS EMPRÊSAS

P. S. Grenlaw ("Business Simulation in Industrial and University Education"), G. J. Thomas e W. L. Deemer ("The role of Operational Gaming in Operations Research"), J. McDonald e F. Rociardi ("The Business Decision Game") e K. Kohen ("The role of Management Games in Education and Research"), são, aparentemente, os grandes responsáveis pela divulgação que os jogos das emprêsas estão tendo nas escolas do mundo inteiro. Mas, em verdade, êles, absolutamente, nada inventaram. (6)

A "simulação empresarial", o "exercício de tomadas de decisões", "jôgo das emprêsas de estágio múltiplo e de múltiplas pessoas", ou, simplesmente, "jôgo dos negócios" ou ainda "jôgo das emprêsas" é

apenas uma forma de xadrez, que nasceu dos "jogos da guerra", do que o xadrez é a fórmula mais remota. (6)

Os competidores, organizados em grupos ou isolados, submetem-se às regras de uma administração simulada de seus negócios, procurando influenciar o mercado através de alterações de preços, promoção de vendas, desenvolvimento de produtos etc. Cada competidor registra suas "decisões estratégicas" em têrmos monetários, no relatório das decisões. Utilizando-se um modêlo matemático básico do jôgo, computa-se os resultados parciais e totais. (6)

Êste tipo de jôgo tem servido para treinamento — como parte de um programa geral de treinamento administrativo ou como meio para "vender" novas técnicas e procedimentos — ou para pesquisa, visando o estudo do comportamento de sistemas, tomada de decisões por indivíduos isolados ou grupos, e interações entre os membros de um grupo. (6)

4 — EXEMPLOS

a. **Aplicação de um Jôgo da Guerra** (7)

Refere-se à luta Avião x Submarino, na 2.ª Guerra Mundial.

Em linhas gerais, os Aliados observaram que antes do emprêgo do radar em aviões, na campanha anti-submarino, as percentagens dêsses navios afundados, em decorrência de ataques aéreos, situava-se em tôrno dos 40% do total assim atacado. E quando os aviões começaram a usar o radar, essa percentagem subiu para 80%.

Em breve, todavia, os submarinos alemães passaram a usar receptores de radar para perceberem com antecipação a aproximação dos aviões atacantes equipados com radar e, em face dessa medida, a percentagem no período subseqüente reduziu-se ao nível de 20%.

Os Aliados, em conseqüência, determinaram imediatamente que os aviões deixassem de utilizar o radar, esperando que a percentagem voltasse ao nível anterior. Foram surpreendidos, entretanto, com a extraordinária marca de 70% e a explicação em breve foi encontrada: naquele estágio de equipamento rudimentar, os submarinos, continuando a usar o radar, na nova situação, traziam grande desvantagem, já que perdiam tempo precioso ao terem que colocar a aparelhagem abaixo da coberta, antes da imersão.

Não levou muito tempo para o Comando dos Submarinos concluir que era contraproducente o uso de receptores de radar e, assim, mandou retirá-los, voltando ao índice de 40% de submersíveis afundados.

A situação pode ser resumida no quadro adiante, em que aparecem os dois "jogadores" (o avião e o submarino) e as "estratégias" usadas por um e outro.

		SUBMARINO (Jogador II-JII)	
	"Estratégia"	Não usa receptor de radar	Usa receptor de radar
AVIÃO (Jogador I-JI)	Não usa radar	40%	70%
	Utiliza radar	80%	20%

É fácil deduzir que o Comando Aéreo terá todo o interêsse em usar o radar algumas vêzes para melhorar a percentagem de 40%, mas deve fazê-lo ao acaso. E isto é óbvio, pois se o Comando dos Submarinos conhecesse a lei ou regularidade estatística com que o Comando Aéreo estivesse utilizando o radar, teria uma vantagem efetiva, empregando os receptores nas mesmas oportunidades. E como J II admite que o J I usará esta "estratégia", terá que usar também, ao acaso, o seu receptor de radar, para não dar tôda a vantagem ao seu adversário.

O importante, então, é que cada comando saiba a proporção com que deve usar a sua aparelhagem, e isto é possível determinar por meio dos cálculos matemáticos da Teoria dos Jogos.

Assim, chamando-se de x e y as probabilidades respectivas de não utilizar os aparelhos que se podem tomar aproximadamente iguais às freqüências, o valor esperado de submarinos afundados é dado por:

$$F(x,y) = 40\,xy + 70\,(1 - y) + 80\,Y\,(1 - x) + 20\,(1 - x)\quad(1 - y)$$

Efetivada esta decomposição, notar-se-á que o Comando Aéreo pode tornar máximo seu valor esperado, fazendo $x = 2/3$ de modo independente do que realize o Comando de Submarinos, ou de maneira análoga, êste comando pode tornar mínima a $F(x, y)$ se faz $y = 5/9$.

As "estratégias" supracitadas, fundadas no Princípio "Minimax", são ótimas do ângulo de visão de cada comando no sentido de que se o J I não utilizar sua estratégia ótima, o J II pode obter uma vantagem alterando convenientemente a sua operação.

Observar-se-á, então, que, quando os comandos empregam suas estratégias ótimas, a proporção de submarinos afundados será 53 1/3%.

Ver-se-á, por outro lado, que o Comando de Submarinos não conseguirá com outro "estratégia" reduzir esta proporção, a menos que o Comando Aéreo utilize uma que não seja a ótima, nem tampouco o Comando Aéreo aumentará a referida percentagem, a menos que o Comando de Submarinos deixe de usar sua "estratégia" *ótima*.

Vejamos, então, como os Comandos deveriam proceder para utilizar suas "estratégias" *ótimas* naquela situação operacional. Já foi concluído pelo cálculo que, em 2/3 dar oportunidades, o avião não devia usar o radar, fazendo-o no 1/3 restante. E como ficou esclarecido que seria imprescindível escolher ao acaso as vêzes que se usaria o radar, a melhor solução seria, então, recorrer a um dos "Métodos de Monte Carlo", ou de números de sorte, como, por exemplo, separar as seis primeiras cartas do mesmo naipe de um baralho e consultá-las cada vez que uma patrulha aérea penetrasse numa área supostamente com submarinos. Após baralhar as seis cartas, retirar-se-ia uma: se fôr o cinco ou seis, o avião deveria usar o radar, não fazendo se fôsse o ás, o dois, o três ou o quatro. Idêntico procedimento teria uma flotilha de submarinos: o comandante retiraria uma carta entre nove outras nas mesmas condições anteriores; se a carta do baralho estivesse entre as cinco primeiras, não empregaria o receptor de radar, e faria êste emprêgo, se a carta estivesse entre as quatro últimas.

b. Análise de uma Decisão Militar pela Teoria dos Jogos (7)

Na apreciação, neste exemplo, de uma Decisão militar histórica, pela Teoria dos Jogos, vamo-nos referir também a uma ocorrência da 2.ª GM.

Em agôsto de 1944, os Aliados acabavam de irromper de sua cabeça-de-praia na Normândia (Figura 1), estabelecendo uma estreita brecha em Avranches. Através desta brecha o III Exército Americano, comandado pelo General Patton, lançou doze divisões e começou a penetração rápida e impetuosa no dispositivo alemão, nas direções W, S e SE, tendo mantido quatro daquelas divisões em reserva um pouco ao S da brecha. Ao mesmo tempo, o I Exército Americano atacava frontalmente o 9.º Exército Alemão e o aferrava.

A missão de Bradley, Comandante do 12.º Gp Ex, era destruir as fôrças inimigas; para cumpri-la, admitiu três linhas de ação, tendo como chave de sua decisão as suas quatro divisões em reserva:

1 — Empregar a reserva na defesa da brecha (Reforçar a brecha);

2 — Lançar a reserva na direção E para ameaçar ou possìvelmente cortar o retraimento do 9.º Exército Alemão;

3 — Retardar o emprêgo da reserva, mantendo-a reunida, por um dia, para defender a brecha se necessário ou, então, lançá-la na direção E.

O 9.º Exército Alemão estava com seu flanco exposto e o General Von Kluge, comandante das fôrças alemãs, adotou duas linhas de ação lógicas;

1 — Atacar na direção W até atingir o mar, visando cobrir seu flanco W e isolar as fôrças americanas ao S da brecha.
2 — Retrair para E, tendo em vista ocupar uma linha mais defensável, próxima ao rio Sena.

Fazendo-se uma análise sumária dessas linhas de ação opostas (Figuras 2 a 7), sob o ponto de vista de Bradley (americano), conclui-se a seguinte seqüência de preferência para os resultados prováveis da análise:

1 — Possível envolvimento das Fôrças Alemães (implícita a Manutenção da brecha).
2 — Forte pressão sôbre o retraimento alemão.
3 — Moderada pressão sôbre o retraimento alemão.
4 — Fraca pressão sôbre o retraimento alemão.
5 — Manutenção da brecha.
6 — Eliminação da brecha.

Em seguida, comparando suas linhas de ação (estratégias) em face dos resultados acima (êxito a alcançar e riscos a que se exporia), consoante a doutrina americana, Bradley foi cauteloso e decidiu-se pela 3.ª (estratégia), o que lhe assegurava, no mínimo, uma moderada pressão sôbre o inimigo e, no máximo, o envolvimento das fôrças alemãs.

Von Kluge, que analisou devidamente sua situação, certificou-se que para êle, devido às possibilidades dos Aliados, os piores resultados seriam:

— envolvimento pelos americanos e britânicos, caso atacasse;
— forte pressão americana e britânica, caso retraísse;

então, concluiu que o resultado preferível seria retrair. Não obstante sua decisão de retrair, o 9.º Exército Alemão atacou por ordem de Hitler, que estava a centenas de quilômetros do campo de batalha; não teve o sucesso desejado, pois a brecha foi mantida e o 9.º Exército Alemão, pràticamente destruído. Von Kluge suicidou-se após salvar os remanescentes de suas tropas.

Se se aplicar a teoria dos jogos à situação descrita, e admitir-se Bradley como o jogador dos máximos, porquanto os resultados das possíveis batalhas foram analisadas sob o seu ponto de vista, Von Kluge seria considerado como jogador dos mínimos.

No quadro seguinte constam as estratégias de Bradley e de Von Kluge, os resultados prováveis das batalhas conseqüentes das combinações dessas estratégias e os mínimos dêsses resultados para Bradley (mínimo de linha) e os máximos dêles para Von Kluge (máximo de coluna):

		ESTRATÉGIAS DE VON KLUGE		MÍNIMO DE LINHA
		Atacar a Brecha	Retrair	
ESTRATÉGIAS DE BRADLEY	Reforçar a Brecha	Manutenção da Brecha	Fraca Pressão sôbre o Retraimento Alemão	Manutenção da Brecha
	Empregar a Reserva na Direção Leste	Eliminação da Brecha	Forte Pressão sôbre o Retraimento Alemão	Eliminação da Brecha
	Manter a Reserva em Condições de ser Empregada (Por um Dia)	Manutenção da Brecha e Possível Envolvimento das Fôrças Alemãs	Moderada Pressão sôbre o Retraimento Alemão.	Moderada Pressão sôbre o Retraimento Alemão (Máximo)
MÁXIMO DE COLUNA		Manutenção da Brecha e Possível Envolvimento das Fôrças Alemãs	Forte Pressão sôbre o Retraimento Alemão. (Mínimo)	

Bradley, atuando só, poderia garantir um resultado não menos favorável que o mínimo correspondente a qualquer de suas estratégias (linha) e, portanto, escolheria, dentre essas estratégias, aquela que lhe desse o máximo dos mínimos (Maximin), isto é, a estratégia que lhe poderia proporcionar mais vantagens, ainda que Von Kluge adotasse a estratégia mais conveniente para os alemães.

Por outro lado, Von Kluge não poderia sofrer um resultado mais desfavorável do que o máximo de cada uma das suas estratégias (coluna), logo, selecionaria aquela que lhe desse o mínimo dos máximos (Minimax).

Para o jogador dos máximos, segundo Von Neumann, entre o Maximin e o Minimax é preferível obter-se o resultado Minimax.

No caso em que o Maximin e o Minimax são diferentes, como é o da situação em estudo (Bradley X Von Kluge), não existem, também, estratégias iguais. Um jogador ou outro poderá alcançar melhores resultados se puder deduzir a intenção do seu oponente. A diferença entre o Maximin e o Minimax é a menor vontagem que advirá ao jogador (comandante) que mudar sua decisão tomada baseando-se nas possibilidades do adversário, para tomá-la fundamentando-se em uma intenção dêste, admitindo-se que se tenha feito um estudo de situação corretamente e avaliado exatamente as intenções do inimigo.

Von Neumann propôs uma maneira mais erudita para chegar-se à decisão, sem a exigência de se adivinhar qual seria a situação do adversário. De início, admite perdas ocasionais e estabelece mais de uma estratégia para solucionar o problema em questão, determinando, após cuidadosa escolha, a probabilidade no jôgo para cada uma dessas estratégias. Isto feito, a decisão final seria uma questão de chance a ser escolhida no jôgo de dados, moeda, roleta, etc. (Método de Monte Carlo). E assim procedendo, não se está fugindo à responsabilidade na decisão final, apelando para a sorte, mas seguindo um caminho mais difícil e complexo, porquanto além de ter maior número de estratégias, ainda tem que estabelecer probabilidades adequadas para cada uma delas.

Ainda Von Neumann, para evitar depender da sorte na decisão final, criou o conceito de estratégias mistas, que, sendo um processo de decisão mais difícil, no entanto é mais preciso.

Tomemos, novamente, o caso da Brecha de Avranches.

As linhas de ação levantadas são chamadas de estratégias puras e a decisão tomada o foi como se tivesse sido atribuída a probabilidade Zero para tôdas as estratégias, excetuando-se a admitida como decisão.

Casos de situações simples, como êsse em estudo, podem ser analisados gràficamente.

O gráfico (Fig. 8) representa o caso da Brecha de Avranches, no qual, à esquerda, estão enumerados os resultados do conflito das estratégias de Bradley e Von Kluge, na seqüência de preferência do primeiro (Bradley) com a mais desejável acima; e esta seqüência de preferência, de natureza qualitativa exclusiva, justifica a representação dêsses resultados por meio de linhas retas.

Apesar do estabelecimento da seqüência de preferência dos resultados prováveis, não lhes foram atribuídos valôres numéricos correspondentes a uma determinada ou suposta escala de valôres militares de natureza numérica ou quantitativa, e, considerando que a decisão de Von Kluge independe da vontade de Bradley, bem como que não é possível admitir valôres para as suas possibilidades, a representação das estratégias de Von Kluge, resultantes da união dos pontos de interseção dos resultados prováveis com as estratégias de Bradley, é feita por meio de linhas curvas. Tal não acontece com as estratégias de Bradley, em vista da viabilidade que êle tem de estabelecer probabilidade de escolha para as suas próprias estratégias.

Assim, Bradley, ao optar por uma estratégia pura, teria que se fixar a uma linha vertical, e, para qualquer delas escolhida, asseguraria um resultado correspondente ao de menor valor nela assinalado. Para a sua estratégia pura mais favorável corresponderia o Maximin, conforme foi apresentado no quadro das estratégias dos oponentes (máximo de coluna e mínimo de linha).

Por outro lado, se adotar a idéia de estratégias mistas, não se prenderá a uma das suas estratégias puras (linhas verticais), mas poderá colocar-se em qualquer posição desejada entre as estratégias puras (no gráfico entre as linhas verticais), de modo a alcançar os melhores resultados de acôrdo com a sua ordem de preferência. (Sabe que em cada linha terá assegurado o pior resultado).

Vê-se, pelo gráfico (Fig. 8) que êste melhor resultado (máximo) está entre as suas estratégias 2 e 3, a meio caminho de ambas. Isto permite-lhe estabelecer uma ordem de probabilidade para as suas estratégias 1, 2 e 3, respectivamente zero, 1/2 e 1/2, o que indica não desejar adotar a estratégia 1 e ficar por decidir, pela sorte, entre as estratégias 2 e 3.

O resultado real de batalha dependeria não só da decisão pela sorte, mas, principalmente do que Von Kluge decidisse fazer.

Não há dúvida que, optando por uma estratégia pura, o resultado mínimo desejável seria "moderada pressão sôbre o retraimento alemão" (Maximin). Se, ao contrário, deixar para o fator sorte a decisão entre as estratégias 2 e 3, teria assegurado contra a estratégia 1 de Von Kluge 50% de ter o resultado seja de "eliminação da sua brecha", seja o "envolvimento dos alemães" e, contra a estratégia 2 de Von Kluge, 50% de chance para "moderada pressão sôbre o retraimento alemão" e 50% da chance para "forte pressão sôbre

o retraimento alemão"; que constitui um conjunto de resultados que lhe são mais preferível do que proporcionado pela melhor estratégia pura isoladamente considerada.

A teoria de estratégias mistas só devem ser aplicada quando os adversários têm conhecimento das decisões dos seus oponentes.

Ela é mais difícil e complexa que a estratégia pura, mas chega a resultados mais amplos que lhe asseguram maior flexibilidade.

Não obstante os resultados da estratégia mista serem, teòricamente, melhores do que os obtidos por uma estratégia pura, há o perigo de, na prática, chegar-se a um resultado abaixo do desejado por uma das estratégias puras. Em conseqüência, é preciso estar-se preparado para receber tal fato, bem como as perdas dêle decorrentes.

c. Aplicação do Jôgo das Emprêsas (6)

O espaço geográfico Santos — São Paulo — Campinas — Sorocaba dispõe de boa capacidade de absorção de camisas de homem, de baixo custo, produzidas em série — foi êste o resultado de uma pesquisa de mercado, distribuída simultâneamente a vários empresários, nos arredores de São Paulo. Como resultado, surgiu uma fábrica de camisas em Santos, outra em Campinas, e outra em Sorocaba.

O mercado local não era suficiente para nenhuma delas. Tornava-se inevitável a competição em tôdas as áreas, mas especialmente em São Paulo, potencialmente a grande consumidora do nôvo produto. O problema consistia em tomar decisões gerenciais que levassem a emprêsa a uma vitória na competição.

O quadro exposto retrata uma situação hipotética estabelecida para o exercício da gerência de emprêsas. Um modêlo dessa natureza exigiria pelo menos um ano de atividades para definir algum resultado. Como comprimir êsse longo tempo na experimentação, através do "Jôgo das Emprêsas"?

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos, SP, contornou a dificuldade: comprometeu-se a reduzir o ano a 4 horas, fazendo ocorrer, dentro dêsse breve espaço de tempo, todos os fenômenos de competição que normalmente ocorrem dentro de 365 dias. Êste exemplo é o relatório sôbre o que ocorreu em "um ano" de 4 horas.

Cada uma das supostas fábricas enviou a São José dos Campos uma equipe constituída pelo seu diretor de produção, o seu diretor comercial e o seu gerente. E cada equipe foi encerrada em um gabinete, sem possibilidade de comunicação com as demais.

Competição é questão de preço naturalmente. Mas também é questão de propaganda, de transporte, de imagem da firma em determinada área, de capacidade de produção e aumento dela; de fundos em caixa para investimento, de racionalização de estoque, de qualidade do produto, de investimento em pesquisa, de capacidade de atendimento dos pedidos.

Jogando com os dados secretos que possuíam, os homens da Campinas estabeleceram um preço mais elevado em sua própria cidade, mais baixo em Santos e Sorocaba e médio em São Paulo. Raciocinaram que dificilmente seriam batidos em sua própria casa, pois os competidores teriam que arcar com o custo do transporte, que não pesava sôbre a fabricação campineira para venda na própria área.

Ao estabelecerem uma verba de propaganda, consideraram que sua decisão ficaria válida por apenas três meses, mas os resultados da campanha publicitária iriam refletir-se muito para além dêsse espaço de tempo. E, ao assentarem no montante de investimentos para produção pesaram cuidadosamente a possibilidade de vir a ter em estoque, com o andar do tempo, um valor que viesse a ter influência no custo da produção, por ficar imobilizado.

Resolveram adotar o velho princípio de "primeiro a entrar, primeiro a sair" e deram a devida importância ao fato de que pedido sem mercadoria para entregar nunca é considerado venda.

Ao fim de 45 minutos de discussão, suas decisões foram escritas numa "Fôlha de Decisão Trimestral" e entregues ao Prof. Tamio Shimizu, matemático e regente do curso de simulação do ITA. Lá estavam os preços e os fundos de promoção por área, constituindo a "estratégia de áreas". E lá estavam a verba de produção, a verba de promoção total, de transporte, de pesquisas de desenvolvimento e de investimentos na fábrica, constituindo a chamada "estratégia de investimentos".

Aí, o Prof. Shimizu tomou a liberdade de juntar alguns elementos secretos seus (como, por exemplo, um determinado índice de inflação do mercado, desconhecido dos industriais) e submeteu as decisões das 3 fábricas a um computador eletrônico IBM 1620, que demorou cêrca de 5 minutos para resolver uma série de equações; conjugando todos os dados que lhe haviam sido fornecidos em cartões prèviamente perfurados.

O que o computador devolveu foi um relatório, de umas 30 linhas por 6 colunas, acusando os resultados de uma gerência de 3 meses, com base nas decisões que foram tomadas pelos industrias.

O relatório não incluía apenas os resultados dos 3 meses de atividades da fábrica de Campinas — referia-se também às concorrentes de Sorocaba e Santos, revelando seus preços, vendas, lucros,

acervos, informações sôbre os mercados, análise de vendas, custos de produção, estoque e operações concorrentes.

A fábrica de Campinas vendera todo o seu estoque, mas perdera, no trimestre, 629 mil cruzeiros novos, por excessivo investimento em propaganda e produção. Santos ganhara 61 mil e Sorocaba 113 mil cruzeiros novos. No entanto, o valor dos acervos era semelhante e a emprêsa campineira iria beneficiar-se no trimestre seguinte, dos investimentos que fizera.

O problema era, agora, tomar novas decisões para os 3 meses seguintes, em função dos resultados obtidos nos 3 meses anteriores. Uma análise cuidadosa dos algarismos referentes às fábricas concorrentes auxiliaria a encontrar o caminho certo. Era indispensável localizar seus pontos fracos e atacá-los de modo eficaz.

Então, cada equipe voltou a fechar-se em seu gabinete, preencheu nova "Fôlha de Decisão Trimestral", entregou-a ao Prof. Shimizu e êste a submeteu a nôvo cálculo no computador. Em mais 5 cinutos, tinham passado 6 meses de atividade comercial e estava em exame o segundo relatório trimestral, referente a cada fábrica e a cada uma das concorrentes.

Quatro horas depois do início do jôgo de simulação, sabia-se o resultado da competição de três emprêsas fabricantes do mesmo produto, atuando simultâneamente em 4 áreas, cada uma com uma gerência que se tinha revelado mais ou menos capaz, segundo os resultados obtidos.

d. Execução de Jôgo Tático de Guerra Aérea (8)

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica também desenvolveu um outro jôgo, no quadro da Guerra Aérea, com vistas ao exercício de decisões do Comando de uma Fôrça Aérea durante a batalha.

Num dos trabalhos de pós-graduação, de curso ministrado pelo mesmo Prof. Tamio Shimizu, do exemplo anterior, encontramos a elaboração de um jôgo bem interessante.

Pelo modêlo elaborado, as duas Fôrças Aéreas em confronto lutam pela conquista da superioridade aérea, desfrutando das possibilidades de ataques de surprêsa e em massa, concomitantemente com a realização da Campanha Terrestre.

Para minar gradativamente o esfôrço de guerra recíproca e enfraquecer as possibilidades de um ataque contrário, quatro são os objetivos, para cada lado: Base de Bombardeio, Base de Caça, Objetivo D e Campanha Terrestre. De outra parte, os formuladores incluíram um outro dado que afirmam torna mais excitante o referido jôgo. Incorporaram êles ao modêlo serviços de espionagem e contra-espionagem, por geração de números aleatórios, função dos aviões em missão e aviões perdidos no combate aéreo e no solo.

Foram estabelecidas as seguintes regras do jôgo:

— Os bombeiros atacam e os caças defendem, não indo ao ataque em escoltas;

— Devem permanecer no solo certo número de aviões em decorrencia de avarias e de necessidades de manutenção;

— O ataque ao Objetivo D e o apoio à Campanha Terrestre exigem determinado número de aviões, conforme as circunstâncias;

— Conforme determinado critério, podem ser trocados bombardeiros disponíveis por caças retidos, ou vice-versa;

— Obedecendo a princípios de probabilidades, os serviços de espionagem podem dar a conhecer tôda a decisão da Fôrça Aérea oponente. De outra parte, a contra-espionagem pode denunciar essa descoberta;

— São computados rendimentos de ataque e de defesa para tôda missão, proporcionais ao número de aviões amigos e inimigos destruídos e inversamente proporcionais ao número de aviões amigos na missão;

— O rendimento total de uma Fôrça Aérea é a soma de todos os seus rendimentos de ataque e de defesa.

O jôgo, portanto, resume-se no ataque às Bases Aéreas inimigas com o intuito de destruir os aviões que estão no solo, além do ataque ao Objetivo D e o apoio à Campanha Terrestre. (Fig. 9)

O procedimento para a conduta do jôgo no computador IBM 1.620, com programação Fortran, inclui três planos, que executam as seguintes tarefas:

— Verifica se os lados estão corretos e calcula tôdas as variáveis do jôgo;

— Verifica se no próximo lance funcionará o serviço de espionagem e calcula algumas variáveis totais;

— Calcula outras variáveis totais e fornece o relatório de saída.

Dizem os seus criadores que a finalidade do jôgo não é indicar um vencedor, mas simplesmente contribuir para a arte de decidir, no quadro da Guerra Aérea em busca da superioridade. Não chegaram êles a um trabalho de otimização, ou seja, da melhor linha de ação a ser seguida, embora acreditarem ser isto possível, pois ficaram limitados ao objetivo de um trabalho final de Curso e às possibilidades do computador disponível.

BIBLIOGRAFIA

(1) LAMBERT, Capitão-de-Fragata — "A Teoria dos Jogos" — publicado na "Revue Militaire d'Information" e transcrito n'A Defesa Nacional — Jan/Fev 1967.

(2) WILSON DE OLIVEIRA FREITAS, Cel Méd Aer, YVES MURILLO CAJATY GONÇALVES, CMG (FN) e ANTONIO LEPIANE, Cel Inf — "Pesquisa Operacional" — C1-19-65 — ESG.

(3) DAVID H. BLACKWELL — "La Théorie des Jeux" — Cap VII do livro "Introduction de la Recherche Operationelle" — Ed. Dunod — Paris — 1961.

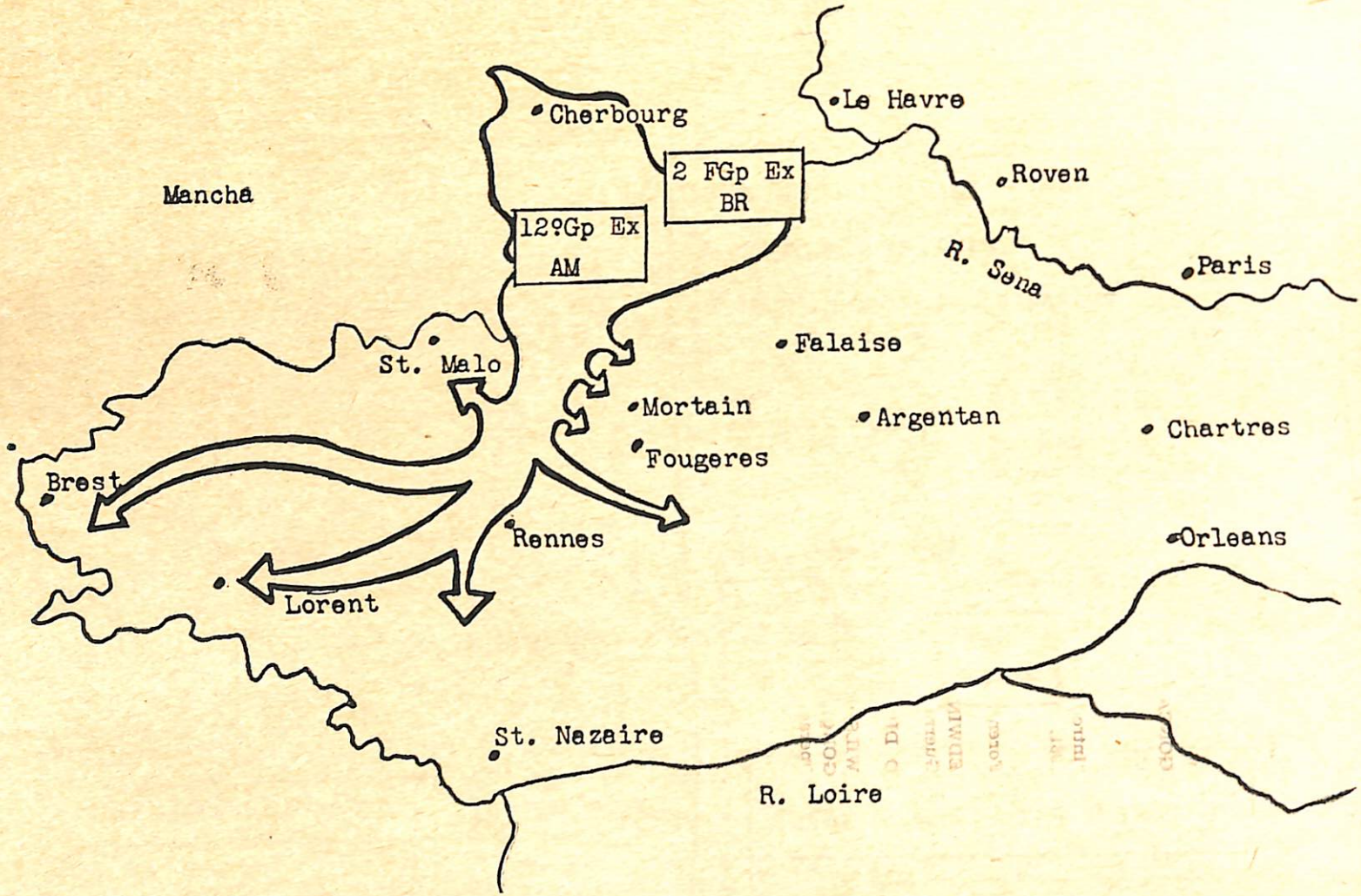
(4) F. P. HANIKA — "Guia Moderno de Administração" — Cia. Editôra Forense — Rio — São Paulo.

(5) EDWIN S. TANKINS — Major Res. Exército dos EUA — "O Jôgo da Guerra" — publicado na "Military Review" — Edição Brasileira — Jun 65.

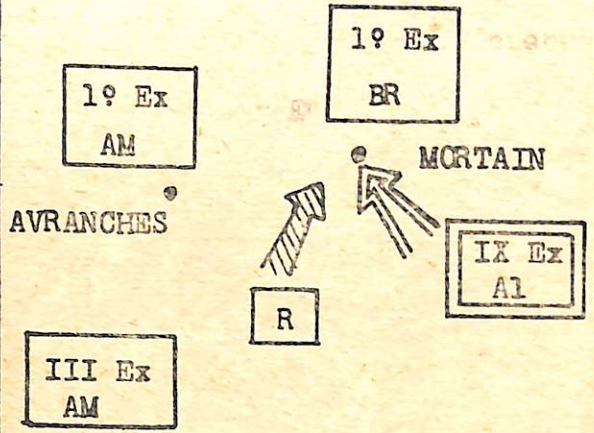
(6) O DIRIGENTE INDUSTRIAL — revista — Mai/1968.

(7) WILSON DE OLIVEIRA FREITAS, Cel Méd Aer; YVES MURILLO CAJATY GONÇALVES, CMG (FN) e ANTONIO LEPIANE, Cel Inf — "Pesquisa Operacional" — C1-19-65 — Anexo — Exemplos ilustrativos — ESG.

(8) PAULO DANTAS CABRAL, Cap Eng; GEORGE DE PATENA SOUZA, Cap Av; GILVAN ANSELMO DE OLIVEIRA, Cap Av e GERALDO DA SILVA PARANHOS, 1.º Ten Esp Av — "Jôgo Tático de Guerra Aérea" — ITA — 1968.


Cherbourg
Le Havre
2 FGp Ex
BR
Roven
Mancha
12ºGp Ex
AM
R. Sena
Paris
St. Malo
Falaise
Mortain
Argentan
Chartres
Fougeres
Brest
Rennes
Orleans
Lorent
St. Nazaire
R. Loire

MANUTENÇÃO DA BRECHA

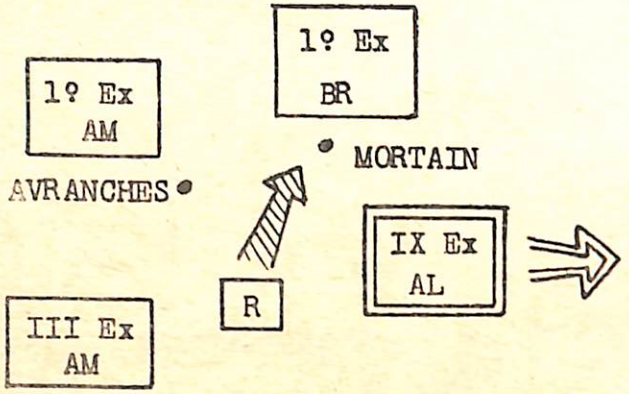


BRADLEY - Reforçar a brecha

VON KLUGE - Atacar a brecha

RESULTADO PROVÁVEL - As fôrças americanas devem rejeitar o ataque alemão sôbre a brecha

FRACA PRESSÃO SÔBRE O RETRAIMENTO ALEMÃO

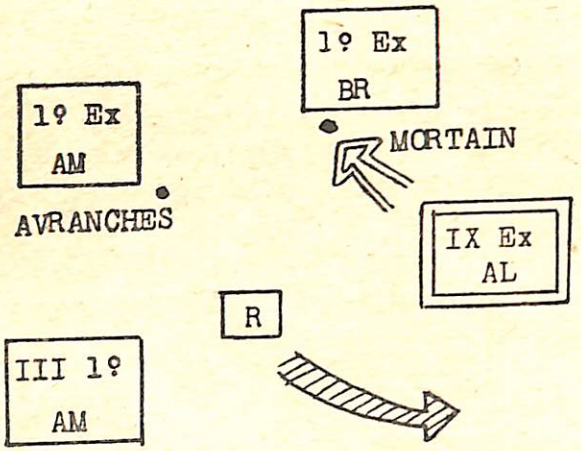


BRADLEY - Reforçar a brecha

VON KLUGE - Retrair

RESULTADO PROVÁVEL - Desdobramento desnecessário das fôrças americanas para fazer face ao ataque alemão não realizado

ELIMINAÇÃO DA BRECHA

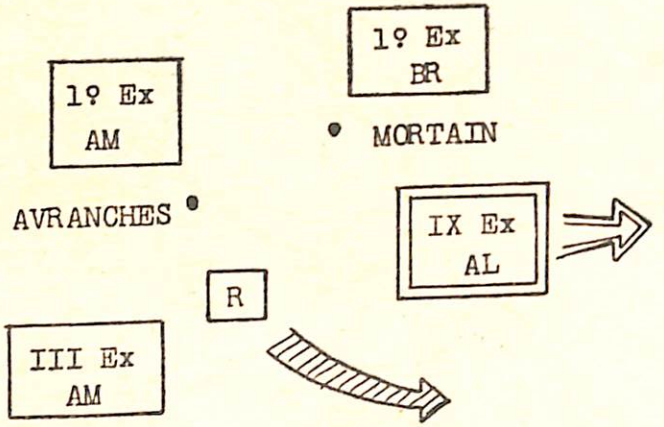


BRADLEY - Empregar a Res. na direção leste

VON KLUGE - Atacar a brecha

RESULTADO PROVÁVEL - Os alemães podem eliminar a brecha e isolar o IIIºEx (AM)

FORTE PRESSÃO SÔBRE O RETRAIMENTO ALEMÃO

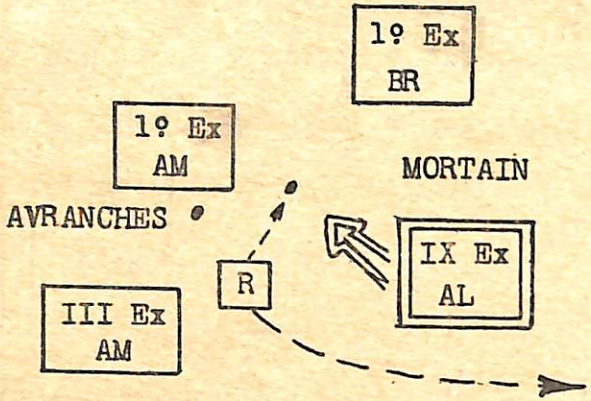


BRADLEY - Empregar a Res. na direção leste

VON KLUGE - Retrair

RESULTADO PROVÁVEL - Emprêgo adequado das fôrças americanas para acossar o retraimento alemão.

MANUTENÇÃO DA BRECHA POSSÍVEL - ENVOLVIMENTO DAS FÔRÇAS ALEMÃS

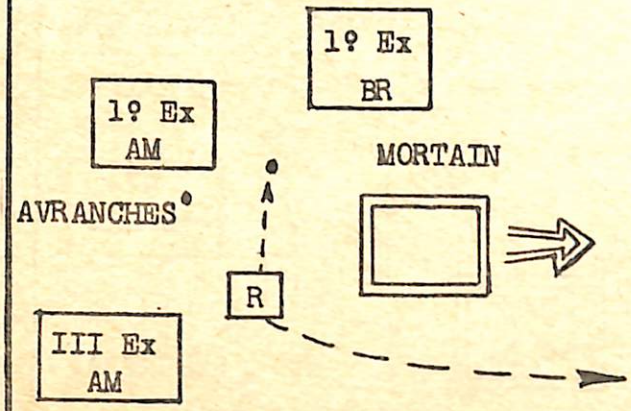


BRADLEY - Manter a Res. reunida por 1 dia em condições de reforçar a brecha com emprêgo para leste

VON KLUGE - Atacar a brecha

RESULTADO PROVÁVEL - A brecha deve ser mantida, devido à possibilidade de ser reforçada se necessário. A RES. não empregada na brecha fica livre para atacar na direção LESTE sôbre a retaguarda alemã.

MODERADA PRESSÃO SÔBRE O RETRAIMENTO ALEMÃO

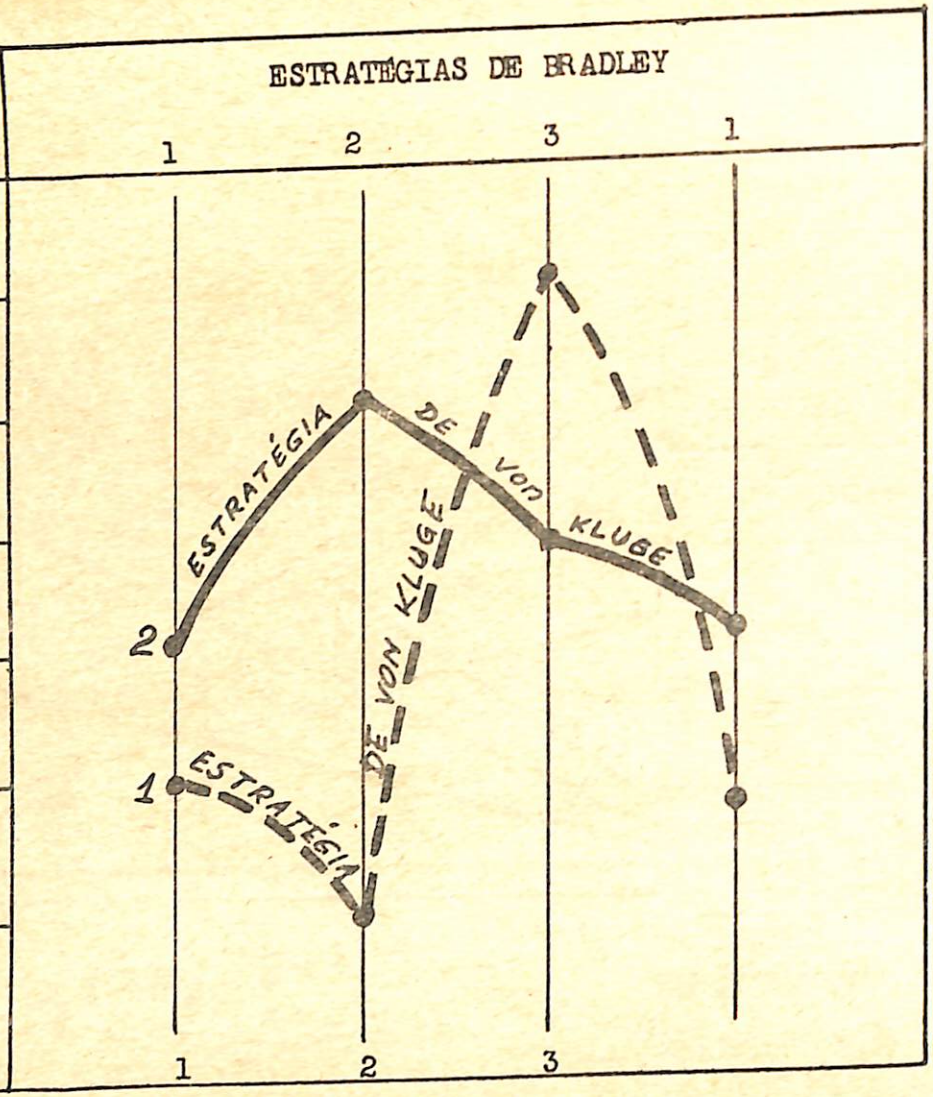


BRADLEY - Manter a Res. reunida por 1 dia em condições de reforçar a brecha com emprêgo para leste

VON KLUGE - Retrair

RESULTADO PROVÁVEL - A Perseguição às fôrças alemãs será retardada de 1 dia.

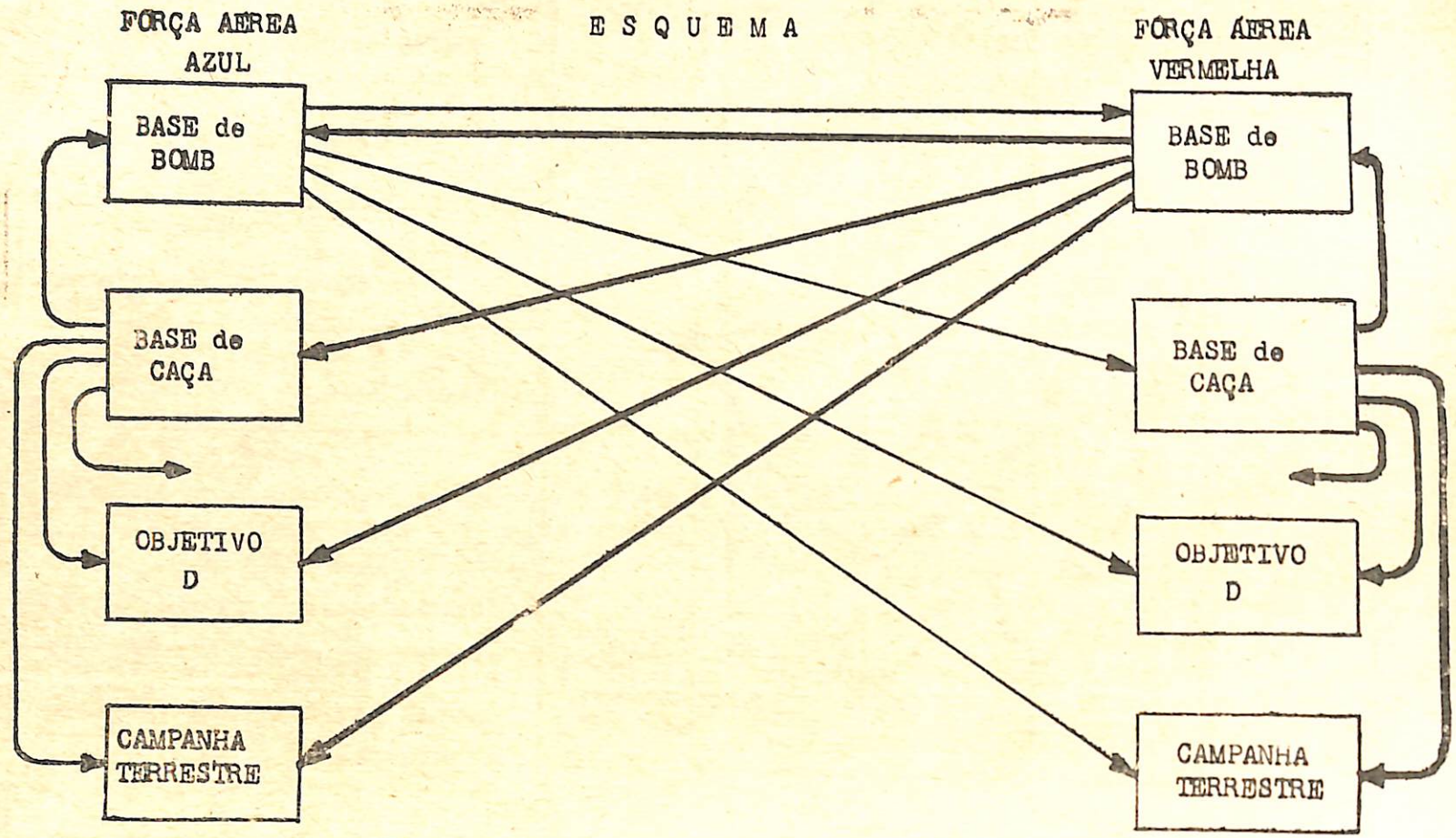
SÊQUÊNCIA DOS PROVÁVEIS RESULTADOS
Pòssível envolvimento Alemão
Forte Pressão - Retraimento - Alemão
Moderada Pressão - Retraimento - Alemão
Fraca Pressão - Retraimento - Alemão
Manutenção da Brecha
Eliminação da Brecha



ESQUEMA

FÔRÇA AÉREA

E S Q U E M A


FÔRÇA AEREA
AZUL
BASE de
BOMB
BASE de
CAÇA
OBJETIVO
D
CAMPANHA
TERRESTRE
FÔRÇA AEREA
VERMELHA
BASE de
BOMB
BASE de
CAÇA
OBJETIVO
D
CAMPANHA
TERRESTRE

VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

PASSATEMPO DOS ESPIÕES INDUSTRIAIS

Tradução do
Ten Cel Av ARGEU LEMOS PELOSI

A cena é uma sala de conferência de uma grande produtora de equipamentos eletrônicos. Os diretores da firma estão discutindo os planos de vendas com vários engenheiros-chefes. Sem os mesmos saberem, um ramo de flôres, colocado em u'a mesa auxiliar, oculta um diminuto microfone e um transmissor FM, o qual havia sido ocultado engenhosamente no talo de uma das flôres.

Estacionado na rua, em frente ao edifício, encontrava-se um furgão que parece pertencer a uma oficina de reparo de televisores. O furgão tem um letreiro de onde pode ser lido "enviado por rádio". Esta última inscrição justifica o direito de o furgão possuir uma antena chicote e que no seu painel de instrumentos haja um radiotelefone de comunicações. A antena chicote está conectada a um receptor de FM muito sensível, que se encontra na parte traseira fechada do furgão.

No pôsto de contrôle do receptor pode-se ver um homem sentado cuja vestimenta é igual à que usam os reparadores de televisão. Em sua cabeça há um par de fones e êle está vigiando um medidor de intensidade de campo no receptor, enquanto o dial vai girando lentamente.

Sem dúvida alguma, êste homem está praticando um dos passatempos mais populares da atualidade: a espionagem industrial.

Supostamente, esta vigilância clandestina não está limitada à indústria. Qualquer pessoa ou ainda o cidadão mais comum, que possuir algum conhecimento ou informação que possa ser útil a outra pessoa, disso poderá obter lucro.

Variedade de usos

Os maiores usuários dos equipamentos de vigilância são as agências governamentais e os corpos de policiamento. As emprêsas comerciais e os investigadores particulares os seguem. É possível que as companhias paguem os serviços de investigadores para obter informes valiosos que necessitam para seus negócios, ou quiçá comprem o equipamento e realizem seu próprio trabalho de vigilância.

Nada está salvo. No momento em que você se encontre lendo êste artigo, pode ser que haja uma tomada de vigilância em seu telefone, ou microfones ocultos na sala de conferência. Tudo que sucede numa emprêsa comercial é de um valor potencial para o competidor.

Felizmente, há maneiras de ganhar-se o jôgo dos espiões industriais. Já se encontra no mercado certo número de dispositivos detetores de microfones ocultos. Ademais, as conversações telefônicas importantes podem proteger-se mediante interferência intencional. Em geral, as mesmas companhias que fabricam microfones sem cabos ou fios childrados produzem, também detetores para os mesmos, assim como dispositivos perturbadores ou de interferência.

O "vigilante" básico

O "vigilante" consiste de uma ultraminiatura de microfone muito sensível, um transmissor de FM de micropotência e uma pilha. Quase sempre é bastante pequeno para poder ser oculto com facilidade e seu alcance de transmissão varia acima de algumas centenas de metros.

Supostamente, o vigilante comum possui várias desvantagens que o profissional deve ter em conta. Sendo um dispositivo de RF, é provável que seu sinal não possa atravessar com facilidade várias paredes espêssas dos edifícios industriais. Quando isto suceder, usam-se outros mais potentes, òbviamente, de maior trabalho. Desta forma, com um pouco de engenhosidade, tais dispositivos maiores podem ocultar-se sem grande dificuldade.

Outro problema que se apresenta é a sensibilidade de microfone. Ao se instalar sòmente um "vigilante" num quarto, pode ser que a conversa tenha lugar a uma distância tal que não se obtenha uma boa captação.

Por outro lado, se a conversa é muito perto, o circuito poderá sobrecarregar-se. A disposição ideal requer vários microfones — três para melhor aproveitamento — e dispositivos de desenho especial com circuitos de áudio com Contrôle Automático de Ganho (CAG). Entre os fabricantes que atualmente produzem vigilantes com áudio CAG, encontra-se na Trol Electronics. Êstes custam entre 200 a 400 dólares e a duração de sua pilha varia de 4 a 7 dias.

Receptores especiais

Os receptores para os vigilantes são em geral para rádios portáteis transistorizados de FM modificados. Modificam-se as etapas preliminares a fim de reduzir a banda de freqüência de recepção até a região entre 75 a 90 MHZ. Apesar de que se possa usar quase qualquer região das radiofreqüências, a mencionada é a mais conveniente. Ademais, o receptor não chama a atenção, pois parece um rádio portátil de FM não modificado.

Provàvelmente, a maneira mais econômica de vigiar consiste em fabricar os vigilantes nas oficinas próprias. Um modo rápido é o de usar módulos de transmissor de FM já encapsulados como os que oferece a Carl Cordover. Co. Êstes módulos não são tão pequenos como os da maioria dos vigilantes profissionais, nem possuem todos os distintivos especiais, mas como os próprios (incluindo um microfone de cristal) pode-se construir um vigilante com um gasto de 10 dólares. Devido a que se fabriquem os módulos para funcionamento na banda de transmissão por FM (Cêrca de 95 MHZ), a freqüência pode ser diminuída incorporando-se um ca-

pacitor de 100 microfarads no circuito sintonizado do dispositivo.

Os vigilantes de fabricação comercial são de uma grande variedade de tamanhos. O menor de todos é o fabricado pela Continental Telephone, cujo tamanho é aproximadamente de 1/4 de um tablete de açúcar. Êste dispositivo microminiatura tem um alcance de 300 metros e é vendido nos EEUU por 1000 dólares. O Sr. Ben Jamil, presidente da Continental, informa que o tamanho do dispositivo obriga a usar um microscópio na hora de se colocar a pilha de mercúrio especial. A duração desta é de 4 horas.

Desconfie do telefone

Qualquer telefone pode ser interferido. Sempre pode-se dispor da carcaça do aparelho, colocando-se diretamente uma tomada de vigilância de fio nesta capa, processo que vem sendo usado a várias décadas. Mas, também, há tomadas muito modernas que quase são impossíveis de serem localizadas. Alguns dêstes dispositivos se colocam diretamente dentro do telefone, na ponta da linha e utilizando-se a própria potência de central telefônica. Êste tipo de tomada não requer manutenção, pois necessita de pilha substituível. Funciona sòmente quando se está usando o telefone e utiliza as próprias linhas telefônicas como antena transmissora. Desta forma é possível colocar um receptor a várias centenas de metros da linha telefônica e fazer que funcione automàticamente ao ser acionado o magneto de ativação da voz do telefone. Êste magneto sòmente funciona quando o telefone estiver em uso.

Outros tipos de vigilância ou espionagem podem se intercalar em qualquer ponto entre o telefone e a central telefônica, seja em série (utilizando-se a potência da linha) ou em paralelo (usando-se suas próprias pilhas). Êste último tipo resulta a quase impossibilidade de ser localizado.

Uma tomada telefônica muito engenhosa é a que se coloca num microtelefone. Seu aspecto é similar ao da cápsula de carvão dos telefones e no que diz respeito a êste último, possui parâmetros elétricos idênticos. Destarte, dentro desta cápsula inocente há um transmissor miniatura. Usando a linha telefônica como antena e alimentando-se da própria potência da linha, o dispositivo transmite em ambos os sentidos a conversação telefônica. Êste dispositivo a Continental vende por 250 dólares.

Outro vigilante engenhoso, que também se vale das linhas telefônicas, é lançado numa campanha publicitária como o dispositivo mais moderno de uma classe. Consiste num conjunto de microfone e transmissor que se pode fixar em um par de linhas em qualquer ponto, entre o telefone e a central telefônica e ainda ocultá-lo no alojamento do primeiro. Ademais, extrai sua potência da linha. O dono ou o usuário do vigilante chama (discando o número diretamente) o telefone no qual esteja fixado o dito dispositivo. Antes de que o telefone sôe, o usuário aperta um botão num gerador de tons; tamanho de bôlso, com o qual envia o sinal de áudio através das linhas telefônicas até o vigilante. Como informação, esclarecemos que êste tom emitido evita que o telefone sôe e, ao mesmo tem-

po, põe o dispositivo em funcionamento. Desta maneira, o usuário pode escutar tôda conversa na sala, que esteja ao alcance do vigilante. A vantagem dêste dispositivo é que permite intervenções a longa distância, até 3.000 milhas nos EU, donde se usa discar diretamente para chamadas interurbanas. Denominado "Infinity" êste dispositivo de 2 secções da Continental custa 1.000 dólares.

Inocentes carteiras diplomáticas

Mais útil peça de bagagem jamais criada é a valise do tipo para diplomatas (ou 007). Idênticas as que usam os homens de negócio, proporcionam um lugar muito conveniente para esconder o equipamento de vigilância. Nas versões mais modernas pode ser colocado um microfone oculto na alça da maleta 007 e um magneto de ativação da voz em seu interior, os quais são postos em funcionamento comprimindo-se de certa forma o pino da fechadura da valise.

Outros modelos de valises estão dotados de um receptor de FM para captar as conversações que têm lugar em outras salas, as quais são transmitidas por vigilantes ou transmissores de pequeno porte, nos trajes ou vestidos. Êstes últimos são muito usados em tais casos; como que se valendo de um transmissor do tamanho de um maço de cigarros, podem ser gravadas as conversações importantes que têm lugar em reuniões de diretores de emprêsa. Dêste modo, na sala não haverá vigilantes que possam ser descobertos, assim como pouca probabilidade de que a valise suspeita, seja examinada. Êste método é muito usado nos EEUU por agentes de companhias de seguros nas entrevistas pessoais em que os entrevistados seriam menos francos se soubessem que sua conversa está sendo gravada.

Microfones pouco comuns

A metade do trabalho, ao se instalarem vigilantes, consiste em ocultá-los. A miúdo, é necessário um transmissor mais potente, quiçá num lugar diferente para melhor irradiação em RF. Especialmente, nas instalações donde se usam 3 microfones, um em RF é muito necessário. Na atualidade já não é difícil ocultar um microfone, pois se fabricam muitos do tipo miniatura. Os buracos dos blocos acústicos de tetos baixos podem ocultar microfones, assim como também nos furos das buchas para colocação de quadros. Um tubular, pode ser inserido no orifício de uma fechadura ou num buraco de uma parede de um quarto contíguo. Um lugar adequado para se ocultar um microfone ou tomada de vigilância é a caixa de junção do telefone. Alguns investigadores controem antecipadamente caixas falsas, com microfones no seu interior. O cabo que vai ao transmissor pode ser deixado visível, pois para o observador, sem suspeitar, parecerá uma linha telefônica.

Se são usados transmissores portáteis presos em broches ou em prendas de vestir, os microfones podem ser ocultados em canetas ou prendedores de gravatas falsos, ou mesmo em botões de camisa. O passo lógico a ser dado seria o de ocultar um microfone e um microcircuito transmissor num dente posti-

ço do investigador — possível com a tecnologia atual, processo de que não podemos estar seguros de já não ter sido usado antes.

Transmissores de sinais intermitentes para defesa

Outra classe de vigilantes — saída diretamente da novela James Bond — compreende os transmissores de sinais intermitentes em parachoques dos automóveis. Consiste num transmissor de tons, miniatura, dotados de potentes ímãs permanentes. Sua finalidade é a de permitir o segmento de um automóvel a uma distância relativa, assim como localizá-lo num dado momento. O transmissor é colocado no parachoque traseiro do veículo, indicando, sem falha, onde o mesmo se encontra. No carro de vigilância necessita-se de um receptor especial no qual quase sempre, se utilizam de meios para triangulação.

Acidentalmente ou por desenho, é provável que os vigilantes, os transmissores intermitentes e os microfones possam ser descobertos. Uma vez isto sucedido os dispositivos não podem ser recuperados. Portanto, os investigadores particulares tratam de usar dispositivos de preço baixo, sempre que possível. As agências governamentais e os usuários industriais não se preocupam muito com o custo, pois, para as ditas agências, a eficácia se sobrepõe ao gasto. Enquanto nos usuários industriais, êsses dispositivos de escuta podem ressarcir seu custo muitas vêzes, evitando roubos e espionagem.

Nas indústrias, a intervenção de "zonas privadas" como o salão de estar e nos sanitários reservados, pode revelar a identidade de ladrões e a magnitude de suas atividades. Nos casos em que se suspeita de espionagem uma sensível tomada de vigilância telefônica pode render excelentes resultados.

Antivigilância

Para cada "vigilante" há um "antivigilante". Desgraçadamente, intervir num quarto é um pouco mais fácil que "desintervi-lo". Os microfones com cabo ou fio metálico são muito difíceis de localizar. Os microfones — transmissores sem fio irradiam RF e podem ser detetados com um pouco de cuidado e dispondo-se de instrumentos adequados.

Faz pouco tempo, o embaixador de uma nova nação africana comprou um localizador à REDEX Corp. Trazido a NY, êste detetor foi usado no apartamento privado do embaixador dêsse país às Nações Unidas. Na vivenda encontravam-se dois vigilantes: um na sala e outro no dormitório. Imediatamente, esta nação trocou seus votos na ONU e comprou outros 27 localizadores para instalá-los em suas embaixadas por todo o mundo.

Os instrumentos dêste tipo variam de complexidade e preço, desde sensíveis receptores de banda ampliada dotados de um medidor de intensidade de campo, até aparelhos muito complexos que podem detetar transmissores com potência de "microwatts" numa sala grande. Os dispositivos sensíveis são os mais difíceis de se usar devido a que em muitas zonas há um grande número de transmissores de estações de rádio e televisão, policiais e comerciais. Alguns detetores incorpo-

ram circuitos de realimentação acústica que só proporcionam uma leitura no momento em que um microfone está captando e transmitindo um sinal de áudio. Nas prancheta de desenho já existem planos de dispositivos em que se fixarão as freqüências de transmissão do vigilante, pelo que serão de maior facilidade no seu uso. Uma companhia está construindo um dispositivo como êste último, o qual será entregue ao mercado no 2.º semestre de 1967.

A Continental está colocando no mercado um detetor magnético projetado para localizar microfones de fio que não transmitem RF. Êste aparelho constitui um bom companheiro para os detetores. Todavia, para ter segurança completa, é necessário usar uma variedade de detetores, perturbadores e antivigilantes. A quantidade de equipamentos que se pode usar para proteger a sala de conferência de uma companhia contra os ouvidos clandestinos pode alcançar proporções ridículas. Em geral, 2 ou 3 aparelhos são o suficiente. Sem dúvida, êstes não dão uma cabal proteção contra a engenhosidade de um espião resoluto.

Protegendo o telefone

Supostamente, que uma tomada de vigilância ou intervenção de telefone é a prática de espionagem mais comum, tanto para os particulares como para as companhias, como êles temos que começar a "eliminar as intervenções". No mercado já existem vários detetores ou intervenções. Todavia, dada a ampla variedade e eficiência dos dispositivos de escuta, tais detetores são de utilidade limitada.

Então, como proteger o telefone? A solução é uma: perturbá-lo. Várias companhias fabricam perturbadores ou inversores de telefonia. O tipo de uso mais fácil se parece a um microtelefone de tamanho grande. Para usá-lo, comprime-se contra o microtelefone. A conversação "perturbada ou embrulhada" que se transmite pela linha telefônica não pode ser entendida. Outro aparelho perturbador, no extremo oposto da linha, descodifica eletrônicamente a mensagem. Os perturbadores possuem circuitos concorrentes com a fase, que se podem alterar com a devida facilidade para lograr qualquer "combinação" desejada, a fim de assegurar conversações privativas. Com isto se faz necessário a compra de dispositivos em pares, de modo que os 2 tenham a mesma combinação. As grandes indústrias podem comprar muito dêles e distribuí-los entre os membros mais importantes do pessoal. O dispositivo é relativamente compacto e cabe perfeitamente em uma pasta tipo 007 pronta para qualquer uso. Pelo menos um dos principais produtores europeus de automóveis usa várias centenas dêles para salvaguardar seus segredos comerciais.

Um perturbador embrulhador, do tamanho de uma pasta tipo de diplomatas, é fabricado por Letton Industries, para o homem que não quer se arriscar. Sua combinação pode ser mudada a seu gôsto — diàriamente se necessitar — e várias palavras ou cifras de uma conversa telefônica podem ser transmitidas cifradas, comprimindo-se uns botões numerados. Em seguida, esta

última cifra pode ser mudada instantâneamente.

Até onde irá chegar tudo isto? A verdade é que não se sabe com exatidão. Os mais vivos em vigilância, derrotados em seu próprio jôgo pelos dispositivos antivigilantes estão necessitando agora de criar antiantivigilantes com o propósito de poder espiar as pessoas ou entidades que avaliam suas atividades privadas. Todavia, os quartos sem vigilantes e áreas ao ar livre são inseguras. Os microfones "espingardinha" (com direcionalidade muito estreita e dirigida) podem captar conversações a distância de pelo menos 100 metros. Se orientados a uma janela fechada, êstes mesmos microfones podem detetar as vibrações provocadas pela conversa no vidro ou na fôlha da dita janela. Até fios de linha de sêda são utilizados para captar as vibrações de janelas e dêste modo, escutar conversações privadas.

Cada vez mais, os tribunais civis e as leis locais impedem o uso de dispositivos clandestinos como êstes nos casos legais. Sem dúvida, o vigilante e a tomada de vigilância ou intervenção telefônica são tão úteis que mediante legislação parece impossível eliminar sua existência. Cada dia que passa, cada um de nós perde um pouco de nossa vida privada. Desgraçadamente, êstes dispositivos eletrônicos continuarão sendo usados.

A REFORMA ADMINISTRATIVA CONTINUA

PAGAMENTO DE DOTAÇÕES TRIMESTRAIS DE MATERIAL — SIMPLIFICAÇÃO

Cel BRUNO HARGER

Continua o Exército, nos vários escalões, num trabalho perseverante, objetivando executar uma verdadeira Reforma Administrativa.

Constantemente, são revogadas ou modificadas rotinas antigas, já ultrapassadas, por processos mais eficientes, mais rápidos e menos dispendiosos.

Ainda há pouco, por sugestão do ERF/3, a Diretoria de Finanças aboliu a requisição de numerário de material, que era feita pelas Unidades Administrativas aos Estabelecimentos Regionais de Finanças, para o recebimento das dotações orçamentárias trimestrais, necessárias ao atendimento de despesas de funcionamento das referidas Unidades.

Justifica-se a simplificação, pois as verbas trimestrais integram as tabelas de créditos anuais, aprovadas pelo Ministro e publicadas em Boletim do Exército, sendo, pois, conhecido de todos, Unidades e Órgãos Pagadores, o valor exato da parcela trimestral que cabe a cada Organização Militar.

Êste sistema veio simplificar, realmente, o pagamento às Unidades, pois permite aos Órgãos Pagadores Regionais realizarem os sub-repasses às Unidades vinculadas, no mesmo dia em que lhes fôr creditado o numerário provindo da Diretoria de Finanças.

O Órgão Pagador do Pampa, a partir do 2.º trimestre de 1969, passou a executar êste tipo de sub-repasse independentemente da requisição de numerário, o que veio facilitar enormemente o serviço, além de trazer uma economia acentuada de mão-de-obra e material de expediente.

Nestas condições, o sub-repasse do 3.º trimestre do corrente ano foi feito às 93 (noventa e três) OM vinculadas ao ERF/3, no dia 23 Jun 69, vinte e quatro horas depois de a Agência do Banco do Brasil de Pôrto Alegre ter efetuado o crédito do suprimento da Diretoria de Finanças.

COLABORAÇÕES

1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).

2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).

3 — Fotografias: cópias em prêto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.

4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).

5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.

6 — IMPORTANTE! Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprêgo apropriado de maiúsculas, grifos, carmim, etc.

7 — Abreviaturas — sòmente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.

8 — AOS NOSSOS COLABORADORES!

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

A CHAMADA DESNACIONALIZAÇÃO

J. O. Knaack de Souza

Segundo o Embaixador Roberto Campos, Confúcio disse que não há nada mais teimoso que um fato; pois bem, em matéria de debates sôbre a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, não se tem levado muito em conta o honorável Khoung-Fou-Tseu; tem havido muita teimosia sem fatos; muita afirmação e pouca comprovação.

Por isso é que certas notícias trazem desafôgo. Uma delas é a de que o Ministério da Indústria e do Comércio vai fazer publicar um levantamento sôbre as sociedades nacionais com participação de capital estrangeiro. Uma continuação de dois documentos anteriores: o que serviu de base ao depoimento, em 14 de maio do ano passado, do Ministro Macedo Soares na Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre a desnacionalização das emprêsas, e o primeiro volume referente também às sociedades com participação estrangeira.

O trabalho foi realizado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio do MIC e teve como fontes, além do próprio arquivo do DNRC, setores especializados do Banco Central. Tudo preparado e apresentado na salutar base do filósofo francês: "Je ne suppose rien, je ne propose rien... j'expose".

A pesquisa contém uma série de informações preciosas, e merece todo o louvor que seja capaz de estimular o DNRC a continuar nessa linha de esfôrço que contribui decisivamente para esclarecer muitos problemas ou mostrar que alguns são pseudoproblemas.

Os dados levantados pelo DNRC mostram muita coisa e deixam ver não menos.

Vejamos, primeiramente, o que mostram:

1) No Brasil existem 679 sociedades nacionais com participação de capital estrangeiro. O capital global dessas sociedades somam 8,8 bilhões de cruzeiros novos e a participação externa é de 6,1 bilhões ou sejam 69%.

2) O fenômeno da associação de capital nacional/capital estrantrangeiro não ocorre em todos os Estados da Federação; apenas se verifica em 12 dêles: São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Paraíba e Ceará, na ordem decrescente do montante de capital estrangeiro no conjunto das emprêsas.

3) Das 679 sociedades cadastradas, São Paulo tem 435, o Estado da Guanabara 179, Minas Gerais 16, Rio Grande do Sul 14, Bahia 12, Rio de Janeiro 10, Pará

e Pernambuco 3, Santa Catarina, Paraná e Ceará 2, e Paraíba 1.

4) Do total do capital estrangeiro participante, daqueles 6,1 bilhões, São Paulo absorve 79%, Guanabara 16%, Minas Gerais 3%, e os demais vêm na base do zero vírgula.

5) O capital estrangeiro que participa das sociedades nacionais vem de 43 procedências. As mais significativas em têrmos de montante de capital são: Estados Unidos com 35,5% Canadá com 28,5%, Inglaterra com 5,4%, Suíça com 4,5%, França com 4,0% e Japão com 2,6%.

6) O setor que apresenta maior soma de capital associado é o industrial; os de menor são transportes e educação. A indústria absorve 96%, o comércio 2%, e depois, em ordem decrescente: jornalismo, crédito e capitalização, comunicações, educação e, finalmente, transportes.

7) Quinze emprêsas representam cêrca de 50% do capital global das sociedades com participação estrangeira. Tôdas as quinze pertencem ao setor industrial; 5 ao automobilismo, 3 ao siderúrgico, 2 ao energético, 2 ao de pneumáticos, 2 ao de fumo e bebidas e uma ao de produtos químicos. Nessas quinze sociedades as emprêsas do setor energético detêm 42,5% do capital total, as do siderúrgico 25,2%, as do automobilístico 17,8%, as da borracha 5,0%, as de fumo e bebidas 5,0%, e a de produtos químicos 4,5%.

Isso é que, em resumo, mostra o excelente levantamento realizado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio do MIC. Como, porém, é um trabalho bem detalhado, também permite ver algumas indicações sôbre a participação relativa dos capitais nacional e estrangeiro nas emprêsas cadastradas.

Assim, em 510 das 679 sociedades a participação do capital estrangeiro é majoritária. Em São Paulo que, como se viu, abriga 435 das 679 sociedades, em 331 emprêsas o capital do exterior é predominante. Essas 331 representam 85% do capital das 435 e 57,3% do das 679. No Estado da Guanabara 142 das 179 têm o capital estrangeiro em maioria e essas 142 representam 54% do capital das 172 e 12,4% do das 679.

No grupo das quinze, o capital estrangeiro só não é majoritário nas emprêsas do setor siderúrgico. Nas demais, a participação do capital nacional, salvo em dois casos, é apenas simbólica. Ainda nesse grupo, o capital originário do Canadá tem maior pêso, participando com 42,5%, seguindo-se o procedente dos Estados Unidos com 9,8% e o da Alemanha com 7,5%.

Essas interessantes indicações precisam ser inseridas primeiro no quadro de tôda a participação do capital estrangeiro na nossa economia, para que se possa ter uma noção o mais próximo possível de sua verdadeira dimensão.

Assim, o trabalho a ser publicado indica uma participação estrangeira, nas sociedades nacionais, de NCr$ 6.113.081.477,82.

Levantamento já publicado pelo DNRC aponta que as emprêsas estrangeiras (filiais de emprêsas estrangeiras) no Brasil representam um capital social investido de NCr$ 1.230.525.000,00.

Admitindo que o período analisado pelos dois levantamentos seja o mesmo, tem-se que:

a) o total da participação estrangeira na nossa economia seria de 7,3 bilhões de cruzeiros novos;

b) o capital estrangeiro associado ao nacional é cêrca de cinco vêzes o investido nas emprêsas estrangeiras aqui registradas.

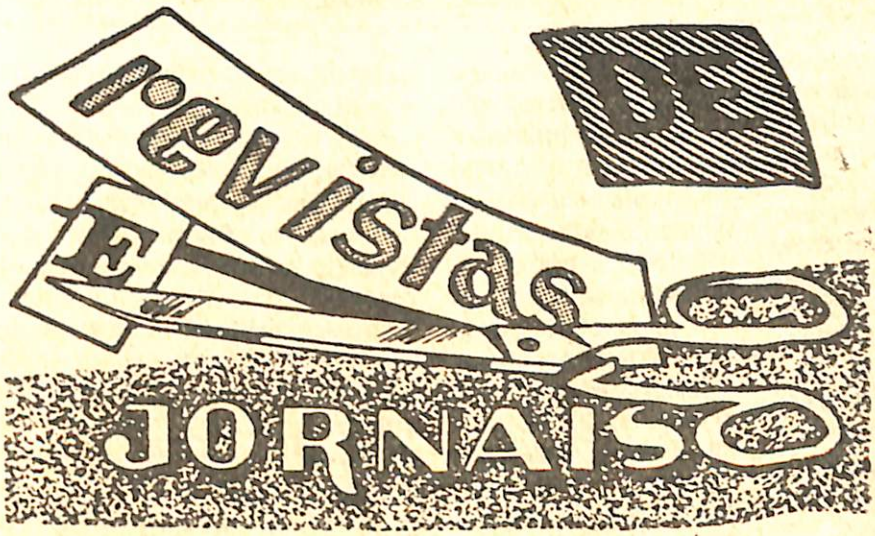
A participação norte-americana no capital das sociedades estrangeiras que, segundo o DNRC, é de 52,65% passa para 38,3% se computarmos também o capital estrangeiro associado ao nacional. A Inglaterra, que no primeiro caso tem uma participação de 34,54%, passa para 5,79%, no quadro global. A queda da posição relativa da Inglaterra decorre da própria mudança da estrutura das relações econômicas internacionais depois da I Guerra Mundial, quando êsse país, pràticamente, deixou de ser exportador de capital.

Quanto à cifra de 7,3 bilhões de cruzeiros, pode-se ter idéia de sua significação em têrmos de nossa economia se a compararmos com o total de estoque de capital do Brasil. Admitindo para êsse estoque a mesma estimativa já apresentada pelo Ministro Macedo Soares, em seu citado depoimento, de 130.450 milhões de cruzeiros novos, aquêle total de capital estrangeiro representaria em tôrno de 5,6% do estoque de capital de nossa economia.

A conclusão dêsse cálculo é a de que, em têrmos quantitativos, 5,6% é muito pouca evidência para respaldar exercícios sôbre influência de decisão estrangeira na economia brasileira. Não a tem nem mesmo no setor onde sua participação é mais concentrada, ou seja, a indústria. Essa observação, ao menos, deve tranqüilizar os nacionalistas mais exagerados. Ainda não há o que temer, embora em determinados ramos a predominância estrangeira seja inequívoca.

Do ponto de vista qualitativo, existem coincidências singulares. A primeira é a de que é exatamente na indústria, setor dinâmico por excelência de nossa economia, que se concentra a participação estrangeira; a segunda é a de que recìprocamente, os setores menos avançados, ou que apresentam menos progresso, são os que menos recebem contribuição de capital estrangeiro. E, "last, but not least" é São Paulo a própria "vedette" do progresso brasileiro, que recebe a maior parcela de capital externo e, principalmente, nos setores que exigem maior atualização tecnológica.

Finalmente, não será demais desejar que o Departamento Nacional de Registro do Comércio do MIC continue êstes tipos de levantamentos que são de inestimável utilidade.



NAPOLEÃO — UMA VISÃO HISTÓRICA

Afinal, qual foi o papel histórico desempenhado por Napoleão? Como sempre acontece com os homens que fazem história, êle é julgado de maneira apaixonada e contraditória pelos que a escrevem.

Diante de personalidade tão complexa, os historiadores têm-se preocupado mais em arrolar as obras napoleônicas em duas colunas — a das que acreditam positivas e a das que acreditam negativas — deixando de apurar o saldo global de sua enorme ação política, administrativa e militar. Até hoje, os franceses não se entendem quanto à validade histórica de Napoleão. Sua vida foi útil à França? Teria sido prejudicial?

Estima-se que em pelo menos 80 mil obras Napoleão figura em primeiro plano. Sua vida, a de sua família e da de seus amigos e inimigos foram examinadas e discutidas, devassadas em todos os aspectos imagináveis.

Alguns historiadores tomaram o caminho mais fácil. Consagraram o essencial de seu trabalho simplesmente a exaltar o Imperador, fugindo assim daquela contabilidade de partidas dobradas sem saldo. Louis Medelin, uma das maiores autoridades na matéria, louva sem reservas a ordem instaurada pelo Cônsul, canta seu gênio empreendedor. Vê nêle o herdeiro das grandes virtudes de Roma, exalta o construtor, o civilizador. Na paz como na guerra, é o arquiteto que Medelin admira, o homem que soube salvar do antigo regime aquilo que merecia ser salvo.

A historiografia liberal do princípio do século, por sua vez, faz um balanço que se inclina mais para o negativo. Duas acusações fundamentais lhe são feitas: o despotismo e as guer-

ras. Bonaparte confiscou a liberdade e destruiu conquistas da Revolução. Evoca-se a supressão da assembléia instituída pela Constituição, a domesticação da imprensa, a centralização administrativa a serviço de inesgotável ambição pessoal. Arrastou a França a uma sucessão de guerras, das quais não conservará nenhum benefício: glória efêmera a enfeitar bandeiras, paga a um preço exorbitante. E ainda o pêso da conscrição, o pêso dos impostos, a trágica perda em homens.

Os tradicionalistas seguem os passos dos liberais. Bainville assim conclui seu Napoleão (1931): "A não ser para a glória, a não ser para a arte, melhor seria certamente que Napoleão nunca tivesse existido. Feitas as contas, seu reinado, que vem, segundo Thiers, continuar a Revolução, termina por um terrível malôgro".

Quanto a essa Revolução, os historiadores democratas condenaram Bonaparte por havê-la traído. Os da direita, inversamente, o acusam de prolongá-la. Mas, para Bainville, o maior êrro foi o de ter-se afastado da sabedoria política dos reis hereditários, arrastando a França a uma seqüência de aventuras onde ela nada tinha a ganhar e tudo a perder.

Para Pierre Gaxotte, historiador de hoje, Napoleão, se foi déspota, foi um déspota esclarecido que realizou o que a monarquia não teve coragem de realizar ou tempo para concluir. Gaxotte encontra até nesse déspota o lado amável do francês médio, rural e pequeno-burguês.

Histriadores de formação marxista olham Napoleão de ângulo diferente. Sem deixarem de reconhecer o quanto sofreram as liberdades, êles se interrogam sôbre o devenir dêsse igualitarismo, cujos primeiros fundamentos foram colocados pela Revolução. Napoleão teria sido livre em suas decisões? Ou foi apenas instrumento de uma classe que o levou ao poder e lhe ditou a política de seus interêsses? Em outras palavras, em proveito de quem Napoleão instaurou a ordem constrangedora? A resposta é imediata: "Se governou como ditador, Bonaparte governou em proveito dos poderosos" (Albert Soboul).

Jean Jaurés, no retrato que traçou do Imperador para a *História Socialista,* acentua o caráter de reação social que lhe parece evidente no código que leva seu nome. "Concilia — escreve Soboul — em favor da burguesia as concepções do antigo direito, escrito ou costumeiro, com as do nôvo direito saído dos decretos das assembléias revolucionárias. Com mais vigor que os marxistas, um historiador da extrema direita, Emmanuel Beau de Loménie, denuncia a responsabilidade das dinastias burguesas na origem de despotismo napoleônico.

É talvez em alguns novos historiadores marxistas que se encontra a imagem mais compreensiva do personagem e sua obra. Tersen, por exemplo, desculpa parcialmente Napoleão da responsabilidade das guerras per-

manentes: "Deixando de lado o paradoxo de um Napoleão *pacifista* compelido a entrar na guerra, não poderemos também nos satisfazer com uma explicação inversa: um monstro à sôlta, que encontra alegrias em carnificinas e condena à morte gerações inteiras, por simples orgulho de sua glória e pela realização de ambiciosos planos." Quanto à política interna, a despeito do caráter de classe que acredita nêle reconhecer, ela está longe de ser negativa. Mesmo que tenha contribuído para consolidar o poder dos proprietários. Tersen termina por ver em Napoleão um fator decisivo de progresso. E resume: "O incomparável gênio de Napoleão foi um instrumento da História. O General vitorioso, o Cônsul organizador, o Imperador do Ocidente, foram todos agentes do *devenir* humano."

Georges Lefèbre chega a uma conclusão surpreendente para um marxista: "Tendo abordado a grande obra napoleônica — instauração de uma nova dinastia e edificação de um império universal — o Imperador tornou-se na imaginação dos poetas um segundo Prometeu em quem a divindade puniu a audácia, símbolo do gênio humano prêso pela fatalidade. Alguns quiseram, ao contrário, fazer dêle o joguete do determinismo histórico, sob o pretexto de que a Revolução levava necessàriamente à ditadura, e a busca de fronteiras naturais condenaria a França à guerra eterna. O historiador se inclina a dar razão aos primeiros".

Para Napoleão, "a imortalidade é a lembrança deixada na memória dos homens. Essa idéia leva às maiores coisas. Seria melhor não ter vivido do que não deixar traços de sua existência". E de que maneira agiu para seguir a marcha da História? Ditou a Roederer, jornalista que o acompanhava, as seguintes palavras: "Minha política é a de governar os homens como a grande maioria quer ser governada. É, acredito, a maneira de reconhecer a soberania do povo. Fazendo-me católico, acabei com a guerra da Vendéia. Fazendo-me muçulmano, firmei-me logo no Egito. Fazendo-me ultramontano, conquistei os espíritos na Itália. Se governasse um povo de judeus, eu restabeleceria o Templo de Salomão."

O gênio das batalhas

Apesar de não morrer de amôres por Napoleão, o Marechal Montgomery assim conclui sua análise das façanhas militares do corso: "Podemos afirmar com certeza que suas vitórias ainda não foram suplantadas. Enquanto houver soldados, enquanto os homens cultivarem a arte da guerra, êle será lembrado como um dos grandes comandantes."

Proclamado muitas vêzes como o maior estrategista de todos os tempos, êle, que tanto escreveu e tanto falou sôbre os mais variados temas dêste mundo, não deixou nenhum tratado, nem mesmo um simples esbôço, sôbre a arte da guerra. Se chegou a admitir que esta poderia estar submetida a certos princípios invioláveis, não se cansava, contudo, de repetir que desconhecia

qualquer receita para se chegar à vitória.

No exílio de Santa Helena, dita a seguinte frase: "É preciso manter o exército coeso, concentrar o maior número de fôrças possíveis no campo de batalha, aproveitar tôdas as ocasiões porque a fortuna é uma mulher: se você a deixa escapar hoje, não espere encontrá-la amanhã." Também lá foi recolhida esta outra: "A guerra é uma arte singular, garanto-vos eu que já combati em 60 batalhas. Pois bem, nada aprendi que não soubesse desde a primeira."

Sua teoria é, assim, simples, espécie de filosofía do senso comum, como esta sentença contida em carta para o General Lauriston: "Lembrai-vos de três coisas: concentração de fôrças, ativa e firme resolução de perecer com a glória. Eis aí os três grandes princípios da arte militar que sempre me proporcionaram sorte favorável em tôdas as operações. A morte não é nada. Viver vencido e sem glória é morrer todos os dias."

Como organizar uma campanha? Explica, com uma boa dose de ironia: "Os planos de campanha se modificam ao infinito, segundo as circunstâncias, o talento do chefe, a natureza das tropas e a topografia. Há duas espécies de planos de campanha: os bons e os maus. Algumas vêzes os bons malogram, por circunstâncias fortuitas; algumas vêzes os maus alcançam êxito, por um capricho da fortuna."

A verdade é que a estratégia napoleônica representou etapa decisiva na evolução das operações de combate. Para um atento analista militar de nossos dias — o General Beaufre — o fundamento da estratégia de Napoleão está na utilização sistemática das possibilidades de deslocamento das tropas e do poder de fogo que lhe conferiam os últimos progressos em matéria de armamentos. Dois procedimentos a caracterizam: marcha dispersa, batalha concentrada. E um princípio: dispor de superioridade maciça no momento desejado e no ponto escolhido. Moshé Dayan, na guerra dos seis dias, reeditou na fulminante manobra o mais puro estilo napoleônico.

"O imortal mérito de Napoleão — escreveu Engels — consiste em ter encontrado o único emprêgo tática e estratègicamente justo das gigantescas massas armadas, cuja aparição não seria possível sem a Revolução. Levou essa estratégia e essa tática a um grau tal de perfeição que os generais contemporâneos não estão de nenhuma maneira em condições de suplantar e se esforçam sòmente em imitá-lo nas suas operações mais brilhantes e mais felizes."

Os comentaristas militares modernos reconhecem que as inovações estratégicas de Napoleão foram consideráveis. Antes dêle — recorda o General Beaufre — os exércitos se deslocavam agrupados, porque um destacamento isolado não tinha capacidade para se defender enquanto aguardava reforço. "Como o volume do exército era modesto — acrescenta — êste constituía apenas um ponto no espaço, à procura de outro ponto, representado pe-

lo exército adversário. Quando os dois exércitos acabavam por se encontrar, era preciso também que êles se colocassem em posição de batalha, o que exigia muitas horas e às vêzes um dia inteiro. Cada um dêles poderia, pois, refugar a batalha, retirando-se. Oferecia-se combate, que era aceito ou não. É o que se chamou *batalha por consentimento mútuo*. E, para forçar o adversário a aceitar combate em condições desvantajosas, invadia-se seu território para saqueá-lo."

Tanto na paz como na guerra, Napoleão soube explorar hàbilmente os fatôres polticos, levando para outros países a bandeira da Revolução. Quando seu jôgo começou a ser compreendido, isto é, quando os generais inimigos se enfronharam de sua escola, e quando sua imagem política entrou em processo de rápida desagregação, o anjo da vitória tornou-se caprichoso e incerta a sorte das batalhas.

O homem do instituto

Durante muito tempo, Napoleão identificou-se como "General Bonaparte, membro do Instituto", mesmo em suas proclamações militares. Orgulhava-se de pertencer ao Instituto da França, essa assembléia de ilustres onde escritores e cientistas debatiam as questões importantes da época.

Era amigo de Monge, o famoso matemático. Foi graças a Monge, ajudado por outros cientistas, que Bonaparte, então com 28 anos, viu-se eleito para a Academia de Ciências, ocupando o lugar do físico Carnot. E, tanto quanto possível, foi um acadêmico assíduo e compenetrado.

Quando chegou a hora da expedição ao Egito, Bonaparte carregou com êle 148 pessoas recrutadas por Monge e o químico Berthollet, entre cientistas, engenheiros, economistas, literatos, artistas e também alunos da jovem Escola Politécnica. No Cairo, fundou o Instituto do Egito, que ainda hoje está no mesmo local. Sua universidade ambulante desenvolve sem cessar o campo de seus importantes trabalhos. Bonaparte nêles toma parte ativa. Debate, dá conselhos, aprende e ensina. Estudam-se o Nilo, os peixes, os minerais, o mar Vermelho, as plantas do delta e a composição da areia do deserto. Traçam-se planos para a exploração de salinas e dos aluviões do Nilo. Fazem-se pesquisas sôbre a origem de epidemias. São impressos um dicionário e duas gramáticas. Escavam-se os templos do Alto Nilo. Identifica-se a Fonte de Moisés. Um oficial traz de Rosetta uma placa de granito, com inscrições gravadas em egípcio e em grego: descobre-se a chave dos hieróglifos. Mas nada prende tanto a atenção de Bonaparte como o canal de Suez. Anota tudo. Suas observações serão meio século depois confirmadas por Lesseps.

A partir de 1815, o Imperador figura na lista do Instituto da França como Protetor e não mais como simples membro. Mas suas relações com os homens de ciência de seu tempo nem sempre fo-

ram assim tão amáveis. Sob a designação de ideólogos, Napoleão costumava estigmatizar aquêles que procuram arregimentar a oposição, pregando na imprensa ou em livros. Essa aversão aos ideólogos não ficava só nas conversas palacianas; era traduzida em atos. Censurou jornais e censurou a edição de livros, alguns dos mais inteligentes de seu tempo. Mas sempre procurou prestigiar os homens de ciência.

Recebe de braços abertos os que quiserem vir para a França, "porque o povo francês aprecia a aquisição de um sábio matemático, de um pintor de fama, de um homem destacado, seja qual fôr a idéia que professe." Ao entrar em Milão, pela fôrça das armas, uma de suas primeiras providências foi escrever a um grande astrônomo, para convidá-lo a colaborar com os franceses. Discípulo de Plutarco, sabe como um nome pode passar à posteridade, e cerca-se de poetas, historiadores, cientistas e cultivadores da arte.

O grande legislador

A reforma de leis era assunto familiar a Napoleão, que tanto gostava de evocar a cultura antiga, especialmente a romana. Jean Foyer, professor de Direito que foi Ministro da Justiça de De Gaulle, encontrou uma explicação para essas preocupações legiferantes: "Sem dúvida, a necessidade — mais do que a procura de uma glória legislativa, menos sombria do que a das batalhas — foi o que levou o jovem cônsul de 30 anos, e o Imperador cinco anos mais tarde, a empreender e levar a bom têrmo uma obra monumental, a mais importante, a mais coerente, a mais acabada jamais realizada em tão curto espaço de tempo. O século que se seguiu conheceu muitas invenções e sofreu transformações econômicas e sociais profundas, que mudaram a vida dos homens, a face da Terra e a estrutura das sociedades, mas hesitou em pôr a mão em um corpo de direito que havia sido imitado em todos os continentes."

Cruzando a Europa de Oeste a Leste, Napoleão e seus soldados acossam 20 reis, na expressão de Victor Hugo, mas nem por isso sua atividade legislativa diminui. Minutas de decreto atravessam o continente. Em Poznan, na Polônia, Napoleão assina vários dêles, depois de debatê-los detidamente. Do castelo imperial de Schoenbrunn, na Áustria, sai o decreto que cria os tribunais de comércio. E, em Moscou, no meio de tantas dificuldades, baixa disposições para que seja criada a Comédie Française.

Proclama que "deliberar é obra de muitos, agir é obra de um só." Participa da elaboração de nada menos cinco códigos: Código Civil, Código Comercial, Código do Processo Civil, Código Penal, Código da Instrução Criminal. O regime de cultos é fixado para um século pela Concordata e leis adicionais. A ordem jurídica, tantas e tantas vêzes mexida, recebe uma estrutura que não será tocada senão em 1919. Reorganiza os corpos auxiliares da justiça. A Universidade da França torna-se uma congregação

laica. O monopólio do fumo é restaurado e até hoje está de pé. O Banco de França recebe um estatuto que só o Govêrno da Frente Popular ousa mudar em 1936. No essencial, a legislação napoleônica permanece intata até a I Grande Guerra.

Explica-se essa longevidade pela alta qualidade dos textos. Redigidas por notáveis de então, as leis revolucionárias criaram um estilo legislativo moderno, o "estilo do código civil", que, afinal, é o estilo de Voltaire.

"Minha verdadeira glória não é ter ganho 40 batalhas. Waterloo apagará a lembrança de tantas vitórias. O que ninguém apagará, o que viverá eternamente, será meu Código Civil." Não se enganou. Sua grande obra legislativa é mesmo o Código Civil. O Código de Napoleão conquistou seu lugar na história da França: unificou o direito no que se refere ao estado das pessoas (domicílio, casamento, divórcio e separação de corpos, filiação, proteção à propriedade), o regime de bens, as sucessões e as liberalidades, as obrigações e os contratos, os regimes matrimoniais, os privilégios e as hipotecas. Expressão da unidade nacional.

"Expressão da unidade nacional — diz Foyer — o Código possui outro título: obra de síntese, de moderação e de sabedoria, reconciliou a velha França com a outra que saiu da Revolução. Conservou o espírito igualitário do direito revolucionário e admitiu, em suas conseqüências legislativas, o pluralismo das convicções." Portalis, um dos redatores do Código, escreveu: "É preciso tolerar o que a Providência tolera e, como os franceses possuem variadas opiniões religiosas, é preciso que a lei não veja nêles senão cidadãos, como a natureza não vê senão homens."

Nesse gigantesco trabalho, qual a parte de Napoleão? Não era jurista, mas a seu lado trabalhou o mais eminente corpo de juristas que a França já conseguiu reunir. Foram escolhidos por Napoleão, e isso já é um título de glória. Mas fêz muito mais presidiu às reuniões do Conselho de Estado, onde os textos eram largamente debatidos. Suas arbitragens foram famosas. As anotações das reuniões mostram que sua interferência foi muito além da de um vigilante presidente. Se a obra de arte legislativa é o resultado do entendimento entre o político e o jurista, sem a vontade política de Napoleão, constantemente presente, não seria uma grande lei, nem talvez mesmo uma lei.

O Cônsul preside uma verdadeira mesa-redonda de homens competentes. Ali está Laplace, ali está Roederer, jornalista de alta sensibilidade, ali está Troudet, o primeiro jurista da época. Ali estão realistas, jacobinos, todos cidadãos livres e iguais no *cenáculo da inteligência*. Das contradições sai um conjunto de leis que expressa uma síntese, no sentido hegeliano. Quando percebia que adotavam sua opinião, apenas por ser sua, reclamava maiores debates: "Os senhores não estão aqui para concordarem comigo e sim para expressar suas idéias."

Eram sessões intermináveis, que começavam às nove da noite — pois Napoleão estava sempre ocupado durante o dia com problemas administrativos — só terminavam por volta das cinco horas da manhã. Se acontecia um conselheiro pegar no sono, ou mesmo o Ministro da Guerra cochilar, despertava-os: "Vamos, vamos didadãos, acordem. É preciso justificar o dinheiro que o povo francês nos dá." É verdade que é o mais môço dessa assembléia de notáveis: acaba de completar 30 anos.

Foi êle quem deu o impulso inicial para essa revolução legislativa e foi êle quem imprimiu as grandes diretivas. Escolheu os realizadores, os melhores do seu tempo, e vigiou a realização, corrigindo de sua própria mão até os detalhes. Quebrou obstáculos julgados intransponíveis. Para o jurista Jean Foyer, "Napoleão é sem exagêro o maior legislador da História."

A REFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA A CAMINHO DA SOLUÇÃO

No momento em que a América Latina parece disposta a enfrentar o problema da reforma agrária, êste trabalho da "Associated Press" vem bem a propósito. Seus correspondentes nos principais países latino-americanos fizeram um levantamento dos pontos principais em debate, inclusive no Brasil, e apresentam um panorama que dá idéia das complexas questões com que se defronta o hemisfério.

A reforma agrária na América Latina, um dos objetivos básicos da Aliança para o Progresso, encontra-se ainda em estado incipiente na maioria das nações dessa parte do hemisfério. O sistema de propriedade da terra continua muito desequilibrado, embora cêrca de 16 países tenham promulgado leis para promover a reforma agrária e tenham criado organismos para levá-la à prática.

A medida mais recente para promover o desenvolvimento rural e corrigir a desigual distribuição da riqueza e das rendas, foi a drástica reforma aplicada pelo Peru, por decreto do govêrno revoluncionário do Presidente Juan Velasco Alvarado. Ao proclamar, em fins do mês passado, a decisão de seu regime de promover uma transformação radical para a eliminação do sistema de latifúndios e minifúndios em seu país, ressaltou o Presidente Velasco que "a idéia recebeu o apoio de todos os presidentes americanos reunidos em Punta del Este. Desde então organismos especializados das Nações Unidas insistiram na necessidade de uma radical transformação das estruturas agrárias dos países latino-americanos."

O Peru procedia a uma autêntica reforma agrária — ressaltou Alvarado, aludindo indiretamente à lei de reforma agrária de 1964, com a qual o govêrno de Fernando Belaunde Terry procurava remediar a situação da terra do país.

De todos os programas de reforma agrária, levados a efeito na América Latina, talvez o do México tenha sido o mais perfeito e próspero, superando dessa forma o desequilíbrio no sistema de posse da terra que persiste na maioria dos países desta região.

Alguns governos têm-se esforçado sèriamente na aquisição e redistribuição de terras, mas têm deparado com diversos inconvenientes de ordem legislativa, econômica e, em algumas ocasiões, pressões dos latifundiários que têm feito com que seja lento o ritmo de progresso.

Por outro lado, parece existirem dificuldades com os próprios camponeses que não conseguem compreender os verdadeiros objetivos da reforma no campo.

Esta medida não visa simplesmente corrigir o problema de que uma grande parcela da terra cultivável esteja em mãos de alguns proprietários, enquanto uma percentagem pequena encontra-se fracionada em inúmeros e pequenos edifícios, e não se deverá levar em conta o fator humano.

A êste respeito diz um recente informe do Banco Interamericano de Desenvolvimento que "em muitos países da América Latina o setor rural está integrado em sua maioria por pessoas de baixo nível de cultura e carentes da capacidade da própria organização para a estruturação de seus organismos sócio-econômicos".

Sublinha, aparentemente fazendo pé firme na harmonia que deveria existir nos planos de reforma agrária e o fator humano, que "qualquer processo que vise à transformação dos sistemas tradicionais da vida nessa região hemisférica, tanto no que diz respeito ao aspecto social como ao econômico, envolverá essa essência de que o fator humano tenha capacidade para participar de modo evolutivo e eficaz no processo. Não é possível atingir as metas que conduzem à reforma agrária se não se levar em conta o aspecto humano como fonte de energia criadora".

Vai daí que o informe em que a reforma agrária não será uma realidade "patente e positiva" se o homem do campo, "instrumento dinâmico da vida e realidade dêste processo", permanecer numa atitude passiva ou tenha sido relegado a um segundo plano nos esforços do desenvolvimento rural.

Uma análise da situação dos programas de reforma agrária, postos em ação por alguns dos países latino-americanos, demonstra que o México e, possìvelmente, a Venezuela são os que mais progrediram nesse campo de suma importância para melhorar as condições de vida dos povos da região.

A Argentina não conta com uma lei de reforma agrária. Conta no entanto com uma legislação que estabelece um sistema tributário aplicado na posse de terras e que tende a estimular a produtividade sem se preocupar com uma redistribuição de propriedades.

Daremos, a seguir, uma síntese do estado atual da situação agrária em vários dos países da América Latina:

Brasil

Êste país procurou transformar a deficiente estrutura agrária e os antiquados métodos de cultivo, causas principais da pobreza e da falta de estabilidade de algumas áreas rurais.

Cêrca de 12,6 por cento dos proprietários de terras possuem 81,3 por cento da terra de cultivo em todo o país, formando latifúndios de 1.000 ou mais hectares. Não se dipõe de dados sôbre a proporção destas terras que podem ser consideradas produtivas.

A reforma agrária brasileira foi promulgada como lei institucional a 25 de abril dêste ano pelo Presidente Artur da Costa e Silva, que utilizou os podêres extraordinários que lhe foram atribuídos em dezembro. O decreto passou então por cima do Congresso que estava discutindo o projeto de reestruturação rural desde o término da Segunda Guerra Mundial. O projeto nunca foi aprovado por pressão dos latifundiários.

Costa e Silva fechou o Congresso em dezembro de 1968 e o projeto de reforma agrária foi promulgado sob a forma de lei sem a necessidade de aprovação por parte do corpo legislativo.

Estabelece a medida — descrita como sendo estrita pelos observadores internacionais aqui — regulamentos para a expropriação da terra improdutiva ou os grandes latifúndios.

Fundamenta-se numa série de reformas agrárias brasileiras, parciais ou regionais, mas aplicável agora numa escala nacional e com estipulações legais para proceder à expropriação dos grandes latifúndios.

O Presidente Costa e Silva terá sempre a última palavra em cada caso e a compensação para a expropriação não terá que ser feita já antes da ocupação da terra.

No entanto, a lei de reforma não é determinativa quanto à distribuição da terra expropriada e não estabelece prazos para a expropriação ou sua distribuição.

A medida será posta em prática em etapas nas áreas prioritárias, especialmente definidas que serão determinadas pela intensidade da tensão social que exista.

Algumas regiões foram já escolhidas, figurando, preeminentemente os setores do nordeste brasileiro atingidos pelas sêcas.

A principal oposição à reforma agrária vem, tradicionalmente, dos setores rurais e de proprietários.

Por outro lado, também se opõem a essa medida outros membros da oligarquia. Contudo, depois de ter sido por muitos anos um tema político, a reforma agrária, no Brasil, é em geral aceita pela opinião pública e continuam a se opor a ela, vigorosamente, apenas os que têm interêsse nos latifúndios.

Até mesmo na igreja católica brasileira, tradicionalmente conservadora, onde os mais declarados partidários da reforma são os sacerdotes progressistas encabeçados pelo Arcebispo Dom Hélder Câmara, se deu apoio à medida.

No exército existe ainda uma facção, formada essencialmente por antigos oficiais que — segundo se afirma — se opõe à reforma agrária. Contudo, os oficiais mais jovens a apóiam e chegaram a fazer dela seu lema durante a revolução cívico-militar que levou os militares ao poder no Brasil.

Argentina

Não tem em desenvolvimento nenhum projeto de reforma agrária, mas estabeleceu um sistema tributário que se aplica à propriedade da terra. Isto é feito

através da atual legislação sôbre o impôsto de renda, impostos especiais sôbre a propriedade da terra e impôsto sôbre a herança — que visam especialmente às terras não cultivadas.

O atual regime militar lançou, recentemente, um nôvo impôsto evidente de conter a sonegação de impostos. A medida provocou o clamor das organizações de proprietários de terra que qualificaram a nova lei de "dissimulada reforma agrária".

Recentemente a igreja católica lançou-se em defesa da reforma agrária, depois da reunião realizada pelos bispos latino-americanos em Medellin, no ano passado. Não obstante, a ala conservadora da igreja não fêz disto tema da discussão, enquanto os agressivos sacerdotes progressistas levam a cabo abertamente, uma campanha em prol da reforma agrária.

O exército não tomou posição em face do problema, mas sabe-se que os grandes latifundiários já têm voz bastante forte no atual Govêrno militar.

Considera-se que 22.528.500 hectares de terra estão atualmente abandonados na Argentina e isso sôbre uma área total de 57.000.000 de hectares próprios para a cultura.

O censo mais recente de que se dispõe revela que 4,6 por cento das propriedades agrícolas têm mais de 100.000 hectares e cobrem 74 por cento das terras de cultivo. Calcula-se que há aproximadamente 564.000 propriedades rurais — segundo o último censo. Sessenta e sete por cento dessas propriedades são de menos de 25 hectares e 2,2 por cento de mais de 2.500 hectares.

O censo indicou também que 60 a 70 por cento dessas propriedades se situam abaixo da extensão mínima exigida pelos peritos em questões agrícolas para que possam ser econômicamente produtivas.

Chile

O Govêrno chileno inverteu 144 milhões de dólares em seu programa de reforma agrária que tem dois anos de existência. O projeto foi levado à prática sem nenhuma violência, e teve um êxito apenas parcial. Mas êste país tinha tentado antes, em 1962, corrigir a situação reinante no campo. Com a primeira lei da reforma agrária o Govêrno estava em condições de expropriar e subdividir as terras abandonadas ou mal aproveitadas. Seus esforços se intensificaram com uma legislação posterior, em 1965, e foram executados diversos projetos de colonização e distribuição de terras.

No entanto, antes da aprovação da lei agrária em julho de 1967, os latifúndios continuavam sendo consideràvelmente desproporcionais e a produção agrícola em geral baixa. O camponês trabalhava para o proprietário de terras mediante um sistema de participação nas colheitas. Tornava-se evidente a necessidade de uma reforma agrária que estabelecesse um sistema mais justo da divisão da riqueza e permitisse estimular o aumento da produtividade.

A administração democrata-cristã do Presidente Eduardo Frei buscou então através da expropriação redistribuir as terras entre 100.000 camponeses que trabalhavam sob o sistema de participação nas colheitas. Mas até o presente foram emitidos apenas cêrca de 30.000 novos títulos de propriedade. Cêrca de 450 destas parcelas foram integradas em cooperativas ou projetos de comunidades agrícolas que compreendem a mais de 13.000 famílias camponesas.

A reforma agrária e as elevadas taxas forçaram também alguns dos grandes latifundiários a desfazer-se de suas terras, em parcelas ou parte delas, em ajustes comerciais com agricultores da classe média.

A produção até agora seguiu quase no mesmo nível baixo. Todavia os técnicos asseguram que é difícil fazer uma avaliação sôbre os efeitos da reforma da agricultura, devido o Chile ter passado ùltimamente por graves períodos de sêca.

A Igreja Católica aprova plenamente o programa de transformação rural. A Igreja, na realidade fêz a primeira experiência de reforma agrária na província sulista de Talca. O setor de esquerda criticou o programa qualificando-o de fraco e insuficiente e a facção de direita e grupo de latifundiários chamaram a medida de "confiscatória" e "socialista". O exército que se conserva afastado da vida política do país manteve silêncio.

Peru

Apesar de que a agricultura é virtualmente a base da economia dêste país a percentagem das terras sob cultivo era provàvelmente uma das mais baixas do hemisfério ocidental. A nova lei de reforma agrária tende a acabar com os sistemas de latifúndio e minifúndio peruanos. Esta reforma agrária, disse o Presidente Velasco Alvarado, "marca o comêço da verdadeira libertação do camponês nacional; a reorganização da sociedade peruana e, conseqüentemente, reestruturação dos podêres econômico, político e social dêste país".

A nova legislação estabelece, entretanto, a continuação das grandes fazendas como uma unidade de produção. A lei afeta ùnicamente o sistema de propriedade, todavia não o processo de produção. Portanto, no caso dos interêsses agro-industriais, a legislação considera a cooperativização favorável para seus trabalhadores, porém garante sua operação como uma unidade individual.

O Govêrno de Fernando Belaunde Terry tentou transformar as condições de trabalho dos camponeses peruanos que se encontravam sob um regime do tipo feudal, promulgando em 1964 a lei de reforma agrária. Todavia com esta legislação foi aparentemente pouco o que se pôde fazer para remediar a situação dos camponeses.

Os observadores diplomáticos em Lima descrevem a reforma da agricultura encarada pelo regime militar como "uma importante mudança social, talvez uma

das ações mais significativas na história peruana".

Bolívia

A reforma agrária boliviana depois de dezesseis anos de ter sido proclamada e de libertar o camponês do regime semifeudal a que estava submetido enfrenta dois obstáculos difíceis de superar: a persistente politização do camponês e a urgência de mecanização da agricultura. Grande parte do êxito futuro que tenha esta reforma, posta em vigor improvisadamente, depende do que agora pode fazer para eliminar êsses problemas.

A reforma, que inclusive seus opositores qualificam de irreversível, foi editada a 2 de agôsto de 1953, por um regime de fato, o Movimento Nacionalista Revolucionário que chegou ao poder com uma insurreição popular. Os têrmos da lei foram radicais: abarcou todo o país e afetou aos 5.500 proprietários, seis por cento do total, que possuíam 92 por cento dos 32.749.808 hectares de terras cultiváveis então.

Desta extensão, apenas ..... 9.375.362 hectares — menos de uma têrça parte — foram entregues, com títulos de propriedade, a seus novos donos. O Conselho Nacional da Reforma Agrária acredita que dentro de apenas mais cinco anos essas extensões terão sido distribuídas com seus respectivos títulos. Mas isto depende dos limitados recursos financeiros de que se dispõe. Para acelerar o processo de confecção dos títulos de propriedade, seriam necessárias brigadas móveis que percorressem o campo. A Agência Internacional de Desenvolvimento concedeu, recentemente, uma ajuda de 230.000 dólares, para êsse fim.

Embora a reforma tenha acabado com a "pongueaje", serviço gratuito prestado pelos camponeses aos fazendeiros, teve nos primeiros anos efeitos desastrosos do ponto de vista econômico. A produção agrícola caiu quase verticalmente. Apenas em 1958 o setor agropecuário começou a dar sinais de recuperação. Em um total de 104 milhões de dólares que representavam sua contribuição ao produto interno, aquêle ano foi de 112 milhões.

Agora é de aproximadamente 130 milhões.

A mudança estrutural da propriedade foi feita mais sob a forma de confisco que de indenização. Foi um ato mais simbólico que real. Os proprietários, que davam às suas terras preços irrisórios para sonegar impostos, caíram em sua própria armadilha: o estado quintuplicou os seus preços, mas êstes foram ainda insignificantes.

Mais tarde, os novos proprietários conquistaram o direito de cancelar a indenização até um prazo de vinte anos.

Do ponto de vista social a contribuição da reforma agrária foi positiva. Mas não foram consagrados os necessários meios financeiros à aceleração dêsse processo. Uma verdadeira mecanização da agricultura é ainda muito remota — segundo reconhece o próprio Govêrno.

Colômbia

Os primeiros esforços desta nação para estabilizar a situação de importantes núcleos de pequenos agricultores remontam a 1936. O problema da posse de terra era então semelhante ao da maioria dos outros países latino-americanos. As estatísticas demonstram que nos primeiros seis anos em que se deu andamento à reforma foram fornecidos 66.511 títulos de propriedade.

Além do mais, foram concedidos 39.094 empréstimos num total de 439 milhões de pesos beneficiando 17.849 famílias camponesas. Foram organizadas 24 cooperativas com 12.367 membros e um capital de 11,2 milhões de pesos, dos quais 8,9 milhões foram contribuições dos cooperados e 2,3 milhões do Instituto da Reforma. Êste órgão realizou também 16 projetos de irrigação, drenagem e contrôle de inundações.

De acôrdo com os dados estatísticos 20 milhões de colombianos estão concentrados na metade do território e controlam a terra, porém os cálculos extra-oficiais indicam que a terra está em mãos de 20 por cento da população.

Venezuela

Êste país com a promulgação da legislação da reforma agrária melhorou as condições de vida da população rural. Os esforços para desenvolver o campo se iniciaram imediatamente depois que foi deposto o ditador Marcos Perez Jimenez em 1958, pelo govêrno do Partido Ação Democrática que estêve no poder por dois períodos de cinco anos.

O organismo executivo da reforma é o Instituto Agrário Nacional (IAN) que se encarrega de levar à prática os objetivos da lei: dar terra aos camponeses, reduzir seu êxodo para as cidades, aumentar a produção agrícola, reduzir as importações de gêneros alimentícios e conservar os recursos naturais, como proteção do solo, refrigeração e fertilização.

Um dos objetivos não expressos da lei, mas que estava nas cogitações do Presidente Rômulo Betancourt, era minorar o descontentamento dos camponeses e reduzir ao mínimo a infiltração do comunismo.

A Reforma Agrária foi levada a cabo sem violência e os proprietários de terra receberam indenização em dinheiro, em bônus ou sob ambas as formas. Por outro lado, houve pouca resistência à expropriação. O Estado também distribuiu grandes extensões de terra pertencentes à nação.

O Banco Agrícola-Pecuário é outro dos principais organismos executivos do programa agrário juntamente com o Ministério da Agricultura, que exerce a supervisão.

Ao mesmo tempo em que se procedia a reestruturação da agricultura foi se desenvolvendo a comunidade rural com a distribuição da terra, construção de casas e escolas. Entre 1959 e 1967 se construíram mais de 10.000 casas e 225 escolas além de centenas de quilômetros de

canais para a irrigação e estradas.

No fim de 1968 o ministro anunciou que a produção agrícola dos camponeses beneficiados pela reforma agrária era estimada em 133,3 milhões de dólares por ano.

México

A reforma agrária tem no México quase meio século e é um sistema bem equilibrado de manutenção da terra relativamente livre dos problemas de latifúndios e minifúndios.

Êste programa de transformação da agricultura, parte integral da plataforma política desde a revolução de 1910, distribuiu mais de 66.000.000 hectares durante os 42 anos transcorridos desde 1915. De acôrdo com as cifras dadas pelo Departamento de Assuntos Agrários e Colonização, estas terras — foram distribuídas entre mais de 2,5 milhões de camponeses em todo o país. Calcula-se que restam ainda para serem distribuídos 25 milhões de hectares entre uns 300 mil camponeses. Todavia se estima que há ainda dois milhões de mexicanos aguardando que lhes entreguem terra para cultivar.

(De "O Globo" de 8-7-69).

SOLUÇÃO RACIONAL E HUMANA PARA A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

"Milhares de sêres humanos morrerão hoje... de fome. Dêsses milhares, a maioria são crianças. Não são seus filhos. Nem meus filhos. Mas são filhos de alguém. E estão morrendo, desnecessàriamente."

(De um discurso de Robert S. McNamara, presidente do Banco Mundial e Ex-Secretário da Defesa dos EUA, pronunciado na Universidade Católica de Notre Dame, Indiana)

A mais delicada, a mais difícil questão da nossa época — e talvez de qualquer época da história — é o intrincado problema do excessivo aumento da população.

É uma questão que é, ao mesmo tempo, ìntimamente particular e, no entanto, inevitàvelmente pública.

É uma questão que se caracteriza pelo tom reticente e pela circunspecção — e no entanto, exige absoluto realismo e franqueza.

É uma questão que não tolera pressão do Govêrno — e entretanto corre perigo com a procrastinação do Govêrno.

É uma questão, finalmente, tão supersensível — dando motivo a tantas opiniões diversas — que há uma compreensível tendência para simplesmente evitarem-se discussões, dar-se atenção a assuntos menos complicados, e esperar-se que, de alguma forma, o problema desapareça.

Mas o problema não desaparecerá. O que pode desaparecer é a oportunidade de encontrar-se uma solução racional e humana.

Dois terços da humanidade — mais de 2 bilhões de criaturas — estão prêsas nas garras da fome e da desnutrição, do analfabetismo, da instrução insuficiente, da falta de oportunidades, da miséria corrosiva. A lacuna entre as nações ricas e as nações pobres já não é mais uma lacuna. É um abismo.

Miséria dinâmica

O que é imprescindível compreender é que isso não constitui uma situação estática. A miséria do mundo subdesenvolvido é, hoje, uma miséria dinâmica, constantemente ampliada e aprofundada por um aumento da população absolutamente sem precedente na História.

Foram precisos 1.600 anos para duplicar a população mundial de 250 milhões do século I. Hoje, mais de 3 bilhões de sêres que vivem na Terra multiplicar-se-ão em 35 anos, e a população do mundo, então, estará aumentando na proporção de um adicional de 1 bilhão de oito em oito anos.

Uma criança nascida hoje, se viver até os setenta anos, conhecerá um mundo de 15 bilhões. Seu neto partilhará o planêta com 60 bilhões de criaturas.

Daqui a seis séculos e meio — o mesmo insignificante espaço de tempo que nos separa do poeta Dante — haveria um ser humano em cada 0,09 metro quadrado de chão, na Terra. Fantasia de horror nem mesmo comparável com o *Inferno*.

Tais perspectivas são, evidentemente, imaginárias. Não se concretizarão porque os acontecimentos não permitirão que se concretizem. Acontecimentos que só podem ser: morte em massa pela fome, caos político, ou planejamento da população.

Três caminhos

Ora, se rejeitarmos a morte em massa pela fome e o caos político como soluções para essa situação explosiva, então só existem três caminhos imagináveis, segundo os quais uma nação pode deliberadamente *planejar* a redução do índice de crescimento da população: aumentar a taxa de óbitos, acelerar a taxa migratória, ou reduzir a taxa de nascimentos.

Ninguém é a favor da primeira escolha. Pelo contrário, sob o impacto dos programas de saúde pública, os índices de óbitos estão baixando nas áreas subdesenvolvidas.

A segunda escolha é totalmente inconveniente. Acelerar a migração, numa escala suficientemente expressiva para ser decisiva, é simplesmente impraticável. Os países que se preocupam com a própria superpopulação futura, compreensìvelmente não estão dispostos a agravá-la aceitando mais do que um limitado número de estrangeiros. Podemos colocar um homem na Lua, mas não podemos despachar milhões do nosso planêta.

Assim, só nos resta a terceira escolha: uma redução do índice de nascimentos, redução humana e racional. É praticável? Sim. É simples? Não. É necessária? Sem dúvida alguma.

Metade da humanidade, agora mesmo, passa fome. Há menos alimento por pessoa no planêta, hoje, do que havia há 30 anos, em meio a um período de depressão mundial.

Milhares de sêres humanos morrerão hoje — como morrem todos os dias — de fome. Morrerão, ou simplesmente de fome, ou porque a alimentação que têm é tão insuficiente que não pode protegê-los contra uma doença fàcilmente evitável.

A maioria dêsses milhares de indivíduos — indivíduos que têm direito intrínseco a uma vida decente — é de crianças. Não são estatísticas. São sêres humanos. E estão morrendo agora; neste instante.

Não são seus filhos. Ou meus filhos. Mas são filhos de alguém. E estão morrendo desnecessàriamente.

Mente deformada

No entanto, os milhares que morrem, são talvez, os mais felizes. Porque milhões de outras crianças, que suportam a mesma alimentação inadequada, não morrem. Vivem em estado de abatimento, o corpo atrofiado, a mente deformada.

O cérebro humano atinge 90 por cento do seu desenvolvimento estrutural normal nos quatro primei-

ros anos de vida. Sabemos hoje em dia que, durante êsse período crítico do crescimento, o cérebro é extremamente vulnerável às deficiências nutritivas; deficiências que podem acarretar até 25 por cento de diminuição da aptidão mental normal. Prejuízo irreversível para o cérebro.

Assim, a fome e a má alimentação forjam uma cadeia de condições que funestamente levam num redemoinho tôda realização humana. A vivacidade, a vitalidade, a energia, a capacidade de aprender, o desejo de vencer, a vontade de fazer um esfôrço — tôdas essas inestimáveis qualidades do ser humano estiolam-se.

Todavia, os efeitos corrosivos da explosão populacional no tipo de vida não terminam com a fome. Abrangem todo o espectro das privações humanas. Populações inteiras, já prêsas de dilemas de desenvolvimento, e agora duplicando-se apenas em 20 anos, há uma crônica insuficiência de quase tudo o que é essencial.

Se no total da população o número de crianças — como resultado dos altos índices de nascimentos — fôr muito elevado, a nação se vê diante da inevitável necessidade de despender recursos cada vez maiores, visando ùnicamente a impedir que o povo venha a cair abaixo dos níveis mínimos de subsistência. Uma economia uniforme tende a surgir, na qual todo o esfôrço da nação se exaurirá numa corrida sempre mais e mais veloz, apenas para permanecer estacionária.

Pesquisas

O que é verdadeiro no setor nacional repete-se com maior crueza no âmbito da vida familiar. Milhões de famílias querem evitar a gravidez indesejada.

Sugerem as estatísticas que o abôrto é um dos métodos de limitação da fertilidade mais freqüentemente adotados no mundo — apesar do fato de a maioria das sociedades o considerarem ofensivo à ética, ilegal, dispendioso e, do ponto de vista médico, arriscado.

Calcula-se que em cinco países da Europa Ocidental há tantos abortos ilegais quanto nascimentos.

Na Índia, o cálculo é de que, por mês, a quarta parte de um milhão de mulheres se submete ao abôrto ilegal.

Na América Latina, a proporção de abortos ilegais ocupa um dos primeiros lugares no mundo. Diz-se que em certo país êles totalizam três vêzes a taxa de nascimentos; em outro, que são a causa de duas em cada cinco mortes de mulheres grávidas.

Onde as autoridades públicas não dão assistência aos pais no sentido de evitar a gravidez indesejada, os próprios pais, muitas vêzes, assumem a responsabilidade do caso, ainda que com sacrifício da consciência e da saúde.

É imprescindível reconhecer o direito que determinado país tem de cuidar do problema da população à sua maneira. Mas é preciso que cuide mesmo.

Os países tecnològicamente adiantados podem fazer uma das maiores contribuições iniciando um nôvo fluxo de intensidade na pesquisa

sôbre biologia reprodutiva. Esgotaram os meios de obter fundos para pesquisas nesse campo. O resultado é que estamos ainda no limiar de compreender as complexidades da concepção.

Ameaça

Nos Estados Unidos, a nossa parcimônia nesse assunto é ilustrada pelo desanimador fato de que, de um orçamento total de quase 1.000 milhões de dólares, os Institutos Nacionais de Saúde, êste ano, estão gastando menos de 10 milhões para pesquisas sôbre fenômenos relacionados com a população.

A ameaça de incontroláveis pressões populacionais é bem parecida com a ameaça da guerra nuclear. Ambas estão sendo depreciadas. Ambas estão sendo mal compreendidas. Ambas podem ter — e terão — catastróficas conseqüências, a menos que sejam encaradas de imediato e racionalmente.

O que precisamos entender é o seguinte: o problema populacional *será* resolvido, de uma forma ou de outra. Nossa única e fundamental opção é se será êle resolvido racionalmente e com humanidade, ou irracional e desumanamente.

O tempo é pouco para tomarmos uma decisão.

PORQUE NÃO HÁ FURACÕES NO BRASIL

Como nascem os furacões, êsses terríveis fenômenos atmosféricos cuja energia ultrapassa de muito, em cada instante, a gerada artificialmente no mundo inteiro? Por que no Brasil não há furacões, enquanto em certas áreas do mundo — Gôlfo do México, Mar das Caraíbas, Oceanos Índico e Pacífico — são freqüentemente visitadas pelos vórtices destruidores?

Para responder a essas perguntas, O Globo ouviu um perito da ONU (que preferiu permanecer anônimo). As explicações que seguem foram baseadas em suas declarações. Os furacões, explicou-nos o perito, podem ser comparados às máquinas térmicas, que transformam calor em energia cinética, em movimento. O motor de automóvel é um exemplo que logo acode à mente. Só que o "combustível" do furacão é a água.

Com efeito, a água libera cêrca de 600 calorias por grama, quando muda de estado físico (evaporando-se). Essa energia, por sua vez, aquece o ar, que se espande — transformação do calor em movimento. Mas, como sabemos, a Terra exerce sôbre todos os corpos uma ação, chamada "fôrça de Coriollis", derivada de seu movimento de rotação. Essa fôrça é nula no Equador, e vai aumentando com a latitude.

As massas de ar em movimento, submetidas ao efeito da rotação da Terra, põem-se também a girar, e forma-se o furacão. Vemos então quais são as condições propícias à formação dêsses imensos vórtices aéreos: presença de água, altas temperaturas, afastamento do Equador. Além disso, a distribuição geográfica dos mares e massas continentais é importante. Os furacões precisam de espaço para viver, precisam dispor de grandes extensões de mar para suas migrações. Se, mal formados, vão dar num continente, morrem ràpidamente, por falta de energia, que lhes é fornecida pela evaporação da água.

Ainda uma singularidade dos furacões, estranha à primeira vista, mais fácil de entender, quando se pensa um pouco: êles não podem passar de um hemisfério a outro; se o tentam, morrem logo, porque as fôrças de Coriollis têm sentido oposto, dos dois lados do Equador. O furacão nascido no Hemisfério Norte, por exemplo, passa a ser freado pela rotação da Terra, se invade o Hemisfério Sul. E vice-versa.

As áreas de nascimento dos furacões estão agora teòricamente determinadas: regiões oceânicas quentes — mas não sôbre o Equador —, suficientemente abertas para que a perturbação possa desenvolver-se inteiramente, antes de alcançar, na sua vagabundagem, algum continente. Essas as condições vigorantes no Mar das Caraíbas, no índico, numa parte do Pacífico.

O mar fronteiro ao Brasil, pelo contrário, não se presta à formação dos furacões, porque é relativamente estreito, apertado entre a América e a África. Nossa posição geográfica nos protege contra os furacões, como demonstra a Table Chronologique des Quatre Cents Cyclones, que faz a lista de 400 furacões ocorridos entre 1493 e 1862: nesse intervalo — e depois dêle até os dias de hoje —, nenhum furacão assolou nunca a costa brasileira.

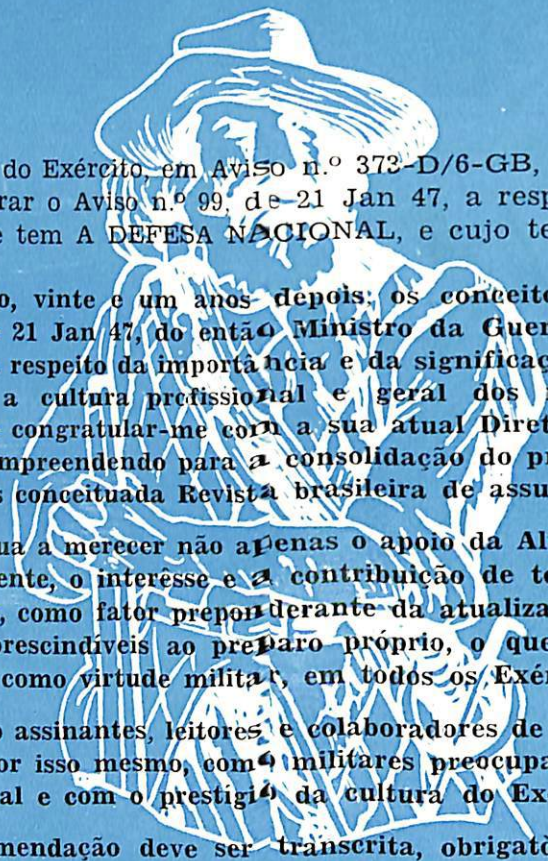
ASSINANTES EM DIA COM A REVISTA

Gen Plinio Pitaluga
Gen Alvaro Meneses Paes
Gen Ary Silveira
Gen Djalma Pio dos Santos
Gen Bayard de Magalhães Evangelo
Cel Joberto Ferreira Dias
Cel Benedito Felix de Souza
Cel Ayrton Capella
Cel Aroldo de Medeiros Fagundes
Cel Fernando G. Cerqueira Lima
Cel Nelson Souto Jorge
Cel Gilberto Oscar M. Schimith
Cel Manuel Calheiros M. Gomes
Ten Cel João Batista Bairér Araújo
Ten Cel Ney Lauro Nunes de Carvalho
Ten Cel Ruy de Azevedo Machado
Ten Cel Helio Bahia Bocardine
Ten Cel João Mario V. Scholz de Mendonça
Ten Cel Paulo Ayrton Araujo
Ten Cel Wilson Lage
Ten Cel Gaspar Gilberto Chuy
Ten Cel Sylvio Ferreira da Silva
Ten Cel Sydnei Zanon Machado
Ten Cel Ayrton Ferreira Mayrink
Ten Cel Paulo José da Silva
Ten Cel Carlos Alberto Ponzi
Ten Cel Decio Luiz Fleury Charmilot
Ten Cel Argus Gomes de Oliveira
Ten Cel Jonas de Moraes Corrêa Neto
Ten Cel Alvaro Camara Pimentel
Ten Cel Edmirson Maranhão Ferreira
Ten Cel Helio Costa
Ten Cel Antenor Canguçú Taulois de Mesquita
Maj Rubens Del Nero
Maj Valfredo Dantas de Oliveira e Silva
Maj Flodoaldo Nunes Ferreira
Maj José Guilherme da Silva
Maj Ricardo Luiz Bueno Guimarães
Maj Henrique Rebelo de Almeida
Maj Armando Gonçalves
Maj Thiago França Pinto
Maj Bueno Dias Sampreni
Maj Pedro Arnobio de Medeiros
Maj Silvio dos Santos Lima Torraca
Maj Ary Canguçú de Mesquita
Maj Danton Renato Dias
Maj Ibernon Devicenzi
Maj Leo Saraiva de Carvalho Neiva
Maj Otavio Melchiades Ulissèa
Maj João Edie Kramer
Maj Fernando Ryffe Corrêa Lima
Maj Walfrido Silva
Cap Cley de Matos Rodrigues
Cap Julio Daniel de C. Pureza
Cap Vicente Meurer Brasil
Cap Helio Fernandes de Almeida
Cap João Batista de Souza Lopes
Cap Walter Paniz
Cap Ubirajara Pires Gonçalves
Cap Rubens Rubine Bezerril
Cap Ruy Fagundes de Mesquita
Cap Arthur Ritt
Cap Edgar Luiz da Cunha França
Cap Arthur C. Maranhão Costa
Cap Jofre Miguel Rodrigues Camargo
Cap Nildon Pinheiro de Novaes
Cap Napoleão Luiz de Oliveira
Cap Luiz Alencar de Araujo
Cap Arinir Magnus Coelho Sondahl
Cap Ary Freitas Pires
Cap Silvio Paulo Casali
Cap Ivo de Goes Peixoto
Cap Cezar Besolli
Cap Hugo de Queiroz Silva
Cap José da Rosa Junior
Cap Fernando Frota Dourado Brigido
Cap Alcir da Conceição Marinho
Cap Decio Penafirme Teixeira
Cap Carlos Renan Cide do Nascimento
Cap Abrahão João Farah
Cap Adir Molinari
Cap Homero Cezar Machado
Cap Sergio Garrido Pinto
Cap Geraldo Militão Felix Magella
Cap Ottomar Nussener
Cap João Amancio de Queiroz Neto
Cap Cylas Aurelio Nougueira
Cap Lourival Anchieta
Cap Ceso Ignacio Streit
Cap José Maria de Souza Nunes
Cap Dutelvir Pereira do Nascimento
Cap Juraci Wagner
Cap Ruy Buster de Loyola
Cap Abel da Rosa
Cap Newton Bonuma dos Santos
Cap Paulo Ricardo Naumann
Cap Mileno Feitosa de Arujo
Cap Amilcar Borges Gonçalves
Ten Bento Beheregaray
Ten Ramão Dutra Corrêa
Ten Oneas Silvino Pereira
Ten João Carlos dos Santos Costa
Ten João Emilio Campelo de Oliveira
Ten José Mendes
Ten Renato Areas Filho
Ten Ivan Marcio Gitahy
Ten Luiz Prado de Araujo
Ten Waldomiro Aniceto de Souza
Ten Euclides de Souza
Ten Wilson Peres Baladão
Ten Carlos Fonteiro Kruzer
Ten Paulo Jorge Guimarães
Ten Francisco de Melo Neto
Ten Luiz Jesus Vieira
Ten Otilio Renato Baroni
Ten Antonio Pascoal Resende
Ten Gilceu Marques Saliba
Ten José de Ribamar M. Mata
Ten Pedro Augusto C. da Silva
Ten Salamão Magalhões
Ten Fabio Ribeiro Cabral
Ten Eduardo Carlos Duarte
Ten Jaime Bom Ferreira
Ten Elias Ribeiro Pereira
Ten Constantino Torouca da Silveira
Ten Sidney Prestes Souza
Ten Hemeterio Chaves Filho
Ten Walter Alcantara

Ten Gilberto Hugo Teixeira
Ten Evaristo Lobrador
Ten Miguel Armando Neto
Sub Ten Arnaldo Alves Gomes
Sgt Luiz Tito Ferraz
Sgt Ricardo do Couto
Sgt Florival José do Nascimento
Sgt Albertino Ribeiro Assunção
Sgt Edmundo Dourado Silveira
Sgt Edson Ramos Vieira
Sgt Gualberto Rodrigues dos Santos
Sgt Benedito Marcelino
Sgt Darci Silva
Sgt Carlos R. Villares
Sgt Nercy Lopes
Sgt Derly H. Rodrigues
Sgt Paulo Sergio Leite
Sgt Amaré Pedroso Ribeiro
Sgt Roberto Evaldo S. Souza
Sgt Marco Aurélio Tadeu Mattos
Sgt Nere Machado Pinto
Sgt Atelio Ocanha
Sgt Olivio do Nascimento Moreira
Sgt José Inacio Pinheiro
Sgt Gilseu Francisco Witt Rossi
Sgt Evangelista Teixeira Amaral
Sgt João Marcio Rosa Prado
Sgt José Gomes de Aquino
Sgt Adixon Luiz Fagundes
Sgt Aloisio dos Reis
Sgt Hilnor Goicochea Andrade
Sgt Iduilo Ramos Maram
Sgt Miguel Cano Ortiz Filho
Sgt Sebastião dos Santos
Sgt Getulio Laudeleno Roop
Sgt Americo Guerreiro de Souza
Sgt Alceu Xavier de Liz
Sgt Jonas Melo Lehmkuhl
Sgt Celso Santana de Liz
Sgt Orlando Nolli
Sgt Wilson Mergola Monteiro
Sgt Arli Castilho
Sgt João Osorio B. Retamal
Sgt João Heraldo Tshopke
Sgt Rubens Braga Fialho
Sgt Moacir Lisboa de Sousa
Sgt Alcides Pereira Carriel
Sgt Virgilio da Silva Marinho
Sgt Ary Portela Lopes
Sgt Ary de Souza
Sgt Alcides Alexandre
Sgt Cleyrton Ramos Vieira
Sgt Dib Salamão
Sgt Juvenal de Aquino P. Neto
Sgt Gelson Pinto
Sgt Ayrton Guerner
Sgt Aloeze Puschalski
Sgt Duce Adir de Azevedo
Sgt Atrogildo Ramos
Sgt Guido do Espirito Santos
Sgt José Prado
Sgt Oscar Ramos
Sgt José Alvaro de Oliveira
Sgt Darci Canitz
Sgt Juvenal Antunes Pereira
Sgt Antonio Carlos Regolim
Sgt Herminio de Couto Borba Filho
Sgt Carlos Setembrino da Silveira
Sgt Florival Santana
Sgt Alziro Magalhães Pinehiro
Sgt Alberto Volknar Chistensen
Sgt Aldo Bueno de Lima
Sgt Pedro Dione Cardoso
Sgt Neildo Gonçalves Machado
Sgt Lecio Garcia Ribeiro
Sgt Erasmo Dultra
Sgt Juracides G. de Matos
Sgt Mario Kunhas
Cabo Telmo da Silva Duro
Cabo José Carlos Vargas
Asp Roberto Tadeu Machado
CMG Cleiton Cavalcante de Queiroz Barros

1/5.º RI
Jari Indústria e Comércio S/A
Sr. Roberto Navarro Fagundes
Sr. Walmeron Garcia
Biblioteca do Rotary Clube de Santa Adelia

"A DEFESA NACIONAL"



O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interêsse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatòriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

Preço dêste exemplar
NCr$ 1,00

S Ge Ex
IMPRENSA DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro — 1969